

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO  
ESCOLA DE COMUNICAÇÕES E ARTES  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO

**MICHELLE DIAS**

**Entre a informação e o dialogismo:**  
desafios e possibilidades da comunicação pública digital da Assembleia  
Legislativa de Santa Catarina

SÃO PAULO  
2023

MICHELLE DIAS

**Entre a informação e o dialogismo:  
desafios e possibilidades da comunicação pública digital da Assembleia  
Legislativa de Santa Catarina**

**(versão corrigida)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em  
Ciências da Comunicação  
Área de Concentração I: Teoria e Pesquisa em  
Comunicação  
Linha de Pesquisa 2: Linguagens e Estéticas da  
Comunicação, da Escola de Comunicações e Artes da  
Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP)  
Orientadora: Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes.

SÃO PAULO  
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo  
Dados inseridos pelo(a) autor(a)

---

Dias, Michelle  
Entre a informação e o dialogismo: desafios e possibilidades da comunicação pública digital da Assembleia Legislativa de Santa Catarina / Michelle Dias; orientador, Mayra Rodrigues Gomes. - São Paulo, 2023.  
253 p.: il.

Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação / Escola de Comunicações e Artes / Universidade de São Paulo.  
Bibliografia  
Versão original

1. Democracia. 2. Democracia digital. 3. Mídias digitais. 4. Comunicação pública. 5. Cultura e identidade.  
I. Rodrigues Gomes, Mayra . II. Título.

302.2

CDD 21.ed. -

---

Elaborado por Alessandra Vieira Canholi Maldonado - CRB-8/6194

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Nome: DIAS, Michelle

Título: Entre a informação e o dialogismo: desafios e possibilidades da comunicação pública digital da Assembleia Legislativa de Santa Catarina

Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (PPGCOM-ECA/USP) como requisito parcial para a obtenção do título de Doutora em Ciências.

Aprovada em:

Banca Examinadora

Profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes (Orientadora)

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Profa. Dra. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. \_\_\_\_\_

Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_

*À minha mãe, Maria da Graça Dias (in memoriam), e  
ao meu pai, Saulo César Dias (in memoriam),  
pelo amor e pelos valores, porque, esses, são inegociáveis.*

*Á minha mãe, pelo seu discurso sempre alinhado à sua prática, e pelo seu  
exemplo de vida acadêmica. Por ela, cheguei até aqui.  
Mãe. O início de tudo, mas nunca o fim.*

## AGRADECIMENTOS

Todos os seres são relacionais. Não posso afirmar que o ser humano seja o mais relacional de todos. Mas, posso afirmar que, por mais solitária que seja a escrita de uma tese, ela não se constrói sozinha. E não me refiro apenas ao diálogo com autores, professores e outras pesquisas. Esse percurso só é possível com afeto, acolhimento, paciência, ajuda de uma comunidade, feita de criaturas concretas.

Quando esse percurso que, por si só não é leve, foi somado à uma pandemia e aos prejuízos terríveis que ela causou, a presença dessas pessoas tornou-se ainda mais significativa. É a todas e todos, humanos e não-humanos, que reservo meu muito obrigada!

Agradeço à Assembleia Legislativa de Santa Catarina, nominalmente ao deputado Júlio Garcia, então presidente, quando me foi concedida uma licença que possibilitou a realização dessa pesquisa; à ex-diretora de Comunicação Social, Lúcia Helena Vieira, por interceder pela aprovação dessa licença; ao atual presidente da Assembleia Legislativa, deputado Mauro de Nadal e ao atual diretor de Comunicação Social, Dayan Shcütz; à coordenadora de Imprensa e amiga, Gicieli Dalpiaz, por todo o apoio.

Faço um agradecimento, ainda, aos 22 parlamentares que disponibilizaram seu interesse e tempo para responder à entrevista, que completa esta pesquisa.

Agradeço, também, a todos os colegas de trabalho, em particular ao gerente de mídias digitais, Rony Alves de Ramos, por todas as informações durante os anos de pesquisa, e às minhas amigas, Tatiane Magalhães, Patrícia Amorim e Suzana Rigo, pela amizade e torcida de sempre.

Ao Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação (PPGCOM-ECA/USP), em especial à minha orientadora, profa. Dra. Mayra Rodrigues Gomes, pela acolhida, paciência, conhecimento compartilhado e pelas trocas ao longo desse processo.

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação - PPGCOM, Programa de Pós-graduação em Artes Visuais - PPGAV

e Programa de Pós-graduação em Filosofia – PPGF da USP, pelos saberes compartilhados e pelas aulas incríveis.

Especialmente, agradeço à professora Dra. Mariângela Haswani e ao professor Dr. Vítor Blotta, pelo auxílio em pensar alternativas possíveis para a mudança total e completa do meu projeto de pesquisa, o qual tive que readaptar para atender de forma justa à demanda da Assembleia Legislativa, quando me concedeu o afastamento para me dedicar exclusivamente ao doutorado. Os dois foram de uma generosidade enorme, antes e durante o exame de qualificação.

Aos professores Dra. Rosana de Lima Soares e Massimo Di Felice, pelo acolhimento em seus grupos de pesquisa MidiAto e Átopos, pela gentileza e generosidade em todos os momentos.

À Maria, secretária do PPGCOM, que me deu a mão ao longo do curso e no momento mais crítico, de exaustão, e à Karina, secretária geral, pela compreensão e ajuda final.

Aos professores Rafael Rodrigues e Rafaela Pannain, pelas observações atentas quando meu texto ainda em estado meio bruto.

À Rafaela, meu muito obrigada, por além de ser uma pesquisadora comprometida e brilhante, ter se tornado uma amiga com quem posso compartilhar as alegrias e as agruras da vida.

Deixo meu obrigada excepcional aos colegas, que se tornaram amigos, Tariana Brocado Machado, Gean Gonçalves, Vinicius Sarralheiro, Beatriz Sequeira, Flávia Suzue, Matheus Soares, Naiana Rodrigues, Aline Renner, Larissa Rosa, Cinthia Gomes e Santiago Garcia com quem partilhei, além do melhor e do pior das incertezas e angústias da vida acadêmica, os melhores momentos em São Paulo e nos congressos dentro e fora do Brasil. Vocês são um grande apoio!

Quero deixar um agradecimento, também especial, à colega, representante discente e, agora, amiga, Karla Meira, que me deu as duas mãos. Sem você a conclusão desse trabalho não teria sido possível.

Aos meus tios, em particular, às minhas tias Dulce e Léa, que assumiram o papel de mãe, seguraram a minha mão nos melhores e nos piores momentos, e até mesmo se aventuraram nas estradas entre Floripa e São Paulo, pelas quais percorri milhares de quilômetros durante o percurso do doutorado. Vocês são minha força.

Outro agradecimento especial, dedico ao meu irmão, Túlio, por estar sempre presente. Pelo cuidado e carinho, pela certeza de que sempre teremos um ao outro e por molhar minhas plantas de Floripa, enquanto estou em São Paulo. Te amo muito.

À minha sobrinha e afilhada, Alice, por ser essa força da natureza. Meus dias são imensamente mais felizes desde que você nasceu e trouxe alegria e esperança. Você é um respiro bom em meio a algumas tempestades. Amo-te, infinitamente!

Agradeço à minha cunhada, Cristy, pelo carinho, sempre, pela alegria e energia e por cuidar tão bem da Alice. Conte comigo sempre que precisar.

Também agradeço à minha prima-“irmã”, Giselle Sandin, por estarmos sempre juntas em todas as caminhadas. Em extensão, agradeço ao Rafa, pela parceria de todas as horas e pelos desabafos acadêmicos pelos quais passamos, e à Lara, pela pureza, alegria, renovação e agito, quando as coisas estão meio quietas. Você é um serzinho de muita luz, Larinha.

Ao núcleo tragicômico das novelas da minha vida: Daniela Roglio (minha amiga-irmã), Tainara Garcia, Marcelina Nester, Bianca Monção, Viviane Reis, Leyla Spada, minha gratidão sincera. Já perdi as contas do tempo de amizade. Mas, tenho plena certeza de que nem o tempo nem o espaço vão conseguir nos separar.

Só com um pingo de sanidade mental foi possível concluir um doutorado atravessado por uma pandemia. Agradeço, aqui, pelo privilégio de ter acesso às trocas, conversas e desabafos com a psicóloga Juliana Baron. Seu apoio ao longo desse tempo foi essencial.

Meu muito obrigada à Kátia Rosana. Uma mãe, amiga, confidente, mentora. Alguém que também contribui de forma significativa para a minha sanidade mental. Você é demais, Kátia.

Às “confetes” Lyza, Thuine e Fa Pedrotti, por me levarem pra passar uma semana na Bahia, quando mais precisava de sol e mar. Vocês são incríveis.

Em muitos momentos, estar em uma cidade longe da família, por mais que se ame essa cidade, não é tarefa fácil. Só é mais agradável e feliz com a presença de pessoas que se tornam família. Então, Edu e família, Danilo, Fe Jordão, Fe Fava, Nana, Viviane Camargos, Roberta Tempesta, meu muito obrigada a vocês.



Minha gratidão mais que eterna reservo ao Edu, vulgo Eduardo Valladares, uma das pessoas mais generosas que conheço, pelo apoio incondicional, em todos os momentos. Antes, durante e, tenho certeza, após a conclusão dessa tese. Obrigada por me abrir a casa, compartilhar seus dons gastronômicos, intelectuais e cuidar do Theo quando a coisa aperta (isso mostra o quanto confio em você). Sem você eu não teria chegado até aqui, literalmente. Espero poder retribuir de outras formas que não te devendo minha alma, como você costuma cobrar.

E, por último e mais importante, ao Theo! O amor verdadeiro e incondicional ultrapassa qualquer tipo de barreira, inclusive às da linguagem. Sem sua presença, seu companheirismo, sua felicidade desmedida TODAS as vezes em que abro a porta de casa, mesmo que fique cinco minutos fora, meus dias durante esses quinze anos (até agora) juntos, não teriam a graça que tem, e eu nem mesmo teria forças para enfrentar os momentos mais difíceis que enfrentei. Ainda que não saiba ler, sabe sentir e manifestar afeto como poucos humanos. Meu cachorrinho-filhinho, meu eterno bebê <3

DIAS, Michelle. Entre a informação e o dialogismo: desafios e possibilidades da comunicação pública digital da Assembleia Legislativa de Santa Catarina. 2023. Tese (Doutorado) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2023.

## RESUMO

Em uma perspectiva discursiva que leva em consideração estudos a respeito de Democracia, Democracia Digital, Comunicação em rede, Mídias digitais e Comunicação Pública, esta tese investiga a emergência de uma nova forma de participação política e cidadã nas plataformas de mídias digitais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc). O foco do trabalho é identificar os discursos em circulação nessas plataformas, observando os vínculos construídos com a sociedade, e se esses discursos contemplam a comunicação pública e as apostas da comunicação digital no que se refere à colaboração, à participação, ao exercício da cidadania e da democracia.

A proposta é reconhecer os discursos circulantes (Charaudeau, 2013, 2020) e buscar, também, analisar o espaço interdiscursivo (Maingueneau, 1993, 2008, 2011, 2015), a fim de compreender o papel desempenhado pelos discursos que envolvem a comunicação pública da Alesc. O período de observação desta pesquisa concentra-se nos anos de 2019, 2020, 2021 e 2022 e a investigação se dá nas três mídias digitais (Facebook, Twitter e Instagram), de maior alcance, utilizadas para produção de conteúdo. O recorte foi delimitado, ainda, na seleção dos seis posts de maior repercussão/engajamento/interação – critério que permite uma análise textual mais consistente em razão da quantidade de comentários e, conseqüente percepção da qualidade desses comentários – em cada ano, com base nos relatórios da empresa de softwares de análise de dados Zeeng e pelos relatórios de métrica das próprias plataformas, além dos softwares *Export Coments* - ferramenta de exportação de comentários das mídias digitais, e *IraMuTeQ* - software livre ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso. Busca-se investigar os temas que mais se sobressaem nesse contexto. Pesquisar sobre o papel das interações e interconexões proporcionadas pelas mídias digitais, construído, atualmente, em torno de negociações, com a geração de debates, polêmicas, críticas, sugestões, aceites e não-aceites (no caso, os likes e suas variações – reações simbolizadas por emojis) de visibilidade pública, revela-se uma proposta pertinente ao campo das Ciências da Comunicação. Além de serem entendidas como reflexo dos acontecimentos socialmente relevantes, as mídias digitais também são pensadas enquanto materialidade auxiliar no engendramento das discursividades que atravessam o campo do social.

Diante da complexidade e desdobramentos do tema, também foram realizadas entrevistas semi-abertas com gestores e parlamentares.

**Palavras-chave:** Análise do discurso; Democracia Digital; Mídias digitais; Comunicação Pública; Cultura e Identidade.

DIAS, Michelle. Between information and dialogism: challenges and possibilities in the digital public communication of the Legislative Assembly of Santa Catarina. 2023. Thesis (Doctorate) – School of Communications and Arts, University of São Paulo, São Paulo, 2023.

## ABSTRACT

In a discursive perspective that takes into account studies about Democracy, Digital Democracy, Network Communication, Digital Media and Public Communication, this thesis investigates the emergence of a new form of political and citizen participation in the digital media platforms of the Legislative Assembly of Santa Catarina (Alesc). The focus of the work is to identify the discourses circulating on these platforms, observing the links built with society, and whether these discourses contemplate public communication and the stakes of digital communication in terms of collaboration, participation, the exercise of citizenship and of democracy.

The proposal is to recognize the circulating discourses (Charaudeau, 2013, 2020) and also seek to analyze the interdiscursive space (Maingueneau, 1993, 2008, 2011, 2015), in order to understand the role played by the discourses that involve the public communication of the Alex. The observation period of this research focuses on the years 2019, 2020, 2021 and 2022 and the investigation takes place in the three digital media (Facebook, Twitter and Instagram), with greater reach, used for content production. The clipping was also delimited in the selection of the six posts with the greatest repercussion/engagement/interaction – a criterion that allows a more consistent textual analysis due to the number of comments and, consequent perception of the quality of these comments – in each year, based on the reports from the data analysis software company Zeeng and the metric reports from the platforms themselves, in addition to the Export Coments software - a tool for exporting digital media comments, and IraMuTeQ - free software linked to the R statistical package for content analysis, lexicometry and discourse analysis. We seek to investigate the themes that most stand out in this context. Researching the role of interactions and interconnections provided by digital media, currently built around negotiations, with the generation of debates, polemics, criticisms, suggestions, acceptances and rejections (in this case, likes and their variations – reactions symbolized by emojis) of public visibility, it turns out to be a proposal pertinent to the field of Communication Sciences. In addition to being understood as a reflection of socially relevant events, digital media are also thought of as an auxiliary materiality in engendering the discursivities that cross the social field. Faced with the complexity and ramifications of the theme, semi-open interviews were also carried out with managers and parliamentarians.

**Keywords:** Discourse analysis; Public Communication; Social media; Democracy; Culture and Identity

## LISTA DE FIGURAS

<u>Figura 1- Primeira publicação no Instagram sobre a manifestação do GT de Comunicação, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+.83</u>	
<u>Figura 2 - Perfil dos Seguidores</u> .....	<u>140</u>
<u>Figura 3 - - Localização dos Seguidores (ALESC)</u> .....	<u>140</u>
<u>Figura 4 – Top Posts 2019 Facebook</u> .....	<u>141</u>
<u>Figura 5 – Top Posts 2019 Facebook</u> .....	<u>142</u>
<u>Figura 6 - Resumo dos Dados do Perfil Alesc – Instagram - 2019</u> .....	<u>143</u>
<u>Figura 7 – Top Posts 2019 Instagram</u> .....	<u>145</u>
<u>Figura 8 – Top Posts 2019 Instagram</u> .....	<u>145</u>
<u>Figura 9 - Exemplos de Postagem de Stories</u> .....	<u>146</u>
<u>Figura 10 - Top Posts 2019 Twitter</u> .....	<u>147</u>
<u>Figura 11 – Top Posts 2019 Twitter</u> .....	<u>147</u>
<u>Figura 12 - Top Posts 2020 Facebook</u> .....	<u>149</u>
<u>Figura 13 - Top Posts 2020 Facebook</u> .....	<u>150</u>
<u>Figura 14 Top Posts 2020 Instagram</u> .....	<u>151</u>
<u>Figura 15 - Top Posts 2020 Instagram</u> .....	<u>151</u>
<u>Figura 16 - Top Posts 2020 Twitter</u> .....	<u>153</u>
<u>Figura 17 - Top Posts 2021 Facebook</u> .....	<u>156</u>
<u>Figura 18 Top Posts 2021 Instagram</u> .....	<u>157</u>
<u>Figura 19 Top Posts 2021 Twitter</u> .....	<u>159</u>
<u>Figura 20 – Top Posts 2021 Twitter</u> .....	<u>159</u>
<u>Figura 21 – Top Posts 2022 Facebook</u> .....	<u>161</u>
<u>Figura 22 – Top Posts 2022 Facebook</u> .....	<u>162</u>
<u>Figura 23 – Top Posts 2022 Instagram</u> .....	<u>163</u>
<u>Figura 24 – Top Posts 2022 Instagram</u> .....	<u>164</u>
<u>Figura 25 – Top Posts 2022 Twitter</u> .....	<u>165</u>
<u>Figura 26 – Top Posts Twitter</u> .....	<u>166</u>
<u>Figura 27 – Temas de maior repercussão</u> .....	<u>167</u>
<u>Figura 28 – Post mais relevante Ales 2020</u> .....	<u>180</u>
<u>Figura 29 – Post sobre a abertura da CPI</u> .....	<u>183</u>
<u>Figura 30 – Post sobre acompanhamento da leitura de relatório final da CPI ao vivo</u> .....	<u>184</u>
<u>Figura 31 – Aceitação de colaboração com a pesquisa</u> .....	<u>189</u>
<u>Figura 32 – Costuma acompanharr as mídias digitais da Alesc</u> .....	<u>191</u>
<u>Figura 33 – Frequência de visitas às mídias digitais da Alesc</u> .....	<u>192</u>
<u>Figura 34 – Resposta à comentários em posts da Alesc</u> .....	<u>193</u>
<u>Figura 35 – Proposição a partir de comentários nas mídias digitais da Alesc</u> .....	<u>196</u>
<u>Figura 36 – Retirada ou não apresentação de projetos por conta da opinião pública</u> .....	<u>198</u>

## LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1 - Facebook – Top Posts 2019 .....	141
Tabela 2 - Instagram – Top Posts 2019 .....	144
Tabela 3 Twitter – Top Posts 2019 .....	146
Tabela 4 – Facebook Top Posts 2020.....	149
Tabela 5 - Instagram Top Posts 2020.....	150
Tabela 6 - Twitter – Top Posts 2020 .....	152
Tabela 7 - Facebook Top Posts 2021.....	155
Tabela 8 - Instagram Top posts 2021 .....	156
Tabela 9 – Twitter Top Posts 2021 .....	158
Tabela 10 Facebook Top Posts 2022.....	161
Tabela 11 – Instagram Top posts 2022.....	163
Tabela 12 - Twitter – Top Posts 2022.....	165
Tabela 13 – Números das redes sociais da ALESC em 2020.....	178
Tabela 14 - Posts com maior alcance de público por mês em 2020.....	179
Tabela 15 - Postagens relacionadas à CPI dos Respiradores em 2020 .....	182
Quadro 1 - Significados Relativos - Termos ou Categorias – Haswani.....	93
Quadro 2 - Questionário fechado sobre as redes sociais digitais legislativas .....	231
Quadro 3 - Questionário aberto sobre as redes sociais digitais legislativas .....	233

## LISTA DE SIGLAS

ACT	Acordo Coletivo de Trabalho
AD	Análise do Discurso
AFC	Análise Fatorial de Correspondência
ALESC	Assembleia Legislativa de Santa Catarina
CCJ	Comissão de Constituição e Justiça
CPI	Comissão Parlamentar de Inquérito
DCS	Diretoria de Comunicação Social
FD	Formação Discursiva
GCS	Gerência de Comunicação Social
GRS	Gerência de Redes Sociais
LAI	Lei de Acesso à Informação
LC	Lei Complementar
PL	Projeto de Lei
PLC	Projeto de Lei Complementar
Rádio AL	Rádio da Assembleia Legislativa
ITGP	Transparência Internacional Brasil
TVAL	Televisão da Assembleia Legislativa

## SUMÁRIO

<b>1. INTRODUÇÃO</b> .....	<b>19</b>
1.1. Objeto de pesquisa .....	20
1.2. Objetivos .....	22
1.3. Quadro teórico de referência .....	23
1.4. Procedimentos metodológicos .....	31
1.5. Amostragem e técnicas de coleta .....	32
1.5.1. Interpretação .....	33
<b>2. Democracia, cidadania e Democracia Digital</b> .....	<b>35</b>
2.1. Democracia rima com polissemia .....	35
2.1.1. Uma invenção dos gregos .....	36
2.1.2. Democracia moderna .....	40
2.1.3. O turbulento século XIX .....	43
2.1.4. A dura luta pelo sufrágio universal .....	45
2.1.5. Riscos para a democracia .....	46
2.1.6. O que é uma sociedade democrática? .....	50
2.1.7. Democracia em tempos mais recentes .....	51
2.2. Democracia digital: A política na era do microprocessador e do <i>chip</i> .....	55
2.2.1. As democracias e as terceira e quarta revoluções industriais .....	56
2.2.2. A <i>WEB 2.0</i> .....	59
2.2.3. A Quarta Revolução industrial .....	61
2.2.4. A história dos estudos sobre democracia digital .....	64
<b>3. Democracia digital, Poder Legislativo e Comunicação Pública</b> .....	<b>69</b>
3.1. Democracia Digital e Poder Legislativo .....	69
3.1.2. Transparência .....	74
3.1.3. Um novo imaginário político a partir do digital .....	81
3.1.4. A comunicação pública inserida na esfera pública .....	88
3.1.5. O esquema da comunicação pública: do dado ao compartilhamento .....	92
3.2. Mídias digitais e sua incorporação em instituições públicas .....	99
3.2.1. A comunicação inserida no Estado Democrático de Direito .....	100
3.2.2. Mídias digitais e sua incorporação em instituições públicas: Um passo à frente para não ficar para trás – Alesc em foco .....	107

3.3. Os discursos e suas ordens no contexto das mídias .....	122
3.3.1. O fundamento da discursividade ou a relação com o Outro .....	126
3.3.2. Discurso, mídia, identidades.....	130
4. Os dados e os discursos circulantes.....	135
4.1. Análise de dados.....	135
4.1.1. Dados mídias sociais 2019 .....	139
4.1.2. Dados mídias sociais 2020 .....	148
4.1.3. Dados mídias sociais 2021 .....	154
4.1.4. Dados mídias sociais 2022.....	160
4.2. Análise textual do <i>corpus</i> de pesquisa .....	166
4.3. Os discursos circulantes nas plataformas de mídias digitais da Alesc .....	168
4.4. Os enunciadores e a mídia digital institucional .....	188
Algumas considerações.....	201
REFERÊNCIAS .....	206
EPÍLOGO .....	230
ANEXOS. ....	251



*“As <<coisas>> eternas, o amor, a morte, a sociedade, sofrem as Modificações mais importantes. O Político pertence à categoria das que perduram em todas as épocas sendo, ao mesmo tempo, diferentes.”*

- Michel Maffesoli

(A transformação do político:  
a tribalização do mundo, 1997)

## 1. INTRODUÇÃO

O “caráter virtual da nova esfera pública” na contemporaneidade, entendido a partir da emergência de uma comunicação em rede, sobretudo em seus desdobramentos como um poderoso movimento de opinião pública, tende a considerar o conjunto de informações disponíveis *on-line* como um “bem comum, a exemplo dos oceanos ou da atmosfera terrestre” (Lévy, 2017).

Identificar os discursos que engendram o caráter defendido por Lévy, nos instiga a eleger como foco de atenção as relações participativas e identitárias que emergem nas representações construídas do debate público pelas mídias digitais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina (Alesc), instituição pública e política, que concentra atualmente a maior redação jornalística do estado de Santa Catarina e onde atuo como jornalista no quadro efetivo da Diretoria de Comunicação.

Perceber os sentidos em circulação nas plataformas de mídias digitais da Alesc, observando os tipos de vínculo construídos com a sociedade pelos discursos entre esse agente público e os cidadãos, e a qualidade desses discursos, é nosso principal objetivo. A questão que se coloca é se esses discursos contemplam a comunicação pública e as apostas da comunicação digital no que se refere à colaboração, à participação, ao exercício da cidadania e da democracia, ao diálogo.

A proposta é mapear os discursos circulantes (Charaudeau, 2013, 2020) em sua apreensão e tradução pelo discurso midiático e buscar, também, analisar o espaço interdiscursivo (Maingueneau, 1993, 2008, 2011, 2015), a fim de compreender o papel desempenhado pelos discursos que envolvem a comunicação pública da referida instituição, por meio de suas mídias digitais. Com esse propósito, o período de observação desta pesquisa concentra-se nos anos de 2019 (quando me foi concedida licença para dedicação à pesquisa de doutorado e quando iniciou a 19ª. legislatura), 2020 e 2021 (períodos que se mostraram pertinentes e necessários, devido ao difícil contexto que se configurou em todas as esferas sociais e políticas, em razão da pandemia de Covid-19) e 2022, último ano desta legislatura.

Parto da investigação nas três mídias digitais (Facebook, Twitter e Instagram), de maior alcance, utilizadas para produção de conteúdo da Alesc. O recorte foi delimitado, ainda, na seleção dos seis posts de maior

repercussão/engajamento/interação – critério que permite uma análise textual mais consistente em razão da quantidade de comentários e, conseqüente percepção da qualidade desses comentários – em cada ano, com base nos relatórios da empresa de softwares de análise dados Inova Soluções, contratada pela Diretoria de Comunicação da Alesc e pelos relatórios de métrica das próprias plataformas, além dos softwares *Export Coments*<sup>1</sup> - ferramenta de exportação de comentários das mídias digitais, e *IraMuTeQ*<sup>2</sup> - software livre ligado ao pacote estatístico R para análises de conteúdo, lexicometria e análise do discurso, desenvolvido pelo *Laboratoire d'Études et de Recherches Appliquées en Sciences Sociales* da Universidade de Toulouse.

Espero, assim, compreender a circulação de sentidos (na perspectiva das teorias da Análise do Discurso) e localizar o papel desempenhado pela esfera da comunicação pública em plataformas de mídias digitais. Ao mesmo tempo, busco investigar os temas que mais se sobressaem nesse contexto.

Pesquisar sobre o papel das interações e interconexões proporcionadas pelas mídias sociais digitais construído, atualmente, em torno de negociações acerca do estatuto da representação, com a geração de debates, polêmicas, críticas, sugestões, aceites e não-aceites (no caso, os likes e suas variações – reações simbolizadas por emojis) de visibilidade pública, revela-se uma proposta pertinente ao campo das Ciências da Comunicação. Além de serem entendidas como reflexo dos acontecimentos socialmente relevantes, as mídias digitais também são pensadas enquanto materialidade auxiliar no engendramento das discursividades que atravessam o campo do social. De forma ampla, esse foco remete à centralidade que a esfera midiática encerra nas trocas simbólicas e que marcam a contemporaneidade e seu papel enquanto instância de mediação (Serelle, 2016).

### **1.1. Objeto de pesquisa**

Do ponto de vista do assunto a ser investigado, esta pesquisa trata dos discursos que engendram uma subjetividade política emergente na

---

<sup>1</sup> Disponível em: [EXPORTCOMMENTS.COM](http://EXPORTCOMMENTS.COM)

<sup>2</sup> Disponível em: [Iramuteq — IRaMuTeQ](http://IRAMUTEQ)

contemporaneidade, considerada a partir das interações entre instituição pública e sociedade, sobretudo em seus desdobramentos em torno do estatuto da identificação, da democracia, da participação que emergem nas representações construídas do debate público por meio das mídias digitais institucionais. Esse assunto é aqui abordado sob a ótica de suas correlações com a comunicação digital, com a Análise do Discurso e com a Comunicação Pública.

Com isso em vista, o objeto desta pesquisa diz respeito às zonas de contato e colisão, diálogo e conflito entre os discursos midiáticos (e a resposta dos cidadãos - interdiscurso) que contemplam a comunicação pública parlamentar, neste caso específico, e que são construídos pelas atuais tecnologias de comunicação em rede, mapeando seus pontos de tensão, tentativas de negociação, estabelecimento de diálogos e influências mútuas.

O quadro teórico de referência deste projeto, portanto, consiste em **três eixos teóricos principais**: 1) as mudanças sócio-históricas, atravessadas pela questão da democracia, da democracia digital e da cultura; 2) o papel das mídias sociais incorporadas por uma instituição pública, no cenário de transparência, da sociedade de plataforma e da comunicação pública; 3) a construção de participação, identidade e a representação do cidadão pelas mídias digitais legislativas, ancoradas pelas estruturas do discurso e da narrativa.

Do ponto de vista teórico-metodológico, filiamo-nos à visada da **análise do discurso** e do discurso da mídia de Patrick Charaudeau (2013, 2020) e à proposição de uma semântica global dos discursos e suas relações com as ciências humanas e sociais, por Dominique Maingueneau (1993, 2008, 2011, 2015, 2020) como um aporte interpretativo para identificar os discursos circulantes nas interações das mídias do parlamento; pelos **estudos de comunicação pública e de comunicação digital/em rede** para analisar as formas como se dão a comunicação e as interações no cenário da comunicação do Século XXI.

Para falar sobre **sociedade de plataforma, comunicação em rede e redes sociais** elegemos os autores Pierre Lévy (2010, 2017), Lúcia Santaella (2010), Massimo di Felice (2020), Manuel Castells, André Lemos (2010), Giselle Beiguelman (2021), Pollyana Ferrari (2015), e Stuart Hall (2005) para refletir sobre **cultura e identidade**.

Com base nessa problemática, formula-se a seguinte pergunta-chave:

Os discursos em foco contemplam a comunicação pública e as apostas da comunicação digital no que se refere à colaboração, à participação, ao exercício da cidadania e da democracia? Além da informação sobre os assuntos que impactam diretamente no cotidiano, procuramos investigar se os cidadãos têm a possibilidade de expressar suas opiniões com a certeza de que serão ouvidos e terão respostas para suas indagações e dúvidas.

A fim de responder a essas perguntas-chave, é preciso identificar quais os temas (Maingueneau, 2008) constituem esses discursos que emergem na esfera pública e constroem sentidos, tendo como materialidade a mídia social legislativa.

Considerando essa perspectiva e, ao buscar analisar a forma como é construída a identidade cultural e a participação da sociedade na mídia do legislativo estadual, e se essa população se identifica com o que é veiculado e sente-se representada, foi possível estabelecer algumas hipóteses, tais como:

- A partir da leitura do social, da democracia e da democracia digital, as plataformas digitais de comunicação podem construir uma aproximação com a atualidade de apostas culturais e, dessa forma, possibilitar uma nova forma de exercício da cidadania.
- A comunicação pública desempenhada pela Alesc cumpre seu papel de informar com transparência e possibilita um diálogo com a sociedade por meio da mídia digital, integrando projetos de lei desenvolvidos no parlamento à cultura e à história da população e sua vinculação ao espaço público cotidiano;
- Os cidadãos identificam-se ou não social e culturalmente com o conteúdo produzido e postado nas mídias sociais e reconhecem suas necessidades atendidas pelos parlamentares, por meio dessas plataformas de comunicação.

## **1.2. Objetivos**

O objetivo geral da pesquisa é a identificação dos sentidos em circulação nas plataformas de mídias digitais da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), observando os tipos de vínculo construídos pelos discursos entre esse agente público e a sociedade.

Objetivos específicos:

- Estudar o papel da comunicação digital da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) na construção da participação social e da identidade cultural promovidas pela mídia digital legislativa;
- Refletir, a partir dos discursos circulantes nas mídias digitais da Alesc, se os preceitos da comunicação pública estão sendo colocados em prática, e se essa comunicação visa à construção de um vínculo de confiança e credibilidade junto à sociedade, como base para uma futura proposta de planejamento de comunicação digital.
- Identificar os sentidos circulantes nas mídias digitais, a partir de algumas categorias da análise do discurso, tais como: interdiscurso, formação discursiva, plano temático.

### **1.3. Quadro teórico de referência**

A Diretoria de Comunicação da Alesc produz conteúdo jornalístico para seus veículos (televisão, rádio, site, mídias digitais) e funciona como uma agência de notícias que alimenta de informações a imprensa externa. Enquanto produtora de conteúdo, os meios estão inseridos em uma proposta de comunicação pública e, assim, o conteúdo produzido visa ao direito do cidadão de ser informado sobre tudo o que for de interesse público, à transparência dos negócios e decisões de Estado.

O pressuposto é o de que a comunicação pública possa se desenvolver como estratégia direcionada a contribuir para o cumprimento do direito à informação, garantia complexa que envolve o direito do cidadão a a) *ser informado* b) *informar-se* e c) *informar* (Stuart, 2012). Ou seja, receber informações, ter acesso a estoques de informações de interesse público e informar as instituições e outros membros da esfera pública sobre suas opiniões, podendo assim contribuir ativamente na construção de políticas públicas. Para isso, partimos do conceito de que a comunicação pública é o debate que se dá na esfera pública entre Estado, governo e sociedade sobre temas de interesse público (Kucinski, 2012).

As assembleias legislativas, dentro da divisão de poderes que é a base dos Estados republicanos, são as casas de debate e as estâncias de representação direta do cidadão, o elo mais próximo desse com o Poder Público estadual dentro

de um dos vinte e sete territórios da federação brasileira. A comunicação pública é, então, ferramenta fundamental para que essas instituições possam cumprir sua missão – representar politicamente os cidadãos de seu estado – e atribuições, tais como proposição e deliberação de projetos de lei, fiscalização do Poder Executivo e dar visibilidade aos temas de interesse coletivo em debate na esfera pública.

Visto dessa forma, a comunicação no âmbito estatal – que inclui a desenvolvida pelas esferas municipal, estadual e federal do Legislativo – deve ser tratada pelo viés da comunicação pública como reconhecimento do direito do cidadão de ser informado sobre os atos dos governos/administrações, indo ao encontro das garantias constitucionais do direito à informação e à participação política e do dever da administração pública em dar publicidade a seus atos.

Dar acesso à informação está entre os serviços públicos essenciais à cidadania, em especial no Poder Legislativo que, entre os três poderes republicanos, é o “mais flexível, mais aberto, mais permeável, e profundamente afetado pelos elementos da política” (Cinnanti, 2011, p. 86). Por essas particularidades, as metas dos processos comunicativos dos parlamentos estaduais vão além de publicizar dados, mensagens e decisões, com objetivos que são comuns aos da comunicação pública (Zémor, 1995 *apud* Koçouski, 2012)<sup>3</sup>: escutar os sujeitos, contribuir para assegurar a relação social – em especial o sentimento de pertencimento à coisa pública e engajamento à participação ativa – e de acompanhar as mudanças de comportamento da sociedade.

A Constituição Brasileira de 1988 consolida o ideal democrático com o viés eminentemente pautado em cidadania. Apelidada de “Constituição Cidadã”, escrita após o fim da ditadura militar, foi caracterizada pela ampliação de diferentes tipos de direitos.

A estética da democracia, se assim se pode dizer, tem o seu próprio pluralismo semiótico, mas depende da comunicação pública. Trata-se de uma tarefa quase sempre claramente identificada no plano social: diminuir a distância entre instituições e cidadãos na vida cotidiana e, portanto, em torno das leis e suas aplicações, em torno do acesso a serviços e estruturas e em torno da necessidade de promover os interesses coletivos e desenvolver competitividade, conforme assinala Stefano Rolando<sup>4</sup> (2011, p. 27).

---

<sup>3</sup> ZÉMOR, Pierre (1995). *La communication publique*. 3. ed. Paris: PUF, 2005.

<sup>4</sup> Professor de Teoria e técnicas da comunicação pública na Universidade IULM, de Milão, Itália.

É imprescindível, nesse contexto, observar também as condições materiais sobre as quais essa comunicação se constrói, tendo, por exemplo, as plataformas de mídias digitais como suporte para a veiculação e circulação desses conteúdos. Plataformas essas, sobretudo o Facebook e o Instagram, que operam a partir de uma lógica privada, de monetização dos dados e de controle e seleção de conteúdos a partir de inteligências maquímicas, como os algoritmos, que não podem ser considerados elementos neutros nesse processo comunicacional.

A problematização dessas condições em que a comunicação pública da Alesc se dá é importante para se pensar qual o lugar e o sentido dos valores democráticos, cidadãos e públicos da comunicação nesse contexto da comunicação digital.

De acordo com Bernardo Kucinski, “os autores que associam comunicação pública a um padrão de Estado enfatizam dois atributos desse Estado ideal: o Estado que atende a todos os requisitos modernos do direito de informar e de ser informado, e que, além disso, instaura políticas públicas voltadas para a democratização da informação, estimulando o pluralismo e coibindo o domínio do “mercado da informação” por monopólios privados que produzem e vendem a informação como mercadoria.” (Kucinski, in Duarte, 2007, xii).

Nesse sentido, também podemos problematizar sobre: em que medida a presença de perfis de redes sociais legislativas realiza essa ideia de pluralismo, de participação social, de emergência de um novo tipo de participação cidadã e em que medida funciona como um agente que fornece matéria-prima para os monopólios contemporâneos de informação, que lucram com os dados gerados a partir das interações nas redes.

Num sistema legislativo estadual, em tese, leis são construídas de forma a atender aos interesses da população local. O respeito às particularidades culturais, naturais, urbanísticas, entre outras, dos municípios e das regiões que compõem o estado precisa ser levado em consideração. Os cidadãos necessitam ser reconhecidos por suas especificidades e ter atendidas suas necessidades.

Nessa perspectiva, o papel dos meios de comunicação públicos são fundamentais na representação do cidadão, no respeito à diversidade cultural e na construção de identidade de seu público-alvo. Reconhecer-se em um meio de comunicação é uma forma de sentir-se inserido na comunidade, na sociedade.



Esse deve ser um dos efeitos/resultados da comunicação pública, mas essa comunicação alimenta-se atualmente também de outros valores e princípios, tais como transparência, serviço, colaboração/participação, compartilhamento (pensando na atual configuração da comunicação em rede).

Stefano Rolando aponta que umas das razões fundamentais da comunicação pública é dar conotação à necessidade de identidade e de pertencimento dos cidadãos (utilizando formas mistas de comunicação-cultura-eventos sociais). O autor ressalta, ainda, que a redescoberta das necessidades de comunicação das instituições se dá não mais apenas para representar o poder, *mas também para fazê-lo funcionar* (2011).

De forma a entender como deve ser construído o processo comunicativo público<sup>5</sup>, Mariangela Haswani (2010) traça um percurso. Segundo a autora, esse processo só se dá de forma democrática e gera sentido se forem colocados em prática todos os seus estágios de maneira interconectada.

O processo comunicativo proposto parte, então, dos *dados* (registro da realidade, numérico ou em critérios estabelecidos previamente à coleta), passa pela *informação* (dados interpretados, dotados de relevância e propósito), adentra à *comunicação* (ocorre comunicação no momento em que o receptor recebe, compreende, interpreta e pode responder à informação <sup>6</sup>), estabelece um *relacionamento* (estrutura que se tece nas trocas de comunicação interpessoal prolongada no tempo, com reciprocidade de intenções e mútua satisfação).

A partir desse relacionamento, é estabelecido *diálogo/debate* (pressupõem, inicialmente, a existência da comunicação em sua circularidade) e, para que o processo seja eficaz, após a construção do relacionamento, deve haver *participação* (tomar parte em). Contudo, a participação não implica corresponsabilidade nem garantia de poder de deliberação, o que só vai se dar se o processo comunicativo atingir sua completude no *compartilhamento*, ou seja, tomar parte. No entanto, quem compartilha ouve, fala, delibera e arca solidariamente com as consequências das decisões, sejam ônus ou bônus.

---

<sup>5</sup> Sobre esse tema, vamos aprofundar no segundo capítulo.

<sup>6</sup> (Apud) Stefano Rolando.

O esquema para o processo comunicativo eficaz se apresenta da seguinte forma: Dado – informação – comunicação – relacionamento – diálogo/debate – participação – compartilhamento.

O esquema proposto por Haswani está muito próximo ao do que se apresenta pelas mídias digitais, enquanto “possibilidade de expressão pública, de interconexão sem fronteiras e de acesso à informação sem precedentes na história humana” (Lévy, 2017, p. 29).

Ainda que se trate de processos diferentes, as mídias digitais se aproximam do esquema da comunicação pública, enquanto ferramentas de diálogo entre sociedade e instituição.

Para Pierre Lévy, as mídias digitais proporcionam, além do alargamento da liberdade de expressão, um alargamento da liberdade de escuta. O autor ressalta que, considerando o *médium digital*<sup>7</sup> como um ecossistema, é obrigatório distinguir as noções de fonte e de mídia. Segundo ele, no cenário das mídias unidirecionais, as duas noções eram quase equivalentes:

um jornal ou uma emissora de televisão representavam *simultaneamente* um canal de comunicação. Evidentemente, isso já não é verdadeiro para o *médium digital* em geral ou para as diversas mídias sociais em particular... Nem o Twitter (ou qualquer outra mídia social em particular) nem o *médium digital* são fontes. São canais por intermédio dos quais podemos nos conectar às fontes de nossa escolha. As fontes, por outro lado, são indivíduos ou instituições (públicas, científicas, agências de difusão de notícias, coletivos publicando em blogs de opinião etc.) em que os internautas são chamados a depositar *ou não* a sua confiança, e que podem se expressar por um grande número de canais. Condicionado pelo *médium digital*, o espaço público do século XXI se caracteriza, então, não apenas por uma liberdade de expressão crescente, mas também por uma nova *possibilidade de escolha* das fontes de informação, assim como por uma *nova liberdade de associação* no seio das comunidades, grafos de relações pessoais ou conversas criativas que florescem na rede (Ibidem, p. 32).

---

<sup>7</sup> O autor optou por utilizar a palavra médium

A participação ativa e responsável na esfera pública do século XXI<sup>8</sup> é, no entanto, mais complexa e necessita de competências mais refinadas do que a participação na antiga esfera pública modelada pelas mídias unidirecionais, conforme Lévy. O autor sugere que é preciso agora pensar em uma alfabetização na inteligência coletiva no âmbito do *médium digital*.

“Os participantes da nova esfera pública não são apenas autores, são também potencialmente editores, bibliotecários, curadores e críticos. Em cada ação *on-line*, eles contribuem para a orientação de novos participantes” (Ibidem, p. 33).

As tecnologias digitais resultaram em uma mudança nos ambientes comunicacionais e trouxeram um novo ambiente multimídia e de interatividade para os meios de comunicação de massa. Segundo o sociólogo espanhol Manuel Castells, no artigo A Sociedade em Rede: do Conhecimento à Política, publicado após conferência sobre o tema realizada em 2005, em Portugal, o mundo está em um processo de transformação estrutural que começou a tomar forma nos anos 1960. Este processo está associado à emergência de um novo paradigma tecnológico, baseado nas tecnologias de comunicação e informação. A tecnologia é condição necessária, mas não suficiente, para a emergência de uma nova forma de organização baseada em redes, ou seja, na difusão de redes em todos os aspectos da atividade na base das redes de comunicação digital (Castells, 2005, P.16).

Castells afirma que esse processo pode ser relacionado com o papel da eletricidade ou do motor elétrico na difusão das formas organizacionais da sociedade industrial, na base de novas tecnologias geradas e distribuídas eletricamente. Pode argumentar-se que, atualmente, a saúde, o poder e a geração de conhecimento estão largamente dependentes da capacidade de organizar a sociedade para se captar os benefícios do novo sistema tecnológico, enraizado na microeletrônica, nos computadores e na comunicação digital, com uma ligação crescente à revolução biológica e seu derivado, a engenharia genética (Ibidem).

---

<sup>8</sup> Pierre Lévy, no artigo “Esfera pública do século XXI”, afirma que “a mídia digital do século XXI é caracterizada por uma possibilidade de expressão pública, interconexão sem fronteiras e de acesso à informação sem precedentes na história humana.”

LÉVY, Pierre. A esfera pública do século XXI. Disponível em: [https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes\\_artigo-pierre-levy1.pdf](https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf). Acesso em: 22 jun. 2022.

Para o pesquisador, uma característica central da sociedade em rede é a transformação da área da comunicação, espaço cognitivo em que as mentes das pessoas recebem informação e formam pontos de vista por meio do processamento de sinais da sociedade no seu conjunto. Os sistemas de comunicação midiáticos, para Castells, criam os relacionamentos entre instituições e organizações da sociedade e as pessoas no seu conjunto, não enquanto indivíduos, mas como receptores coletivos de informação. Por essa razão, a estrutura e a dinâmica da comunicação social são essenciais na formação da consciência e da opinião, e a base do processo de decisão política.

Castells afirma que, com a expansão das redes de novas tecnologias, há a emergência do que ele chamou de “comunicação de massa autocomandada”, um sistema difundido em toda a internet, podendo potencialmente chegar a todo o planeta. Esse sistema é autocomandado porque, geralmente, é iniciado por indivíduos ou grupos sem a mediação do sistema mídia. Dessa forma, a sociedade em rede constitui uma comunicação socializante que se sobrepõe ao sistema de *mass media* que caracterizava a sociedade industrial.

“Uma vez que a política é largamente dependente do espaço público da comunicação em sociedade, o processo político é transformado em função das condições da cultura da virtualidade real” (Ibidem, pp. 22-23).

As discussões sobre participação social ilustram um quadro mais amplo de rearticulações nos modos do fazer político tradicionais. Como aponta Hall (1994), a emergência das chamadas “políticas de identidade” são um fator decisivo nesse cenário, que devem ser entendidas à luz da “centralidade da cultura na constituição da subjetividade, da própria identidade e da pessoa como um ator social” (Hall, 1997, p. 23). Esse dado, que vem sendo trazido à luz nas discussões acadêmicas e políticas impactadas pela virada cultural, está ligado à percepção acerca da conexão entre a constituição das identidades e os processos de representação/identificação.

Construídas – mas nunca fixadas – culturalmente, as identidades constituem-se no interior das fronteiras que marcam as diferenças – lugares, como aponta Hall (1997), de potenciais contestações dos sentidos, isto é, de políticas de identidade. Quando os padrões de representações não são vividos, por diversos grupos sociais, como capazes de representá-los, podem emergir reivindicações de

definições alternativas que proponham novos conjuntos de representações. Isso pode levar à contestação da autoridade cultural das representações já apresentadas e ao surgimento de um foco diferente de identificação – ou seja, uma nova “política de identidade” (Hall, 1997).

Ao lado da emergência das políticas de identidade, Hall (1994) aponta a virada linguística no século XX como elemento fundamental à compreensão dos deslocamentos epistemológicos que possibilitam a emergência de disputas em torno de padrões linguísticos/discursivos, as quais se constituem como formas de contestação das representações sociais/culturais vigentes. Há uma perspectiva “nominalista”, segundo o autor, de modo que ganha força a crença de que alterações no plano linguístico – especialmente, lexical – seriam suficientes para alterar a realidade material/social.

Essa perspectiva nos leva a refletir sobre o fato de que todo enunciado é produzido por um sujeito em um lugar institucional e de acordo com regras sócio-históricas, considerando o “campo de exercício da função enunciativa”: suas regras de controle, suas condições de emergência, as relações estabelecidas com os sujeitos, com a história e com a própria materialidade do enunciado (Gregolin, 2006, p. 90).

A fim de encontrarmos os sentidos circulantes nas mídias sociais e entendermos como se dão as formações discursivas na mídia e as construções e implicações do discurso político e suas múltiplas interpenetrações e, ainda, como se apresenta o contrato comunicacional, recorreremos à análise do discurso de Patrick Charaudeau e de Dominique Maingueneau.

O contrato comunicacional é um conjunto de condições nas quais se realiza qualquer ato de comunicação. Isso é o que permite aos parceiros de uma troca linguageira reconhecerem um ao outro por meio de traços identitários que os definem como sujeitos desse ato (a identidade). Também reconhecem o objeto do ato que os sobredetermina (a finalidade) e entendem-se sobre o que constitui o objeto temático da troca (o propósito), considerando a relevância das coerções materiais que determinam esse ato (as circunstâncias) (Charaudeau e Maingueneau, 2012, p. 132).

#### 1.4. Procedimentos metodológicos

Nesta pesquisa, a partir da problemática e das hipóteses formuladas, os procedimentos concernentes à observação de dados empíricos organizam-se de modo a abarcar os principais perfis de redes sociais da Alesc – Facebook, Twitter e Instagram – e a cobrir os anos de 2019, 2020, 2021 e 2022. Com esse recorte, abrangemos um contexto marcado por importantes rearticulações discursivas e estruturais, tanto no contexto de uma nova forma de participação cidadã, quanto no contexto político estadual e nacional.

A delimitação de tal período de observação parte, inicialmente, do fato deste ser o período de uma legislatura de quatro anos, com início quando a pesquisadora foi liberada das suas atividades na Casa para concentrar-se em período integral à pesquisa de doutorado. Em paralelo a isto, também foi o momento em que as estruturas de comunicação internas foram alteradas e houve a contratação de empresas externas de monitoramento de mídias digitais, possibilitando uma análise mais fortemente fundamentada em razão das tecnologias de métrica utilizadas. Somado a isso, foi o período em que vivemos uma das piores crises de saúde pública da história recente, a pandemia de COVID-19, impactando o contexto sócio-político nacional, que interfere diretamente no estadual e nas formações discursivas da sociedade.

A Análise do Discurso é utilizada enquanto instrumento de interpretação do *corpus* textual. No entanto, para dar conta da complexidade e aprofundamento do tema, recorreremos, ainda, a entrevistas semi-abertas com diretores do setor de comunicação, gestores das mídias digitais da Alesc - por meio de email e whatsapp, e com parlamentares - por meio de formulário digital do Google Forms. A partir dos dados levantados em relação ao *corpus* da pesquisa, utilizamos a ferramenta *Export Comments* e o software IRaMuTeQ a fim de delimitar os eixos de análise por tema, tendo como base os preceitos de Maingueneau, assim como as formações discursivas e os interdiscursos que permeiam essa comunicação.

Após a amostragem e coleta dos dados, passamos à descrição do material empírico levantado, com base em procedimentos de organização, crítica e classificação (Lopes, 2010), de modo a mapear os discursos circulantes coletados.

Em um primeiro momento, investigamos a presença dos discursos que constituem as identificações e a participação, por meio da tecnologia digital, incorporada pela comunicação pública contemporânea. A partir das reflexões de Patrick Charaudeau e de Dominique Maingueneau, identificamos os temas de maior destaque, em sua tarefa de tradução de discursos circulantes e produção de sentidos.

### **1.5. Amostragem e técnicas de coleta**

A pesquisa foi dividida em duas etapas, uma quantitativa e outra qualitativa. Na etapa quantitativa foi realizada uma coleta de postagens por meio do software Zeeng – plataforma contratada pela Diretoria de Comunicação da Alesc - e de métricas já inseridas na plataforma Facebook, de postagens do perfil da Assembleia Legislativa nas mídias digitais Facebook, Twitter e Instagram, em um período de 48 meses (2019, 2020, 2021 e 2022). Esse período correspondente aos quatro anos do mandato legislativo que se assemelham ao tempo de pesquisa desta tese. Essa captura proporcionou perceber periodicidade das publicações, interações com comentários, curtidas e o tipo de conteúdo postado (se texto, foto, vídeo ou link de matéria para o portal da Assembleia). A partir dos dados levantados, utilizamos a ferramenta Export Comments e o software IRaMuTeQ a fim de delimitar os eixos de análise por tema, que indicaram os que mais se destacaram e mobilizaram o interesse público, nessas postagens.

Em paralelo a isso, para compreender as mediações comunicacionais construídas, realizamos entrevistas com diretores e gestores que trabalham na manutenção dessas mídias, além de entrevistas com parlamentares em torno do tema, como forma de complementar a pesquisa e entender a importância dada à participação popular por meio das mídias digitais institucionais.

Na etapa qualitativa, foi realizada a seleção de postagens contendo os temas de maior repercussão – essa escolha se deu pela possibilidade de um número maior de textos para serem analisados – e observados quais os sentidos que circulam nessas mídias, levando em conta os enunciados apresentados nas postagens e nos comentários, e relacionando-os com as mediações comunicativas (como, por exemplo, temporalidade - um post sobre um acontecimento atual traz

em si uma ideia de tempo presente, o que equivale a uma temporalidade, um post que resgata acontecimentos passados, equivale a outra temporalidade). A partir disso, observamos as condições de produção dos discursos nas mídias digitais e os sentidos dessa comunicação. Se aderem aos princípios e valores da comunicação pública e qual a contribuição dessa comunicação para a democracia e para o exercício da cidadania.

A escolha pelas mídias digitais faz-se necessária para analisar o que é produzido para essas plataformas e de que forma se dá a participação do cidadão no contexto comunicativo atual. As mídias digitais são ferramentas comunicacionais que permitem maior interatividade e participação cidadã, na Alesc, atualmente.

A implicação da relação sujeito (cidadão)/objeto (produção midiática), se deu por meio da observação direta – acessando as mídias digitais, fazendo anotações do que se observava. Na observação direta, a posição do investigador pode ser manipulada estrategicamente, com o propósito de proporcionar-lhe perspectivas mais favoráveis de obtenção de dados. "Ela pode ser realizada mediante técnicas que vão desde o registro sistemático dos fatos que ocorrem na situação da pesquisa até as diversas modalidades de observação participante." (Lopes, p. 147, 2014).

Nosso objetivo é integrar pesquisa e teoria e refletir – a, partir do que foi coletado e interpretado – sobre a efetividade dessa comunicação em rede, e sobre futura proposta de criação de formas digitais de comunicação, possam atender aos anseios da população e que resultem, ainda, na criação de políticas públicas e na construção de projetos de lei conjuntos.

### **1.5.1. Interpretação**

Após a definição do objeto, a observação e a descrição, é o momento de fazer o cruzamento dos dados coletados com as demais fases para interpretar aquilo que foi anteriormente observado e descrito. Este momento envolve a teorização dos dados empíricos no escopo dos autores e estudos levantados no quadro teórico de referência que serão confrontados pelo objeto para, deste modo, confirmar ou refutar as hipóteses. "A análise descritiva visa à reconstrução da



realidade do fenômeno por meio de operações técnico-analíticas que convertem os dados de fato em dados científicos” (Lopes, 2014, p. 152).

No caso desta pesquisa, a interpretação virá confirmar, modificar ou negar as hipóteses levantadas inicialmente na definição do objeto. Ao interpretar, será o momento de questionar: os meios de comunicação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina desempenham o papel de inserir o cidadão no contexto comunicativo? Os cidadãos sentem-se representados nos meios de comunicação da Alesc? Qual o papel da comunicação pública na construção da identidade social e cultural? As novas configurações comunicativas digitais atendem aos princípios da comunicação pública e fazem emergir uma nova forma de participação cidadã? E, por fim: como o estudo realizado contribui com a Ciência da Comunicação?

Refletir sobre alguns pontos, a partir dos estudos da comunicação pública e de categorias já mencionadas da Análise do Discurso, que possam auxiliar a construção de uma comunicação interativa de qualidade, que dialogue e atenda às necessidades da população, é a grande expectativa para que a democracia e a cidadania possam ser exercidas com legitimidade e força.

# 2

## Democracia, Cidadania e Democracia Digital

### 2.1. Democracia rima com polissemia

Muito já se falou sobre como nascem e como morrem as democracias. O desafio, no entanto, é o de buscar formas para sua sustentação, para sua manutenção ao longo do tempo.

A democracia está associada, há vários séculos, à nossa libertação relativa à ignorância, ao autoritarismo e ao absolutismo de ideologias de Estado e religiosas, a retrocessos sociais e culturais, à censura da liberdade de expressão.

De pontos de vista econômicos, políticos e culturais, desde o início do pensamento democrático, a ideia é colocar a sociedade em movimento por meio dos vínculos que possibilitem a união da eficácia técnica com liberdade política, tolerância cultural e felicidade pessoal.

O entendimento sobre o que é democracia variou enormemente ao longo dos séculos, com a sua teorização e suas práticas respondendo aos diferentes contextos históricos e refletindo distintas lutas sociais. Entre os primeiros encontros dos cidadãos na *Ágora* ateniense para discutir, com iguais direitos, os assuntos públicos da pólis (século V a.C.) e o brilho das telas dos computadores e dos *smartphones* na atualidade, a democracia percorreu um longo e acidentado percurso. Nessas muitas centúrias, ela esteve ausente por largos períodos. E mesmo quando o regime democrático voltou a ter alguma relevância, a partir dos séculos XVIII e XIX, era encontrada com muitas restrições que limitavam o acesso ao processo eleitoral da maioria da população adulta. E ainda com todas essas insuficiências, estava presente em poucos territórios. Na maior parte do tempo, foi uma palavra maldita, ofensiva e perigosa. Até hoje, ainda não é realidade em muitos países.

O conceito de democracia é extremamente polissêmico e admite um amplo leque de posicionamentos, alguns deles, inclusive, antagônicos. É provável que quando um grupo de pessoas, principalmente se tiverem posições ideológicas diferentes, debata sobre o que cada um entende por democracia, elas não

consigam chegar a uma definição consensual, ou com muito esforço e concessões apontem apenas alguns elementos basilares comuns. Claro que a impossibilidade de estabelecer uma definição unívoca sobre o que é democracia - seja no campo da Filosofia, da Comunicação Política ou nas diversas disciplinas das Ciências Humanas - não é exclusividade desse conceito.

Para compreender melhor essa miscelânea é importante uma breve revisão sobre a origem da democracia. Ou seja, precisamos falar dos gregos.

### **2.1.1. Uma invenção dos gregos**

A política é uma invenção dos gregos. Definida como “a arte de decidir através da discussão pública - e, então, de obedecer às decisões como condição necessária da existência social civilizada” (Finley, 1988, p.27). A Ágora, e mais tarde a Colina Pnyx, era o espaço em que a cidade, pelo menos a parcela minoritária da população denominada de cidadã, discutia os rumos da vida pública. Exercia os seus direitos políticos

A afirmação que os gregos inventaram a política não significa dizer que antes deles não existissem poder e autoridade.<sup>9</sup> Nas realidades anteriores e mesmo nas existentes na época dos gregos antigos é indiscutível a presença do poder e da autoridade. Mas era apenas o poder despótico ou patriarcal que prevalecia, cuja vontade absoluta era lei e a autoridade era pessoal e arbitrária. Essas conformações não reuniam os atributos definidores do que é um poder político e uma autoridade política.

O poder despótico era utilizado de maneira impiedosa pelos governantes para esmagar as intrigas palacianas, conter qualquer sedição dos pobres e dos escravos e assegurar a manutenção dos seus privilégios. Os governantes e membros das cortes, com o apoio dos sacerdotes, difundiam que o poder real tinha origem sobrenatural. Aqueles que ocupavam o trono tinham esse direito porque os

---

<sup>9</sup> A palavra “poder” é de origem latina e advém do verbo *potere*, que naquela língua significa “ser capaz de”. Substantivos latinos derivados do verbo são *potestas* e *potentia*. Este último tem o sentido de ‘capacidade ou habilidade de uma pessoa ou coisa de afetar outra’. Já *potestas* carrega um sentido político mais próximo de autoridades, da capacidade coletiva ou individual de agir ou mesmo de ação concertada, como no dito atribuído a Cícero, *Potestas in populo, auctoritas in senatu* (o poder do povo e a autoridade do Senado). (Feres Junior; Pogrebinski, 2010, p.159).

deuses assim o desejam. Ou eram a encarnação da própria divindade na terra, como, por exemplo, no Egito.

Por isso, podemos afirmar que os gregos foram os primeiros a pensar de maneira sistemática a política e a estabelecer teorias sobre ela. Isso pode ser mais bem explicitado quando analisamos o vocabulário utilizado ainda hoje pela ciência política, muitos dos termos têm origem nas práticas dos gregos, mas também dos romanos da antiguidade (Chauí, 2005, pp. 348-349).

O próprio termo “política” é oriundo de pólis (cidade-Estado)<sup>10</sup>. Ele surgiu quando a cidade passou a ser entendida como espaço cívico, como uma comunidade organizada de cidadãos. Uma derivação de política é *políticos*, que nomeava os homens livres e iguais. Para designar os regimes políticos, os gregos faziam uso de termos como democracia, aristocracia, oligarquia, tirania, despotismo, anarquia, monarquia.

A palavra democracia tem origem no grego (*demos*, povo; *kratos*, poder ou governo) e significa poder do povo. O termo “povo” carrega em si uma ambiguidade: tanto pode se referir aos sujeitos constitutivos do poder soberano (o corpo dos cidadãos) como os excluídos, os pobres.

Foi justamente o empenho das camadas para conquistar direitos políticos que deu origem à democracia em Atenas. Ela foi resultado de sucessivas lutas. Inicialmente, o poder estava concentrado nas mãos das famílias aristocráticas, grandes proprietárias de terras. Elas apresentavam o seu domínio sobre o restante da população como natural ou por decisão divina. Propagavam que apenas os “melhores” (*aristoi*), os que possuíam nobreza e excelência como os mais altos valores morais, eram capazes de decidir os destinos corretos e justos de toda a comunidade. Como o corpo social era composto por desiguais, os piores, os pobres desprovidos de mérito, deviam se submeter ao domínio dos melhores, os bem-nascidos, garantindo, assim, a harmonia da cidade.

Os defensores da democracia, ao apostarem na ideia de igualdade e unidade do gênero humano, rechaçaram a elitista crença aristocrática de que as

---

<sup>10</sup> “A expressão “cidade-estado” não deve nos enganar a respeito da amplitude geográfica do fenômeno. Não se tratava de domínio estritamente urbano, uma vez que envolvia um território rural, não raro maior que a própria região citadina.” (Singer et al. 2021, p.28).

distinções políticas podiam ser justificadas pelo nascimento nobre e pela posse de riquezas, e que essa diferença tinha fundamento na natureza. Argumentaram que as leis eram convenções e normas criadas por humanos. Portanto, tudo que envolvia o bem comum de uma comunidade deveria ter a participação de todos os cidadãos. O antropólogo e historiador Jean Pierre Vernant, ao analisar o surgimento da democracia, afirmou:

A corrente democrática vai mais longe; define todos os cidadãos, como tais, sem consideração de fortuna nem de virtude, como “iguais” que têm os mesmos direitos de participar de todos os aspectos da vida pública. Tal é o ideal da isonomia, que encara a igualdade sob a forma da relação mais simples: 1/1. A única justa medida suscetível de harmonizar as relações entre os homens é a igualdade plena e total (Vernant, 1994, p. 69).

O início efetivo da democracia em Atenas ocorreu a partir das reformas políticas e administrativas realizadas por Clístenes, 508/507 a.C. Apesar de ser um membro da aristocracia, liderou uma revolta popular que modificou as leis atenienses, ampliando o poder decisório da Eclésia (assembleia dos cidadãos), que se tornou o principal órgão político da democracia. Segundo o helenista Moses Finley:

A Assembleia reunia-se com frequência - pelo menos quatro vezes em cada período de trinta e seis dias, no século quarto [a.C.], provavelmente, com a mesma frequência no século quinto [a.C.] - e todos os cidadãos do sexo masculino, ao atingir os dezoito anos, podia assistir sempre que quisesse, excetuando alguns que tinham perdido os direitos cívicos por uma ofensa ou por outra razão. Obviamente, apenas compareciam uma fração dos 40.000, mas aqueles que estavam presentes em qualquer reunião singular constituíam o “*demos*” nessa ocasião e, por lei os seus atos eram reconhecidos como ação de todo o povo (Finley, 1988, p.64).

O processo que originou efetivamente a democracia em Atenas foi continuado e ampliado pelas reformas promovidas por Efiltes e, principalmente, por Péricles.

A democracia ateniense era direta, não existiam intermediários ou representantes. Tampouco havia distinção entre governantes e governados, já que os próprios cidadãos discutiam e votavam todas as questões que afetassem a comunidade. Já que não existiam funcionários públicos nem uma burocracia

estatal, os cidadãos eram os responsáveis pela administração de sua pólis. Com exceção dos dez estrategos (gerais encarregados da defesa da cidade), todas as funções administrativas eram distribuídas por sorteio e por tempo limitado.

O conceito de cidadão está relacionado ao conceito de democracia ateniense. Em tese todo cidadão ateniense tinha plenos direitos para participar da deliberação dos assuntos referentes à pólis. A democracia ateniense se baseava em dois princípios básicos: o da isonomia,<sup>11</sup> que significava que todos os cidadãos gozavam dos mesmos direitos, e o da isegoria, baseado no princípio da ampla liberdade de expressão nos assuntos discutidos na Ágora.

Durante o século V a.C., Atenas conheceu o seu apogeu político, econômico, militar e cultural. Sob a liderança carismática de Péricles, que foi, entre 461 e 429 a.C., o principal estadista de Atenas e o líder da facção democrática, ocorreu a consolidação do regime democrático, de suas instituições e valores (Maffre, 1993, pp.62-63).

Os posicionamentos e declarações de Péricles não foram apoiados unanimemente. Embora claramente minoritários, os grupos conservadores, vinculados à facção aristocrática, acusaram-no de populista e demagogo.

Péricles também estabeleceu uma norma, em 451 a.C., que restringia ainda mais as condições de acesso à cidadania em Atenas. Não bastava ser homem livre, maior de 18 anos e nascido em Atenas. Foi determinado que os pais também deveriam ser atenienses (King, 1988, p. 82). Com critérios tão estreitos, o número de atenienses dotados de direitos políticos era provavelmente de cerca de 10% da população total. Estavam excluídos os estrangeiros (tanto os considerados bárbaros como os gregos de outras pólis), as mulheres e as crianças e, obviamente, a grande multidão de escravos.

Os gregos, como sempre desunidos e naquele momento esgotados pelos incessantes conflitos entre eles, foram derrotados pelas tropas de Felipe II, rei da

---

<sup>11</sup> Em 549 a.C., Sólon, considerado um dos homens mais sábios da Grécia, foi nomeado arconte (magistrado que governava a cidade) e encarregado de realizar reformas que contivessem as revoltas dos camponeses e evitassem a eclosão de uma guerra civil. Uma das mais importantes modificações ocorreu no plano jurídico, com a instituição da isonomia. Contudo, para assegurar que o poder permanecesse nas mãos da aristocracia, ele determinou que a participação política fosse baseada na renda, destinando os cargos mais elevados apenas para as camadas mais ricas. A plutocracia é um regime distinto da democracia.

Macedônia, na batalha de Queroneia (338 a.C.). O domínio macedônico foi consolidado pelo filho de Felipe II, o jovem Alexandre.

A principal consequência política do domínio macedônico foi a perda da autonomia da maioria das pólis gregas. Isso significou que a política, e em particular a democracia, sucumbira (Reis, 2018, p.59). O desmoronamento da importância sociopolítica da pólis fez com que o homem grego perdesse a sua condição de cidadão e se tornasse súdito de algum rei ou imperador. As decisões relevantes sobre as questões públicas já não eram resolvidas por meio de debates na praça. As ordens inapeláveis vinham de um distante Reino ou Império, no qual o poder estava fortemente centralizado e nada afeito ao procedimento de consultas populares. A experiência democrática durou menos de dois séculos.

Após a derrocada das pólis gregas (domínio macedônico e, posteriormente, romano) e durante muitos séculos, o termo democracia quase que desapareceu completamente do léxico político. Tornou-se uma palavra maldita, com raríssimas exceções era visto como uma forma possível e bem-quista de organização política.

### **2.1.2. Democracia moderna**

Somente com enormes malabarismos retóricos e abusando do uso de sofismas podemos considerar a existência de algum tipo de democracia, tanto no sentido da tradição helênica como na moderna, nas relações entre senhores feudais e servos, na convivência entre mestres e aprendizes nas corporações de ofício ou em algumas repúblicas italianas, dominadas por seletas famílias durante o Renascimento. O surgimento do Estado Moderno e suas monarquias absolutistas justificadas pela teoria do direito divino torna a tarefa ainda mais ingrata e desprovida de qualquer base empírica.

A data mais recuada para determinar o seu início é a instituição do *habeas corpus*, em 1679, na Inglaterra.<sup>12</sup> Ao coibir os abusos do aparato estatal, foi um

---

<sup>12</sup> “Se pensarmos ainda no documento que simboliza o início da democracia moderna, o que institui o *habeas corpus*, em 1679, deparamo-nos mais uma vez com o paradoxo do ‘*homo sacer*’.” (Nascimento, 2002).

importante instrumento contra prisões arbitrárias e na garantia da liberdade individual.<sup>13</sup> Hoje está presente em todos os Estados Democráticos de Direito.

Cerca de um século depois do *habeas corpus*, a luta dos colonos na América do Norte contra o que consideravam a opressão britânica resultou na Declaração de Independência, assinada em 4 de julho de 1776. O documento, escrito em grande parte por Thomas Jefferson, tinha como arcabouço as ideias iluministas, destacando a presença daquele que é considerado o fundador do liberalismo político, o inglês John Locke. Vejamos um trecho do texto que é considerado a “certidão de nascimento” dos Estados Unidos da América.

Consideramos estas verdades como evidentes por si mesmas, que todos os homens são criados iguais, dotados pelo Criador de certos direitos inalienáveis, que entre estes estão a vida, a liberdade e a procura da felicidade. Que a fim de assegurar esses direitos, governos são instituídos entre os homens, derivando seus justos poderes do consentimento dos governados; que, sempre que qualquer forma de governo se torne destrutiva de tais fins, cabe ao povo o direito de alterá-la ou aboli-la e instituir novo governo, baseando-o em tais princípios e organizando-lhe os poderes pela forma que lhe pareça mais conveniente para realizar-lhe a segurança e a felicidade (EUA, 1776).

Norberto Bobbio, resumindo os aspectos mais relevantes do pensamento lockiano, escreveu: “Através dos princípios de um direito natural preexistente ao Estado, de um Estado baseado no consenso, de subordinação do Poder Executivo ao Poder Legislativo, de um poder limitado, de direito de resistência, Locke expôs as diretrizes fundamentais do Estado liberal” (Bobbio, 1984, p. 41).

A organização do novo Estado foi completada, em 1787, com a elaboração da primeira Constituição escrita do mundo. Os chamados *Founding Fathers* mais preeminentes eram ciosos proprietários rurais e donos de numerosos homens e mulheres escravizados. Discursavam contra a opressão e pela defesa da liberdade do povo, porém mal escondiam a aversão que tinham pelo “homem comum”.<sup>14</sup>

---

<sup>13</sup> Juridicamente, o *habeas corpus* é um instrumento para garantir a liberdade física do indivíduo contra as prisões consideradas ilegais, evitadas de arbítrio e sem fundamentos legítimos. A fórmula que hoje vem consagrada pela maioria das Constituições contemporâneas abrange todo o ordenamento jurídico, qualificando-se como um limite severo ao poder de cercear a liberdade física do indivíduo (Camargo, 2004, p. 596).

<sup>14</sup> “O povo é uma *grande besta* que precisa ser domada”, declarou Alexander Hamilton. Fazendeiros rebeldes e independentes tinham de ser ensinados, às vezes à força, que os ideais dos panfletos revolucionários não deveriam ser levados demasiadamente a sério. O povo comum não poderia ser representado por cidadãos como eles mesmos [do povo], que sabem de suas agruras, mas por gente educada [da pequena nobreza],



Durante quase dois séculos, no país que se vangloria de ser a “terra dos livres e o lar dos valentes”, os preceitos igualitários presentes na Declaração de Independência (1776) e consagrados na Constituição (1787) não valiam efetivamente para os negros, fossem eles escravizados ou livres. A igualdade tão propalada estava restrita apenas aos homens brancos, particularmente os brancos detentores de grandes propriedades. O paradoxo de que se todos os homens eram iguais, como uns poderiam ser subjugados por outros não parecia incomodar a imensa maioria dos brancos.

Apesar da enorme importância do processo que levou à independência dos Estados Unidos, chamado orgulhosamente por vários historiadores estadunidenses de Primeira Revolução Americana, o novo país na época de sua emancipação tinha população pequena, cerca de três milhões, e ainda diminuta projeção geopolítica. Um abalo sísmico de proporções ainda mais fortes, do outro lado do Atlântico, danificou seriamente o edifício do Antigo Regime. Em 14 de julho de 1789, revolucionários franceses tomaram as ruas de Paris e invadiram a Bastilha. Algumas semanas depois, no dia 26 de agosto, os deputados da Assembleia Nacional Constituinte aprovaram um texto que é considerado até hoje um dos mais influentes documentos políticos já escritos: a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. A declaração francesa tem a mesma base teórica dos documentos estadunidenses. E isso, claro, não é coincidência. É bom recordar que os cafés e os salões parisienses eram o epicentro do movimento filosófico iluminista. A partir da “Cidade Luz” irradiavam as novas ideias que embalavam os sonhos daqueles que almejavam uma nova realidade: crença na capacidade emancipadora da razão, igualdade jurídica, tolerância religiosa e filosófica, liberdade pessoal e social, direito à propriedade privada, defesa do contrato como mediador das relações sociais, maior participação política da sociedade, governo representativo.

Mas os devaneios não iam tão longe. A burguesia, com certeza, queria acabar com privilégios da aristocracia e conquistar um Estado favorável para os seus negócios, mas não tinha nenhuma pretensão em virar o mundo de ponta-

---

mercadora – advogados e outros *homens responsáveis*, aos quais poderia ser confiada a defesa de tal privilégio (Chomsky, 1997, p.261).

cabeça. A afamada declaração de agosto de 1789 só tinha valor para os homens e para os cidadãos. Não estavam incluídas as mulheres, que participaram ativamente das lutas revolucionárias. A estrutura patriarcal vigente, e que ainda vigora em menor escala, não as considerava dignas de terem os mesmos direitos que os homens franceses. Evidentemente também não tinha validade para as mulheres e os homens escravizados nas colônias.

Em 1791, foi promulgada a primeira Constituição francesa, incorporando as mesmas linhas mestras da ilustração presentes em decretos revolucionários anteriores. Ela tinha um caráter liberal e era francamente burguesa. Apesar da fundamental participação das camadas populares nas lutas contra os agrupamentos contrarrevolucionários (amplos setores do clero católico e da nobreza, a realeza e até mesmo parcelas da burguesia assustadas com o vigor e o radicalismo daqueles que queriam aprofundar as mudanças sociais e políticas), elas não tiveram muitos dos seus pleitos atendidos. O voto, por exemplo, continuou censitário. O rei Luís XVI, a contragosto, foi obrigado a reconhecer que o país era uma monarquia constitucional e que não existia nenhuma “autoridade superior à da lei. O rei reina por ela e não pode exigir a obediência senão em nome da lei” (Capítulo II, Art. 3º. Da Constituição Francesa).

A partir de então, a feitura de uma peça constitucional escrita passou a ser considerada como um traço característico de um Estado liberal.

### **2.1.3. O turbulento século XIX**

O historiador britânico Hobsbawm, ao comentar o século XIX, disse que ele foi assinalado por duas grandes Revoluções: a Industrial, iniciada na Grã-Bretanha, e a Francesa de 1789.

Se a economia do mundo do século XIX foi formada principalmente sob a influência da Revolução Industrial britânica, sua política e ideologia foram formadas fundamentalmente pela Revolução Francesa. A Grã-Bretanha forneceu o modelo para as ferrovias e fábricas, o "explosivo econômico que rompeu com as estruturas socioeconômicas tradicionais do mundo não europeu; mas foi a França que fez suas revoluções e a elas deu suas ideias, a ponto de bandeiras tricolores de um tipo ou de outro terem-se tornado o emblema de praticamente todas as nações emergentes, e a política europeia (ou mesmo mundial) entre 1789 e 1917 foi em grande parte a luta a favor e contra os princípios de 1789, ou os ainda mais

incendiários de 1793. A França forneceu o vocabulário e os temas da política liberal e radical-democrática para a maior parte do mundo. A França deu o primeiro grande exemplo, o conceito e o vocabulário do nacionalismo. A França forneceu os códigos legais, o modelo de organização técnica e científica e o sistema métrico de medidas para a maioria dos países. A ideologia do mundo moderno atingiu as antigas civilizações que tinham até então resistido às ideias europeias inicialmente através da influência francesa. Esta foi a obra da Revolução Francesa (Hobsbawm , 1981, p. 71).

Uma característica marcante da primeira metade do século XIX foi o embate entre duas grandes facções que, apesar da heterogeneidade, apresentavam pontos basilares em comum. De um lado, a tentativa de aglutinar as diferentes “forças de conservação”, defensoras das decisões reacionárias tomadas pelo Congresso de Viena (1814/1815), que buscavam restabelecer a ordem anterior a 1789 e evitar a qualquer custo a eclosão de novas revoluções liberais e, mais preocupante, a participação das camadas populares nos processos revolucionários. Por outro lado, as “forças de transformação”, que reagindo às pretensões da nobreza e da realeza procuravam difundir o ideário liberal defendido pela ascendente burguesia. Posteriormente, ganhou impulso a defesa da democracia, identificada com a reivindicação do sufrágio universal masculino, e, com o avanço da industrialização, ocorreu a disseminação de várias propostas socialistas, que eram, em graus variáveis, defensoras da justiça social. A frente multiclassista criada nas lutas contra o absolutismo monárquico não perdurou por muito tempo. A burguesia liberal não estava disposta a ir tão longe na sua pauta de transformações políticas e sociais.

Mesmo abarcando uma significativa diversidade de posicionamentos, podemos entender o liberalismo como um conjunto de teorias que busca definir os limites constitucionais para a atuação do Estado, reconhecendo que os cidadãos, mas não todas as pessoas, têm direitos face ao Estado e em relação aos demais indivíduos. Ao combater o Estado Absolutista, defendeu e lutou pela implantação das liberdades políticas fundamentais (tolerância religiosa, liberdade de expressão, de imprensa, de reunião e de associação) e pela liberdade econômica (*laissez faire, laissez passer*). Com o liberalismo nasceu a concepção de um Estado de Direito.

#### 2.1.4. A dura luta pelo sufrágio universal

Na maior parte da Europa, o aparelho de Estado continuava sob o domínio das elites, dividido entre a nobreza agrária declinante e a burguesia ascendente. Embora os industriais e os grandes proprietários rurais tivessem divergências sérias em vários aspectos, ambos tinham a mesma opinião em um ponto decisivo para eles: a manutenção da propriedade privada e dos seus privilégios. Estavam pouco dispostos a fazer concessões para os demais setores sociais.

O sufrágio, fundamento da democracia representativa, nem sempre foi um direito de todos os cidadãos. O voto censitário foi um dos meios utilizados para manter as grandes camadas de eleitores afastadas do processo decisório. O número de eleitores era reduzido, pois apenas os homens de fortuna tinham direito de participação no processo de escolha dos representantes. A permanência do voto qualificado (ligado à propriedade) excluía quase todos os trabalhadores e amplos setores das classes médias do exercício dos direitos políticos. Dividia os cidadãos em classes distintas, que recebiam pesos diferentes nas votações.

Muito mais do que concessões feitas pelas elites, a implantação da democracia foi resultado da luta das camadas populares, principalmente trabalhadores e setores das classes médias.<sup>15</sup> Como resposta à exclusão da imensa maioria da população adulta, surgiram em várias partes da Europa e nos Estados Unidos grupos organizados que lutavam para que as pessoas, independentemente da classe social, tivessem igual direito de participação nos processos decisórios do Estado.<sup>16</sup> Defendiam, contra muitos liberais, que a democracia representativa fizesse jus ao nome.

O direito de voto é um componente essencial no desenvolvimento e na própria aceção do que é essa forma de governo denominada de democracia moderna. A história do voto está fortemente entrelaçada com a evolução da

---

<sup>15</sup> “A luta democrática pela soberania política e pela participação dos pequenos proprietários, camponeses e proletários nas decisões governamentais se chocou desde cedo tanto com a perspectiva feudal-absolutista e contrarrevolucionária da nobreza decadente quanto com a perspectiva liberal e reformista da burguesia ascendente” (Maciel, 2022, p.36).

<sup>16</sup> O cartismo - que foi bastante atuante na Inglaterra, principalmente nas décadas de 1830 e 1840 - é o mais conhecido movimento pela conquista do voto universal masculino e de outros direitos políticos. “A estratégia utilizada pelos cartistas girava em torno da coleta de assinaturas, que era realizada nas oficinas, nas fábricas e em reuniões públicas, através de uma série de petições nacionais, enviadas à Câmara dos Comuns” (Coggiola, 2010, p.17).

democracia, principalmente da representativa, nos últimos séculos. Não foi, com certeza, um processo linear. Pelo contrário, foi marcado pela trajetória zigzagueante, com a alternância de avanços e de recuos, com a adoção de diversos critérios que dificultavam ou favoreciam o acesso ao direito de voto. Segundo o historiador Alexander Keyssar, “A evolução da democracia, assim como a do direito de voto, raramente seguiu um caminho reto e sempre foi acompanhada de profundas contracorrentes antidemocráticas” (Keyssar, 2014, p.26).

### **2.1.5. Riscos para a democracia**

O conservadorismo, um dos riscos à democracia, surgiu como reação ao aparecimento e ao desenvolvimento da moderna sociedade burguesa, cuja gênese é encontrada nas revoluções ocorridas a partir do final do século XVIII que abalaram o Antigo Regime. Os conservadores, em sua forma clássica, reafirmavam a autoridade tradicional, muitas vezes embasada em fundamentações teológicas, que, segundo eles, estava sendo colocada em xeque pela modernidade. Tinham uma clara ojeriza às práticas igualitárias, até mesmo no campo jurídico e político.

Mas o conservadorismo não ficou restrito aos nobres e aos reis saudosistas dos tempos do Antigo Regime. Segundo Marx e Engels, “a burguesia desempenhou na história um papel extremamente revolucionário” (Marx; Engels, 2010, p.55), mas, conforme foi se consolidando no poder e estabelecendo normas e regras que garantissem facilidades e vantagens para os seus negócios, ela foi assumindo cada vez mais posturas claramente identificadas com o conservadorismo. As novas e as antigas elites não demoraram para perceber que, apesar das divergências entre elas, havia um inimigo comum que ameaçava ambas. O pânico causado pela possibilidade de uma revolução sangrenta e popular uniu os proprietários de terra, muitos deles nobres, e os industriais manufatureiros. O voto censitário foi uma das armas utilizadas por eles.

Apesar de apresentarem várias nuances, os conservadores alegavam que o controle do Estado pelas elites era essencial para garantir a manutenção da ordem. A valorização do paternalismo autoritário tinha como pressuposto o estado de ignorância das massas, que não possuíam instrução e, conseqüentemente, acesso às informações necessárias para o exercício pleno da atividade política. As massas

não reuniam as condições mínimas para disputar cargos eletivos e até mesmo a capacidade de votar estava comprometida pelo predomínio da irracionalidade. Em função de sua situação de penúria econômica (não posse de propriedade), educacional (analfabetismo ou baixa escolaridade) e moral (devassidão dos costumes agravada pelo alcoolismo endêmico) precisavam da tutela e da vigilância das elites. Em síntese: eram incapazes de resolver por si os seus problemas e muito menos de gerir o bem público. Deixar a gestão do Estado nas mãos dos desafortunados seria um risco para a liberdade, um caminho aberto para o despotismo. Era fundamental um intenso esforço pedagógico, uma verdadeira educação cívica e moral, para elevar a consciência das massas não apenas sobre os seus direitos, mas também, e principalmente, sobre os seus deveres. Essa era a tarefa essencial das elites, que a partir de um eleitorado censitário saberia escolher os mais ilustres e sensíveis homens na busca das melhores soluções para o engrandecimento nacional e o entendimento das demandas do bem público.

Os liberais conservadores acreditavam que a sua missão era garantir a criação e o funcionamento das instituições governamentais, o progresso da sociedade e o exercício da liberdade. Diferentemente do liberalismo clássico, defendiam, em certa medida, a necessidade da intervenção estatal para garantir a execução de suas metas programáticas.

O recurso do voto censitário, adotado nos séculos XVIII e XIX, foi uma solução que não tinha mais condições de continuidade. As pressões cada vez maiores pela ampliação do direito de voto desgastavam a popularidade dos dirigentes e ameaçavam a estabilidade política dos países que resistiam à essa reivindicação.

O sufrágio masculino universal para as câmaras populares abriu seu caminho aos poucos. Enquanto a França o reconfirmou em 1875, a Inglaterra o efetivou em três etapas entre 1867 e 1918, a Alemanha em 1871, a Áustria em 1907 e a Itália em 1912. Na Rússia, a revolta de 1905 deu inesperadamente ao voto universal uma vida efêmera e abortada. Na Hungria, nesse ínterim, a classe governante magiar se opôs de forma resoluta ao voto democrático, mesmo ao preço de prolongar a subordinação de Budapeste a Viena. Apenas a Inglaterra, França e Alemanha prescindiam, antes da virada do século, das qualificações eleitorais segundo bens, impostos e instrução. Mas mesmo nesses três países, como em todos os outros, a proporção, a divisão por distritos e até a

delimitação injusta e arbitrária dos territórios eleitorais continuavam a inclinar as eleições para as câmaras baixas a favor das aldeias e vilas em detrimento das cidades, a favor da agricultura contra a indústria. A força da deferência e da religião também aumentava desproporcionalmente o voto rural. As atitudes de dependência pessoal forjadas nas relações sociais extravasavam para o comportamento político (Mayer, 1987, p. 137).

No final do século XIX, em alguns países, o sufrágio universal havia sido conquistado, mas só para homens. A luta pelo direito de voto feminino enfrentou fortes resistências, inclusive de homens que recentemente haviam conquistado o direito de ir às urnas. Mesmo nos setores ditos progressistas, com poucas exceções, o patriarcalismo imperava. Somente no final do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, principalmente após o término da Primeira Guerra Mundial em 1918, a campanha da primeira onda feminista (as sufragistas) começou a colher os seus primeiros resultados.

A real sigiliosidade do voto, a efetiva universalidade e a indubitável lisura do pleito ainda precisariam de várias décadas de intensas lutas para serem alcançadas.

As formas de ser alçado ao poder e de lá permanecer se tornaram mais sofisticadas. A simples conquista do voto universal, e, conseqüentemente, o aumento da população apta a votar e se candidatar aos cargos públicos não significaram, de forma alguma, a implantação imediata da democracia. Despojado de seus componentes mais brutais, o poder assumiu formas mais veladas, e mais eficientes do ponto de vista das classes dominantes, para o seu exercício. Ao mesmo tempo, mecanismos mais sutis obstaculizavam o acesso das camadas populares aos principais postos públicos e à participação nas decisões relevantes.

O medo de que a extensão do voto aos mais pobres pudesse ameaçar a posse da propriedade privada se esvaiu. Logo as classes dominantes perceberam que era possível manter o controle do aparato estatal mesmo com a ampliação do direito de voto. O peso do poder financeiro nas campanhas eleitorais; a retomada das alianças e dos conchavos, que haviam sido abalados pelo avanço da laicização, entre as elites dirigentes e as autoridades eclesiásticas foram novamente selados; o controle dos grandes órgãos de imprensa pelo grande capital, com a formação de conglomerados de mídia, mantiveram a influência

decisiva nos debates públicos e tiveram um papel importante na manutenção do *status quo*. Os conflitos sociais podiam ser “domados” e, ao serem controláveis, ficar menos ameaçadores à ordem instituída

Até as vésperas da Primeira Guerra Mundial, a Europa era pontilhada por monarquias absolutistas e várias ainda eram justificadas pelo discurso da escolha divina. Apesar do avanço da industrialização em vários locais, o continente continuava sendo predominantemente agrário e nobiliárquico. Com exceção do Reino Unido, o setor agrícola ainda era o que reunia a maior parcela da força de trabalho e representava a fatia mais significativa do produto nacional bruto, mais do que qualquer outro setor da economia. As classes sociais tradicionais (a nobreza fundiária) ainda continuavam a exercer uma enorme influência sobre o poder político.

O período entreguerras (1918-1939) foi marcado pela crise do Estado Liberal na Europa e em outras plagas. Desacreditado, foi responsabilizado pela elevada mortandade da guerra e pelas agruras econômicas que colocaram em situação de miserabilidade amplas parcelas da população. A fragilidade e incapacidade de resolver as graves crises ficaram expostas, facilitando a rápida ascensão de partidos políticos assumidamente antidemocráticos. Quando o ovo da serpente eclodiu, o veneno da intolerância e da brutalidade se espalhou. As tensões e as rivalidades ganharam cada vez mais ressonâncias. Mal as feridas na Primeira Guerra tinham começado a cicatrizar, os tambores da guerra retumbaram mais alto, abafando até se tornarem inaudíveis os apelos de um número decrescente de pacifistas. Os horrores e a destruição seriam ainda mais apavorantes.

Pelo menos até a segunda metade do século XX, a existência de regimes democráticos era bastante rarefeita. Um acontecimento foi decisivo para que eles finalmente adquirissem prestígio: a guerra contra o nazifascismo foi feita em nome da liberdade e da democracia. Com o fim do sangrento conflito, praticamente todos os governos e partidos políticos, mesmo os mais reacionários, entoaram loas à democracia e à soberania popular. Serve de exemplo do prestígio da palavra democracia nos anos imediatos ao final da Segunda Guerra, mas não de sua prática, o fato de que os países do Bloco Socialista na Europa Central e Oriental, apesar de controlados com mão de ferro por Moscou, se proclamassem “democracias populares”. Também é significativo que as muitas ditaduras na



América Latina, durante a Guerra Fria, foram implantadas com a alegação de que era necessário defender a democracia e a liberdade contra o comunismo ateu, com praticamente todos os golpes de Estado apoiados e financiados pelos Estados Unidos, que se autodeclarava o bastião da democracia.

#### **2.1.6. O que é uma sociedade democrática?**

O que é uma “sociedade democrática”? É uma sociedade pacificada e harmoniosa onde as divergências básicas foram superadas e onde se estabeleceu um consenso imposto a partir de uma interpretação única dos valores comuns? Ou é uma sociedade com uma esfera pública vibrante onde muitas visões conflitantes podem se expressar e onde há uma possibilidade de escolha entre projetos alternativos legítimos? Gostaria de argumentar em favor desta segunda visão porque estou convencida que, ao contrário do que hoje é comumente tido como certo, é um equívoco acreditar que uma “boa sociedade” é aquela na qual os antagonismos foram erradicados e onde o modelo adversarial de política se tornou obsoleto (Mouffe, 2003).

Neste texto também fazemos uma resoluta escolha pela segunda opção. Democracia é a busca da resolução pacífica dos conflitos, das discordâncias. É abdicar da violência e optar pelo uso do discurso, baseado em argumentações racionais, nos embates políticos. A política baseia-se na pluralidade dos homens e na possibilidade da convivência entre diferentes para alcançar determinados objetivos comuns. Uma sociedade democrática é sempre ruidosa. Ela possui uma esfera pública pulsante, em que idealmente as escolhas ocorrem após intensos debates entre os cidadãos dotados dos mesmos direitos.

A professora Marilena Chauí também defende o princípio da legitimidade do conflito, apontando que eles ocorrem em uma sociedade de classes e, portanto, caracterizada pela desigualdade. Dessa forma, democracia não pode se limitar a garantir direitos. Deve ir além, promovendo a criação de novos direitos.

[...] forma política na qual, ao contrário de todas as outras, o conflito é considerado legítimo e necessário, buscando mediações institucionais para que possa exprimir-se. A democracia não é o regime do consenso, mas do trabalho dos e sobre os conflitos. Onde uma outra dificuldade democrática nas sociedades de classes: como operar com os conflitos quando estes possuem a

forma da contradição e não a da mera oposição? Ou seja, a oposição significa que o conflito se resolve sem modificação da estrutura da sociedade, mas uma contradição só se resolve com a mudança estrutural da sociedade; [...] isso significa que a democracia não se limita a garantir direitos, mas tem como característica principal a criação de direitos novos, postos pelas condições históricas e pelas lutas sociopolíticas. Por esse motivo, a democracia é o único regime político realmente aberto às mudanças temporais, uma vez que faz surgir o novo como parte de sua existência e, conseqüentemente, a temporalidade é constitutiva de seu modo de ser; [...] (Chauí, 2022).

As nações dominadas pela tirania são aquelas em que a sociedade civil foi silenciada pela força. Dificultar e, no limite, impossibilitar a manifestação das divergências e dos conflitos é o sonho dos autocratas. Todo sufocamento da pluralidade resulta em diminuição do espaço público. Em nome da pacificação é imposto o silêncio para os cidadãos e, ao mesmo tempo, o matraquear das propagandas estatais. A divulgação por todos os meios possíveis de falas falaciosas que afirmam a imperiosa necessidade de reunificar a sociedade e assim recuperar uma suposta harmonia na vida política nacional é o receituário dos regimes ditatoriais.

### **2.1.7. Democracia em tempos mais recentes**

Nossa concepção de democracia ainda é modesta, segundo o sociólogo francês Alain Touraine (1996). Ele reflete que a maior desgraça que atingiu o continente europeu no século XX – espaço onde surgiu a democracia moderna – não foi a miséria, mas o totalitarismo e essa é ainda a razão pela qual nos limitamos a um conceito de democracia definido como um conjunto de garantias para evitar a tomada ou manutenção no poder de determinados dirigentes contra a vontade da maioria.

Em sua visão, Touraine assinala as profundas decepções sofridas e prolongadas que, durante muito tempo, a sociedade ainda vai aceitar. E destaca essa limitação do poder como o aspecto prioritário na definição da democracia. Ele também alerta para a consciência de democracia que se enfraquece porque muitos indivíduos se sentem mais consumidores do que cidadãos e mais cosmopolitas do

que nacionais “ou, pelo contrário, porque alguns se sentem marginalizados ou excluídos da sociedade – com efeito, têm o sentimento de que, por razões econômicas, políticas, étnicas ou culturais, não chegam a participar dela”. (Touraine, 1996, p. 18).

Touraine destaca que, a democracia, assim enfraquecida, pode ser destruída a partir de cima – por um poder autoritário – ou a partir de baixo – pelo caos, violência e guerra civil – ou a partir de si mesma – pelo controle exercido sobre o poder pelas oligarquias ou partidos que acumulam recursos econômicos ou políticos para impor suas escolhas a cidadãos reduzidos ao papel de eleitores (Touraine, 1996, p. 18).

Nessa linha, Massimo Di Felice (2020) pontua que nossa ideia de democracia e de participação continua estritamente ligada à de Atenas de Péricles, ou seja, à do século V a.C.

Conforme Felice, a ideia de participação e de democracia no mundo ocidental continua a ser identificada com o voto, “com as opiniões do público reunido na praça ou com aquelas de uma comunidade inteira reunida em um Estado” (Felice, 2020, p. 13).

O autor fala sobre a importância da conquista ao direito de voto, mas acredita que, com o passar do tempo, a própria identificação da democracia com o direito e o acesso ao voto contribuiu, paradoxalmente, na maioria dos casos, para o empobrecimento da participação e do debate político, reduzindo ambos à escolha de um candidato ou de um símbolo ou de uma bandeira.

A redução da participação a um tipo de arquitetura de interação “votocêntrica” tem, ao longo do tempo, afastado a população dos processos de tomada de decisão, transformando eleitores em usuários e disseminando uma cultura passiva de participação. (Ibidem).

Norberto Bobbio conceituava-os como cidadãos inconscientes, referindo-se a uma grande parte dos indivíduos que, mesmo votando e participando formalmente da vida democrática não entendia os significados, os valores e os fundamentos do debate público. Com o advento das redes sociais digitais, essa análise de Bobbio pode ser estendida. Os cidadãos, nesse espaço, são capazes de mostrar seus limites de compreensão, análise crítica e educação política e

mediática atingindo um grande número de pessoas e repercutindo desinformação de um modo sem precedentes. Se as tecnologias de informação e comunicação evoluíram e possibilitam novas formas de participação e interação, também fazem ecoar mentiras e não evoluem no debate público de qualidade (sobre isso, aprofundaremos mais adiante).

Em seu livro *O futuro da democracia* (1986), Bobbio reflete que,

No que se refere à representação dos interesses que está corroendo pouco a pouco o campo que deveria ser reservado exclusivamente à representação política, deve-se dizer que ela é, nada mais nada menos, inclusive para aqueles que a rejeitam, uma forma de democracia alternativa, que tem seu natural terreno de expansão numa sociedade capitalista em que os sujeitos da ação política tornaram-se cada vez mais os grupos organizados, sendo portanto muito diferente daquela prevista pela doutrina democrática, que não estava disposta a reconhecer qualquer ente intermediário entre os indivíduos singulares e a nação no seu todo. Se se pode falar de crise a propósito do avanço da representação dos interesses e do conseqüente fenômeno da multiplicação de decisões tomadas através de acordos entre as partes, ela não diz respeito tanto à democracia quanto à tradicional imagem do estado soberano colocado acima das partes. (Bobbio, 1986, p. 8).

Para Bobbio, mais do que uma promessa não cumprida, o ausente crescimento da educação para a cidadania, segundo a qual o cidadão investido do poder de eleger os próprios governantes “acabaria por escolher os mais sábios, os mais honestos e os mais esclarecidos dentre os seus concidadãos, pode ser considerado como o efeito da ilusão derivada de uma concepção excessivamente benévola do homem como animal político: o homem persegue o próprio interesse tanto no mercado econômico como no político.” (Bobbio, 1986, p. 9).

O autor vai aprofundando sua análise e reflete que ninguém se contrapõe à democracia, sustentando, como se vem fazendo, há anos, que o voto é uma mercadoria que se cede ao melhor ofertante. Ele ressalta, neste ponto, que todo esse discurso apenas vale se nos atemos ao que ele chamou como definição mínima de democracia, segundo a qual por regime democrático entende-se primariamente um conjunto de regras de procedimento para a formação de

decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados.

Sei bem que tal definição procedimental, ou formal, ou, em sentido pejorativo, formalística, parece muito pobre para os movimentos que se proclamam de esquerda. Porém, a verdade é que não existe outra definição igualmente clara e esta é a única capaz de nos oferecer um critério infalível para introduzir uma primeira grande distinção (independentemente de qualquer juízo de valor) entre dois tipos ideais opostos de formas de governo. Por isto, é bom desde logo acrescentar que, se se inclui no conceito geral de democracia a estratégia do compromisso entre as partes através do livre debate para a formação de uma maioria, a definição aqui proposta reflete melhor a realidade da democracia representativa (pouco importando se se trata de representação política ou dos interesses) que a realidade da democracia direta: o *referendum*, não podendo colocar os problemas a não ser sob a forma de exclusão, de escolha forçada entre duas alternativas, obstaculiza o compromisso e favorece o choque, e definição mínima de democracia exatamente por isto é mais adequado para dirimir controvérsias sobre princípio do que para resolver conflitos de interesse (Ibidem).

Bobbio também esclarece que é igualmente oportuno precisar, especialmente para quem deposita a esperança de uma transformação no nascimento dos movimentos, que a democracia como método está aberta a todos os possíveis conteúdos, mas é ao mesmo tempo muito exigente ao solicitar o respeito às instituições, exatamente porque neste respeito estão apoiadas todas as vantagens do método e entre estas instituições estão os partidos políticos como os sujeitos autorizados a funcionar como elos entre os indivíduos e o governo.

Uma visão mais radical de democracia do que a expressa pelo liberal Bobbio é a do linguista e ativista político estadunidense Noam Chomsky. Segundo ele,

uma sociedade é democrática na medida em que o povo tem oportunidades significativas de participar da formação das políticas públicas. Há muitas formas distintas em que isso pode ocorrer, e na medida em que ocorre a sociedade democrática. Uma sociedade pode ter o aspecto formal da democracia e não ser democrática. Na União Soviética, por exemplo, havia eleições (Chomsky, 1997, p.10).

## 2.2. Democracia digital: A política na era do microprocessador e do *chip*

[...] com “democracia digital” usualmente é feita referência a um montante muito amplo de experiências, iniciativas e práticas políticas relacionadas à ideia ou às instituições da democracia, na medida em que tais experiências, iniciativas e práticas se apoiam em dispositivos, ferramentas e recursos das tecnologias digitais de comunicação e informação (Wilson Gomes, 2010).

Discutir sobre a democracia digital significa debater a relativamente longa história do ideário democrático, assim como a mais recente temporalidade do processo tecnológico que permitiu o advento das tecnologias da informação e comunicação (TIC).

Não é consensual a denominação sobre o uso dos aparatos tecnológicos pelas democracias contemporâneas. Acompanhando as mudanças tecnológicas, os pesquisadores do tema adotaram, nas últimas cinco décadas, diferentes termos: teledemocracia, ciberdemocracia, democracia virtual, democracia eletrônica, democracia *on-line*, e-democracia. Nos últimos anos, a expressão democracia digital tem sido a mais costumeira.

A discussão sobre a democracia digital, assim como outros termos próximos, deixou de ser restrita aos meios acadêmicos e passou a ser utilizada por militantes sociais, profissionais da imprensa, políticos e instituições do Estado. Ou seja, os debates sobre o que é e quais os rumos que ela pode tomar estão, já faz alguns anos, inseridos no discurso público.

As múltiplas maneiras de denominar e caracterizar o fenômeno expressam algumas nuances, enfatizando as fases do processo e valorizando aspectos e usos distintos da tecnologia. Também exibem definições diversas sobre o que é um regime ou sociedade democráticos. Mesmo com toda essa diversidade, é possível apontar algumas características similares, que serão analisadas nas próximas páginas.

É possível realizar uma crítica das democracias existentes a partir de um ponto de vista essencialmente democrático, que defenda a revitalização e a expansão do elemento democrático não só na esfera estatal, mas também no plano da sociedade. A democracia digital tem um enorme potencial nessa peleja.

Para que o ideal democrático possa ser ampliado é necessário pensar e elaborar novos modelos de organização midiática e de acesso à informação e à comunicação. Algo que deve englobar o maior número possível de cidadãos no livre debate sobre os assuntos de seu interesse, assim como na participação efetiva dos processos decisórios do Estado.

Apesar de existir um grande potencial para ampliação real dos regimes democráticos por meio das inovações tecnológicas da comunicação, elas por si só não garantem um sistema robusto e maior participação popular nos processos decisórios.

Em sistemas políticos fechados à participação dos cidadãos, a mera implantação de canais de comunicação e de informação tecnologicamente mais avançados, a substituição de mecanismos analógicos por digitais, para conectar a população com as autoridades eleitas não modifica de forma alguma como se organizam e são divulgadas as atividades governamentais. Ou seja, é totalmente falsa a crença de que o uso das tecnologias de comunicação possa resolver por si só os problemas da democracia. Sem que ocorram mudanças nas formatações e nos desenhos das instituições, é quimera acreditar que por si só a tecnologia possa ter um papel decisivo na ampliação e na consolidação de espaços democráticos.

As estruturas consolidadas podem ser bastante resistentes a qualquer tipo de mudança. Caso os processos e os ritos que determinam a atuação do legislativo estiverem impermeáveis à participação mais efetiva dos cidadãos, o impacto não será de grande monta. Enfim, os déficits da democracia não serão sanados apenas com a utilização das novas tecnologias de comunicação.

### **2.2.1. As democracias e as terceira e quarta revoluções industriais**

Pensar a democracia digital nas últimas três décadas do século XX e nas primeiras décadas do século XXI é ter como pano de fundo o nascimento e a evolução da era digital, que ainda está em pleno e empolgante curso.

Independentemente dos termos utilizados, o conceito de democracia associado ao uso de aparatos tecnológicos tem sua origem e desenvolvimento localizados nas mudanças ocorridas no mundo pós-Segunda Guerra Mundial, período em que ocorreram a Terceira e a Quarta Revoluções Industriais.

A Terceira Revolução Industrial, iniciada na segunda metade do século XIX, foi responsável pelo desenvolvimento de semicondutores, dos *mainframes*, dos computadores pessoais e da internet. A evolução dos *microchips* e dos microprocessadores permitiu que os aparelhos fossem ficando cada vez menores e mais potentes a cada ano.

A combinação do computador pessoal com as redes de internet promoveu uma revolução digital, permitindo que qualquer pessoa com acesso a esses aparatos tecnológicos pudesse criar, difundir e acessar qualquer informação, a partir de qualquer lugar com condições de conexão. Espaços conectados também se expandiram rapidamente, cobrindo regiões cada vez maiores do planeta.

A invenção da internet foi resultado de décadas de aperfeiçoamentos constantes. Ela surgiu na costa Oeste dos Estados Unidos, em 1969, com o nome de "Arpanet". Eram tempos de Guerra Fria e o novo aparato tecnológico, propriedade do Departamento de Defesa estadunidense, tinha como objetivo interligar laboratórios de pesquisa e garantir que em caso de guerra nuclear as comunicações entre os militares e os cientistas não fossem interrompidas completamente. Inicialmente, seu uso ficou restrito aos Estados Unidos. Quando ela se expandiu para outros países europeus aliados de Washington, passou a ser utilizado o nome internet, mas a sua utilização ainda era restrita aos meios acadêmicos e científicos. Somente em 1987, o uso comercial foi liberado nos Estados Unidos.

No Brasil, as primeiras universidades federais, no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, passaram a ser conectadas em 1989. A exploração comercial começou em 1995.

No caso do nascimento da era digital, isso inclui um ecossistema de pesquisa que foi alimentado por gastos governamentais e gerido por uma colaboração militar-industrial-acadêmica. Somou-se a isso uma vaga aliança de organizadores comunitários, *hippies* de pensamento comunalista, pessoas que tinham como *hobby* fazer as coisas por conta própria e *hackers* autodidatas, a maior parte dos quais olhavam com suspeita a ideia de uma autoridade centralizada (Isaacson, 2014, p.14).

Diferente da maioria das inovações da era digital, a *World Wide Web (www)* foi invenção de um único cientista. Em 1991, o físico inglês Berners-Lee,



trabalhando no Laboratório Europeu de Física de Partículas (CERN), próximo de Genebra, apresentou um sistema que permitia que as pessoas, compartilhando informações, trabalhassem e projetassem coisas juntas. A “www ou *Web*” foi o resultado do entrelaçamento de duas invenções anteriores: computador e hipertexto<sup>17</sup>. Segundo Berners-Lee, o projeto *World Wide Web* visava permitir que *links* fossem feitos para qualquer informação e em qualquer lugar. Como ele insistiu que os protocolos da *Web* ficassem à disposição no domínio público, com os códigos abertos e compartilhados livremente, qualquer pessoa tinha permissão para utilizá-la e fazer modificações. A renúncia dos direitos de propriedade intelectual e as evidentes facilidades que a *Web* oferecia fizeram com que a novidade se espalhasse rapidamente.

Para uma breve descrição, poderíamos assim sintetizar: no início dos anos 1980, a internet incluía somente um número relativamente pequeno de redes, das quais a maioria tinha ligação direta ou com operações de defesa ou com as pesquisas. Ao longo dos anos 1980 e 1990, a internet cresceu enormemente no número de redes, computadores e usuários que incluía; o controle passou de militar a civil; sua operação foi privatizada, o que tornou a rede muito mais acessível ao público geral. Só então a maior parte das pessoas pode desfrutar das possibilidades oferecidas pela internet e por uma nova e intrigante aplicação, a *World Wide Web* (Vaz, 2023).

A invenção da *Web* possibilitou que uma grande gama de atividades e de serviços fosse ofertada. Ao facilitar o acesso às informações e melhorar a comunicação entre os usuários da internet, favoreceu, inegavelmente, a expansão da democracia digital.

---

<sup>17</sup> No campo das Ciências da Computação, “hipertexto é uma palavra ou expressão que é codificada para que, quando clicada, envie o leitor a outro documento ou algum conteúdo. Permitindo o estabelecimento de ligações com documentos em outros computadores, mesmo aqueles com diferentes sistemas operacionais.” (ISAACSON, 2014, p. 424).

Já na área da Comunicação e Semiótica, o professor Arlindo Machado esclarece que o “hipertexto seria algo assim como um texto escrito no eixo do paradigma, ou seja, um texto que já traz dentro de si várias outras possibilidades de leitura e diante do qual se pode escolher dentre várias alternativas de atualização. Na verdade, não se trata mais de um texto, mas de uma imensa superposição de textos, que se pode ler na direção do paradigma, como alternativas virtuais da mesma escritura, ou na direção do sintagma, como textos que correm paralelamente ou que se tangenciam em determinados pontos, permitindo optar entre prosseguir na mesma linha ou enveredar por um caminho novo” (Machado, 1993, p.186).

### 2.2.2. A WEB 2.0

A navegação corria seu curso em águas relativamente calmas, na chamada *Web 1.0*, onde as páginas eram criadas em HTML e não havia muita interação com o usuário, quando, no início dos anos 2000, os mares da internet foram se agitando. Em 2004, o termo *Web 2.0* foi popularizado pela empresa estadunidense O'Reilly Media<sup>18</sup> para designar uma segunda geração de comunidades e serviços na internet, envolvendo *wikis*, aplicativos baseados em folksonomia<sup>19</sup>, mídias sociais digitais, *blogs* e tecnologia da informação.

A *Web 2.0* caracteriza-se por potencializar a complexidade do ciberespaço, ampliando as formas de publicação, compartilhamento e organização de informações, além dos espaços para a interação e colaboração entre os participantes do processo.

A *Web 2.0* refere-se não apenas a uma combinação de técnicas informáticas (serviços *Web*, linguagem Ajax, *Web syndication* etc.), mas também a um determinado período tecnológico, a um conjunto de novas estratégias mercadológicas e a processos de comunicação mediados pelo computador (Primo, 2007, p. 2).

O aspecto tecnológico envolvido na construção da *Web 2.0* é fundamental. Contudo, a dinâmica social envolvida por sua arquitetura, a interação entre os envolvidos no processo comunicacional, é o que mantém sua existência. Uma mídia digital não se mantém apenas pela conexão entre seus terminais.

Primo destaca que a *Web 2.0* tem repercussões importantes, que potencializam processos de trabalho coletivo, de troca afetiva, de produção e circulação de informações<sup>20</sup>, de construção social de conhecimento apoiada pela informática. São essas formas interativas e os discursos produzidos no ambiente institucional das plataformas de mídias digitais do parlamento catarinense, mais do que as especificações tecnológicas em jogo, que serão aqui abordadas.

---

<sup>18</sup> O'Reilly Media (anteriormente O'Reilly & Associates) é uma empresa de aprendizagem americana criada por Tim O'Reilly que publica livros, produz conferências de tecnologia e fornece uma plataforma de aprendizagem *on-line*. Sua marca distintiva apresenta uma xilogravura de um animal em muitas de suas capas de livros.

<sup>19</sup> Neologismo criado pelo arquiteto de informação Thomas Vander Wal a partir dos termos *folk* e *taxonomia*. Ou seja, em vez de uma categorização por especialistas que segue rígidos padrões taxonômicos, a folksonomia seria uma classificação social de "baixo para cima". WAL, Thomas Vander. You down with folksonomy? *Vanderwal.net*, Maryland, 4 aug 2004. Disponível em: <http://www.vanderwal.net/random/entrysel.php?blog=1529> Acesso em: 14 de maio de 2023.

<sup>20</sup> O que seria chamado por Hardt e Negri (2005) de trabalho imaterial ou uma produção biopolítica.

André Lemos, em 2010, apontava para o pensamento sobre o futuro evocado pela cibercultura<sup>21</sup>, no qual otimismo e pessimismos estão sempre associados ao desenvolvimento tecnológico e volta “o velho sonho de um mundo da comunicação livre, sem entraves, democrático, global. Esse imaginário sempre retorna com o surgimento de redes técnicas, sejam elas de informação, comunicação ou de transportes” (Lemos, 2010, p.21).

Conforme Lemos, o desenvolvimento técnico sempre nos coloca na vertigem do futuro e na urgência do presente, criando distopias que podemos apreender por discursos de toda ordem: publicitários, acadêmicos, jornalísticos, artísticos, midiáticos.

A tecnologia ganha novos sentidos conforme avançam seus sistemas. No caso da *Web 2.0*, a emergência do paradigma informacional possibilitou a instauração da passagem do “modo industrial (material e energético) para o informacional (eletrônico-digital)” (Idem, p. 22).

Para Lemos, no ambiente complexo da cibercultura, a cultura política cresce, gerando novos produtos e processos, potencializando a emissão, a conexão e a reconfiguração, princípios maiores dessa cibercultura. Pensar de maneira colaborativa, plural e aberta era uma aposta para produzir, distribuir e compartilhar informação livremente, de forma a tornar a sociedade mais inteligente e politicamente consciente.

Nesse contexto, o uso tático e ativista das redes teve como perspectiva a emancipação de vozes. Surgido nos anos 1990, o conceito de mídia tática foi fruto de uma série de práticas nas mídias e festivais pela Europa e EUA.

O fundamento básico do conceito é o uso diferenciado das potencialidades midiáticas, graças à crescente acessibilidade dos computadores, redes e *softwares*. Os usos táticos abrangem um vasto campo de produção que vai desde a reutilização das mídias tradicionais, passando por *websites*, *software open source*, comunidades virtuais, *wikis*, *blogs*, incluindo, igualmente, teatros de rua, DJs e *performances* (Lemos, 2010, p.27).

---

<sup>21</sup> “A cibercultura é o conjunto tecnocultural emergente no final do século XX impulsionado pela sociabilidade pós-moderna em sinergia com a microinformática e o surgimento das redes telemáticas mundiais; uma forma sociocultural que modifica hábitos sociais, práticas de consumo cultural, ritmos de produção e distribuição da informação, criando novas relações no trabalho e no lazer, novas formas de sociabilidade e de comunicação social. Esse conjunto de tecnologias e processos sociais ditam hoje o ritmo das transformações sociais, culturais e políticas nesse início de século XXI.” (Lemos, 2010, p. 21).

Os mídia-ativistas utilizaram a expansão da conexão e a liberação da emissão como instrumentos fundamentais na busca de transformações sociais, ambientais e políticas.

### **2.2.3. A Quarta Revolução Industrial**

Em dezembro de 2015, um artigo escrito por Klaus Schwab, fundador e presidente executivo do Fórum Econômico Mundial, foi publicado na revista *Foreign Affairs*, com o título de *The Fourth Industrial Revolution: What It Means and How to Respond* (A Quarta Revolução Industrial: o que significa e como reagir a ela). O autor defendia o surgimento de uma quarta e distinta Revolução Industrial. No início do ano seguinte, foi realizado o encontro anual de Davos, cujo tema foi exatamente “A Quarta Revolução Industrial”, e lançado um livro de Schwab com o mesmo nome, rapidamente traduzido em várias línguas.

[...] acredito que hoje estamos no início de uma quarta revolução industrial. Ela teve início na virada do século e baseia-se na revolução digital. É caracterizada por uma internet mais ubíqua e móvel, por sensores menores e mais poderosos que se tornaram mais baratos e pela inteligência artificial e aprendizagem automática (ou aprendizado de máquina) (Schwab, 2016, pp.20-21).

A Quarta Revolução Industrial, também chamada de Indústria 4.0, está ancorada na convergência das tecnologias digitais, físicas e biológicas. O seu impacto será muito maior do que o causado pelas revoluções anteriores, em escala e em complexidade. Os acelerados e significativos avanços tecnológicos que já estavam em curso nas últimas décadas tendem a adquirir velocidades ainda mais estonteantes e provocar mudanças bem mais profundas em todas as esferas da vida. Em escala jamais vista, a vida de bilhões de habitantes do planeta já está sendo fortemente afetada. Provavelmente, apenas alguns pouquíssimos povos mais isolados não serão imediatamente atingidos. Além de impactar na organização das cadeias globais de produção, modificará ainda de forma mais intensa nossos comportamentos e o modo como nos comunicamos. Uma das

esferas mais impactadas será a forma como produzimos os produtos materiais e imateriais essenciais para a nossa existência. Ou seja, o mundo do trabalho.

Os avanços na capacidade computacional, no armazenamento na nuvem, na nanotecnologia, na inteligência artificial, na automação robótica, na internet das coisas, na biotecnologia, nas ciências de materiais e em muitos outros campos já começaram a remodelar radicalmente a vida dos trabalhadores. Em velocidade inédita na história, muitas ocupações simplesmente desaparecerão, por outro lado, várias outras, algumas que sequer são imaginadas hoje, surgirão.

As revoluções industriais anteriores também provocaram, é claro, o fim de algumas atividades e funções, mas foram capazes de criar um número superior de novos empregos. Não é essa a realidade prevista na Revolução 4.0. Pelo contrário, é prenunciada uma drástica redução dos postos de trabalho.

A discussão sobre as repercussões causadas pelo rápido avanço das inovações tecnológicas na vida das pessoas não é nova. Ela começou a ganhar musculatura com as duas primeiras Revoluções Industriais. Quando no início do século XIX, as ferrovias começaram a surgir pela Europa e, logo depois, nos Estados Unidos, inúmeras pessoas acreditavam, inclusive médicos, que viajar nos trens, que rapidamente estavam alcançando velocidades muito superiores à das carruagens puxadas por cavalos, provocaria sérios problemas de saúde. O temor era que os intrépidos passageiros teriam os órgãos internos embaralhados no ventre, provocando até mesmo a morte. Não foi necessário muito tempo para perceber que esse medo, como muitos outros, era infundado. Hoje, tratamos esse tipo de notícia sobre os nossos antepassados como algo anedótico. Porém não há graça nenhuma nas perspectivas que se apresentam para o futuro imediato. A Quarta Revolução Industrial traz muito mais intranquilidades do que esperanças promissoras.

A visão otimista de Klaus Schwab, conhecido como um agregador de bilionários em Davos, é refutada por estudiosos mais comprometidos com a luta dos trabalhadores. Em uma resenha sobre o livro de Schwab publicada na revista do Dieese (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos) encontramos a seguinte crítica:

Ao mesmo tempo em que o avanço tecnológico remodela o contexto, não se pode esquecer que ele surge dentro de uma lógica de dominação. Assim, Schwab ignora a luta de classe ao pressupor que a tecnologia pode ser controlada para o bem comum. Sabemos que hoje a tecnologia e o conhecimento são medidas para diminuir os custos, aumentar a produtividade e gerar mais lucro (Tamashiro, 2017, p.128).

A robotização extrema, a informatização e a alta conectividade comunicacional são irreversíveis. Por isso, é cada vez mais urgente assegurar que as multidões de excluídos pelo avanço da Quarta Revolução Industrial não sejam ainda mais privadas de seus direitos essenciais.

Como a humanidade irá reagir diante dessa situação que se apresenta calamitosa para amplos setores excluídos do processo econômico? Não basta apenas a existência de discursos exortando o direito fundamental a uma vida digna e plena. É preciso assegurar a efetividade desse direito.

Não há possibilidade de regimes democráticos prosperarem em um mundo tão desigual. Em uma sociedade com graves assimetrias de riqueza, educação e poder não há representatividade

Apesar de todos os percalços, é inegável que os avanços tecnológicos permitiram uma maior acessibilidade aos aparatos digitais por parte de parcelas crescentes da população mundial. Essa brecha precisa ser utilizada.

Diante da possibilidade de modificações abissais e em escala planetária dos ambientes econômicos, sociais, culturais, ecológicos, éticos e, evidentemente, políticos, é cada vez mais premente a compreensão e o uso das possibilidades que a democracia digital pode oferecer. Não há tempo a perder.

A destruição do passado — ou melhor, dos mecanismos sociais que vinculam nossa experiência pessoal à das gerações passadas — é um dos fenômenos mais característicos e lúgubres do final do século XX. Quase todos os jovens de hoje crescem numa espécie de presente contínuo, sem qualquer relação orgânica com o passado público da época em que vivem. Por isso os historiadores, cujo ofício é lembrar o que outros esquecem, tornam-se mais importantes que nunca no fim do segundo milênio. Por esse mesmo motivo, porém, eles têm de ser mais que simples cronistas, memorialistas e compiladores. (Hobsbawn, 1995, p.13).

Não é só a tecnologia que vive um período de mudanças aceleradas e constantes, as dinâmicas sociais também estão sendo fortemente modificadas, com o surgimento de novas formas de viver e de pensar. Vivemos tempos de incerteza.

Como aconselha Edgar Morin, devido ao caráter caótico da história humana, precisamos estar preparados para aguardar o inesperado. “Conhecer e pensar não é chegar a uma verdade absolutamente certa, mas dialogar com a incerteza” (Morin, 2003, p. 59).

Por óbvio, muitas das previsões são altamente especulativas. Qualquer exercício de futurologia que adote um tom peremptório sobre os rumos da democracia será inócuo. Porém, isso não significa a adoção de posturas letárgicas diante das lutas sociais e políticas. Pelo contrário, é imprescindível compreender que as incessantes rupturas que estamos vivendo demandam uma maior flexibilidade e agilidade intelectual e sensibilidade social. Para estimular a criação de novas formas de ação democrática é necessário abandonar o ceticismo paralisante. Isso significa reforçar e aprofundar a discussão e o agir em um processo político que apresenta diversas perspectivas de diálogo e várias veredas abertas. Ressaltando que alguns dos caminhos são abertamente contrários ao avanço das pautas democráticas.

Esse panorama muito duvidoso nos obriga a repensar o conceito de democracia e de que forma é possível aprofundar a interação entre os conhecimentos tecnológicos e as Humanidades (em particular das Ciências Sociais e da Comunicação Pública). O resultado desse esforço pode resultar na emergência de novas formas de expressão e organizações democráticas, assim como formatos de mídia inéditos.

#### **2.2.4. A história dos estudos sobre democracia digital**

A discussão acadêmica do processo comunicativo como um processo de mediação social não é algo recente. A novidade é que é a mediação, nas últimas décadas, acontece cada vez mais por meio da internet. Ela não é apenas um novo suporte para o qual convergem as mídias tradicionais. Ela tem um potencial muito maior de interação entre os diversos participantes (indivíduos ou instituições)

envolvidos no processo comunicativo do que as antigas mídias. É inegável que o uso intensivo de Tecnologias de Informação e Comunicação, em especial a internet, já está plenamente incorporado à política contemporânea.

A linha do tempo da literatura acadêmica sobre os projetos e as práticas envolvendo o uso de tecnologia e seus impactos na democracia contemporânea está bem documentada. Wilson Gomes identificou três fases no desenvolvimento dos estudos sobre democracia digital.

A primeira fase, denominada de período de preparação, vai de 1970 até meados dos anos 1990. Foi o momento em que se originou a ideia da democracia eletrônica.

No início dos anos 1970, apareceram os primeiros pesquisadores dedicados a explorar a ideia de democracia digital ou expressões semelhantes. Na ocasião, ainda eram poucas as iniciativas e os projetos sobre esse novo tema de estudos e de práticas.

Por essa época, o uso das TICs pelas democracias contemporâneas começou a se consolidar com o aperfeiçoamento de algumas mídias eletrônicas, especificamente a TV a cabo, que permitiu um relativo grau de interatividade. Desenvolvida na década de 1970 e ampliada na década seguinte, a teledemocracia é considerada o conceito mais antigo da democracia eletrônica.

O pioneiro sistema experimental de televisão a cabo bidirecional e interativa surgiu nos Estados Unidos, com o nome QUBE, em dezembro de 1977, no estado de Ohio. Lançado pela Warner Cable, rapidamente atingiu outras cidades estadunidenses. De acordo com os executivos da empresa, o objetivo era criar um método mais rápido para os grupos se comunicarem e interagirem à distância.”

Os espectadores, por meio de um controle remoto, podiam escolher a programação e enviar mensagens para o operador, opinando sobre diferentes assuntos: interesses pessoais das famílias; programas televisivos, os personagens e os enredos; posicionamentos políticos, inclusive com a “realização de ‘plebiscitos eletrônicos’ extraoficiais sobre questões locais” (Gomes, 2018). Inicialmente, a novidade de um aparelho televisivo que permitia um relativo grau de interação apresentou um alto volume de participação<sup>22</sup>. Após cada sessão interativa, dados

---

<sup>22</sup> QUBE-TV. Disponível em: <http://www.qube-tv.com>



personais dos assinantes eram recolhidos e armazenados em bancos de dados. Apesar de a empresa afirmar que as informações pessoais seriam mantidas em sigilo, as preferências coletadas atraíram a atenção de grupos comerciais, de agrupamentos políticos e de outras organizações. Havia também a preocupação de que hackers pudessem se apossar dos valiosos dados coletados.

Apesar do entusiasmo inicial, o empreendimento foi um fracasso comercial. Devido aos altos custos e ao fato de os equipamentos técnicos apresentarem muitos defeitos, eram ainda protótipos, o QUBE foi descontinuado (Mugnaini, 2007).

Na primeira metade da década de 1990, duas inovações tecnológicas foram importantes para a popularização dos computadores domésticos com acesso à internet: a invenção da interface gráfica, que tornou mais fácil o uso desses aparelhos, e a invenção da Web e sua rapidíssima evolução. À medida que elas rapidamente se popularizaram, novas possibilidades de uso surgiram, inclusive na esfera política.

A segunda fase, entre 1996 e 2008, é considerada o período de formação do campo de estudos sobre democracia digital, com um significativo incremento de publicações indicando a consolidação da ideia da democracia eletrônica. Gomes considera que o ano de 1996 pode ser considerado o marco inaugural para os estudos de Política, Democracia e Estado digitais.

A partir de 1996 temos algo muito peculiar acontecendo. Em primeiro lugar, mudou rapidamente a perspectiva sobre em que prestar atenção em termos tecnológicos: o foco se desloca da televisão para o computador, e da tecnologia do cabo para a internet. Não havia competição, nem no sucesso comercial nem na velocidade de adoção. Estamos agora, de forma autoconsciente, na “era da internet” (Gomes, 2018).

A utilização da internet, até então praticamente reservada aos meios acadêmicos e militares, propagou-se rapidamente em amplas partes do mundo. Simultaneamente, ocorreu uma acentuada diminuição dos custos de acesso. Essas novas tecnologias da comunicação e da informação permitiram maior interatividade, ampliaram a capacidade de conectar as pessoas e garantiram uma maior reciprocidade nos contatos entre elas. Essas mudanças tecnológicas e de

comportamento na forma de se informar e de se comunicar começaram a ser assimiladas, pelo menos em parte, pelo sistema político.

No meio acadêmico, aumentaram as reflexões e as pesquisas sobre as conexões entre o uso dessas novas tecnologias e o que elas poderiam oferecer para o aperfeiçoamento das democracias, assim como os riscos e as ameaças possíveis. Termos como democracia eletrônica, ciberdemocracia e democracia virtual ganharam maior circularidade no ambiente universitário.

A terceira fase, iniciada em 2006, está presente até hoje. A ideia de que a democracia possa se beneficiar da tecnologia digital não é mais motivo de grandes questionamentos. Ela deixou de ser um tema extremamente polêmico ou incompreendido, como era encarada em um passado recente. O debate, com características cada vez mais interdisciplinares, está mais focado nas possibilidades gerais e nos impactos da democracia eletrônica.

[...] agora se pergunta como podemos ter mais e melhor participação, deliberação, transparência, pluralismo, defesa de direitos etc. por meio de tecnologias digitais. Ou como podemos enfrentar e superar os limites dos vários níveis de exclusão digital (Gomes, 2018).

Embora já presente na década de 1990, um dos subtemas que ganharam força no início do século XXI foi o da desigualdade de acesso à tecnologia da internet. A exclusão digital é realidade em diferentes países ou também em distintas regiões do mesmo Estado Nacional. As parcelas mais pobres e vulneráveis da população ainda hoje têm dificuldades, em graus variáveis, de acesso. A recente pandemia de Covid e a necessidade de manter aulas a distância escancarou essa disparidade, com milhões de estudantes não conseguindo acompanhar minimamente as atividades escolares devido à instabilidade da conexão, ou até mesmo por não possuírem os aparelhos necessários.

Os estudos sobre a democracia digital estão em constante evolução e mutação. O intenso debate, promovido ao longo de mais de duas décadas por pesquisadores brasileiros, teve como resultado uma maior especialização dos estudos acadêmicos, com a expansão do catálogo de tópicos e de problemas

tratados. O intercâmbio com intelectuais estrangeiros foi estreitado e contribuiu para a proliferação de subcampos entre os pesquisadores nacionais.

Para Wilson Gomes, do ponto de vista do uso social das comunicações digitais a última década foi marcada pela hiperconexão.

Hiperconexão é um estado em que os indivíduos têm sempre à mão um aparelho que geralmente não é desligado nem desconectado da rede. Mais que isso, nesse estado as pessoas estão cada vez mais rodeadas por múltiplos aparelhos frequentemente com funções redundantes, por meio das quais satisfazem funções e necessidades como estar em contato social, atualizar-se sobre fatos, coisas e pessoas que lhe interessam, obter informações, conversar com outras pessoas, transferir para redes sociais digitais conteúdo de todo tipo e formato, cumprir e agendar compromissos, orientar-se no espaço e na vida, matar o tédio, trabalhar, relacionar-se, entre outras coisas (Gomes, 2018).

O fato de a vida íntima e a vida social estarem fortemente mediadas por tecnologias digitais, para o bem e para o mal, leva necessariamente à conclusão de que a vida pública também esteja submetida ao mesmo regime. Não seria sensato que as práticas, as formas e os conteúdos da comunicação de uma Assembleia Legislativa, tema de nossa pesquisa, se mantivessem analógicos.

# 3

## Democracia digital, Poder Legislativo e Comunicação Pública

No cenário institucional e político do Século XXI, qualquer análise ou estudo sobre as instituições legislativas precisa levar em conta que políticos, cidadãos, governos e organizações da sociedade civil estão engajados no uso de diferentes plataformas digitais, com interesse específico de influenciar as decisões políticas. Nesse sentido, os diferentes aspectos do engajamento público, conforme a conceituação de Leston-Bandeira (2014), podem encontrar nas ferramentas digitais um meio de facilitação. (Bernardes, 2020).

As diferentes práticas comunicativas inseridas na Democracia Digital envolvem tecnologias, plataformas digitais e dispositivos para a ação política, com o objetivo, pelo menos do ponto de vista teórico, de ampliar a autonomia dos atores envolvidos nos processos políticos e a igualdade entre eles nas decisões.

A mobilidade e a hiper conexão dos dispositivos móveis modificaram a forma com que os usuários se relacionam, entre si e com a internet. Aplicativos e plataformas de redes sociais digitais congregam usuários em torno de preferências, hábitos e conexões e levam os atores políticos a investirem nessas novas modalidades de interação. Jensen (2013) aponta que a internet se moveu da era da informação para a era da comunicação e produção de redes na última década, com a intensificação da interação entre os usuários.

Neste capítulo, procuramos desenvolver as relações entre a Comunicação Pública e as mídias digitais, seus pontos de intersecção e distanciamento, fazer um breve resgate histórico sobre a formação dos Parlamentos, em particular sobre o Parlamento Catarinense e situar o funcionamento do setor de comunicação da Alesc, em particular o setor de mídias digitais. Somado a isso, tratamos da epistemologia da Análise do discurso, instrumental para a interpretação do *corpus* de pesquisa.

### 3.1. Democracia Digital e Poder Legislativo

*“Assim como a morte é necessária à vida, dando-lhe sentido e especificidade, o político é uma instância que, na sua acepção mais forte, determina a vida social, ou seja, limita-a, constrange-a e permite-lhe existir” (Maffesoli, 1997, p.30).*

*“A pandemia da COVID-19 e as crises sanitária, política e econômica dela derivadas expõem antigas feridas das instituições, ao mesmo tempo em que abrem janelas de oportunidades às inovações que vinham timidamente buscando modernizá-las. Nesse movimento, que Schumpeter<sup>23</sup> descreve como destruição criadora, a estrutura legislativa tradicional também foi impactada: as deliberações virtuais exigiram adaptações não só no rito do processo legislativo, mas em muitas frentes desse Poder, que tem dificuldades em assimilar a evolução social e tecnológica” (Estadão, 2020).*

A Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou em 11 de março de 2020 estado de pandemia de Covid-19, doença causada pelo novo coronavírus (Sars-Cov-2). Diante desse contexto, governos e parlamentos tiveram que se adaptar, enfrentar desafios e inserir novas dinâmicas de deliberação e votação. As Assembleias Legislativas, parlamentos estaduais, passaram a utilizar mecanismos digitais, aos moldes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Uma semana após a declaração de pandemia, e com a imposição de isolamento social, Senado e Câmara aprovaram dispositivos legais para que ferramentas já utilizadas nas Casas fossem transformadas em sistemas de deliberações remotas. Dessa forma, também as Assembleias Legislativas funcionaram de forma eficaz, diante do contexto, superando a dinâmica de atividades de muitos parlamentos nacionais.

O Brasil destaca-se, mundialmente, por seus investimentos e pesquisa no setor de tecnologia envolvendo seus parlamentos já há um bom tempo. Desde a década de 1990, a Câmara dos Deputados possui equipes trabalhando com tecnologia e investindo na informatização de suas atividades. A partir da criação do Portal e-Democracia, entre 2008 e 2009, e da Lei de Acesso à Informação, em 2012, a qualidade relativa a esses setores aumentou consideravelmente.

Iniciativas dessa Casa (Câmara dos deputados), especialmente após a instalação de seu laboratório de inovação digital, o LabHacker (2013), chegaram mesmo a influenciar projetos de outros legislativos nacionais, como foi o caso da

---

<sup>23</sup> Joseph Alois Schumpeter foi um economista e cientista político austríaco, ex-ministro das Finanças da Áustria Alemã. É considerado um dos mais importantes economistas da primeira metade do século XX, e foi um dos primeiros a considerar as inovações tecnológicas como motor do desenvolvimento capitalista. (1883 – 1950)

Digital Democracy Commission do Parlamento Britânico e do recém-lançado Congresso Virtual do parlamento chileno (Mitozo, 2022).

Conforme Mitozo, a incorporação e utilização das plataformas digitais pelos parlamentos data do final da década de 1990, quando iniciativas desse setor começam a se multiplicar. “Uma das reflexões pioneiras, baseadas no caso do Parlamento Britânico, é de Stephen Coleman e colegas (1999), que apresentam uma análise exploratória acerca do que se denomina à época “modernização” dos legislativos, termo que deu nome à primeira comissão formada naquele parlamento com a finalidade de estabelecer mecanismos on-line de comunicação e transparência para essa instituição” (Ibidem).

Pesquisas focadas nesse tema têm, contudo, uma concentração maior cerca de dez anos após o início da utilização de ferramentas digitais pelos parlamentos, o que contribuiu para a formação de uma área em formação, denominada, recentemente, de estudos em e-Parlamento ou Parlamento Digital, segundo Mitozo.

Um das pesquisadoras mais atuantes da área, a inglesa Cristina Leston-Bandeira, deu início às análises acerca do uso de websites pelos parlamentos no sentido da promoção de valores democráticos e informação sobre o exercício de suas funções aos cidadãos. Conforme a autora, no contexto geral dos parlamentos, os websites desempenham um papel particularmente importante. “As legislaturas estão frequentemente no centro de um sistema político e os sites tornaram-se a principal interface com o público” (Bernardes & Leston-Bandeira, 2016, p.93).

Leston-Bandeira faz uma leitura dos parlamentos enquanto instituições políticas de maior visibilidade, atualmente, e, ainda, entre as mais criticadas. Conforme seu entendimento, o uso das ferramentas corretas é de primordial importância para um maior engajamento da população.

As definições e metas em torno da democracia digital, bem como suas possibilidades de implementação nos sistemas políticos têm aumentado os debates, nos últimos anos, entre os pesquisadores do tema. Para Trechsel et al., o foco na transparência possibilitada pelos meios digitais contribui para a melhoria nas formas de participação e de formação da opinião pública, capacitando os cidadãos a responsabilizarem governantes/políticos por suas ações na esfera pública (Trechsel et al., 2003, p.10).

A Transparência Internacional Brasil (ITGP)<sup>24</sup>, organização que faz parte de um movimento global de investigação sobre a transparência em instituições governamentais, apresentou em maio de 2023 seu Índice de Transparência e Governança Pública – uma ferramenta regular de avaliação da transparência dos Poderes subnacionais brasileiros.

“A cada atualização do índice, será possível comparar a evolução dos entes avaliados e estimular melhorias contínuas da transparência pública. O ITGP classifica os entes avaliados em formato de *ranking* e atribui notas entre 0 e 100 pontos. Quanto maior a nota, melhores os níveis de transparência daquele ente” (ITGP, 2023).

Em 2022, foram divulgadas as avaliações dos governos estaduais e distrital e de cerca de 200 prefeituras brasileiras. A avaliação das Assembleias Legislativas do país foi divulgada em maio de 2023.

Segundo matéria publicada no site Metrôpoles<sup>25</sup>, o Índice de Transparência e Governança Pública utilizou 62 indicadores para avaliar critérios como divulgação de salários, acesso à informação, canais de denúncias e disponibilização de agendas, contratos e licitações.

As notas representam cinco categorias: ótimo, bom, regular, ruim e péssimo. Das 27 Casas Legislativas brasileiras, nenhuma pontuou o suficiente para ter a transparência considerada ótima. Apenas quatro receberam a classificação “bom”: Distrito Federal, Espírito Santo, Minas Gerais e Ceará.

A Assembleia Legislativa de Santa Catarina ficou com a categoria “regular”, assim como outras 12 Assembleias Legislativas. Oito foram consideradas ruins e três péssimas.

As tecnologias de comunicação e informação estão disponíveis e profissionais qualificados para atuar nessas áreas são incorporados aos parlamentos. Algumas informações esbarram no próprio sistema hierárquico de alguns parlamentos, bem como na cultura e posição política dos que ocupam os cargos legislativos.

---

<sup>24</sup> Índice de Transparência e Governança Pública ([transparenciainternacional.org.br](http://transparenciainternacional.org.br))

<sup>25</sup> <http://www.metrosoles.com>

Em seu artigo intitulado “A política pública de transparência no Brasil: tecnologias, publicidade e *accountability*” (2016), Fernando Filgueiras aponta o conceito de transparência como ligado a um valor fundamental da gestão pública contemporânea: o de disponibilizar para a sociedade as informações sobre as ações realizadas pelos agentes públicos e fomentar, assim, a *accountability*<sup>26</sup>.

Conforme o autor, o uso das tecnologias da informação potencializa os elementos de transparência e fortalece a *accountability*; contudo, por si só, não os garante, devido “à forte burocracia com senso de missão e um aparato administrativo institucionalizado”, nas organizações públicas (Filgueiras, 2016, p. 89).

Se pensarmos no contexto comunicacional relativo às novas mídias digitais, sua vocação para diminuir as distâncias entre sociedade e parlamento pode ser significativa. Conforme Bernardes e Leston-Bandeira, seu potencial específico em relação aos parlamentos, compreende três áreas básicas: comunicação, disseminação e gestão da informação.

No entanto, uma vez que a confiança política não é estritamente vinculada a meras avaliações racionais, apoiando-se também em representações simbólicas, produzida com respostas irracionais e afetivas conduzidas pelos cidadãos às instituições políticas (Pitkin 1967; Leston-Bandeira 2012; Van der Meer 2010), um sistema público de interação política não pode ser sustentado apenas oferecendo informações ao povo. Precisa promover atividades para engajar e implementar participação democrática (Bernardes & Leston-Bandeira, 2016, p. 92 – tradução própria).

Na pesquisa (2016) em que traçam um comparativo entre os sites do Parlamento brasileiro e o do Parlamento Inglês, Bernardes e Leston-Bandeira fazem um resgate histórico, desde a criação desses sites. No Brasil, segundo as autoras, o site tem o formato atual e foi ao ar no ano 2000, mas já tinha sido lançado em 1997.

---

<sup>26</sup> Buscando uma síntese, *accountability* encerra a responsabilidade, a obrigação e a responsabilização de quem ocupa um cargo em prestar contas segundo os parâmetros da lei, estando envolvida a possibilidade de ônus, o que seria a pena para o não cumprimento dessa diretiva (Campos, 1990, p. 31)



Sempre acompanhando os investimentos do Senado federal em relação à comunicação, as Assembleias Legislativas estaduais também foram incorporando as ferramentas digitais no início dos anos 2000.

A informação, no entanto, é apenas um passo no caminho da transparência. Aprofundando esse argumento, Leston-Bandeira (2014) diferencia cinco passos para o engajamento público com o parlamento: 1) informação, 2) compreensão, 3) identificação, 4) participação, e 5) intervenção.

Nessa perspectiva, os cidadãos precisam de uma certa quantidade de informações sobre a instituição e sobre os deputados e mecanismos de participação para apoiar sua capacidade de agir e reagir no mundo político.

Outra razão para divulgar informações sobre os parlamentos é aperfeiçoar a reputação e construir uma melhor imagem pública para a instituição. Os parlamentos são muito vulneráveis em termos de imagem e satisfação pública, em parte por suas características próprias: altamente visíveis, *accountable* e voltados ao coletivo (Leston-Bandeira, 2014).

A falta de uma identidade única e sua característica intrínseca ao conflito são outros elementos que dificultam o "amor" da população ao Parlamento, segundo Leston-Bandeira.

### **3.1.1. Transparência**

A transparência tornou-se um valor político fundamental para as sociedades democráticas. Essa premissa é defendida pela consultora jurídica e advogada Mariana Chaimovich, que afirma que a “transparência é componente essencial para a construção de sociedades, em última análise, mais democráticas, que invariavelmente possibilitem o exercício gradativamente mais pleno da cidadania (Chaimovich, 2019, p. 391).

A precária organização da sociedade civil somada à fraca ou inexistente transparência dos órgãos governamentais debilita a democracia e favorece a ascensão de governos autoritários. A opacidade é típica dos regimes autocráticos, que têm no ocultamento dos seus negócios escusos e de suas tramoias um pilar importante de sustentação do seu poder tirânico.

A transparência, de um lado, e as suas contrapartes que formam o pavor das democracias liberais, a corrupção, o fisiologismo, a

opacidade do Estado, são hoje objeto generalizado de preocupações. (Gomes, 2018)

Nos Estados autoritários só existe uma verdade: aquela construída pelos governantes. As questões do Estado se tornam secretas ou dissimuladas por meias palavras. Por meio da combinação de intensa e mentirosa propaganda estatal e de violência sistemática contra os discordantes é imposto o monólogo governamental. Com o esfacelamento da esfera pública, os antigos cidadãos são transformados em meros súditos, não passam de ouvintes. E, segundo Hannah Arendt, “onde cessa o falar, cessa a política” (Arendt, 1998, p. 193).

É pelo falar e pelo ser ouvido por outros que se constitui a esfera pública.<sup>27</sup> Ela é o espaço onde tudo pode ser visto por todos e ter a maior divulgação praticável. O mundo é um espaço compartilhado e constituído por mediações criadas por homens e, mais recentemente, por mulheres.

Em um Estado Democrático de Direito, a comunicação estatal precisa atuar como um instrumento indispensável à garantia dos direitos individuais e sociais. Para que isso ocorra é essencial a percepção de que toda a informação pública é de propriedade do cidadão, sendo obrigação do Estado disponibilizá-la. Para a professora Mariângela Furlan Haswani, os “órgãos estatais têm - ou deveriam ter - obrigação de informar os cidadãos sobre temas que garantam seus direitos” (Haswani, 2010, p. 15).

O fortalecimento de uma sociedade mais democrática e consciente passa necessariamente pela maior possibilidade de acesso à informação dos atos praticados pelos agentes políticos. Essas são preocupações de extrema relevância em um país em que a cultura política foi predominantemente mais autoritária do que democrática, em que a sociedade, na maior parte das vezes, está submetida ao Estado e não o contrário.

---

<sup>27</sup> “Para Habermas (1989 [1962]), a esfera pública é uma arena de debate público em que os assuntos de interesse geral podem ser discutidos e as opiniões podem ser formadas, o que é necessário para a efetiva participação democrática e para o processo democrático. A esfera pública – pelo menos, em princípio – envolve a reunião de indivíduos igualmente em um fórum para o debate público. Contudo, a promessa do desenvolvimento inicial da esfera pública não se concretizou por completo. O debate democrático nas sociedades modernas agora é sufocado pelo desenvolvimento da indústria da cultura. A disseminação da mídia de massa e do entretenimento de massa faz que a esfera pública defina. A política é manipulada no parlamento e na mídia de massa, enquanto os interesses comerciais dominam. A “opinião pública” não é formada por discussões abertas e racionais, mas por meio da manipulação e do controle – por exemplo, na publicidade” (Giddens; Sutton, 2017. 219).

A organização político-administrativa do que é hoje o Estado brasileiro, desde os tempos coloniais, tem uma multissecular tradição de autoritarismo e de exclusão da grande maioria da população dos processos decisórios do Estado. Como pontua a historiadora e antropóloga Lília Moritz Schwarcz:

O nosso passado escravocrata, o espectro do colonialismo, as estruturas de mandonismo e patriarcalismo, a da corrupção renitente, a discriminação racial, as manifestações de intolerância de gênero, sexo e religião, todos esses elementos juntos tendem a reaparecer, de maneira ainda mais incisiva sob a forma de novos governos autoritários, os quais, de tempos em tempos, aparecem na cena política brasileira (Schwarcz, 2019, p.224).

É repetido constantemente o quanto é importante a participação dos cidadãos para a consolidação e a legitimidade das democracias contemporâneas. A concretização de uma maior participação cidadã no âmbito estatal depende de um redesenho institucional que disponibilize canais de intervenções adequados; que motive os cidadãos comuns a participarem de forma frequente do jogo democrático, não restrito ao período eleitoral; que propague a importância da visibilidade, da transparência, das liberdades políticas e da atuação consciente como valores essenciais de uma sociedade democrática.

O professor e pesquisador Sivaldo Pereira da Silva, em sua tese de doutorado, apresentou três requisitos que considera importantes para um modelo forte de democracia em sua interface digital do Estado, são eles: publicidade, responsividade e porosidade. “O primeiro, diz respeito ao princípio de tornar o Estado mais transparente ao cidadão; o segundo, de torná-lo mais responsivo e o terceiro, de torná-lo mais aberto à opinião pública” (Silva, 2009, p. 6).

A publicidade e a transparência dos procedimentos e das decisões dos agentes políticos são pré-requisitos para que os cidadãos avaliem o modo como está sendo conduzida a coisa pública. Conforme Mariângela Haswani:

A publicidade é um dos mais importantes pressupostos para a realização da cidadania, em democracias constitucionais que prezam a transparência como mecanismo de acesso, accountability e realização plena dos direitos das pessoas. Neste sentido, a publicidade das leis, a comunicação normativa ou comunicação jurídico-formal – é um dos meios mais eficazes para organizar a sociedade sem a geração de conflitos desnecessários e com as

divergências sendo tratadas em pé de igualdade por todos que a ela pertençam. (Haswani, 2013, p. 39).

Por sua vez, Silva aponta que “transparência pressupõe (1) robustez de informação, (2) acessibilidade assíncrona e (3) inexistência de barreiras cognitivas ao cidadão comum” (Silva, 2009, p. 124).

A ampla visibilidade nas transações e nos acordos pode atenuar, dependendo do que é visto e ouvido, a desconfiança dos cidadãos nas instituições políticas e nos próprios políticos.

Diante do cenário dominado pela falta de confiança dos cidadãos nas instituições políticas e nos próprios políticos, especialmente no caso do Legislativo, é como se transparência fosse oferecida como um antídoto à desconfiança. E mais: a transparência, ou a publicidade das ações governamentais, é o primeiro passo para que possa existir a participação do cidadão nas decisões que afetam sua vida. Por outro lado, é como se houvesse um novo tipo de capital político: o capital da visibilidade, que parece suplantar o capital simbólico do segredo (Barros, 2012, p. 13).

A percepção positiva dos cidadãos em relação à transparência dos seus governos é fator de fortalecimento da democracia. Mas não necessariamente de prestígio para aqueles que ocupam temporariamente os cargos eletivos. Esse é um dos motivos da relutância e, em alguns casos, do pouco empenho real na implantação de mecanismos de controle dos órgãos governamentais.

Apesar da reconhecida necessidade de ampliar a transparência da gestão pública nos regimes democráticos, é admissível que o exercício de determinadas funções do Estado não seja publicizado imediatamente. Casos e procedimentos que exigem correr em segredo de justiça e documentos que possam colocar em grave risco a segurança nacional devem ser preservados. “Sem dúvida, os segredos de estado sempre existiram; todo o governo deve classificar certas informações, subtraí-las da percepção pública, e os que revelam segredos autênticos foram sempre tratados como traidores” (Arendt, 1979, p. 293).

A necessidade de aprimoramento das atuais democracias representativas passa necessariamente pela criação de mecanismos mais eficazes e que permitam um maior contato entre os representantes e os representados. O desenvolvimento de ferramentas institucionais, impulsionando as mídias institucionais em todas as

instâncias de governo, tem um papel fundamental para assegurar a maior participação do cidadão dos negócios públicos.

Os modelos de comunicação política adotados pelas democracias liberais no século XX se tornaram obsoletos. Aos relativamente poucos e centralizados meios de informação de massa (sendo os principais a imprensa escrita, o rádio, a televisão e o cinema), todos estruturados de forma piramidal, de cima para baixo, deram lugar, com o aperfeiçoamento da internet (*Web 2.0*), a um sistema que permite a comunicação política de mão dupla. Além de proporcionar maior circulação de informações acessíveis ao cidadão comum, a nova mídia, ao possibilitar maior interação entre a esfera governamental e a sociedade civil, rompeu, em parte, com a passividade imposta pelo modelo hierárquico (emissor-receptor). Existe a possibilidade de cada usuário deixar de ser apenas consumidor e se tornar também provedor de informações.

Hoje, existem condições tecnológicas capazes de assegurar maior participação política dos cidadãos. Mais do que apenas garantir uma visibilidade cristalina dos atos dos agentes políticos é possível insuflar a maior presença dos cidadãos nas discussões coletivas de problemas relevantes para a sua comunidade e para assuntos regionais e nacionais, do acompanhamento em tempo real do processo deliberativo e da execução daquilo que foi decidido.

Neste momento, parece não haver desafiante explícito e consistente da ideia de que os onipresentes recursos das comunicações digitais podem ser empregados para formar governos e Legislativos mais eficazes e eficientes, com capacidade de entrega mais justa e universal de serviços públicos, mais transparentes, mais *accountable*, mais abertos ao interesse e ao olhar público, mais pluralistas, com uma oferta mais inclusiva de proteções para minorias e grupos vulneráveis e, enfim, com maior participação dos cidadãos nos assuntos da comunidade política (Gomes, 2016, p. 39).

É claro que somente a utilização de ferramentas tecnologicamente mais avançadas, embora importante, é insuficiente para que o sistema político se torne mais eficiente no uso dos recursos públicos. É fundamental, acima de qualquer outro pressuposto, que as informações circulantes sejam verídicas

Uma das características da difusão de informações pela internet, para o bem ou para o mal, é que todos os cidadãos podem ser editores virtuais dos conteúdos por meio das mídias digitais. E elas se tornaram um solo bem adubado para o crescimento rápido das mais variadas e esdrúxulas opiniões. É importante lembrar que opinião na tradição filosófica grega é denominada de *doxa*. Por serem instáveis, não nos permitem saber como as coisas de fato são. Por expressarem particularidades ligadas às percepções, estímulos recebidos pelos sentidos, não passam de mera aparência. Platão afirma que elas são o oposto da episteme, o conhecimento da verdadeira realidade.

Isso reforça ainda mais a relevância do jornalismo profissional, desde que comprometido com a verdade factual, para o fortalecimento de uma sociedade justa e democrática.

O jornalista e professor Eugênio Bucci, em sua obra *Existe democracia sem verdade factual?*, constata que “a verdade factual vive uma crise nas sociedades contemporâneas” (Bucci, 2019, p.9). E isso é muito grave, pois caso seja possível a existência de democracia sem verdade factual, ela será precária e com pouca inclusão social. Procurando compreender a situação atual, ele promove reflexões sobre os impactos da desinformação no debate público e o peso da mentira na política.

Fraudes, mentiras, e falsificações sempre existiram na convivência humana. Portanto, elas também sempre foram encontradas na política. A novidade é a existência de uma gigantesca indústria, apoiada nas tecnologias digitais de fácil acesso, que fabrica um volume tão grande de mentiras e as divulga com tal velocidade que a imprensa baseada no jornalismo profissional tem dificuldade de responder, de se contrapor. Essa massa enorme de mentiras explora as emoções e os desejos, sendo pouco afeita à reflexão, ao diálogo e à utilização de argumentos racionais.

A política deve ser uma discussão racional em público sobre fatos objetivos que nos afetam como comunidade. Para que isso ocorra é condição básica que os participantes tenham um compromisso com a verdade factual. “O poder - especialmente o poder fardado - teme a revelação da verdade dos fatos” (Ibidem, p. 67). Quando esse comprometimento com a verdade factual desaparece, já não há

mais política. O fanatismo, que não tem relação com os fatos, venceu. Nas palavras de Bucci:

As pessoas que embarcaram no fanatismo perdem a capacidade de ouvir argumentos sobre a própria posição delas e tomam por dogmas qualquer manifestação de seus líderes, de sorte que, na visão delas, a manifestação do líder fica acima do critério de ser verdade ou mentira, está acima do bem ou do mal, está acima da verificação empírica (PODCAST da Semana. Sem verdade factual não há política, só fanatismo. [Locução de]: Isabelle Moreira Lima. [Entrevistado]: Eugênio Bucci. Gama, São Paulo, 12 set. 2021).

Bucci utiliza como um dos alicerces teóricos da sua obra o pensamento de Hannah Arendt, em particular o ensaio *Verdade e Política*, de 1967. Ela propõe, entre outros pontos, uma discussão sobre governos que distorceram os fatos, comentando o caso da União Soviética em que a burocracia stalinista apagou a destacada participação de Trotsky na Revolução de 1917 e nos anos subsequentes, eliminou dos registros históricos oficiais fatos que contrariavam o discurso estatal. Para ela, a opinião, a interpretação, o erro, a confusão não são os opostos da verdade dos fatos.<sup>28</sup> O seu contrário é a falsidade deliberada, a mentira em estado puro que não tem nenhuma pretensão em relatar a verdade. Arendt reafirma a importância da verdade factual e sua relação com a política.

A verdade factual, pelo contrário, relaciona-se sempre com outras pessoas: ela diz respeito a eventos e circunstâncias nos quais muitos são envolvidos; é estabelecida por testemunhas e depende de comprovação; existe apenas na medida em que se fala dela, mesmo quando ocorre no domínio da intimidade. É política por natureza. Fatos e opiniões, embora possam ser mantidos separados, não são antagônicos um ao outro; eles pertencem ao mesmo domínio. Os fatos informam opiniões, e as opiniões,

---

<sup>28</sup> “Embora a verdade dos fatos seja a matéria de que se constituem as opiniões, ao contrário destas, aquela não é discursiva e, por isso, não é completamente transparente. Recusa-se a ser iluminada pelo processo comunicativo em que se originam as opiniões. A opacidade obstinada dos fatos sobrevém de não haver uma razão definitiva para serem o que são, ou por sua contingência intrínseca. A verdade factual não é mais evidente do que a opinião, e talvez por isso muitos dos que sustentam uma opinião encontram relativa facilidade em negar os fatos ou equipará-los à opinião (à sua opinião e à interpretação que lhes favorece). As evidências que conformam a verdade dos fatos são fruto de testemunhos, documentos, obras, monumentos, dos quais sempre se pode duvidar sem que haja uma instância superior à qual recorrer. Isto é, a verdade factual não tem uma origem transcendente.” (Francisquini, 2019).

inspiradas por diferentes interesses e paixões, podem diferir amplamente e ainda serem legítimas no que respeita à sua verdade fatural. A liberdade de opinião é uma farsa, a não ser que a informação fatural seja garantida e que os próprios fatos não sejam questionados. Em outras palavras, a verdade fatural informa o pensamento político, exatamente como a verdade racional informa a especulação filosófica (Arendt, 1979, pp. 295-296).

Em suma, a existência da verdade factual é premissa necessária para a existência da política. Por isso, é essencial distinguir o que é fato e o que é pura invenção. A liberdade de opinião e de expressão é, inegavelmente, um dos direitos humanos mais importantes, uma árdua conquista arrancada dos governantes tirânicos. Mas ela é uma farsa se a informação difundida não corresponder à verdade factual. A mentira incessantemente repetida não se torna verdade, como pretendiam os ideólogos dos regimes totalitários, mas a falsidade deliberada lançada sem tréguas em todos os meios de comunicação disponíveis é o alimento que nutre os discursos de ódio que os fanáticos adoram ouvir e propagar.

### **3.1.2. Um novo imaginário político a partir do digital**

O regime visual contemporâneo provoca implicações tanto na configuração de um mapa do (in)visível, como na definição das potencialidades de ação sobre o mundo (Mirzoeff, 2015, p.11).

Ver é uma modalidade do agenciamento e, logo, da cidadania, a construção de repositórios de informação em rede torna-se fundamental para o desenvolvimento de um pensamento crítico que valide a elaboração de um imaginário político alternativo no atual contexto democrático.

Castells (2016) define o conceito de rede como um modelo de ação social inovador, que pode ocorrer tanto no ciberespaço, como na malha urbana ou no espaço público, sendo estruturado a partir do uso de várias plataformas tecnológicas geradoras de um novo tipo de comunicação que, no último decênio, engendrou outros atores sociais, transformando a noção de política.

Esse padrão de comunicação em rede, massiva e instantânea, que permite a convocatória de milhares de pessoas, tem alterado significativamente a paisagem política. Um exemplo dessa dinâmica foi a série de protestos conhecida como Primavera Árabe, inspiradora do movimento *Occupy Wall Street*, ambas ocorridas



em 2011. A última, veio a se transformar num dínamo político de grande impacto (apesar de alguns veículos de comunicação estarem alinhados com o poder instituído e reportarem as ações como simples desacetos).

Em 2019, aconteceu a Greve Escolar pelo Clima, também conhecida como *Fridays for Future (FFF)*, *Youth for Climate*, *Climate Strike* ou *Youth Strike for Climate* - movimento internacional de estudantes que faltaram às aulas de sexta-feira, para participar de manifestações exigindo a ação de líderes políticos na prevenção de mudanças climáticas e pelo investimento em combustível fóssil - indústria para transição de energias renováveis.

Os movimentos começaram a ser organizados e divulgados nas redes sociais digitais depois que a estudante sueca Greta Thunberg comandou um protesto, em agosto de 2018, em frente ao Riksdag (parlamento) sueco, segurando um cartaz que dizia "*Skolstrejk för klimatet*" ("Greve escolar pelo clima").

Uma greve global, em 15 de março de 2019, reuniu mais de um milhão em 2.200 greves organizadas em 125 países. Em 24 de maio de 2019, na segunda greve global, 1.600 protestos em 150 países atraíram centenas de milhares de grevistas. Os protestos de maio foram programados para coincidir com as eleições para o Parlamento Europeu de 2019.

A Semana Global para o Futuro, de 2019, foi uma série de 4.500 greves em mais de 150 países, concentradas na sexta-feira, 20 de setembro, e na sexta-feira, 27 de setembro. Provavelmente as maiores greves climáticas da história mundial, as greves de 20 de setembro reuniram cerca de 4 milhões de manifestantes, muitos deles crianças em idade escolar, incluindo 1,4 milhão na Alemanha. Em 27 de setembro, cerca de dois milhões de pessoas participaram de manifestações em todo o mundo, incluindo mais de um milhão de manifestantes na Itália e várias centenas de milhares de manifestantes no Canadá.<sup>29</sup>

Na ocasião do *School Strike for Climate*, poucos meses após seu início, Greta Thunberg, com apenas 15 anos à época, tornou-se uma voz ativa entre as ONGs na área da ecologia, o que levou os envolvidos no tema a terem uma postura dialógica e não meramente oposicional, e a proporem medidas concretas de ação para alterar o atual panorama de dependência dos combustíveis fósseis e da

---

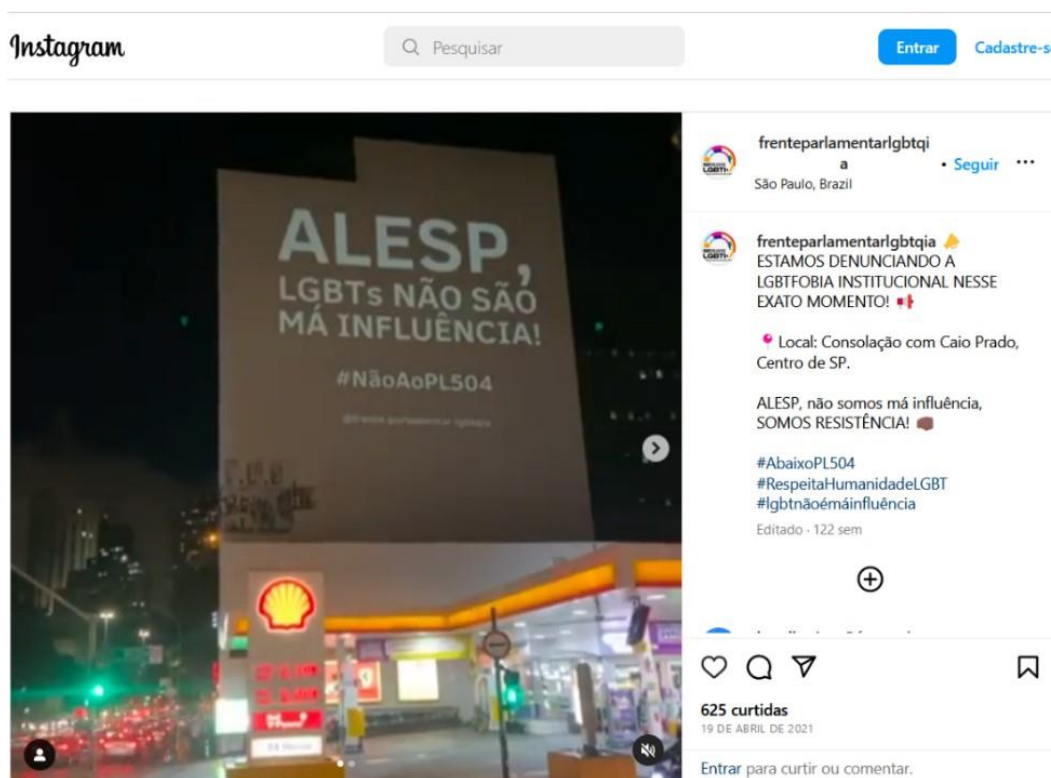
<sup>29</sup> [Greve Escolar pelo Clima – Wikipédia, a enciclopédia livre \(wikipedia.org\)](https://pt.wikipedia.org/wiki/Greve_Escolar_pelo_Clima)

subordinação do poder político aos interesses financeiros, que boicotam as (parcas) medidas acordadas no Tratado de Paris.

Em 2020, a Assembleia Legislativa de São Paulo encaminhou um Projeto de Lei (PL) que proibia a publicidade, em qualquer veículo de comunicação e mídia, de material que contivesse alusão a preferências sexuais e movimentos sobre diversidade sexual relacionados a crianças no Estado.<sup>30</sup>

À época, uma ação liderada pelo Grupo de Trabalho de Comunicação, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+ do estado de São Paulo, em parceria com sociedade civil e organizações não governamentais, realizou projeções contra o PL em um prédio do bairro da Consolação, região central da capital, que viralizou nas redes sociais digitais e tomou proporções enormes, sendo apoiada por diversas marcas e grandes empresas.

Figura 1- Primeira publicação no Instagram sobre a manifestação do GT de Comunicação, da Frente Parlamentar em Defesa dos Direitos das Pessoas LGBTQIA+



Fonte: Instagram @frenteparlamentarlgbtqi

<sup>30</sup> [Projeto de Lei n° 504, de 2020 \( PL 504 / 20 \) \(al.sp.gov.br\)](http://al.sp.gov.br)

O PL teve seu prazo vencido em 2021 e em abril de 2023, por solicitação de um deputado da atual legislatura, e muitas discussões a respeito, inclusive nas Câmaras Municipais do estado de São Paulo, foi retomado para nova votação.<sup>31</sup> Os posts das projeções continuam publicados em vários perfis de redes sociais digitais.

Se, por um lado, a comunicação em rede é caracterizada por uma temporalidade sincrônica, privilegiando o imediatismo, por outro, é marcada pela diacronia, uma componente que gera a possibilidade de criar, preservar e cruzar arquivos, propondo trilhos epistemológicos e políticos particulares. Cosimo Accoto (2020), reflete que, a primeira tentativa sistemática multidisciplinar de remover o véu da opacidade de escavar filosoficamente o significado desse inconsciente tecnológico, vem, atualmente, dos chamados “estudos do *software*”<sup>32</sup>. O pensador italiano resgata os estudos de Lev Manovich<sup>33</sup>, que deram origem, no início dos anos 2000, a um movimento analítico internacional, especialmente nos Estados Unidos, que passou a colocar o código no centro da reflexão cultural, teórica e especulativa.

Segundo Accoto, esses estudos questionam o que significa viver em uma sociedade do *software*, ou seja, viver em um mundo em que o *software* se torna a dimensão que permeia todas as áreas da vida contemporânea: “as lógicas, as práticas e as técnicas de controle, de comunicação, de representação, de simulação, de decisão, de memória, de visão, de escrita, de interação e muito mais?” (Accoto, 2020, p. 33).

Ampliando o espectro de análise, Accoto vai além da questão originalmente colocada por Manovich. Se o último procurava saber o que aconteceu com a mídia após o advento do *software*, o pesquisador italiano pergunta “o que acontece

---

<sup>31</sup> Projeto de Lei nº 504, de 2020 ( PL 504 / 20 ) (al.sp.gov.br)

<sup>32</sup> “Alguns distinguem entre ‘código’, entendido como as práticas textuais e sociais de escrever, controlar e distribuir código-fonte, e ‘Software’, entendido como o código compilado em um formato executável incluindo o produto final na forma de sistema operacional, aplicativos ou funcionalidade. Para nossa discussão, é suficiente dizer, em síntese, que uma definição abrangente de ‘software’, deve, hoje, não apenas referir-se a programas de software, mas também incluir a literatura e a documentação técnica relacionada à escrita dos próprios programas. Em suma, seja a instrução quanto a execução” (Accoto, 2020, p. 38).

<sup>33</sup> Nascido na Rússia, Lev Manovich é crítico de cinema e professor universitário, estabelecido nos Estados Unidos. É pesquisador na área de novas mídias, mídias digitais, design e estudos do software (*software studies*). Lev Manovich mudou-se para Nova Iorque nos anos 1980, onde realizou seus estudos em cinema e computação.

quando o *software* se torna – como dizem os filósofos – o horizonte de experiência” (Ibidem, p. 34).

Essa perspectiva filosófica dos estudos do *software* é aplicada por Accoto à internet industrial, ao ambiente sensorizado, ao Eu quantificado (*software* pessoal), às experiências de *marketing*, à logística automatizada, às organizações descentralizadas e assim por diante.

Accoto reflete que precisamos nos perguntar não apenas o que são as mídias após o advento do *software*, mas o que é o “mundo” após seu advento, “que se alimenta de sensores e dados, que incorpora algoritmos, que são empurrados cada vez mais para a inteligência artificial, e que hoje se materializa em poderosas plataformas socioeconômicas [...] o código redefine, ontogeneticamente, as condições de possibilidade do mundo” (Ibidem).

Outra questão que surge, a partir das reflexões de Accoto, refere-se à consciência que, segundo ele, começa a circular com alguma preocupação de que não seremos mais capazes de compreender o mundo que estamos construindo, pois os sistemas sociotécnicos aumentam em muito a complexidade com a qual temos de lidar.

Embora nossa capacidade de descrever, compreender e agir com ecossistemas complexos seja extensa (pela genialidade individual e inteligência coletiva), como humanos, temos limitações cognitivas. A interligação entre sistemas, processos e aplicações cria complexidades que nem a nossa capacidade de abstração, nem a nossa capacidade de especialização são frequentemente capazes de enfrentar (Ibidem, p. 35).

Configurado como uma “forma de escrita” para funcionar corretamente, o código ou *software* é uma linguagem que produz exatamente os efeitos que estão inscritos nos comandos. É uma linguagem que “faz o que diz”, segundo Cosimo Accoto, diferentemente da linguagem natural, que usamos normalmente. Esta, mesmo que produza mudanças na mente e no comportamento das pessoas, tem seus resultados incertos.

O código, por sua vez, deve ser lido e escrito (mesmo em sentido diferente do que costumamos dar à leitura ou à escrita) de formas que a máquina possa entender e ativar, e saber se essa escrita pode agir de forma eficaz no mundo.

O código é ‘ação’ em um duplo sentido: ele faz os eventos acontecerem *dentro da máquina* (muda seu estado e seu comportamento e, como consequência, faz as coisas acontecerem *no mundo* [...]) Nesse sentido, a programação é uma escrita altamente performativa e voltada para o futuro que surge, em determinado momento, dentro da história da engenharia de *software*. O código é uma instrumentalidade realizada que não serve principalmente para registrar, arquivar, recordar como acontece com outros tipos de ‘escrita’, como a literatura, a televisão, o cinema. Não é pensada para o passado, mas é projetada para produzir eventos em perspectiva futura. É uma forma de escrita material do mundo: de seu desdobramento, literal, mas também concretamente, o mundo emerge (Ibidem, p. 40).

As etapas por que passaram o desenvolvimento dos códigos e, conseqüentemente, dos softwares, desde a década de 1950, não se compara à aceleração de mudanças que presenciamos atualmente. Um mundo em constante evolução, em diferentes dimensões: mercados, regulamentações, consumidores, concorrentes, tecnologias, pressiona o aumento da taxa de solicitações de mudanças nos requisitos de *software enquanto* eles estão em desenvolvimento.

Este novo paradigma tecnológico de desenvolvimento tem implicações filosóficas muito fortes, avalia Accoto. “Na nova ontologia digital nos tornamos criaturas da *atualização* [...]. O modo de existência dos objetos digitais (aplicativos móveis, plataformas interativas, objetos inteligentes) é o de estarem constantemente, de forma observável ou inadvertida, sujeitos a atualizações sob pena de mau funcionamento ou de não funcionamento total” (Ibidem, p. 43).

Giselle Beiguelman (2021), aponta que, nesse contexto, a economia liberal dos *likes* e suas formas de sucesso, tende a homogeneizar tudo o que produzimos e vemos.

Padroniza ângulos, enquadramentos, cenas, estilos. O que está por trás disso são os critérios de organização dos dados para que sejam mais rapidamente ‘encontráveis’ nas buscas (os recursos de Search Engine Optimization – SEO) e os modos como os algoritmos contextualizam os conteúdos nas bolhas específicas a que pertencemos (algo que não controlamos e que nos controla) (Beiguelman, 2021, p. 40).

Conforme Beiguelman, o grau de precisão das mídias digitais não é 100% infalível, ou seja, algumas sugestões de perfis que deveríamos seguir ou de propagandas desconexas nos são direcionadas e aparecem em nossas timelines. Contudo, suas prerrogativas de ordenamento, “sempre a partir de um processo de

ranking (com critérios difusos, indo do número de seguidores ao número de comentários), que determinam quem terá visibilidade nas redes sociais. Nesse caso, é o algoritmo que desempenha o papel de fantasma” (Ibidem).

A necessidade de tornar-se visível, “em um mundo em que a autoexposição está diretamente relacionada à disputa pela inserção social” coloca todos numa compulsão para aparecer (ou se mostrar). Empresas, influencers, pessoas comuns, um número enorme de usuários dessas redes se adequa às “normas opacas” dos serviços para buscar visibilidade.

“Nesse sentido, pode-se afirmar que os algoritmos são o aparato disciplinar de nossa época, que ganha eficiência quanto mais pessoas procuram responder a suas regras para se tornarem visíveis” (Kelley Cotter, *Playing the Visibility Game: How Digital Influencers and Algorithms Negotiate Influence on Instagram*, pp. 895-913 apud Beiguelman, 2021, p. 40).

Em sua reflexão sobre mídias digitais e sobre a ação dos algoritmos, as imagens estão atreladas ao lugar e à hora em que são produzidas, e são contextualizadas pelos seus algoritmos, em relação a determinado grupo e segundo padrões internos dos arquivos digitais, segundo Beiguelman.

Nesse ponto, a cultura do compartilhamento se cruza com a cultura da vigilância, pois somos rastreáveis pelo que compartilhamos. Em 2001, Arlindo Machado já afirmava que “nossa sociedade é menos a dos espetáculos do que a da vigilância” (Machado, 2001, p.226).

Se a “profilagem”<sup>34</sup> nos direciona produtos e propaganda, também nos direciona conteúdo político. Aqui, podemos refletir sobre a utilidade das redes sociais digitais na comunicação pública. Em particular, na comunicação parlamentar.

Se a incorporação da internet nas instituições parlamentares foi comemorada por vários autores, incluindo Levy, Castells, Leston-Bandeira, como possibilidade de expansão da participação política, da informação e da transparência, a incorporação das redes sociais digitais com seus mecanismos de acumulação de dados é criticada por diversos outros, incluindo Morozov (2018).

---

<sup>34</sup> Termo utilizado pelo mercado. “Uma forma de acumular dados sobre as pessoas com base em seus gostos e hábitos, que permitirão prever os comportamentos, além de melhorar o direcionamento de seus produtos e propagandas” (Beiguelman, 2021, p. 49).

Sobre isso nos aprofundaremos nos capítulos seguintes durante a análise do *corpus*.

### **3.1.3. A comunicação pública inserida na esfera pública**

Antes de buscar conceituar a comunicação pública, precisamos contextualizar o espaço que essa comunicação ocupa na sociedade, na esfera pública.

A ideia habermasiana de que um grupo de pessoas privadas pode debater temas de interesse geral por intermédio do uso público da razão, nos guia – ainda que este debate seja tratado aqui de forma bastante breve – para situar a leitora, o leitor, como se constitui a esfera pública desvelada pelo discurso.

Em *Mudança estrutural na esfera pública* ([1984], 2014), Jürgen Habermas aponta a cidade–Estado grega e a Europa entre os séculos XVII e XIX como marcos histórico-conceituais da noção de esfera pública. “Na pólis, a esfera privada era a domiciliar, onde as pessoas viviam juntas para atender às necessidades vitais, dos ciclos do nascimento à morte, visando tudo o que dissesse respeito às necessidades biológicas da vida” (Haswani, 2010, p. 60).

Ainda que tenha sofrido críticas por outros autores de igual importância, a reflexão de Habermas sobre “esfera pública” é encarada como a terceira instituição da modernidade capitalista, que não se confundiria nem com o Estado e nem com o mercado.

A concepção de esfera pública, ao deslocar a razão prática da natureza de um sujeito para a intersubjetividade disciplinada pela razão comunicativa, sobretudo em seus trabalhos posteriores, permitirá a Habermas romper com as teorias críticas da modernidade – Horkheimer e Adorno, Nietzsche, Heidegger, Derrida, Foucault –, que estariam presas ao paradigma da filosofia do sujeito, dando, dessa maneira, um passo adiante da teoria crítica anterior, ao apontar para a possibilidade de apreensão do mundo moderno para além da razão instrumental percebida como totalitária (Perlatto, 2012. 79).

Conforme Fernando Perlatto, a gênese desta esfera está associada, segundo Habermas, com o desenvolvimento do capitalismo mercantil na Europa do século XVII, principalmente na França, Alemanha e Inglaterra, que provocou o

surgimento de um novo espaço situado entre a esfera privada e o Estado, caracterizado pela discussão livre e racional e no qual as opiniões se legitimariam não mais a partir de fatores sociais externos – como poder, riqueza e prestígio –, mas através de argumentos racionais sustentados em meio ao debate público.

A emergência da esfera pública somente será possível a partir da separação entre os interesses vinculados à economia doméstica e a subjetividade, que permitirá o desacoplamento da capacidade reflexiva dos indivíduos da sua respectiva esfera dos interesses materiais. Nesse sentido, o surgimento de novos meios, como o romance psicológico moderno, propiciará a constituição desta 'esfera privada' fundada na autocrítica e na prática reflexiva da vida individual, que possibilitará a transposição da lógica de uma nova racionalidade privada também para os assuntos públicos da coletividade" (Ibidem, p.80).

Nesse contexto, surge a emergência da burguesia como a primeira classe governante, cujo poder situa-se no âmbito privado, independente do controle do Estado. Essa classe, exige o direito de conhecer o que faz a agência estatal, conduzindo a um processo no qual o Estado tem que se legitimar publicamente à crítica racional.

Em uma esfera pública ampliada todos os cidadãos participam de discussão de caráter coletivo. São forças que emergem na esfera pública e que passam a exercer influência nas decisões estatais, segundo Habermas. Ao ressaltar a importância da opinião pública, o autor afirma que "ela se constitui em discussões públicas, depois que o público, por formação e informação, torna-se apto a reformular uma opinião fundamentada" (Habermas, 1984, p. 85).

A esfera pública de conteúdo não estatal, então, "se expande a partir do crescimento das cidades e da proliferação dos cafés e dos salões, embora sua constituição definitiva tenha se dado apenas a partir da transformação da função da imprensa que, configurando-se como um 'fórum' apartado do mundo estatal, permitiu a formação de uma opinião pública crítica capaz de colocar publicamente a questão da legitimidade discursiva do Estado" (Perlatto, 2012. 79).

Se no decorrer do século XVIII, a esfera pública atuava como um espaço de convencimento, as modificações estruturais pelas quais ela passará no século XIX, relacionadas à ampliação do público que exige a consideração de seus interesses, fará com que ela também se transforme em um espaço de pressão.



Perlatto avalia que, apesar desse movimento, com o passar dos anos, haverá, de acordo com Habermas, sobretudo na segunda metade do século XX, um processo de degeneração da esfera pública, que conduz à transformação do “cidadão” em “cliente” ou “consumidor de serviços”, sobretudo em decorrência da obliteração da divisão entre as esferas privada e pública, devido tanto ao fato de as instituições privadas assumirem cada vez mais os espaços outrora pertencentes ao poder público, quanto do Estado penetrar com maior intensidade no domínio privado.

Esta interpretação pessimista presente em *Mudança estrutural da esfera pública* será repensada posteriormente por Habermas, que verá esse processo com muito mais ambiguidade e complexidade do que a partir de uma perspectiva linear.

Perlatto destaca, ainda, que nas obras posteriores de Habermas, a ideia de esfera pública deixa paulatinamente de ser referir a uma instituição histórica específica, passando a se relacionar com a ideia de uma capacidade transhistórica do homem para a comunicação humana (Calhoun, 1992, p.31 apud Perlatto, 2012, p.80).

Relacionado menos a suportes institucionais específicos e mais aos fluxos comunicativos espontâneos que emergem na sociedade, há então um deslocamento da esfera pública, se referindo, dessa forma, ao mundo do debate e da discussão livre sobre questões de interesse comum entre os cidadãos considerados iguais, política e moralmente.

Ela pode ser percebida como uma “rede” de circulação de conteúdos e de tomadas de posição, guiadas pela “racionalidade comunicativa”, as quais são filtradas e sintetizadas, de sorte a constituírem “opiniões públicas” topicamente definidas. A esfera pública não se refere mais, portanto, a uma topografia social específica, mas diz respeito a um contexto de relações difuso no qual se condensam trocas comunicativas geradas nos diversos espaços da vida social. (Perlatto, 2012, p. 81).

Em sua obra *Direito e Democracia* (1997), por exemplo, Habermas considera que a esfera pública não se limita a “contatos de observação mútua”, mas que pode ser possível a partir de qualquer encontro, “liberdade comunicativa que uns concedem aos outros”, em um espaço público, “constituído através da linguagem”.

A esfera pública não pode ser entendida como uma instituição, nem como uma organização, pois, ela não constitui uma estrutura

normativa capaz de diferenciar entre competências e papéis, nem regula o modo de pertença a uma organização. Tampouco ela constitui um sistema, pois, mesmo que seja possível delinear seus limites internos, exteriormente ela se caracteriza através de horizontes abertos, permeáveis e deslocáveis (Habermas, 1997, p.92-93).

Os vínculos coletivos dos indivíduos na sociedade são construídos por meio das relações. O relacional é uma dimensão fundamental na sociedade contemporânea. Dessa forma, se pensarmos nas estruturas midiáticas que permitem o diálogo entre a sociedade e o Estado (no caso específico desta tese, entre sociedade e Poder Legislativo), percebemos que elas interferem ou possibilitam o debate sobre assuntos de interesse público.

“A dimensão ampliada da comunicação pública se fortalece na medida da conversação, pautada pelo interesse coletivo, sobrepõe-se aos interesses individuais” (Maineri, 2016, p. 24). Corroborando com esse pensamento, entendemos a comunicação pública enquanto uma comunicação dialógica, calcada no interesse público que, conforme Maineri, é possibilitado pelo alargamento das estruturas midiáticas.

O termo comunicação pública abrange uma série de possibilidades de conceitos, mas emerge, fundamentalmente, da concepção de um ideal de comunicação plural e transparente, no seio da esfera pública, na sociedade midiaticizada.

Nosso principal desafio é entender o processo de comunicação pública instaurado na esfera pública que engloba Estado, governo e sociedade, considerando o papel das mídias sociais nesse contexto. A utilidade pública e o interesse geral das informações que perpassam a esfera pública são pressupostos da comunicação pública.

Dessa forma, questionamos se as mídias sociais estabelecem verdadeiramente um espaço plural e ampliado para a produção e circulação da informação, além de oferecer meios para o debate e a participação do cidadão.

Conforme Duarte (2009), a comunicação pública deve ser compreendida num sentido mais amplo do que dar informação, e precisa incluir a possibilidade do pleno conhecimento à informação que diz respeito ao cidadão, inclusive a informação que esse cidadão não busca por não saber de sua existência. A possibilidade de expressar suas posições com a certeza de que será ouvido e a

perspectiva de participar ativamente, obter orientação, educação e diálogo também devem estar contidos nessa compreensão de comunicação pública.

Na prática isso inclui o estímulo a ser protagonista naquilo que lhe diz respeito, ter conhecimento de seus direitos, a orientação e o atendimento adequado, passando pelo direito em saber como são gastos os recursos públicos, o motivo e o voto de um parlamentar, até a possibilidade de ter participação efetiva na decisão sobre aquilo que é de interesse público. A viabilização da comunicação exige informação, mas também credibilidade dos interlocutores, meios e instrumentos adequados, valorização do conhecimento dos sujeitos, facilidade de acesso e uma pedagogia voltada para quem possui mais dificuldades (Duarte, 2009, p.64).

Retomando a perspectiva de Haswani, comentada na introdução desta tese<sup>35</sup>, vamos discorrer sobre o que a autora avalia como sendo a pró-atividade estatal na disseminação de informações de interesse geral ou da instauração de processos de comunicação que constituam parte ou a totalidade das garantias de direitos, no quadro institucional de Estado democrático. “Para estabelecer os fundamentos dessa disseminação ou desse processo, é necessário, primeiro, distinguir e interpretar alguns dos seus elementos constitutivos” (Haswani, 2010, p. 89).

#### **3.1.4. O esquema da comunicação pública: do dado ao compartilhamento**

Apresentar definições claras sobre os termos que envolvem o processo comunicativo é indispensável, pois, conforme Haswani, “a estrutura administrativa do Estado, os recursos (humanos e tecnológicos) necessários e os canais a serem utilizados serão distintos para o sentido específico de cada um dos termos. Além disso, a escolha de uma ou outra palavra poderá significar a escolha de uma conduta mais ou menos democrática do Estado em relação aos seus cidadãos” (Ibidem).

A autora alerta que, palavras empregadas — formal e informalmente — como sinônimas, geralmente sem prejuízo do sentido que se queira expressar, têm,

---

<sup>35</sup> O processo da comunicação pública eficaz, tão bem explorado por Mariângela Haswani, será tratada de forma resumida, por questões de limitações da abrangência de temas nesta tese. O leitor que tiver maior interesse sobre o assunto, pode pesquisar em: [A comunicação estatal como garantia de direitos- foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela.pdf](#) . Haswani, M., 2010.

de fato, conteúdo muito distinto: dado, informação, comunicação, relacionamento, diálogo/debate, participação e compartilhamento.

Seguindo a pesquisa de Haswani, apresentamos a seguir os significados relativos a cada um dos termos ou categorias, segundo nossa interpretação:

Quadro 1 - Significados Relativos - Termos ou Categorias – Haswani

<b>Categoria</b>	<b>Significado</b>	<b>Usos</b>
<b>Dado</b>	É um registro da realidade, independentemente do contexto em que foi captado ou outros contextos a ele relacionados. Sua principal característica é não possuir significado próprio, constituindo-se apenas um registro, numérico ou em critérios estabelecidos previamente à coleta.	Governos dispõem de uma quantidade enorme de dados relativos a todas as áreas que suas atividades abrangem, para planejamento, operação ou controle das funções do Estado.  O cruzamento entre eles pode indicar outros cenários, já com significado suficiente para se tornarem informações.

<p><b>Informação</b></p>	<p>É um dos conceitos que possui tantas significações e definições quantas são as áreas do conhecimento, com variadas abordagens em cada uma delas. Estes dados podem estar mais ou menos organizados, sistematizados e disponibilizados, dependendo dos recursos e das políticas de cada</p>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• A informação é um processo linear, em que um emissor envia uma mensagem a um receptor, através de um canal.</li> <li>• O emissor tem a tarefa de exprimir do melhor modo, contexto, situações, condições etc. e utilizar o canal mais eficaz para transmiti-lo ao receptor, de modo que este último tenha condições de receber a informação do modo mais</li> </ul>
	<p>país e, dentro deles, de cada região. Davenport e Prusak definem informação como “dados interpretados, dotados de relevância e propósito” (Davenport e Prusak, 2003 apud Haswani, 2010).</p>	<p>preciso. Não é previsto que o receptor dê uma resposta (Brotto, 2005, p. 16 apud Haswani, 2010).</p>

<p><b>Comunicação</b></p>	<p>Também possui uma vasta gama de definições, originadas em áreas do conhecimento como a Matemática, a Filosofia, a Sociologia, a Medicina, a Física, entre outras. Porém, essas origens tão diversas não impediram a convergência dos autores quanto aos componentes básicos do processo de comunicação: mensagem, emissor (ou fonte), receptor (ou destinatário), canal (ou meio) e resposta são elementos presentes em todos os textos teóricos da área.</p>	<p>A comunicação é um processo circular em que emissor e receptor participam de modo paritário, através de fases alternadas de expressão e de escuta de mensagens. Cada um tem, por isso, a tarefa seja de exprimir/codificar ideias, pensamentos, vontade etc. seja escutar/decodificar/interpretar, para dar uma resposta adequada. Esta reciprocidade de empenho garante a circularidade do processo no qual o envolvimento é igual para ambos os participantes (Brotto, 2005, p. 16 apud Haswani, 2010, p.93).</p> <p>A presença — necessariamente — de mensagens neste e noutros conceitos de comunicação aponta, na gênese do</p>
---------------------------	--	---

		<p>processo, para a indispensabilidade da informação, sem a qual a comunicação não pode ocorrer. A informação garantidora de direitos, se não fornecida pelo Estado, impede o início do processo de comunicação.</p>
<b>Relacionamento</b>	<p>É a estrutura que se tece nas trocas de comunicação interpessoal prolongada no tempo, com reciprocidade de intenções e mútua satisfação.</p> <p>A maior virtude do relacionamento é a oportunidade que as partes envolvidas têm de conhecimento recíproco, do estabelecimento de algum grau de intimidade que facilita trocas e administração de conflitos por meio do diálogo/debate.</p>	<p>Para implementação do relacionamento, o Estado necessita de uma estrutura planejada e bem operada, mais complexa que aquela da comunicação, pois, além dos canais e das equipes de atendentes, seria necessário um instrumento para manutenção de fichas ou prontuários onde estaria armazenado o histórico dos contatos anteriores. Desse modo, um assunto poderia ter continuidade sem a necessidade de recapitulação de etapas anteriores por parte do cidadão a cada novo contato.</p>
<b>Debate/Diálogo</b>	<p>Não têm a mesma definição, mas serão tratados conjuntamente porque tendem a buscar harmonia entre as partes envolvidas. Diálogo e</p>	<p>Diálogo e debate têm estrutura semelhante à do relacionamento. Porém, a preparação das equipes da administração pública carecerá de um tratamento</p>

	<p>debate pressupõem, inicialmente, a existência da comunicação em sua circularidade. O que os difere da comunicação é a muito provável presença de conflitos, problemas ou divergências que demandem acordo ou solução.</p> <p>Com maior ou menor acirramento, diálogo e debate podem ser tratados como variáveis da comunicação para obtenção de conformidade quando da presença de divergências. É a harmonia dos relacionamentos, preconizada pelo campo das Relações Públicas.</p>	<p>qualitativo mais rigoroso porque envolverá argumentação — e argumentação requer dados, fatos, leis e outros elementos que lhe deem suporte.</p>
<p><b>Participação</b></p>	<p>A palavra participação é encontrada frequentemente nos discursos governamentais e em textos de políticas públicas: participação popular e orçamento participativo são alguns dos exemplos recorrentes. Porém, participação não implica corresponsabilidade nem</p>	<p>Em muitos municípios brasileiros vem sendo implantado o chamado Orçamento Participativo, procedimento em que lideranças de movimentos da sociedade civil se reúnem com representantes do governo local para definir o destino dos recursos disponíveis para investimento naquele bairro. Na maioria</p>



	garantia de poder de deliberação.	dos casos, são concedidos voz e voto aos participantes. Porém, não há garantia de que as obras eleitas pela maioria serão acolhidas e implementadas pela administração.
<b>Compartilhamento</b>	Também significa tomar parte. Aqui, no entanto, quem compartilha ouve, fala, delibera e arca solidariamente com as consequências das decisões, sejam ônus ou bônus.	Os diferenciais do compartilhamento em relação à participação são a garantia de poder decidir sobre os rumos — dos temas, das políticas, dos instrumentos e dos investimentos necessários — e a responsabilidade sobre a gestão e os resultados das decisões.

Fonte: (Haswani, 2010, pp 89-98).

Haswani ressalta a importância de destacar que os processos informativo, comunicacional, relacional, dialógico, participativo ou compartilhado são válidos independentemente da quantidade de pessoas envolvidas e se aplicam, também, quando os participantes são entidades como as instituições públicas. “Observa-se, na sequência exposta, uma cadeia evolutiva iniciada com a informação. Os diferentes níveis acomodam-se, apropriadamente, nas ações de realização do Estado Democrático de Direito. À medida que a sociedade civil angaria maior espaço nas hostes estatais, galgará também os níveis da informação ao compartilhamento, este último indispensável à realização do cidadão como ator politicamente ativo” (Ibidem, p. 98).

A partir do entendimento dos significados e dos usos desses termos por instituições públicas, e de categorias relativas à Análise do Discurso (as quais

trataremos mais adiante), faremos a interpretação das mídias digitais, nosso corpus de análise.

### **3.2. Mídias digitais e sua incorporação em instituições públicas**

Em relação ao Parlamento enquanto instituição coletiva, especificamente, Leston-Bandeira & Bender (2013) avaliam que as mídias digitais têm potencial considerável para estimular a habilidade de instituições legislativas em promover o engajamento<sup>36</sup> dos cidadãos. Porém, ao analisarem o conteúdo das mensagens nas redes, os autores concluem que os parlamentos usavam as ferramentas para reportarem as atividades legislativas, mas não com intenção efetiva de buscar o engajamento dos cidadãos com a instituição (2013, p.282).

O cenário mundial e brasileiro modificou-se desde essa publicação. Portanto, a partir de nossas análises relativas aos discursos circulantes e seus sentidos nas mídias digitais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina poderemos verificar se houve uma mudança significativa até aqui.

O conceito de engajamento público (Leston-Bandeira 2014) é utilizado como um processo com cinco aspectos, do ponto de vista dos cidadãos: 1) acesso à informação, 2) desenvolvimento de compreensão sobre o parlamento, 3) percepção da importância da instituição e identificação da relevância de suas atividades para a própria vida, 4) motivação para participação nos resultados do processo legislativo, e 5) possibilidade de intervenção e engajamento na discussão e decisão legislativa (Leston-Bandeira, 2014).

A participação, neste sentido, é apenas uma etapa do processo ou fluxo, que pode se iniciar em qualquer outra fase e seguir em diferentes direções. Ela não constitui, portanto, uma etapa “concorrente” com a representação realizada pelos parlamentares, visto que se combina com as modalidades formais representativas (Bernardes, 2020).

Assim, as instituições podem ter como foco apenas uma, algumas ou todas as etapas do processo de engajamento público, sem que nenhuma das opções institucionais constitua, necessariamente, “falha” no processo, conforme

---

<sup>36</sup> O sentido de engajamento aqui pode ser também compreendido da mesma forma que compartilhamento, segundo a tabela.

Bernardes. Obviamente, do ponto de vista dos cidadãos, pode ser interessante ter condições de efetivamente interferir nas decisões legislativas. O que não significa que as demais etapas do engajamento – tais como a informação ou a compreensão – não sejam úteis e mesmo necessárias para a expressão da cidadania e para o relacionamento entre a sociedade e os parlamentos.

### **3.2.1. A comunicação inserida no Estado Democrático de Direito**

“Representar a sociedade catarinense, promovendo o estado democrático de direito” (Alesc, 2016).

É possível compreender a missão da Alesc, acima transcrita, a partir da função do Poder Legislativo, nos Estados de Direito modernos e, assim, pensar na necessidade de uma comunicação pública que atenda não só ao dever do Parlamento de informar, mas ao direito do cidadão de ser informado. Estendendo os preceitos da comunicação pública para o contexto das mídias digitais, podemos, ainda, empreender o conceito de dialogismo.

O Poder Legislativo deve ser o espaço de acolhimento dos embates políticos presentes na sociedade e de forma institucional transformá-los em normas válidas para todos os cidadãos. Resumidamente, são três as principais funções de uma Assembleia Legislativa; representar o povo; legislar (elaborar, modificar, extinguir leis) e fiscalizar o Poder Executivo e o uso dos recursos públicos. Para que isso ocorra, é fundamental que a tribuna e o plenário sejam os espaços por excelência das discussões efetivas. Neles, os representantes do povo, por meio de argumentos racionais, devem buscar resoluções consensuais ou majoritárias que beneficiem os cidadãos.

Essa é uma visão otimista e idealizada das atribuições dos parlamentares. Em situações em que o Poder Executivo usurpa as funções dos outros poderes e rompe com o sistema de pesos e contrapesos, em que as desigualdades sociais são gritantes e as fraturas entre grupos ideologicamente polarizados estão expostas, a possibilidade de convencimentos e de consensos raramente é factível. A história política brasileira, desde a independência, em 1822, ilustra muito bem isso.

A Constituição brasileira de 1988 reforçou a existência dos três poderes (uma vez que essas instituições já existiam no Brasil antes de sua edição). As funções típicas do Legislativo, determinadas pela Carta, são a de legislar – construir, analisar e votar as normas jurídicas do Estado – e a de fiscalizar as atividades contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial do Poder Executivo. Suas funções atípicas são administrar e operacionalizar sua própria organização interna e julgar o chefe do Poder Executivo em casos de improbidade administrativa.

A essas funções, Silva (2010) acrescenta a de representação, o que, para o jurista, explica a origem e o desenvolvimento das demais atribuições dos parlamentos. A representação é um mecanismo criado como consequência do princípio da soberania popular de se autogovernar. Pelo tamanho dos Estados e a complexificação da vida urbana, tornou-se inviável nos estados democráticos de direito contemporâneos a participação direta do cidadão nas casas legislativas. O remédio proposto foi o mandato imperativo - quando a decisão do parlamentar se embasa em uma consulta feita previamente com todos os seus representados.

É a partir da criação do dispositivo do mandato representativo que a prestação de contas das ações dos legisladores à sociedade ganha relevância e, conseqüentemente, há a valorização do trabalho de comunicação dentro dos parlamentos. Para garantir que as ações dos parlamentares estejam em sintonia com a vontade popular é necessário que os representados possam se informar e participar dos debates travados no legislativo. A comunicação, legitimada pela obrigação imposta pelo princípio da publicidade, se torna um serviço público essencial para “proteger tanto aos interesses individuais, como defender os interesses da coletividade mediante ao exercício do controle sobre os atos administrativos” (Moraes, 2012, p. 382).

Na Alesc, grande parte das atividades parlamentares é aberta ao público (sessões ordinárias, especiais e solenes, reuniões de comissões, audiências públicas, fóruns parlamentares, entre outros eventos). As ações desenvolvidas pela Diretoria de Comunicação Social (DSC), portanto, são essenciais para garantir o acesso às atividades legislativas, uma vez que o que é considerado relevante no parlamento é divulgado pela comunicação da Casa.

De outro modo, a comunicação também é eficaz na medida em que informa o cidadão sobre as ações de seus representantes pelos meios de comunicação legislativos. Após a incorporação das mídias sociais, o acompanhamento das atividades legislativas ficou mais próximo dos cidadãos, conforme o gerente de mídias sociais da Casa, o jornalista Rony Ramos. “Especialmente no ano de 2020, com a pandemia, os veículos de Comunicação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina conquistaram um espaço e uma importância ainda maior do que já tinham, porque os veículos privados passaram a depender da nossa produção, por outro lado, as pessoas, estando mais em casa, também passaram a acessar diretamente e por mais tempo os nossos canais. Constatamos isso justamente na interação nas redes sociais” (Ramos, 2019).

Durante e após a pandemia de Covid-19, as atividades da Alesc ficaram disponíveis para acompanhamento ao vivo pelo canal do YouTube, plataforma na qual é possível participar enviando mensagens no decorrer da transmissão. Conteúdos produzidos pela TVAL, Rádio AL e Agência AL (portal de notícias que também hospeda *on-line* os dois primeiros veículos) estão sempre disponíveis logo após as atividades parlamentares.

Os Parlamentos Provinciais, as atuais Assembleias Legislativas Estaduais, foram criados a partir de Ato Adicional à Constituição do Império de 1824, em 12 de agosto de 1834. Editada três anos após Dom Pedro I abdicar ao trono, essa lei previa quatro importantes mudanças: 1) extinção do Conselho de Estado; 2) criação do Município Neutro do Rio de Janeiro; 3) transformação da Regência Trina em Regência Una; 4) e a criação de Assembleias Legislativas Provinciais, que viriam a ser as atuais Assembleias Legislativas estaduais.

[...] a substituição dos Conselhos de Províncias, que tinham caráter apenas consultivo, por Assembleias Legislativas Provinciais (com deputados eleitos que possuíam um relativo poder deliberativo). As assembleias tinham competência para legislar sobre educação, fiscalização, impostos, empregos, justiça. Porém o presidente da província continuava sendo indicado pelo governo central e, geralmente, não permanecia muito tempo no cargo. O objetivo era evitar que ele criasse laços mais fortes na região e que pudesse ser cooptado pelos poderosos locais (Valladares, 2009, p.146).

O *site* da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) destaca a importância desse momento inaugural dos parlamentos estaduais.

A História do Legislativo Catarinense começa no longínquo dia 12 de agosto de 1834, quando as Assembleias Legislativas Provinciais foram criadas, substituindo os Antigos Conselhos Gerais. O número de deputados era fixado de acordo com a densidade populacional. Como Santa Catarina figurava entre as províncias de pequeno porte, a representação ficou com apenas vinte legisladores. Esse número prevaleceu durante 47 anos, ou seja, até 1881, quando a Lei número 3.039 aumentou a representação para vinte e dois deputados, e posteriormente para quarenta deputados em meados dos anos 50. A eleição ocorreu pela primeira vez em 09 de novembro de 1834, para o mandato que terminaria em 1837. A instalação, como nas demais províncias, aconteceu em 1º de março de 1835 (Alesc).

Em 26 unidades federativas (os estados), o Poder Legislativo é exercido pelos deputados estaduais. Por sua vez, no Distrito Federal, existe a Câmara Legislativa, composta por deputados distritais, em ambos os representantes são eleitos pelo sistema de votação proporcional. Em Santa Catarina atuam 40 deputados estaduais. Em sua história, o parlamento catarinense acompanhou e foi afetado pela trajetória da política nacional. Passou pela dissolução, permanecendo fechado no período de exceção, entre 1937 e 1946, no governo do então presidente da República, Getúlio Vargas, conhecido como Estado Novo (ESPEZIN, 2008).

Uma das primeiras medidas adotadas pelos ditadores que chegam ao poder é quase sempre o fechamento dos legislativos. Como pontua Silva, “não é sem razão que nos golpes de Estado, os governos autoritários em geral, atingem, antes de tudo, as instituições parlamentares” (Silva, 2010, p. 154).

A comunicação institucional da Alesc teve início, justamente, durante um desses períodos de exceção, em 1968, mesmo ano em que foi decretado o Ato Institucional no. 5, que manteve o Congresso Nacional fechado por dez meses. Naquele ano, o Parlamento catarinense aprovou a Resolução no. 10, instituindo pela primeira vez a criação da assessoria de imprensa da Assembleia Legislativa, ligada, então, ao Gabinete da Presidência (Espezin, 2008). No mesmo período, também foi criada a Rádio Alesc (hoje, Rádio AL), com atribuição de:

[...] dar suporte às emissoras de rádio na cobertura das atividades do Parlamento. As gravações, restritas aos pronunciamentos em plenário, eram distribuídas para as emissoras da Capital e enviadas por correio às rádios do interior. Com o tempo, começaram a ser

produzidos, gravados e distribuídos também os boletins e flashes. (ESPEZIN, 2008, p. 95).

Ainda durante o regime militar, a competência da assessoria de imprensa da Casa foi reformulada. Antes atendendo quase que exclusivamente à Presidência do Legislativo, em 1973, mudou seu foco para dar visibilidade aos debates parlamentares. Nesse ano, foi montada uma estrutura para atender aos veículos de comunicação, “com cobertura das sessões plenárias e a elaboração de boletins noticiosos” (Espezin, 2008, p. 95).

Após 18 anos de sua instauração, a ditadura militar brasileira começou a ruir a partir de 1982, com a realização de eleições diretas para todos os cargos eletivos das três esferas da federação, menos para presidente da República. Em 1985, foi realizada eleição indireta para a vaga de chefe do poder Executivo nacional. Três anos depois, o Congresso Nacional aprovou a atual Constituição Federal, que ampliou direitos e garantias aos cidadãos brasileiros.

Em 1989, elegeu-se a Assembleia Constituinte de Santa Catarina, que, inspirada na nova Carta Magna brasileira, construiu e promulgou a nova Constituição Estadual, em 5 de outubro do mesmo ano. Seu processo de criação influenciou diretamente a expansão do setor de comunicação da Alesc.

A procura pelos veículos em busca de informações aumentou muito. A Rádio Alesc, com estúdios e cabines novos, já tinha lançado, em 1986, o primeiro programa jornalístico do Legislativo, intitulado *Em Dia com a Política* [boletim editado com oito minutos de notícias do Parlamento catarinense]. Mas para a cobertura da Constituinte foi montado um grande esquema que atendia os veículos de comunicação de todas as regiões do Estado. O *Boletim da Constituinte* era transmitido ao vivo, várias vezes por dia. [...] O impacto positivo dessa operação intensificou o interesse dos órgãos de imprensa privados pela cobertura da Assembleia Legislativa, aumentando significativamente a demanda por boletins diários transmitidos por telefone para dezenas de radialistas. (Espezin, 2008, p. 106-107).

A década de 1980 foi um marco para a evolução da comunicação da Alesc. Nesse período, foi instituído, pela Resolução nº 398, o Gabinete de Imprensa, embrião da atual DCS. Sua implantação culminou com a estruturação de uma redação jornalística dentro do Palácio Barriga Verde, sede do Legislativo

catarinense. Em 1988, foi instalada a Sala de Imprensa, infraestrutura que contribuiu para melhorar o atendimento aos jornalistas credenciados e aos setoristas de política da imprensa catarinense, permitindo também o início da realização de entrevistas coletivas (Espezin, 2008).

Em 1997, a Alesc lançou seu portal na internet, possibilitando “acesso fácil a qualquer cidadão ou instituição às atividades desenvolvidas no âmbito do parlamento catarinense” (Alesc, 1997, p. 183). Na época, as notícias e os boletins diários produzidos pela redação da Alesc eram enviados aos jornais por meio de mensagens de fax. A sala de imprensa também foi modernizada, com a compra de um microcomputador ligado à internet (Alesc, 1997).

No ano de 1999, os avanços foram mais significativos com a criação de três canais de comunicação próprios da Casa: a TVAL, a Rádio Alesc Digital e o jornal semanário impresso *AL Notícias* (Espezin, 2008). Mais do que a criação de produtos, representou uma mudança nas atribuições do setor de comunicação da Assembleia Legislativa. Se até então seus esforços estavam unicamente concentrados em assessorar a imprensa para, por meio dela, divulgar as ações do Legislativo, a partir desse ano, a comunicação passa, também, a construir um relacionamento direto com o cidadão, com produção de conteúdo para consumo final. Um primeiro passo para a construção do atual formato de comunicação da instituição.

Entre 2004 e 2006, a estrutura da Assembleia Legislativa passou por duas reformas: uma física, em sua sede, organizada a partir da aprovação do plano diretor da Casa e, outra, administrativa. A administrativa buscou organizar a estrutura funcional do Parlamento em torno de seis diretorias, modelo próximo do atual. A principal delas, a Diretoria Geral, coordena as demais: as diretorias Legislativa, Administrativa, de Tecnologia e Informação, a Financeira, de Recursos Humanos e a de Comunicação Social, que deixou de ser chamada de Divisão de Imprensa. Dessa reforma, surge a atual nomenclatura dos setores responsáveis pela operação dos canais de comunicação oficiais da Assembleia Legislativa: as coordenadorias de Imprensa, de Rádio e de TV.

No ano de 2010, foi implantado o portal Transparência Alesc, em cumprimento a Lei Complementar Federal no. 131 - Lei da Transparência, de maio de 2009. Mesmo sua administração não sendo de competência da DCS, o portal



Transparência Alesc, ao disponibilizar informações financeiras, administrativas e legislativas da Casa, é uma importante ferramenta de comunicação pública. Ampliado em 2011 e 2012, passou a apresentar dados como diárias e salários de deputados e servidores, assim como os gastos dos gabinetes e as despesas do Parlamento catarinense. A Alesc foi a primeira Assembleia Legislativa do país e o primeiro órgão público de Santa Catarina a dispor o salário de seus servidores em seu canal de transparência.

Algumas ações do Legislativo catarinense, mesmo não sendo desenvolvidas pelo setor de comunicação, estão vinculadas às propostas da comunicação pública. Uma delas é a possibilidade de os cidadãos acompanharem e se manifestarem online, por meio do Sistema de Processo Legislativo Eletrônico (e-legis), sobre os projetos de lei em tramitação na Casa. A iniciativa foi possibilitada pela Resolução nº 6 de 2013. Para participar, é necessário cadastro prévio. Em cada lei em tramitação, há a opção *Entre para opinar* ou, se o usuário já estiver cadastrado, *Deseja opinar?*<sup>37</sup>

Aumentar o poder de voz da população sobre as propostas de lei em tramitação também é objetivo da Resolução nº 8 de 2015, que garante às organizações da sociedade civil, por meio de seus representantes, a possibilidade de se manifestarem formalmente sobre projetos de lei. As entidades se cadastram e apontam quais são os seus temas de interesse. Sempre que alguma matéria de sua pertinência for apresentada, a organização é notificada e tem o prazo de 15 dias após a análise do projeto pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) para se pronunciar (Agência AL, 18 de dezembro de 2015).

As audiências públicas, instrumento já consolidado de consulta a entidades da sociedade civil ou movimentos sociais organizados, são mais uma forma de levar informação aos cidadãos e consolidar um relacionamento com a sociedade. Sua convocação é feita pelas Comissões da Assembleia Legislativa, grupo formado por deputados para analisar previamente os projetos de lei, antes de sua apreciação em plenário. As audiências públicas têm como objetivo ouvir organizações externas ao Parlamento para “instruir matéria legislativa em trâmite ou para tratar de assunto de interesse público” (Alesc, 2016).

---

<sup>37</sup> [Processos / e-Legis \(alesc.sc.gov.br\)](http://processos/e-legis/alesc.sc.gov.br)

O pedido de acesso à informação, instrumento da comunicação pública de divulgação passiva – feita mediante solicitação prévia – criado pela Lei (federal) de Acesso à Informação, a LAI, é outro dispositivo importante disponível. Na Alesc, o cidadão pode tanto fazer sua solicitação presencialmente, dirigindo-se até a Coordenadoria de Informações – setor do Legislativo catarinense responsável pelo atendimento ao cidadão – ou pela internet, através do portal Transparência Alesc<sup>38</sup>, na seção “Atendimento ao cidadão”<sup>39</sup>, onde há um formulário para preenchimento (Transparência Alesc, 2019). De acordo com a lei, não é necessário apresentar o motivo pelo interesse à informação, salvo quando se trata de dados pessoais. A resposta deve ser dada em, no máximo, 30 dias (Brasil, Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011).

A acessibilidade à informação está submetida à simplicidade das condições de uso dos dados. Algumas condições desfavoráveis para a acessibilidade dos dados são a proliferação das normas públicas, muitas vezes contraditórias, a profusão de textos e dos próprios dados e informações (hiperinformação) que concorrem para a entropia da Comunicação Pública. Em contrapartida, uma condição favorável seria simplificar os procedimentos para poder tornar claros os dados e informações que são levados ao público. (Zémor, 1995, p. 6).

As últimas duas ações que contribuíram para a configuração atual da DCS, junto com a criação da Rádio AL e da TVAL, foram o ingresso oficial da Alesc nas plataformas de redes sociais digitais, em 2011, e o lançamento da Agência AL, em novembro do ano seguinte.

### **3.2.2. Mídias digitais e sua incorporação em instituições públicas: Um passo à frente para não ficar para trás – Alesc em foco**

“A comunicação pública tem de estar aonde o público está. Na época de criação das redes sociais digitais, as plataformas estavam em franco crescimento. Assim, a ideia de incorporar esses espaços foi feita com a intenção de captar a atenção de cidadãos conectados que não costumavam ter contato com o Parlamento. A função é até mesmo educativa, pois o objetivo era atrair para as pautas políticas e para as informações institucionais pessoas de

---

<sup>38</sup> [Portal da Transparência ALESC](#)

<sup>39</sup> [Ouvidoria | Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina \(alesc.sc.gov.br\)](#)

fora da ‘bolha’ estatal. A palavra-chave desse processo é ‘democratização’ da informação sobre o Legislativo”. (Vieira, 2020).

Diego Vieira, jornalista e advogado, idealizador da Gerência de Redes Sociais da Alesc e atual diretor-geral adjunto da Casa, ressalta, acima, o impulso para a incorporação das plataformas privadas de redes sociais digitais por uma instituição pública.

Como já falou Lemos, a tecnologia e seus usos sempre levantam questionamentos críticos. Plataformas que visam ao lucro e operam com base nos dados dos usuários dirigindo-os, especialmente, para espaços confortáveis, onde seus desejos tanto materiais quanto psíquicos, são em grande parte providos, tendem a criar debates parciais demais ou mesmo desqualificados e sem eficácia se incorporados aos discursos de uma instituição pública, principalmente com pautas políticas.

Por outro lado, lembrando os pensamentos de Pierre Lévy, a realidade é uma criação compartilhada, onde nenhum dogma, nenhuma referência, nenhuma autoridade e nenhuma certeza nos mantém, pois estamos todos pensando na mesma rede. A realidade, por fim, é que essas plataformas, pelo que parece, vieram para ficar e isso não tem mais volta.

Foi uma massa conectada que gerou mais de 13 milhões de streamings da CNN/Facebook sobre a cobertura da primeira eleição presidencial de Barack Obama. O site da Casa Branca<sup>40</sup> mudou após a posse de Obama e, agora, aglutina aspectos antropológicos da rede, ou seja, sai a informação como vetor e entram em cartaz as redes sociais como processo de troca de conhecimentos e conteúdos. Você também pode falar com Barack Obama! Em 21 de janeiro de 2009, dia seguinte à posse, o blog da Casa Branca amanheceu com diversas mudanças, todas voltadas para a disseminação das redes sociais na administração de Barack Obama, que pretende se conectar através da rede com o povo americano, aumentando a comunicação entre o governo e o leitor. (Ferrari, 2015, p.45).

Embasadas na tríade interação, colaboração e criação de conteúdo, as mídias digitais foram incorporadas tanto por empresas privadas, quanto por

---

<sup>40</sup> <http://www.whitehouse.gov/>

instituições públicas, organizações sem fins lucrativos, associações, movimentos sociais. É como que se quem não estiver ali, não existe nesse mundo híbrido feito de humanos e não humanos.

Nessa mudança comunicacional imposta pela web 2.0, em que os modos de pensar e de se relacionar com o mundo sofrem significativas alterações, é possível considerar, também, uma mudança do sujeito coletivo para o sujeito conectivo, segundo Ferrari. “O papel do *gatekeeper* (porteiro) na teoria do jornalismo sempre foi o de selecionar a informação que será ingerida pelo leitor, fazendo com que o receptor não perceba a edição da informação. O leitor, agora, como sujeito da ação, percebe claramente que o *gatekeeper*, está obsoleto”. (Ferrari, 2015, p. 23).

Santaella (2010) reflete que, no caso das redes sociais digitais, o que os atores dessas redes têm em comum é a própria comunicação, a vontade de se comunicar, e o que constitui as redes é o fato de se formarem e adquirirem consistência à medida que alinham mais e mais atores.

Referindo-se a Teoria Ator-Rede, de Bruno Latour, Santaella discorre sobre o fato de um ator-rede não ser necessariamente um indivíduo, podendo ser um coletivo, e sua importância crescer de acordo com o número de atores que é capaz de atrair. “Atores são isomórficos, quer dizer, seu tamanho e forma não são apriorísticos, e sim o resultado de um longo desenvolvimento. O tamanho e a importância de um ator ou de um coletivo de atores depende do número de atores que ela pode angariar”. (Santaella, 2010, p. 51).

Conforme a autora, quanto maior a rede se torna, mais heterogênea ela será, à medida que desenvolve elementos adicionais, como novos aplicativos para atender demandas que surgem de seu caráter auto-organizativo e adaptativo.

Outro fator citado por Santaella, dessa vez se referindo ao que foi levantado por Nick Couldry, é o da vivacidade das redes, que depende da copresença dos atores em uma variedade de filamentos que vão de um pequeno grupo a uma gigantesca malha de conexões.

Essa vivacidade é acentuada pelas conexões da internet fixa com a móvel. Os dispositivos móveis entram nas redes como novos atores que permitem o contato contínuo, ininterrupto, dos atores humanos entre si na rede, pois seus pontos de entrada e saída são eles mesmos, móveis e, por consequência, permanentemente abertos. Isso habilita os atores a estar sempre copresentes uns aos

outros à medida que se movimentam de maneira independente no espaço. (Santaella, 2010, p. 52).

A presença conectada, padrão comunicacional propiciado pelas redes móveis se faz notar especialmente nas tecnologias dos encontros e das trocas, nas quais pequenos sinais de presença são tão ou mais importantes do que os conteúdos do que é comunicado, “o que aumenta a frequência da função fática da linguagem e das interjeições exclamativas, uma insistente litania de mensagens expressivas curtas”. (ibidem).

Essa rede de trocas contínuas e heterogêneas que configura as redes sociais digitais é tecida por informação que circula pela interação entre nós engendrada por propriedades emergentes como a da inteligência coletiva, da afetividade, do humor e dos sentimentos coletivos, segundo Santaella. “Pensar, agir, sentir não dispensam hoje a ecologia cognitiva e afetiva que brota dos fluxos nas redes ubíquas de comunicação” (Ibidem, p. 53).

Segundo a jornalista Lúcia Helena Vieira (2019), ex-diretora de Comunicação Social da Alesc, até a incorporação das redes sociais digitais, a principal missão do setor era apresentar para a sociedade as ações do Parlamento catarinense e de seus deputados, principalmente por meio da prática jornalística de produção de notícias, baseada quase que integralmente na difusão de mensagens construídas por profissionais da comunicação ou por agências de comunicação contratadas pelo Legislativo, e direcionadas ao cidadão, pelos meios de comunicação tradicionais. Com o uso das mídias sociais, ela acredita que possa haver uma expansão das ações comunicativas, caso exista um diálogo.

Acredito que as redes sociais são importantes instrumentos de comunicação e, assim, de aproximação do Poder Legislativo e de seus membros com a sociedade. Se esses instrumentos forem efetivos, se realmente atenderem às demandas dos cidadãos, no sentido de responder ao que está sendo questionado, prestar contas, prestar esclarecimentos, sim, auxiliam muito. (Vieira, 2019).

Esse processo de troca é uma proposta que estimula a participação nos debates. Contudo, a partir de nossas análises verificaremos até que ponto existe

uma participação real, um dialogismo, segundo os preceitos de Bakhtin<sup>41</sup>, entre Legislativo e sociedade, corroborando, assim, com o exercício da democracia. Em entrevistas realizadas com os deputados – trataremos delas mais adiante – vamos perceber com maior acuracidade esse processo.

Pensar a comunicação para além de um dispositivo de visibilidade, necessita de ferramentas capazes de provocar a vontade de participar do processo. Nos meios digitais, essa participação se dá, fundamentalmente, pela atração dos conteúdos, mas Ibáñez (2021), alerta que, “o surgimento da comunicação interpessoal, a dissolução da responsabilidade na autoria, a participação dos usuários nos processos de construção e propagação da mensagem, entre outros, provocam um dos aspectos controversos associados à ciberesfera: a tensão entre a publicação de conteúdos atrativos e de conteúdos confiáveis” (Ibáñez, 2021, p. 109 – tradução própria).

Este é um grande desafio numa comunicação digital parlamentar. Nesses espaços, a comunicação institucional confiável precisa disputar seu espaço com a comunicação atrativa produzida por outros canais. Muitos deles, produzem e se alimentam de discursos (verbais e visuais) de caráter segmentado, com o intuito de agradar determinados grupos ou ideologias.

A concepção de segmentação também nos abre espaço para pensar que textos de mídia ideais para um público podem não ser bem recebidos por outro. Com a profusão de inúmeras possibilidades de se informar, as pessoas não sentem

---

<sup>41</sup> O conceito de dialogismo, que serve de articulador do pensamento bakhtiniano, relativiza a autoria individual dos discursos e afirma o caráter coletivo das produções. Ele assevera a existência de um intercruzamento de vozes na constituição do discurso. As relações dialógicas não são apenas relações entre textos, elas são também relações entre vozes e essas vozes pertencem a sujeitos, identificáveis ou não, que existem histórica e discursivamente. [...] a orientação dialógica, coparticipante é a única que leva a sério a palavra do outro e é capaz de focalizá-la enquanto posição racional ou enquanto um outro ponto de vista. Somente sob uma orientação dialógica interna minha palavra se encontra na mais íntima relação com a palavra do outro mas sem se fundir com ela, sem absorvê-la nem absorver seu valor, ou seja, conserva numa tensa relação racional que nem de longe é questão simples.

[...] A ideia não vive na consciência individual isolada de um homem: mantendo-se apenas nessa consciência, ela degenera e morre. Somente quando contrai relações dialógicas essenciais com as ideias dos outros é que a ideia começa a ter vida, isto é, a formar-se, desenvolver-se, a encontrar e renovar sua expressão verbal, a gerar novas ideias. O pensamento humano só se torna pensamento autêntico, isto é, ideia, sob as condições de um contato vivo com o pensamento dos outros, materializando na voz dos outros, ou seja, na consciência dos outros expressa na palavra. É no ponto desse contato entre vozes-consciências que nasce e vive a ideia (Bakhtin, 1981, p.54).

mais a necessidade de se adaptar aos meios e às suas linguagens. Pelo contrário. Esperam que eles se esforcem para oferecer um conteúdo envolvente e que sejam qualificados o suficiente para dar sustentação a debates já em curso em seus grupos *off-line* e *on-line* (Jenkins, 2009; Jenkins et al., 2014; Shirky, 2011).

Nesse modelo, o conteúdo é o fator principal. A partir de sua definição, do que se precisa ser comunicado e para quem, são pensados linguagens e canais de veiculação. Pôr em prática essa tríade de conceitos (interação, colaboração e criação de conteúdo) é uma estratégia que tanto contempla o usuário de mídia convencional, quanto um perfil mais segmentado. Podemos descrever o consumidor tradicional como aquele que gosta de ser guiado pela curadoria de conteúdos feita por profissionais da mídia. Na prática, a Gerência de Comunicação Social (responsável pela assessoria de imprensa da Alesc) faz a ponte entre as informações da Casa e jornalistas que abordam assuntos do Legislativo e que têm como foco, o consumidor final, o cidadão. A gerência de Publicidade da DCS, ao comprar espaço nesses veículos, e a Rádio AL, ao distribuir notícias e boletins para veiculação gratuita nas emissoras de rádio comerciais do estado, buscam também, em partes, esse público.

A outra fatia está em sintonia com o comportamento atual dos consumidores de mídia descrito por Jenkins et al. (2014). Um usuário que não espera passivamente pelos conteúdos, mas sim os procura ativamente por meio de mecanismos de busca, feeds de notícias, sites especializados e recomendação de outros usuários e mesmo de influenciadores – como veículos de mídia comerciais. Isso faz com que os textos de mídia tanto precisem ser pensados para públicos específicos, aqueles que potencialmente terão interesse ou que devem ser alcançados, quanto disponibilizados nos canais em que eles preferem ter acesso. No caso de uma instituição pública, como a Alesc, é um desafio, pois há um grande volume de informações de interesse público.

Para materializar essa estratégia, a DCS conta com três gerências e com três coordenadorias. Cada coordenadoria é responsável por operacionalizar um dos veículos de comunicação oficiais da Alesc: a Coordenadoria de Imprensa, a Agência AL; a Coordenadoria de Rádio, a Rádio AL; e a Coordenadoria de TV, a TVAL.

A estrutura da DCS conta ainda com três gerências, que seguem um modelo muito similar ao que Brandão (2012) sugere como subdivisões do modelo de Assessoria de Comunicação Social (publicidade, imprensa e relações públicas). Criadas oficialmente em 2015, a partir da edição da Lei Complementar no 652, de 13 de julho de 2015, elas se subdividem em Gerência de Comunicação Social, Gerência de Publicidade e Gerência de Redes Sociais.

A Gerência de Redes Sociais (GRS) da Assembleia Legislativa de Santa Catarina foi instituída pela Lei Complementar (LC) estadual no 652, de 13 de julho de 2015, de autoria da Mesa da Alesc, juntamente com as outras duas gerências subordinadas à Diretoria de Comunicação Social (DCS). Essa nova legislação altera as resoluções de número 1 e 2 de 2006, que regulamentam a reforma administrativa da Casa e dispõem sobre a estrutura organizacional do Legislativo e sobre o quadro de pessoal, o plano de carreira, os cargos, as classes de cargos, as funções de confiança e as atribuições dos servidores da instituição. De acordo com a lei, são atribuições da GRS:

- I – representar a Assembleia Legislativa nas mídias sociais;
- II – acompanhar a imagem do Poder Legislativo nas mídias sociais;
- III – produzir e supervisionar a produção de conteúdos para as mídias sociais;
- IV – apresentar relatórios contendo a repercussão nas redes sociais de assuntos tratados na Assembleia Legislativa;
- V – prestar orientação aos gabinetes parlamentares para o uso de ferramentas de rede social;
- VI – orientar os setores da Assembleia Legislativa na criação de ferramentas próprias de mídia social e supervisionar seu uso, zelando para que mantenham as boas práticas do meio digital; e
- VII – estabelecer regras para a participação do público e para o uso seguro das ferramentas *on-line*. (Santa Catarina, Lei Complementar no 652, de 13 de julho de 2015, Art. 66-B, § 2o).

Conforme o Projeto de Lei Complementar (PLC) no 10.9/2015, que deu origem à LC no 652, a criação das referidas gerências tem como objetivo: [...] dotar a Diretoria de Comunicação Social de setores responsáveis pelo controle dos



contratos atinentes a sua atividade, *por incrementar a comunicação por meio das redes sociais* e pela produção de conteúdo institucional. (Mesa da Alesc, Projeto de Lei Complementar no 10.9/2015, 31 de março de 2015).

A Alesc foi o primeiro órgão público catarinense a estruturar uma área específica para administrar sua presença em mídias sociais, a partir da criação dessa gerência exclusiva para a atividade (Alesc, 29 de abril de 2016). Sua estruturação teve como referência a portaria no 38, de 11 de junho de 2012, editada pelo Conselho de Defesa Nacional, que estabelece diretrizes para a presença da Administração Pública Federal nas redes sociais digitais. Em especial, podemos citar o seguinte trecho que determina como deve ser composta a equipe:

Perfis institucionais mantidos nas redes sociais devem, preferencialmente, ser administrados e gerenciados por equipes integradas exclusivamente por servidores ou empregados públicos federais ocupantes de cargo efetivo ou militar de carreira, de órgão ou entidade da APF. Quando não for possível, a equipe pode ser mista, desde que sob a coordenação e responsabilidade de um servidor ou empregado público. (Diário Oficial da União, 21 de junho de 2012, seção 1, p. 3).

O setor de mídias sociais da Assembleia Legislativa é gerenciado, atualmente, pelo servidor público de cargo efetivo – ingresso na Alesc em 2012 – e jornalista, Rony Alves de Ramos. Ele foi o terceiro servidor a se dedicar integralmente às mídias sociais do Legislativo, em 2019<sup>42</sup>.

A equipe da GRS está composta, em 2023, por cinco profissionais, sendo dois servidores efetivos e três ocupando cargo comissionado, além de uma estagiária.

As atividades da Alesc em mídias digitais começaram em setembro de 2011, com a criação do perfil oficial no microblog Twitter <sup>43</sup> pela jornalista Patrícia Schneider de Amorim, servidora efetiva, com o objetivo de informar a imprensa sobre as pautas do Legislativo catarinense. Em julho de 2023, o perfil tinha 23.762 seguidores.

---

<sup>42</sup> O primeiro servidor efetivo e também jornalista, Diego Vieira de Souza, foi quem inaugurou a Gerência de Mídias Sociais do Legislativo catarinense.

<sup>43</sup> Acesse o Twitter da Alesc pelo <[www.twitter.com/assembleiasc](http://www.twitter.com/assembleiasc)>.

Ferramenta protagonista de grandes mobilizações políticas populares no início do século XXI, como a Primavera Árabe, o Twitter vinha perdendo relevância em relação às outras mídias sociais há alguns anos – movimento também constatado pela GRS. Na percepção de Ramos (2022), ainda no início de 2015 havia paridade de importância entre Twitter e Facebook na rotina da equipe e nos *feedbacks* recebidos, relação que foi descontinuada com a adoção de novas estratégias e de novos perfis em plataformas de redes sociais digitais pela gerência.

Ainda em setembro de 2011, foi fundado o canal da Assembleia Legislativa no YouTube<sup>44</sup>, plataforma de compartilhamento de vídeos onde é disponibilizado todo o material audiovisual produzido pela e para a DCS – reportagens e programas da TVAL, vídeo para as mídias sociais e demais materiais feitos por agências de publicidade contratadas pela diretoria. A atualização do YouTube é feita pela Coordenadoria de TV, salvo os vídeos de autoria da GRS. São, ao total, 59 mil pessoas inscritas, recebendo notificações sempre que um novo material é incluído, e mais de 21 mil conteúdos postados<sup>45</sup>. O crescimento no número de inscritos no canal foi, especialmente, percebido durante e após a pandemia de Covid-19.

Principal produto da gerência de redes sociais, o Facebook<sup>46</sup> foi incorporado em 2011. O primeiro passo foi a criação de um perfil<sup>47</sup> para a Alesc na plataforma da rede social digital. Segundo Diego Souza, primeiro gerente e responsável pela implantação do setor, o Facebook não tinha um foco, apenas criava uma presença para o Parlamento catarinense na mídia social. Contudo, era um espaço que estava ganhando relevância, inclusive com a entrada de grandes instituições públicas na rede, como o Senado, em agosto do ano anterior.

Uma das primeiras ações da GRS foi transformar o perfil em *fanpage* – avatar também conhecido como página, criado no Facebook especificamente para empresas, pessoas públicas ou causas e que fornece um variado leque de métricas para avaliação de desempenho, além da possibilidade ao usuário de fazer anúncios patrocinados. A primeira publicação data de 20 de outubro de 2011 (anexo 1).

---

<sup>44</sup> Apesar do canal da Assembleia Legislativa no YouTube ter sido criado em 21 de setembro de 2011, a primeira publicação data de 19 de junho de 2012. O endereço eletrônico para o YouTube da Alesc é <[www.youtube.com/assembleiasc](http://www.youtube.com/assembleiasc)>.

<sup>45</sup> Dados apurados em julho de 2023

<sup>46</sup> Acesse o página oficial da Alesc no Facebook pelo <<https://www.facebook.com/assembleiasc>>.

<sup>47</sup> Perfil é a denominação dada para o avatar criado por pessoas físicas no Facebook.

A página da Alesc no Facebook é a maior entre as das demais Assembleias Legislativas na comparação entre o número de curtidores, segundo levantamento feito, pela GRS, em 2022. A posição foi alcançada em 2015. O último levantamento apresentava alguns dados demográficos relevantes, como o predomínio dos dispositivos móveis como meio para acesso ao Facebook da instituição e a lista dos municípios catarinenses com o maior número de fãs da página, que, coincidentemente, corresponde ao *ranking* dos maiores colégios eleitorais de Santa Catarina (TSE, 2019)<sup>48</sup>, sugerindo que há um alcance homogêneo em todo o estado.

Quando o uso do Twitter e do Facebook já estavam consolidados, em 2015, a equipe de redes sociais digitais começou a buscar novos públicos e formas de comunicar. Lançou, então, perfis oficiais em três mídias. A primeira delas no aplicativo de compartilhamento de imagens Instagram<sup>49</sup>, iniciando as publicações em 20 de março (anexo 2). Em julho de 2023, eram, aproximadamente, 46 mil seguidores e 7.286 publicações. A partir do segundo semestre, começaram as transmissões no Snapchat, rede social de mensagens instantâneas de vídeo e foto. Ele foi adotado após indicativos de que o público jovem estava transferindo sua atenção do Facebook para a nova plataforma.

Os conteúdos postados pelo Legislativo tinham em média 90 visualizações, em 2016, segundo dados da DCS, porém, a ferramenta vinha perdendo relevância entre seus usuários. Por isso, as transmissões feitas pela Alesc foram encerradas. Uma possível causa para esse fenômeno é o lançamento do Instagram Stories, que possibilita divulgação de fotos e vídeos que desaparecem 24 horas após a sua publicação, o mesmo modelo em que o Snapchat opera.

A mais recente ferramenta aderida é o WhatsApp<sup>50</sup> – aplicativo de troca de mensagens multimídias e chamadas de voz *online* para *smartphones* – que passou a ser usada a partir de fevereiro de 2016 como meio para divulgação de notícias sobre as atividades da Casa. A distribuição das informações é feita por meio de

---

<sup>48</sup> De acordo com estatística do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) os dez municípios catarinenses com o maior número de eleitores são respectivamente: Joinville, Florianópolis, Blumenau, São José, Itajaí, Criciúma, Chapecó, Jaraguá do Sul e Palhoça. Desta lista, apenas Jaraguá do Sul não figura no *ranking* da página da Alesc no Facebook. Já o município de Tubarão é o 13o maior colégio eleitoral do estado (TSE, 2019).

<sup>49</sup> Acesse o Instagram da ALESC em <[www.instagram.com/assembleiasc](http://www.instagram.com/assembleiasc)>.

<sup>50</sup> Número de telefone utilizado pela ALESC para o aplicativo WhatsApp: (48) 99960-1127. Para se cadastrar basta enviar uma mensagem com o seu nome e o município onde reside.

lista de transmissão, modalidade de envio personalizado de mensagens, o que garante a privacidade do número de telefone do usuário.

A Gerência de Redes Sociais da Alesc não foi originada apenas para resolver uma questão burocrática. Sua criação também cumpre a meta de formar uma equipe focada exclusivamente na atividade de pensar e produzir conteúdos para novos ambientes de comunicação e de mídia, materializando o objetivo da Alesc nas redes sociais digitais: servir como um canal interativo, de relacionamento e compartilhamento.

Os discursos para estes ambientes ainda não possuem modelos consolidados, operando sobre as incertezas de resultados típicas da indústria de conteúdo, mas com um complicador: muitas das práticas consolidadas pela indústria cultural de massa já não se aplicam ao cenário de mídia propagável, em que a produção e a distribuição de produtos culturais já não são exclusividades de corporações de mídia, mas atividades também desempenhadas pelo público, que, dependendo do engajamento, define entre seu sucesso e seu fracasso (Jenkins et al., 2014).

A “propagabilidade” se refere aos recursos técnicos que tornam mais fácil a circulação de algum tipo de conteúdo em comparação com outros, às estruturas econômicas que sustentam ou restringem a circulação, aos atributos de um texto de mídia que podem despertar a motivação de uma comunidade para compartilhar e às redes sociais que ligam as pessoas por meio da troca de bytes significativos (Ibidem, p. 26-27).

Engajamento e interação, então, se tornam fundamentais para a propagabilidade. Para alcançá-lo, a GRS adota algumas práticas, como a presença em diversas mídias sociais, o uso de novas linguagens, com elementos da cultura popular e de recursos narrativos típicos do entretenimento, e os temas em pauta no Legislativo, que são necessariamente, por imposição legal, *de interesse público*.

Os canais, contudo, só têm relevância quando conseguem dar visibilidade às informações que precisam chegar à sociedade catarinense. Segundo Lúcia Helena Vieira (2019), essas podem ser classificadas em dois tipos:

Nós focamos na produção de dois tipos de conteúdo para a internet, que são o conteúdo de serviço e o mais atrativo. O de serviço é o que impacta diretamente o dia a dia dos cidadãos. Já o conteúdo mais atrativo, precisa chamar a atenção para uma informação que não tem um impacto coletivo tão grande.

Se o primeiro grupo de informações compreender aquelas que são simultaneamente de interesse e utilidade, e por isso recebem facilmente a atenção dos cidadãos, seja nas mídias sociais ou em outros meios, o segundo tem mais dificuldade de ganhar repercussão, mesmo que sejam igualmente de interesse público. Para isso, são elaboradas duas estratégias.

A primeira delas, consiste em mapear os assuntos que mais atraem os públicos presentes nas mídias sociais, assim como os principais temas em discussão, e buscar informações da instituição que possam ser correlacionadas.

Essa estratégia coincide com a proposta de aumentar a propagação de um texto por uma mídia social, quando é visto como uma forma de alimentar conversações já em andamento (Jenkins et al., 2014). Por meio da análise das mídias sociais e da constatação empírica, a equipe listou alguns assuntos que geralmente ganham repercussão. Os principais deles são: proteção animal, direitos das pessoas com deficiência, alterações no funcionalismo público e tópicos polêmicos em pauta no Legislativo (GRS, 2019).

A correlação de interesses também opera dentro do conceito de economia da atenção defendida por Pierre Lévy ([2011]). Para o filósofo, a nossa atenção tem poder criacional, definindo se um produto será ou não fabricado. Essa correlação aplica-se, especialmente, a plataformas de mídias sociais, que, como já abordamos anteriormente, atuam através de algoritmos, por meio de uma lógica simples: quanto mais atenção concentramos em um determinado assunto, maiores as chances de conteúdos relacionados a ele aparecerem em nosso *feed* de notícias. Essa questão, embora fazendo parte de uma lógica monetária, precisa ser pensada pela comunicação digital pública, uma vez que há assuntos que não são populares, mas que são igualmente importantes para a sociedade civil conhecê-los.

Essa conexão entre assuntos de *interesse do público* e *interesse público* tem relação com o sucesso alcançado pelo vídeo produzido pela GRS e publicado no Facebook que relaciona o jogo de realidade aumentada para *smartphones* *Pokémon Go* com a estrutura física e as atividades rotineiras da Assembleia Legislativa.

Lançado oficialmente no Brasil no dia 3 de agosto, de 2016, o *Pokémon Go* rapidamente se tornou um dos assuntos mais comentados nas mídias sociais e nas primeiras 24 horas alcançou 50 milhões de usuário no Brasil (AUI, 4 de agosto de 2016). No jogo, o Palácio Barriga Verde, sede do Legislativo, é um dos vários *PokéStops*<sup>51</sup> espalhados por Florianópolis.

No audiovisual, o personagem Professor Willow, interpretado por Diniz (2019), apresenta a Alesc como um *PokéStop* e relaciona os ambientes da Casa a espaços para a caça e cuidado de *Pokémon*<sup>52</sup>. Ao mesmo tempo, convida os jogadores a acompanharem algumas das atividades do Legislativo, como as reuniões das comissões permanentes, as sessões plenárias e as exposições realizadas na Galeria de Arte Ernesto Meyer Filho, no hall do Palácio Barriga Verde (ver o *storyboard* do vídeo no anexo 3).

O vídeo foi publicado na *fanpage* da Alesc no Facebook em 6 de agosto, de 2016, após três dias do lançamento do jogo no Brasil, momento em que o tema ainda era destaque nas mídias sociais. Essa sincronia possibilitou ao vídeo alcançar bons resultados. Patrocinado para ganhar maior alcance entre os habitantes de Santa Catarina de até 35 anos de idade, chegou à *timeline* de mais de 269 mil pessoas, 47% delas de forma orgânica<sup>53</sup>. Foi visualizado 102 mil vezes, recebeu 3 mil reações<sup>54</sup>, 574 comentários e 497 compartilhamentos (ver as métricas completas no anexo 4).

Outra estratégia é a adoção linguagens mais informais, baseadas na cultura popular e diferentes do que, normalmente, é utilizado na comunicação pública. Conforme Jenkins et al., textos de mídia têm sido integrados de forma significativa à vida das pessoas (Jenkins et al., 2014, p. 249), uma vez que:

[...] as mídias de massa dominaram de tal forma a cultura americana [consequentemente, a ocidental] no último século que as pessoas necessariamente irão valer-se delas como um vocabulário comum, à medida que aprendem a utilizar a mídia participativa para seus próprios fins (Jenkins, 2009, p. 356).

---

<sup>51</sup> *PokéStops* são locais geralmente localizados em construções históricas ou públicas onde os usuários encontram itens para caçar *Pokémon* (MOBILE GAMER, 19 de julho de 2016).

<sup>52</sup> Assista ao vídeo em: <<https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/1125034410897260/>>.

<sup>53</sup> Alcance orgânico no Facebook é aquele obtido gratuitamente, sem o investimento em anúncios patrocinados.

<sup>54</sup> As reações no Facebook são ícones que o usuário seleciona para demonstrar sentimentos em relação a determinada publicação. Na plataforma estão disponíveis seis reações: a já tradicional *curtir*; a *amei*; a *haha*, que expressa o “achar algo engraçado”; o *uau*, para demonstrar espanto e admiração; o *triste*, e o *grr*, que representa raiva em relação ao conteúdo.

A GRS se apropria, então, de elementos da cultura popular para construir suas mensagens e desenvolver sua comunicação nas mídias sociais.

[...] o conceito de mídia cívica se afasta dos discursos das instituições de serviço público, assumindo mais qualidades de mídia de entretenimento conforme os criadores procuram expandir as comunidades através das quais elas circulam. Esses produtores não são mais dependentes dos tipos tradicionais de radiodifusão pública para alcançar audiências. [...] Tais criadores são muitas vezes os primeiros a inovar com mídia social, uma vez que procuram percorrer os obstáculos tradicionais para distribuir seus conteúdos e aproveitam os modelos colaborativos quando buscam cortejar e mantem uma comunidade de apoiadores em torno de seus trabalhos. (Jenkins et al., 2014, p. 280).

Esses recursos, segundo Jenkins et al. (2014), são classificados em sete modalidades (fantasias compartilhadas, humor, paródia e referências, conteúdo inacabado, mistério, controvérsias oportunas e boatos). O uso do humor e das paródias e referências (estas geralmente de produtos da cultura popular) criam vínculos entre o produtor e seus públicos ao mostrar que eles compartilham sensibilidades e referências culturais, criando capital social entre ambos.

A controvérsia oportuna, por sua vez, é o material que “desencadeia um desacordo intenso entre aqueles que se deparam com ele” (Jenkins et al., 2014, p. 264) e que repercute discussões atuais travadas nas mídias sociais.

Com frequência, o texto de mídia se espalha particularmente longe quando retrata uma controvérsia que preocupa uma comunidade no exato momento em que, esta, busca por um conteúdo que poderia atuar como seu grito de guerra (Ibidem, p. 266).

Os parlamentos, de modo geral, quando verdadeiramente empenhados na representação da sociedade, no monitoramento da opinião pública e na sua independência em relação aos demais poderes, são espaços para a geração desse tipo de material. A controvérsia, a exposição dos contraditórios, essenciais à democracia (Chauí, 2016), são matérias-primas do Legislativo. O setor de mídias sociais procura fazer, então, uso legítimo desses conteúdos em suas redes, apresentando aos representados a opinião de seus representantes sobre temas em pauta na esfera pública.

No primeiro ano (2011), as publicações se resumiam a textos com cerca de dez linhas e formato jornalísticos, o *lead* das notícias sobre a Assembleia Legislativa. Em 2012 os textos diminuíram para apenas poucas linhas. Passou-se a usar fotos e *links* (anexo 5), cobertura em tempo real das ações da Alesc e interação com outros usuários da rede, através de compartilhamento de publicações (anexo 6). Postagens com texto, *link* para um dos veículos da Casa e foto tornaram-se o padrão em 2013 (anexo 7), salvo por algumas que traziam, ao invés de foto, *link* expandido para vídeos hospedados no YouTube (anexo 8). No ano seguinte, a equipe começou a produzir suas primeiras peças gráficas, com a inclusão de elementos como texto e a marca da Alesc sobre as fotos, o que eles chamam de *cards* (anexo 9).

Em 2015, vídeos começaram a ser utilizados, se aproximando da linguagem das mídias sociais particulares e comerciais, adotando formatos mais propagáveis. A inovação foi iniciada em março, com a publicação de um vídeo<sup>55</sup> que mostra manifestantes rompendo a barreira de acesso à sala das comissões da Alesc com o objetivo de interromper a reunião da Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) em que o então secretário estadual da Educação, Eduardo Deschamps, esclarecia o texto da Medida Provisória 198/15, sobre a remuneração dos professores admitidos em caráter temporário (ACT's).

Para pôr em prática as estratégias descritas anteriormente, a GRS desenvolveu seus próprios processos e rotinas de produção, assim como os demais veículos de comunicação oficiais da Alesc conceberam ao longo de suas implantações. A liberdade criativa é uma característica do setor, principalmente em razão da natureza do meio em que a equipe opera: as mídias sociais.

Em constante modificação, não existem fórmulas prontas para os conteúdos produzidos para mídias sociais, pela natureza própria do meio. A produção do texto para essas plataformas também não finaliza com a sua postagem, porque a força dessas plataformas não está no consumo e na produção como processos distintos – por audiências e profissionais, separadamente –, mas por essas atividades se tornarem colaborativas, em um fluxo constante, onde o engajamento e a interação, moedas básicas das mídias digitais, se estabelecem com e entre os demais

---

<sup>55</sup> O vídeo está disponível no *link*: <<https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/839739332760104/>>.



membros da rede que fazem parte do produto final (Barger, 2013; Jenkins et al., 2014; Shirky, 2011, 2012).

### **3.3. Os discursos e suas ordens no contexto das mídias**

Campo de pesquisa cujo objetivo é compreender a produção social de sentidos, realizada por sujeitos históricos, por meio da materialidade das linguagens, a análise do discurso tem sido utilizada, cada vez mais, para investigar as mídias. Aproximar a análise do discurso e os estudos da mídia é uma forma de compreender os movimentos discursivos de produção de identidades.

A análise do discurso (AD) é um campo de estudo que oferece ferramentas conceituais para a análise desses acontecimentos discursivos nas mídias, na medida em que toma como objeto de estudos a produção de efeitos de sentido, realizada por sujeitos sociais, que usam a materialidade da linguagem e estão inseridos na história. Por isso, os campos da AD e dos estudos da mídia podem estabelecer um diálogo extremamente rico, a fim de entender o papel dos discursos na produção das identidades sociais.

Nascida na conjuntura intelectual que, nos anos 60, estava sob a égide do estruturalismo, foi articulada em torno de uma reflexão sobre a “escritura”, a linguística, o marxismo e a psicanálise. “A análise do discurso, na França, é sobretudo, - e isto desde 1965, aproximadamente – assunto de linguistas (...), mas também de historiadores (...) e de alguns psicólogos (...). A referência a questões filosóficas e políticas surgidas ao longo dos anos 60, constitui amplamente a base concreta, transdisciplinar de uma convergência (...) sobre a questão da construção de uma abordagem discursiva dos processos ideológicos” (Pêcheux, 1984, p.7 apud Maingueneau, 1993, p. 10).

Maingueneau aponta que a análise do discurso veio trazer suas contribuições às hermenêuticas contemporâneas, captando sentidos ocultos. Relembrando Pêcheux, ele destaca que a análise do discurso não pretende se instituir como especialista da interpretação, dominando “o” sentido dos textos; apenas pretende construir procedimentos que exponham o olhar-leitor a níveis opacos à ação estratégica de um sujeito. O desafio crucial é o de constituir interpretações, sem jamais neutralizá-las, “seja através de uma minúcia qualquer

de um discurso sobre o discurso, seja no espaço lógico estabilizado com pretensão universal. Dito de outra forma, a análise do discurso depende das ciências sociais e seu trabalho está assujeitado à dialética da evolução científica que domina este campo” (Ibidem, p. 11).

Segundo Maingueneau, se a análise do discurso na contemporaneidade praticamente pode designar qualquer coisa – toda produção de linguagem pode ser considerada “discurso” – isto provém da própria organização do campo da linguística, que opõe de forma constante um núcleo que alguns consideram “rígido” a uma periferia cujos contornos estáveis estão em contato com as disciplinas vizinhas (sociologia, psicologia, história, filosofia, comunicação etc.).

“A primeira região é dedicada ao estudo da ‘língua’, no sentido saussuriano, a uma rede de propriedades formais, enquanto a segunda se refere à linguagem apenas à medida que esta faz sentido para sujeitos inscritos em estratégias de interlocução, em posições sociais ou em conjunturas históricas. O termo ‘discurso’ e seu correlato ‘análise do discurso’ remetem exatamente a este último modo de apreensão da linguagem” (Ibidem).

Maingueneau lembra que, no momento em que a escola francesa de análise do discurso constituiu-se, a conjuntura teórica era bastante diferente e o trabalho de explicitação de suas fronteiras não se revestia da mesma urgência que apresenta agora.

Os objetos que interessam a AD, atualmente, correspondem de forma bastante satisfatória ao que se chama com frequência de formações discursivas (FDs), referindo a Michel Foucault que, através deste conceito, entende “um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições de exercício da função enunciativa” (Foucault, 1986, p. 153).

Em arqueologia do saber, Foucault usa este termo para definir o que pode e deve ser dito, articulado sob a forma de uma locução, sermão, panfleto, uma exposição, programa etc., a partir de uma posição dada, em uma conjuntura determinada.

Desta perspectiva não se trata de examinar um corpus como se tivesse sido produzido por um determinado sujeito, mas de considerar sua enunciação como

correlato de uma certa posição sócio-histórica, na qual os enunciadores se revelam substituíveis. Assim, nem os textos tomados em sua singularidade, nem os corpos tipologicamente pouco marcados dizem respeito verdadeiramente à AD.

Em uma formação discursiva, o sujeito é interpelado pela ideologia que a sustenta, pois “a cada formação ideológica corresponde uma formação discursiva, que é um conjunto de temas e de figuras que materializam uma dada visão de mundo” (Fiorin, 1998, p. 32).

Esse postulado é, também, aderido por Eni Orlandi. Segundo ela, “as formações discursivas são formações componentes das formações ideológicas e determinam o que pode e deve ser dito a partir de uma posição em uma conjuntura dada” (Orlandi, 2012, p. 23).

Em *Discurso e análise do discurso* (2015), Maingueneau apresenta acepções de discurso ancoradas fora da linguística. “Quando se fala de ‘discurso’, ativa-se, assim, de maneira difusa, um conjunto aberto de *leitmotiven*, de ideias-força” (Maingueneau, 2015, p. 25).

Essas ideias-força, para Maingueneau, são:

- O *discurso é uma organização além da frase*;
- o *discurso é uma forma de ação*: Considera-se que falar é uma forma de ação sobre o outro, e não apenas uma representação do mundo. Toda enunciação (prometer, sugerir, afirmar, perguntar...) que visa modificar uma situação;
- o *discurso é interativo*;
- o *discurso é contextualizado*;
- o *discurso é assumido por um sujeito*: o discurso só é discurso se estiver relacionado a um sujeito, a um EU, que se coloca ao mesmo tempo como *fonte de referências* pessoais, temporais, espaciais e indica qual atitude que ele adota em relação ao que diz e a seu destinatário. A fala é dominada pelo dispositivo de comunicação do qual ela provém;
- o *discurso é regido por normas*: No nível elementar, cada ato de linguagem implica normas particulares; um ato aparentemente simples como uma pergunta, por exemplo, implica que o locutor ignore a resposta, que a resposta o interesse, que ele acredite que o indivíduo a quem a pergunta é feita possa responde-la etc. Existem, além disso, normas que regem todas as trocas verbais: ser compreensível, não se repetir, dar informações apropriadas à situação. Além disso,

os gêneros do discurso são conjuntos de normas que suscitam expectativas nos sujeitos engajados na atividade verbal. Mais fundamentalmente, nenhum ato de enunciação pode ocorrer sem justificar de uma forma ou de outra seu direito de se apresentar tal qual como se apresenta. Trabalho de legitimação inseparável do exercício da fala;

- *o discurso é assumido no bojo de um interdiscurso*: O discurso só adquire sentido no interior de um imenso interdiscurso. Para interpretar o menor enunciado, é necessário relacioná-lo, conscientemente ou não, a todos os tipos de outros enunciados sobre os quais ele se apoia de múltiplas maneiras. Algumas correntes defendem o primado do interdiscurso sobre o discurso, em particular as inspiradas em M. Bakhtin, que inscrevem o enunciado num “dialogismo” generalizado.

- *o discurso constrói socialmente o sentido*: O sentido não é um sentido diretamente acessível, estável, imanente a um enunciado ou a um grupo de enunciados que estaria esperando para ser decifrado: ele é continuamente construído e reconstruído no interior de práticas sociais determinadas. Essa construção do sentido é, certamente, obra de indivíduos, mas de indivíduos inseridos em configurações sociais em diversos níveis.

Com essas ideias-força, Maingueneau nos apresenta o duplo alcance do emprego de “discurso”. Ele permite, ao mesmo tempo, designar objetos de análise e mostrar que se adota um ponto de vista sobre eles.

Dizer, por exemplo, que esse panfleto ou aquele jornal são um discurso é também mostrar que eles são considerados como discursos, mobilizadores de certas ideia-força. Falando do ‘discurso do panfleto’, indica-se que não vão analisar somente conteúdos, uma organização textual ou procedimentos estilísticos, mas que se vai relacionar este enunciado a um dispositivo de comunicação, às normas de uma atividade, aos grupos que dele extraem sua legitimidade etc (Ibidem, p. 29).

Se pensarmos a mídia enquanto prática discursiva, produto da linguagem e processo histórico, para poder apreender o seu funcionamento é necessário analisar a circulação dos enunciados, as posições de sujeito aí assinaladas, as materialidades que dão corpo aos sentidos e as articulações que esses enunciados estabelecem com a história e a memória.

Trata-se, portanto, de procurar acompanhar trajetórias sócio-históricas, de sentidos materializados nas formas discursivas da mídia. Dessa perspectiva,

procuramos analisar adiante, as articulações entre práticas discursivas e a produção de identidades apresentadas pelos discursos circulantes nas mídias sociais da Alesc.

A análise do discurso pode delinear algumas relações que a mídia estabelece, interdiscursivamente, com outros dispositivos textuais que circulam na sociedade.

“A discursividade tem, pois, uma espessura histórica, e analisar discursos significa tentar compreender a maneira como as verdades são produzidas e enunciadas. Assim, buscando as articulações entre a materialidade e a historicidade dos enunciados, em vez de sujeitos fundadores, continuidade, totalidade, buscam-se efeitos discursivos” (Gregolin, 2007).

A análise das práticas discursivas mostra que a relação entre o dizer e a produção de uma “verdade” é um fato histórico.

### **3.3.1. O fundamento da discursividade ou a relação com o Outro**

O desenvolvimento das novas tecnologias e a possibilidade de criação de redes de comunicação, de interesses específicos, técnicas, utilizando os mais variados recursos meios e canais são fundamentais para o desenvolvimento destas redes de movimentos sociais. Podemos dizer que as novas formas interativas de acesso à informática, às conferências e redes via computação representam o mais novo território de disputa e luta na sociedade. Todas essas colocações nos remetem a uma interessante missão em busca de desvendar as diversas “réplicas de si mesmo” presentes nas narrativas hipertextuais.  
(Ferrari, 2015, p.107)

Carlos Piovezani, na apresentação de “Corpo e discurso: uma história de práticas de linguagem”, de Jean-Jacques Courtine (2023), assinala que não há corpo fora da história e da linguagem. Entre o corpo e o discurso, as relações são diversas e constitutivas. Segundo ele, a discursividade não só incide sobre as ações, os comportamentos e os sentidos do corpo, mas também chega até elementos de sua anatomia e de sua fisiologia. “Das substâncias e das formas históricas e orgânicas brota a matéria de toda a fala. Além disso, essa matéria da fala e o trânsito de nossos enunciados estão eivados de marcas dos nossos corpos.

Mas é necessário acrescentar: o corpo não se reduz ao discurso” (Piovezani, *in* Courtine, p. 2023, p. 21).

Para o autor, por um lado, o fato de o corpo ser condição de possibilidade material e subjetiva do dizer indica a existência de espaços corporais aquém do discurso. Por outro, todos os discursos sobre o corpo e suas tentativas de enredá-lo não preenchem seus vazios e seus excessos, que projetam um espaço além do discurso.

Pensar sobre os laços entre corpo e discurso é, também, pensar em outros aspectos dessa relação fundamental: “todo ser humano é um corpo falante e esse corpo é um lugar de fala por excelência” (Ibidem).

Piovezani destaca que, a presença de um nosso semelhante é pulsão, promessa, projeto e performance da palavra, e tudo isso se torna mais latente, forte e manifesto com a emissão da voz humana e com a atuação dos atos de fala.

Reflexões que vão de linguistas a filósofos, nos mostram que a voz humana, mesmo quando não articulada sob a forma da fala, já não é mais mero ruído da natureza. Sua projeção, segundo Piovezani, é imediatamente sinal de um corpo falante, de um ser que pensa, sente e tem algo a dizer.

A emissão vocal humana consiste no signo ontológico e histórico de um ser semelhante, de um outro como o eu, porque esse outro não é somente um corpo, mas, um ser humano cuja voz indica seu querer, seu saber e seu poder dizer algo. Esse outro como um outro eu é ao mesmo tempo um corpo e um espírito, é matéria e linguagem constitutivas de uma mesma entidade. Isso, por sua vez, compromete a divisão metafísica entre natureza e cultura entre a aparência e a materialidade carnal, de um lado, e a essência e a intangibilidade anímica, de outro (Ibidem).

Conforme Piovezani, essa divisão é fundamental para a possibilidade de reduzir o outro humano a elemento da natureza, “a pedaço da carne mais barata do mercado ou ao menos a ser inscrito em posição inferior numa hierarquia em cujo topo se situam aqueles que falam com o refinamento de suas almas e espíritos e através dos seus corpos brancos, burgueses e bem-nutridos” (Piovezani, *in* Courtine, p.22).

Os meios de comunicação com os seus padrões e funcionamentos, suas maneiras de operar, modificam profundamente as práticas de fala pública, suas

representações e suas sensibilidades. Enquanto manifestação da linguagem, a fala pode moldar as identidades dos sujeitos por meio da relação com o Outro.

Segundo Maingueneau (2008), no espaço interdiscursivo composto por formações discursivas (FDs) que se delimitam reciprocamente, um discurso só pode traduzir o Outro nos termos de si Mesmo, produzindo dele, portanto, um simulacro. Maingueneau formula sua hipótese sobre o primado do interdiscurso: a heterogeneidade, para o autor, é constitutiva do discurso e vincula, de modo inseparável, o Mesmo do discurso e seu Outro.

Nessa perspectiva, os discursos não nascem de maneira independente e não se trata de serem postos por circunstâncias variáveis posteriormente em relação; ao contrário, os discursos já nascem em relação com os outros – ou, de modo mais específico, com o seu Outro. É da alteridade que o discurso extrai sua identidade. A propor tal formulação, o autor dialoga com diversas correntes das ciências humanas que colocam em cena a questão da relação entre diversos textos ou discursos – o que não se daria ao acaso:

[Essa convergência] Tem lugar no conjunto da problemática da enunciação e dá testemunho de um desses impulsos que atravessam todo um campo de pesquisas durante certo número de anos. Mesmo que seja mais do que duvidoso que entre o “Outro” da psicanálise lacaniana, por exemplo, e os “Outros” das teorias da enunciação, da ideologia ou do discurso existam pontos de coincidência precisos e interessantes, essas formulações aparentemente próximas quanto ao caráter “polifônico” da fala ou do descentramento do sujeito de enunciação contribuem para suscitar uma espécie de unanimidade (Maingueneau, 2008, p. 32).

De modo mais específico, o autor dialoga com o pensamento do chamado “Círculo de Bakhtin”, para o qual a relação com o Outro é o fundamento da discursividade. Essa percepção baseia-se no entendimento de que o discurso é inextrincavelmente dialógico, uma vez que constitui um dado social, nascido da interação entre indivíduos e orientado pelo princípio da responsividade.

O trabalho de Bakhtin e seu círculo “radicalizou no entendimento da amplitude sócio-histórica da linguagem, permitindo que fosse desenvolvido um rico vetor para se pensar o signo segundo perspectiva não naturalizada” (Citelli, 2008, p. 22). A fim de definir o sistema de restrições semânticas de uma formação

discursiva (FD), Dominique Maingueneau destaca a necessidade de “definir operadores de individuação”, filtros que fixam critérios que permitem distinguir certos textos como pertencendo a um discurso determinado.

Esses operadores determinam o dizível de um campo discursivo por meio da incidência simultânea sobre universos intertextuais – espaços próprios de cada discurso em que se estabelecem relações, circulam actantes, apresentam-se textos e narrativas – e dispositivos retóricos disponíveis para a enunciação em um dado discurso. Ao estudarmos corpora formados por textos circulantes em plataformas de mídias digitais de um parlamento, dada a complexidade e o caráter híbrido que predomina nesse tipo de produção, torna-se particularmente relevante identificar as especificidades dos sistemas de restrições que regem as diversas formações discursivas representadas, traduzidas e mediadas pelos enunciados.

A investigação desses sistemas de restrição, por sua vez, passa por procedimentos analíticos que focalizam – nos termos de Maingueneau (2008) – a semântica global dos discursos, isto é, consideram simultaneamente e de maneira integrada os diversos planos discursivos. O autor defende que “um procedimento que se funda sobre uma semântica ‘global’ não apreende o discurso privilegiando esse ou aquele dentre seus ‘planos’, mas integrando-os todos ao mesmo tempo, tanto na ordem do enunciado quanto na da enunciação” (Maingueneau, 2008, p.75).

Nas análises que faremos no próximo capítulo, ainda que tratemos de temas diversos, percebemos o poder que alguns têm de repercutir em relação a outros tão ou mais importantes do ponto de vista do interesse público, do benefício coletivo. Dessa forma, a reflexão sobre o plano discursivo temático nos parece pertinente, ainda que abordemos outras categorias da Análise do Discurso.

Uma noção como a de “tema” de um discurso é de manejo muito delicado, se se procura conferir-lhe um estatuto um pouco preciso. Pode-se utilizá-la em múltiplos níveis: microtemas de uma frase, de um parágrafo...; macrotemas de uma obra inteira, de muitas obras... Não é nosso propósito aqui refletir sobre essa noção em si mesma, e nos contentaremos com a definição mais vaga, “aquilo de que um discurso trata”, em qualquer nível que seja. Aliás, do ponto de vista de um sistema de restrições global, uma hierarquia dos temas não tem grande interesse: já que o conjunto da temática se desdobra a partir dele, sua ação é perceptível em todos os pontos do texto (Maingueneau, 2008, p.81).



Para Maingueneau (2008), o mais importante não é a simples identificação de um tema tratado por um discurso. Podemos identificar, ainda, o aumento da presença de um determinado tema dentre textos em um dado momento histórico e, no caso particular dessa pesquisa, das repercussões e disputas (discursos de ódio e polarizações) em torno desses temas.

Nesses espaços, o processo da comunicação tenta impor-se e os discursos travam diálogos e duelos, negociações de interesses, assinalando “o reconhecimento da necessidade do outro e a aceitação do risco de fracasso” (Wolton, 2006, p. 172). O dialogismo, nesse campo, apresenta-se como natureza basilar dos discursos construídos em forma de posicionamento, interação e coabitação.

### **3.3.2. Discurso, mídia, identidades**

A democracia nasce de várias contradições: é preciso que o maior número de cidadãos tenha acesso à informação, mas nem todos os cidadãos se encontram nas mesmas condições de acesso; é preciso que a informação em questão seja digna de fé, mas suas formas são diversas e podem ser suspeitas de tomada de posição parcial, sem contar que a maneira de relatá-la pode satisfazer a um princípio de dramatização deformante; é preciso que os cidadãos possam expressar-se, dar sua opinião, é preciso ainda que essa palavra se torne pública por intermédio das mídias, mas as mídias só se interessam pelo anonimato se puderem integrar a palavra anônima numa encenação dramatizante.

(Charaudeau, 2013, p.86).

Charaudeau aponta para a mina de contradições que envolve a informação midiática, o que, segundo ele, pode ser resumido como “gozar da maior credibilidade possível com o maior número possível de receptores”. (Charaudeau, 2013, p.86).

A finalidade do contrato de comunicação midiática se acha na tensão entre duas visadas que correspondem, cada uma delas a uma lógica particular: uma visada de fazer saber, ou visada da informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão, e uma visada do fazer sentir, ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de

consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para sobreviver à concorrência.

Apesar das mídias digitais se encontrarem no imbricamento da informação com a lógica comercial, nosso corpus será analisado, fundamentalmente, sob o preceito da visada da informação, já que estamos tratando de uma comunicação pública legislativa.

Os efeitos de sentido materializam-se nos textos que circulam em uma sociedade. Como o interdiscurso não é transparente nem, muito menos, o sujeito é a origem dos sentidos, ninguém consegue enxergar a totalidade significativa nem compreender todos os percursos de sentido produzidos socialmente.

Gregolin alerta que a coerência visível em cada discurso particular é feita da construção discursiva: o sujeito pode interpretar apenas alguns dos fios que se destacam das teias de sentidos que invadem o campo do real social.

Segundo a autora, o efeito de coerência e unidade de cada texto é construído por agenciamentos discursivos que controlam, delimitam, classificam, ordenam e distribuem os acontecimentos discursivos em dispersão e permitem que um texto possa “estar em relação com um domínio de objetos, prescrever uma posição definida a qualquer sujeito possível, estar situado entre outras performances verbais, estar dotado, enfim, de uma materialidade repetível” (Foucault 2004: 121-122, apud Gregolin, 2007, p.6).

A criação dessa ilusão de “unidade” do sentido é um recurso discursivo que fica evidente nos textos da mídia. Como o próprio nome parece indicar, as mídias desempenham o papel de mediação entre seus leitores e a realidade. O que os textos da mídia oferecem não é a realidade, mas uma construção que permite ao leitor produzir formas simbólicas de representação da sua relação com a realidade concreta.

Na sociedade contemporânea, a mídia é o principal dispositivo discursivo por meio do qual é construída uma “história do presente” como um acontecimento que tensiona a memória e o esquecimento. É ela, em grande medida, que formata a historicidade que nos atravessa e nos constitui, modelando a identidade histórica que nos liga ao passado e ao presente (Ibidem).

Esse efeito de “história ao vivo” é produzido pela instantaneidade da mídia, que interpela incessantemente o leitor através de textos verbais e não-verbais,

compondo o movimento da história presente por meio da resignificação de imagens e palavras enraizadas no passado. “Rememoração e esquecimento fazem derivar do passado a interpretação contemporânea, pois determinadas figuras estão constantemente sendo recolocadas em circulação e permitem os movimentos interpretativos, as retomadas de sentidos e seus deslocamentos. Os efeitos identitários nascem dessa movimentação dos sentidos” (Ibidem).

Para Bauman (2006), a identidade é um efeito de pertencimento que tem em sua raiz o paradoxo da instabilidade: os lugares contemporâneos são permanentemente deslocados pelas máquinas de informação e, por isso, é impossível fixar-se rigidamente em um território identitário único.

Como dispositivo social, a mídia produz deslocamentos e desterritorializações. Ao mesmo tempo, o trabalho discursivo de produção de identidades desenvolvido pela mídia cumpre funções sociais básicas tradicionalmente desempenhadas pelos mitos – a reprodução de imagens culturais, a generalização e a integração social dos indivíduos. Essas funções são asseguradas pela ampla oferta de modelos difundidos e impostos socialmente por processos de imitação e formas ritualizadas (Gregolin, 2007, p. 7).

Esses modelos de identidades, segundo a autora, são socialmente úteis, pois estabelecem paradigmas, estereótipos, maneiras de agir e pensar que simbolicamente inserem o sujeito na “comunidade imaginada”.

A sofisticação técnica produz uma verdadeira saturação identitária pela circulação incessante de imagens que têm o objetivo de generalizar os modelos. A profusão dessas imagens age como um dispositivo de etiquetagem e de disciplinamento do corpo social.

Os discursos veiculados pela mídia operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação de saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer de seu corpo, de sua alma, de sua vida.

Charaudeau (2013), coloca que, toda comunicação envolve algum tipo de contrato, ou acordo tácito, entre os sujeitos que se relacionam por meio da linguagem. Para Charaudeau, as situações de troca comunicativa envolvem, sempre, co-intencionalidades que são postas em prática e reguladas por uma série de restrições.

Os parceiros se relacionam por meio de um acordo prévio pelo qual se reconhecem um ao outro e identificam a situação na qual se encontram. O contrato envolve restrições da ordem do gênero discursivo no qual se inscrevem os enunciados, e da instituição que regula suas práticas discursivas e que são reconhecidas pelos sujeitos. Ou seja, para que possam se comunicar, os indivíduos precisam levar em consideração os dados internos (espaços linguageiros)<sup>56</sup> e externos<sup>57</sup> (condições situacionais) que constituem uma troca.

No caso dos enunciados inscritos em determinados gêneros de discurso, como os das mídias digitais, significa submeter-se às suas regras, aceitando suas normas institucionais e linguísticas como válidas.

Carvalho (et al., 2015) refletem que, no jornalismo, a relação entre produtores e receptores se dá, tradicionalmente, por meio de um contrato com foco na informação. É a partir da expectativa de que a instância de produção entregue informação com credibilidade que o público das organizações jornalísticas com elas se relaciona, por meio de seus produtos (jornais, revistas, programas de rádio de TV). Com a internet e as plataformas digitais, e a conformação de um novo ecossistema midiático, essa relação se torna mais complexa.

As condições situacionais pelas quais a informação circula nas mídias digitais são distintas daquelas dos meios tradicionais. “Nem sempre a identidade de quem enuncia corresponde a um jornalista ou a uma organização informativa; do mesmo modo, a visada informativa ganha outros contornos e desdobramentos; o propósito varia tanto a ponto de se discutir transformações dos critérios de noticiabilidade do jornalismo (memes viram notícia a partir dos compartilhamentos nas redes, em uma outra lógica de seleção dos fatos); e o dispositivo se torna mais complexo” (Carvalho et al., 2015, p. 5).

Nas mídias digitais, o dispositivo envolve várias condições materiais e sistemas semiológicos (linguagem verbal escrita, linguagem visual, oralidade, iconicidade); o suporte de transmissão é digital, por meio de telas (de celulares, computadores, tablets); e a tecnologia é híbrida, hipertextual e hipermidiática,

---

<sup>56</sup> Os dados internos dizem respeito aos espaços de locução, relação e tematização.

<sup>57</sup> Os dados externos são as condições de identidade, finalidade, propósito e dispositivo

interativa, a relação entre os atores (organizações e públicos) é totalmente diferente da possibilitada pelos demais meios.

Essas mídias estão permeadas pela colaboração dos participantes devido a uma série de materialidades, que constituem suas lógicas e gramáticas por meio de interações sociotécnicas. Entendemos que as mídias sociais digitais não são “sociais a priori” (Primo, 2013), mas se desenvolvem por meio de interações complexas entre diferentes atores – as tecnologias que incidem com suas materialidades sobre os usuários (indivíduos e organizações), e esses com suas apropriações das tecnologias.

Pesquisar sobre plataformas digitais é compreender o material e o simbólico em um processo de inter-relação como parte de uma análise da contribuição das mídias e da comunicação para a construção do mundo social (Couldry; Hepp, 2020). Nesse sentido, as mídias sociais seriam a junção das tecnologias e da produção de sentido.

A partir da noção de *affordances*<sup>58</sup> (Gibson, 1977) e do entendimento dos meios como gramáticas, é possível dizer que algumas mídias apresentam maior potencialidade que as demais para uma comunicação mais participativa e em rede. As mídias digitais, ainda que apresentem limitações relativas à participação, apresentam funcionalidades, condições de produção, que permitem uma participação mais ativa do que em outros meios. Saad (2009) nos diz que, essas plataformas estão inseridas no escopo das tecnologias ou práticas online que permitem o compartilhamento de conteúdo, opiniões, ideias, experiências e mídias, possibilitando conversações sobre o que é relevante.

Com isso, situamos a pesquisa em termos epistemológicos, teóricos e metodológicos e passamos a apresentar dados e análises e, assim, buscar responder às hipóteses elencadas nessa pesquisa

---

<sup>58</sup> As *affordances* são uma questão de percepção do sujeito que usa se apropria do objeto: elas são um conjunto de interações que resultam em usos do que é disponibilizado pelo ambiente (GIBSON, 1977).

# 4

## Os dados e os discursos circulantes

### 4.1. Análise de dados

Neste capítulo, procuramos ratificar, de forma empírica mais sistemática, às discussões realizadas em nossos capítulos teóricos, como forma de responder às questões norteadoras de nossa pesquisa. O primeiro objetivo desta tese diz respeito à identificação dos sentidos em circulação nas plataformas de mídias sociais da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc), observando os tipos de vínculo construídos pelos discursos entre esse agente público e a sociedade.

À instância técnica, pertencem as operações que constroem os dados de modo relacionado à teoria: a observação, por meio da qual a informação se transforma em dado; a seleção de dados, que implica em processos teóricos de redução a um objeto de conhecimento verificável; e a operacionalização, que compreende um conjunto de operações dedutivas que conectam o conceito e o fato empírico.

Já a etapa de observação da pesquisa – a qual pretende “coletar e reunir evidências concretas capazes de reproduzir os fenômenos em estudo no que eles têm de essencial” (Lopes, 2010, p. 123) – corresponde à concretização, na prática do pesquisador, da ruptura epistemológica que possibilita a construção do objeto de estudo e a identificação do problema de investigação.

Trata-se do momento em que a ruptura entre o objeto científico e o objeto real ou concreto – isto é, a ruptura entre o fato científico e o saber imediato – pode ser verificada nas escolhas relativas à delimitação e à composição do universo a ser considerado na pesquisa e às técnicas de observação implicadas, com base no quadro teórico adotado.

Lopes (2010) defende a perspectiva de que os dados científicos devem ser *construídos* pelo pesquisador, processo que abrange duas operações distintas: a *amostragem* e as *técnicas de coleta* – com todas as ressalvas, porém, que podem ser feitas ao termo *coleta*, já que as informações a investigar não estão prontas ou

disponíveis para serem simplesmente *recolhidas* pelo pesquisador. Elas são antes construídas a partir do enquadramento teórico-metodológico da pesquisa. A delimitação da amostragem, nesse sentido, implica a construção de um universo de investigação, enquanto as técnicas de coleta dizem respeito aos “instrumentos por meio dos quais são obtidas ou coletadas as informações ou dados brutos da pesquisa”, os quais diferem das técnicas de análise que lhes sucedem (Lopes, 2010, p.146).

Por se tratar de duas etapas com metodologias de pesquisa diferentes, as análises dos dados ocorreram de acordo com o que cada uma necessita. Dessa forma, buscamos ressaltar os principais resultados encontrados em cada uma delas, a partir de abordagens que se complementam.

Num primeiro momento, utilizamos o software Zeeng para mineração de dados quali-quantitativos nas plataformas de mídias digitais. A plataforma de Big Data Analytics Zeeng, utilizada para coleta de dados e reunião de métricas servia (de 2019 a junho de 2020) à Diretoria de Comunicação da Alesc.<sup>59</sup> Segundo informações disponibilizadas em seu site “a Zeeng é a primeira plataforma de Big Data Analytics totalmente voltada para a comunicação e marketing do mercado brasileiro.”<sup>60</sup>

A plataforma funciona como um analisador de redes sociais e de texto baseado em nuvem que pode descobrir e resumir automaticamente as redes de comunicação a partir de postagens de mídia social disponíveis ao público. As informações são coletadas em tempo real e concentradas em um só lugar, como um repositório centralizado.

Por meio de score, considerando mais de 60 indicadores, a Zeeng apresenta resultado analítico mostrando o nível de presença digital de cada player monitorado. O indicador permite, de maneira objetiva, apresentar o posicionamento da empresa/instituição x competidores dentro do ambiente digital.

Utilizando a web analytics, a plataforma descobre, ainda, quais os principais termos de pesquisa e links externos estão gerando mais acessos ao site da instituição e, por meio do Social Media Analytics verifica qual formato mais gera

---

<sup>59</sup> Quem faz o monitoramento e entrega desses dados para a DCS é a empresa Inova Soluções, focada em soluções digitais. ([www.inova-solucoes.com](http://www.inova-solucoes.com))

<sup>60</sup> Disponível em : [www.zeeng.com.br](http://www.zeeng.com.br)

resultados, e a frequência de postagens, dias e horários que obtêm maior engajamento, ativo social, entre outros benefícios.

Esse *software* ambientado na internet foi adotado para coletar as postagens do Twitter, Facebook, Instagram e YouTube a partir das plataformas dessas mídias sociais da Alesc.

Após programar a forma de coleta para cada arranjo, o próprio Zeeng passa a realizar a captação do conteúdo. Esses operadores são palavras que informam ao sistema de busca como quantidade de comentários, reações, curtidas.

Já na etapa puramente qualitativa, realizamos uma análise textual, a partir da ferramenta *Export Comments* e pelo software IRaMuTeQ para colher os comentários dos posts e detectar quais temas mais apareceram no *corpus* de pesquisa.

O uso de softwares de análises textuais é cada vez mais comum nas Ciências Humanas e Sociais, principalmente quando o *corpus* acumulado na pesquisa é grande e volumoso (Camargo; Justo, 2013).

O IRaMuTeQ<sup>61</sup> (*Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires*) é um software gratuito ancorado no ambiente estatístico do *software* R<sup>62</sup> e na linguagem *Python*<sup>63</sup>, que oferece diferentes tipos de análise estatística de dados qualitativos, os quais são processados e transformados em *corpus* textual.

Todos os comentários foram organizados em um *corpus* textual e agregados em um documento único para a análise. Esse *corpus*, por fim, é dividido em Segmentos de Texto (STs) pelo próprio software a partir de parâmetros estabelecidos pelo pesquisador, a fim de manter os contextos das falas (o parâmetro nesta pesquisa foi verificar todos os temas em circulação nas plataformas). Em seguida, o IRaMuTeQ organiza esses segmentos a partir das diferentes análises selecionadas, permitindo a organização eo aprofundamento dos temas propostos.

---

<sup>61</sup> Disponível em: <http://www.iramuteq.org>

<sup>62</sup> Disponível em: <http://www.r-project.org>

<sup>63</sup> Disponível em: <http://www.python.org>



Tratamos, então, de realizar uma análise descritiva do material empírico, além de traçar um olhar geral sobre os posts selecionados, seus comentários e, na sequência nos debruçamos sobre a análise discursiva desse material.

Dada a amplitude do corpus, vamos nos ater aos temas que desdobraram maior repercussão e interação entre os seguidores das mídias sociais da Alesc, a fim de responder nossa pergunta-chave: Os discursos em foco contemplam a comunicação pública e as apostas da comunicação digital no que se refere à colaboração, à participação, ao exercício da cidadania e da democracia?

E de confirmar ou refutar nossas hipóteses:

1. A partir da leitura do social, da democracia e da democracia digital, as plataformas digitais de comunicação podem construir uma aproximação com a atualidade de apostas culturais e, dessa forma, possibilitam uma nova forma de exercício da cidadania.
2. A comunicação pública desempenhada pela Alesc cumpre seu papel de informar com transparência e possibilita um diálogo com a sociedade por meio da mídia digital, integrando projetos de lei desenvolvidos no parlamento à cultura e à história da população e sua vinculação ao espaço público cotidiano;
3. Os cidadãos identificam-se social e culturalmente com o conteúdo produzido e postado nas mídias sociais e reconhecem suas necessidades atendidas pelos parlamentares, por meio dessas plataformas de comunicação.

Em um segundo momento, apresentamos entrevistas com os deputados da 20ª. Legislatura, para completar nossas reflexões sobre o tema proposto.

A amostragem adotada nesta pesquisa, como já foi dito anteriormente, baseia-se em postagens dos perfis de mídias digitais da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, no ano de 2019, 2020, 2021 e 2022 quando o parlamento catarinense inaugurou uma nova legislatura e quando vivemos uma das piores crises de saúde pública da história recente, a pandemia de COVID-19.

Com base no relatório anual foi possível detectar alguns números e temas de maior repercussão no período analisado. As plataformas de mídias digitais se

consolidam como parte fundamental nas estratégias de comunicação de qualquer organização, seja ela pública ou privada. Ao longo dos últimos anos, os canais de mídias digitais da Assembleia Legislativa revelam um alcance expressivo das principais pautas, projetos de lei, eventos e decisões do Parlamento catarinense. As contas da Alesc do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e, ainda, o WhatsApp somavam 303.430 seguidores, no dia 10 de dezembro de 2019 – primeiro ano de nossa análise. As postagens de *feed* das plataformas, de janeiro a novembro, alcançaram pouco mais de 17,2 milhões de visualizações, o que confirma a relevância da presença do Legislativo estadual nesses canais de comunicação.

#### **4.1.1. Dados mídias sociais 2019**

Além de apresentar o dia a dia do Parlamento, o conteúdo das postagens, em 2019, também focou nos eventos de capacitação e audiências públicas. Outro destaque, foram as enquetes semanais sobre os projetos de lei apresentados pelos deputados, aprovações em Plenário e os que se consolidaram como lei estadual. Foram milhares de comentários e compartilhamentos. Vários deles sobre o quadro “Deputado Responde”. Os jornalistas responsáveis pela produção de conteúdo também conversaram com especialistas sobre saúde, sendo o conteúdo apresentado em vídeo no Facebook e Instagram.

##### **Facebook**

Seguidores: 121.547

Posts: 511

Compartilhamentos: 16.588

Reações: 51.203

Comentários: 18.016

Interações: 85.807 (compartilhamentos + Reações + Comentários)

Média de interações: 168 por post

Alcance total: 12,7 mi

Homens: 5,9 mi

Mulheres: 6,8 mi

Figura 2 - Perfil dos Seguidores



Fonte: Elaboração da autora na plataforma ZEENG

Figura 3 - - Localização dos Seguidores (ALESC)

País	Seus fãs	Cidade	Seus fãs	Idioma	Seus fãs
Brasil	119.708	Florianópolis, SC	15.028	Português (Brasil)	115.811
Portugal	300	Joinville, SC	6.375	Português (Portugal)	3.906
Estados Unidos da Am...	227	Blumenau, SC	5.023	Inglês (EUA)	850
Angola	91	Chapecó, SC	3.439	Espanhol	284
Itália	88	São José, SC	2.893	Francês (França)	183
Reino Unido	84	Criciúma, SC	2.730	Inglês (Reino Unido)	155
Argentina	77	Lages, SC	2.679	Italiano	75
Alemanha	76	São Paulo, SP	2.340	Espanhol (Espanha)	72
Índia	63	Palhoça, SC	2.292	Árabe	58
Paraguai	62	Balneário Camboriú, SC	2.205	Alemão	54
Espanha	62	Itajaí, SC	2.161	Indonésio	14
França	42	Tubarão, SC	1.943	Vietnamita	11
Moçambique	41	Rio de Janeiro, RJ	1.765	Turco	7
Canadá	36	Jaraguá do Sul, SC	1.544	Francês (Canadá)	5
Irlanda	34	Brusque, SC	1.182	Híndi	4

Fonte: Elaboração da autora na plataforma ZEENG

O Facebook ainda era a plataforma com o maior número de seguidores e de maior alcance, em 2019. As postagens da Alesc alcançaram pouco mais de 13 milhões de visualizações até novembro. São 121.544 curtidas na página, até 10 de dezembro, o que coloca a Assembleia Legislativa de Santa Catarina no topo dos parlamentos estaduais. Foram 511 posts, entre cards, fotos, vídeos e lives. Somamos 16,5 mil compartilhamentos e 51,2 mil reações entre os seguidores. O alcance “orgânico” de visualizações das postagens foi 28% maior do que em 2018.

Tabela 1 - Facebook – Top Posts 2019

Data	Reações	Comentários / Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
08/03/2019	1,7 mil	1,5 mil / 262	1.323	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2163462150387809/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2163462150387809/</a>
28/10/2019	1,7 mil	633 / 1 mil	576	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2554126531321367/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2554126531321367/</a>
07/11/2019	2,1 mil	705 / 132	623	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2582878155112871/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2582878155112871/</a>
29/01/2019	515	160 / 2,3 mil	147	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2089717201095638/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2089717201095638/</a>
09/04/2019	1 mil	595 / 312	521	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2208492985884725/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2208492985884725/</a>
12/12/2019	1,4 mil	289 / 248	246	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2660652387335447/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2660652387335447/</a>

Fonte: Elaboração da autora

Figura 4 – Top Posts 2019 Facebook



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook

Figura 5 – Top Posts 2019 Facebook

2019



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook.

O post de card “Qual a sua opinião?” de maior alcance foi sobre o projeto de lei que “proíbe a exposição de crianças e adolescentes nas escolas a danças que aludem à sexualização precoce”. Foram 179.334 contas únicas alcançadas e 1060 compartilhamentos. O discurso de polarização é evidente nessa postagem. Manifestações contra e a favor apareceram nos comentários. Em alguns, os discursos, no geral, apresentavam pontos de vista sem caracterizar ódio. No entanto o discurso de ódio também pode ser percebido. Muitos internautas respondiam os comentários uns dos outros, colocando entre si seus argumentos, muitos trocando ofensas.

O post de card “Agora é lei” de maior alcance foi o que “obriga hospitais públicos e privados a oferecerem área de descanso para funcionários”, com alcance de 285.120 contas e 2.404 compartilhamentos.

O vídeo do quadro “Deputado Responde” com maior alcance foi o da deputada Ana Campagnolo (PSL), sobre o Projeto de Lei (PL) que obriga exames toxicológicos para professores da rede estadual de ensino. Foram 9,1 mil visualizações e 75 compartilhamentos. O vídeo sobre o autismo atingiu 19,9 mil visualizações com 739 compartilhamentos. Outro destaque foram as lives do

programa “Em Discussão da TVAL”: foram 15,2 mil visualizações, com 126 compartilhamentos dos quatro programas.

## Instagram

Seguidores: 23.873

Posts: 387

Curtidas: 68.754

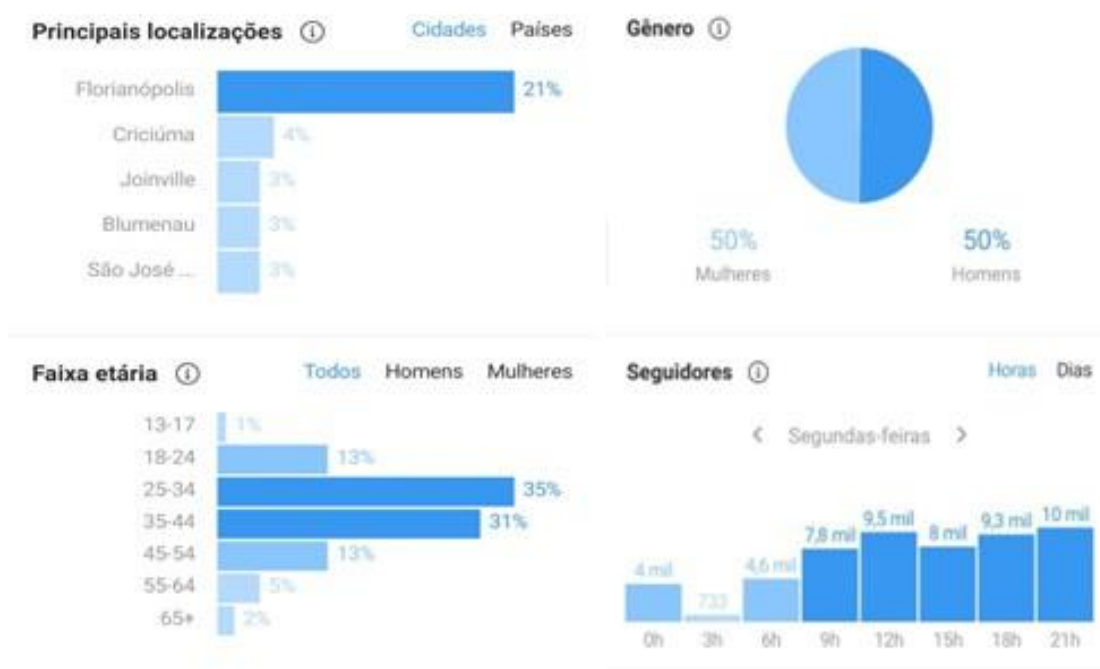
Comentários: 7.801

Interações: 76.555

Média de interações: 198

Localização e perfil:

Figura 6 - Resumo dos Dados do Perfil Alesc – Instagram - 2019



Fonte: elaboração da autora a partir de dados da Plataforma Zeeng.

O Instagram foi a plataforma que mais ganhou seguidores nas contas da Alesc, em 2019. Em dezembro de 2018, eram 13.796 seguidores. Em 2019, até 10 de dezembro<sup>64</sup>, eram 24.093 seguidores, o que representa um aumento de 75%. O destaque é a produção de conteúdo para os *Stories*, o que atinge um público mais jovem. Foram 2.293 publicações nos *Stories*. Foram produzidas enquetes, quiz, e interações com perguntas para o público - o que aumenta o engajamento. Um fator observado no segundo semestre é a diminuição da entrega do conteúdo de forma “orgânica”. Até novembro, foram 387 posts de *feed*, com 1,4 milhão de visualizações de forma orgânica.

Tabela 2 - Instagram – Top Posts 2019

<b>Data</b>	<b>Comentários</b>	<b>Comentários coletados</b>	<b>Link</b>
08/03/2019	728	430	<a href="https://www.instagram.com/p/BuxM79pAb17/">https://www.instagram.com/p/BuxM79pAb17/</a>
28/10/2019	202	193	<a href="https://www.instagram.com/p/B4LTXbgA8Ue/">https://www.instagram.com/p/B4LTXbgA8Ue/</a>
23/09/2019	544	498	<a href="https://www.instagram.com/p/B2xSiolqCsq/">https://www.instagram.com/p/B2xSiolqCsq/</a>
02/10/2019	422	365	<a href="https://www.instagram.com/p/B3ld22Hg2MJ/">https://www.instagram.com/p/B3ld22Hg2MJ/</a>
09/04/2019	188	430	<a href="https://www.instagram.com/p/BwDJQuOgcpU/">https://www.instagram.com/p/BwDJQuOgcpU/</a>
04/02/2019	39	37	<a href="https://www.instagram.com/p/BteOulsqosM/">https://www.instagram.com/p/BteOulsqosM/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

<sup>64</sup> Os relatórios apresentados foram contabilizados até esta data.



Figura 7 – Top Posts 2019 Instagram



2019



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

Figura 8 – Top Posts 2019 Instagram



2019



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram



Figura 9 - Exemplos de Postagem de Stories



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram

### Twitter

Seguidores: 14.516

Posts: 1.064

Curtidas: 1.743

Retweets: 359

Interações: 2.102

Média de Interações: 2,02

Tabela 3 Twitter – Top Posts 2019

Data exata	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
16/09/2019	65	1 / 24	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1173720821568815107">https://twitter.com/assembleiasc/status/1173720821568815107</a>
20/05/2019	32	58 / 7	13	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1130506019954659333">https://twitter.com/assembleiasc/status/1130506019954659333</a>
10/10/2019	23	2 / 3	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1182344344528936961">https://twitter.com/assembleiasc/status/1182344344528936961</a>
01/04/2019	21	0 / 1	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1112753993359384577">https://twitter.com/assembleiasc/status/1112753993359384577</a>
22/11/2019	17	1 / 2	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1197910062129389569">https://twitter.com/assembleiasc/status/1197910062129389569</a>
07/02/2019	18	0 / 3	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1093463924383592450">https://twitter.com/assembleiasc/status/1093463924383592450</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter

Figura 10 - Top Posts 2019 Twitter

2019



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter

Figura 11 – Top Posts 2019 Twitter

2019



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter

Em 2019, o Twitter contava com 14.526 seguidores. 2.279 seguidores a mais, comparado ao ano anterior, o que representa um crescimento de 19%. As visualizações também foram ampliadas em relação ao ano de 2018: foram 985 mil até novembro. Em 2018, o número foi de 700,7 mil, representando um aumento de 40%. Foram 1.064 postagens na plataforma, em 2019.

#### **4.1.2 Dados mídias sociais 2020**

No ano marcado pela pandemia e pelas restrições, as plataformas de mídias sociais ganharam, ainda, mais relevância no processo de comunicação, especialmente dos órgãos públicos. E com a Assembleia Legislativa não foi diferente. As contas do Parlamento catarinense do Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e mais o WhatsApp **somavam 213,3 mil seguidores**, no dia 10 de dezembro de 2020. As postagens de “feed”, em 2020, alcançaram cerca de **18 milhões de visualizações**. O que confirma a relevância da presença do Legislativo estadual nesses canais de comunicação.

Os destaques deste ano foram as coberturas da CPI dos Respiradores e dos processos de impeachment contra o governador do Estado e a vice-governadora. As restrições na Alesc tornaram **o canal do YouTube** um espaço de presença e debate do público, que participou massivamente pelo chat da plataforma. O **número de inscritos no canal teve um aumento de 120%, alcançando 31.400** e foi a mídia social da Alesc que mais cresceu nesse ano. Sendo a Alesc a terceira do país com maior número de inscritos entre as assembleias estaduais.

Ganharam destaque, também, os debates sobre os projetos de lei que tramitam na Alesc, publicados no **formato de enquetes**, tanto no feed, como nos stories do Instagram e do Facebook.

#### **Facebook**

Com o maior número de seguidores e maior alcance, as postagens da Alesc no Facebook, em 2020, alcançaram pouco mais de **13,7 milhões de visualizações**. Nesse mesmo ano, a página contava com **127.545 seguidores**, sendo a mais seguida entre as assembleias estaduais. Foram **425 publicações** de feed, entre cards, vídeos e transmissões ao vivo, com 88.250 reações de curtidas,

mais de 38,3 mil comentários e 21,5 mil compartilhamentos das postagens. Também marcamos presença nos “Stories” do Facebook, replicando o conteúdo publicado no Instagram.

Tabela 4 – Facebook Top Posts 2020

Data	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
17/09/2020	1,7 mil	5,6 mil / n/a	4.802	<a href="https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/791532278313951/">https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/791532278313951/</a>
09/06/2020	1 mil	3,2 mil / n/a	2.790	<a href="https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/187780475901531/">https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/187780475901531/</a>
14/01/2020	3,2 mil	300 / 419	253	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2640664756000877/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2640664756000877/</a>
11/05/2020	2,8 mil	221 / 319	205	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2983439205056762/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/2983439205056762/</a>
27/11/2020	583	2,4 mil / n/a	2.165	<a href="https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/2964331860556103/">https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/2964331860556103/</a>
23/10/2020	472	2,6 mil / n/a	2.521	<a href="https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/761235838053646/">https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/761235838053646/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook

*Observação:* no Facebook, postagens de vídeos não mostram o número de compartilhamentos, somente de comentários.

Figura 12 – Top Posts 2020 Facebook

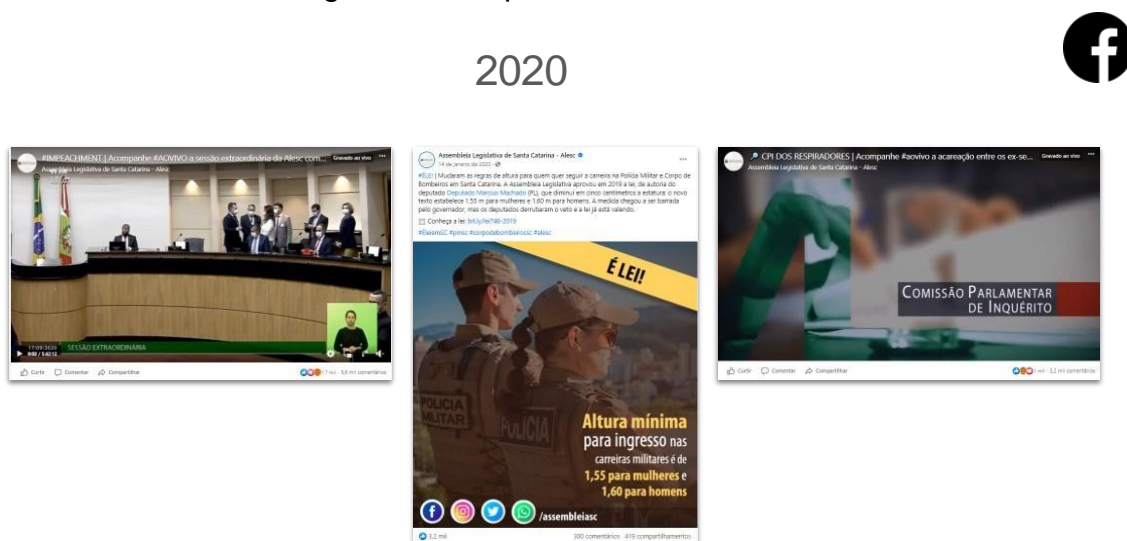
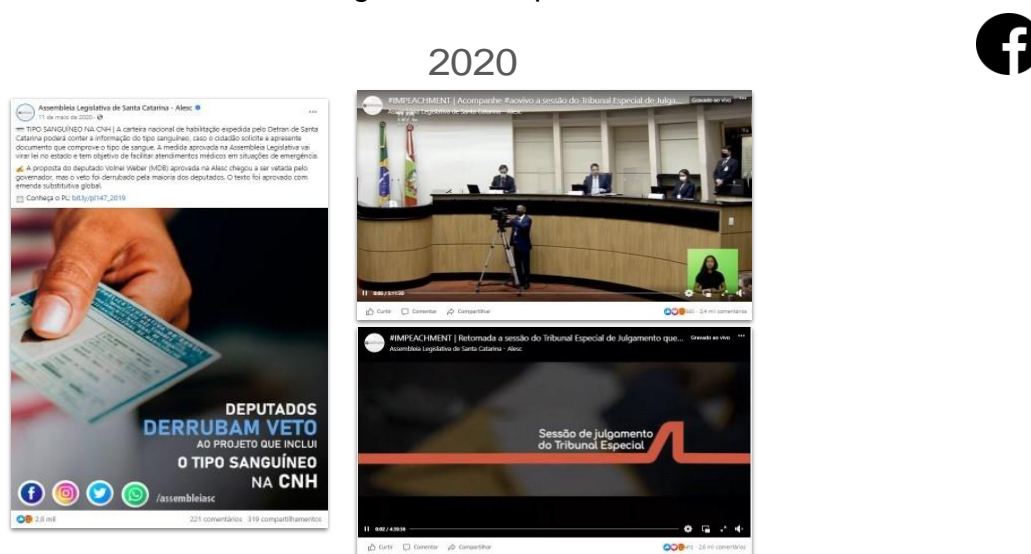


Figura 13 – Top Posts 2020 Facebook



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook.

### Instagram

Até 10 de dezembro de 2020, o Instagram somava 29.648 seguidores, o que coloca a Alesc entre as assembleias com maior alcance na plataforma. Foram 310 posts de feed, que somaram mais de **1,8 milhão de visualizações**. Nos “Stories” o alcance com publicações sobre os assuntos que repercutem no Parlamento, com a marcação dos deputados envolvidos no tema, gera grande fluxo de “repost” dos conteúdos. Grande parte apresenta falas dos deputados. **Foram 1.700 publicações com 1,4 milhão de visualizações nos stories**.

Tabela 5 - Instagram Top Posts 2020

Data	Comentários	Comentários coletados	Links
27/11/2020	172	164	<a href="https://www.instagram.com/p/CIGjYBqn0yg/">https://www.instagram.com/p/CIGjYBqn0yg/</a>
26/11/2020	600	497	<a href="https://www.instagram.com/p/CIEiF5XH2N/">https://www.instagram.com/p/CIEiF5XH2N/</a>
24/10/2020	105	84	<a href="https://www.instagram.com/p/CGtw1qZqLi7/">https://www.instagram.com/p/CGtw1qZqLi7/</a>
15/04/2020	212	159	<a href="https://www.instagram.com/p/B_BETNDafDc/">https://www.instagram.com/p/B_BETNDafDc/</a>
28/09/2020	114	103	<a href="https://www.instagram.com/p/CFscjDTH2ir/">https://www.instagram.com/p/CFscjDTH2ir/</a>
02/12/2020	302	169	<a href="https://www.instagram.com/p/CITyiXEHAdx/">https://www.instagram.com/p/CITyiXEHAdx/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.



Figura 14 - Top Posts 2020 Instagram



2020



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

Figura 15 - Top Posts 2020 Instagram



2020



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

## Twitter

O destaque do Twitter foi o aumento no número de visualizações, o que confirma a tendência de 2019. **O alcance das postagens aumentou em 62%, com quase 1,6 milhão de visualizações.** Em números de seguidores, a plataforma também segue em crescimento. **São 19.141 seguidores**, com um aumento de 31% em 2020.

Tabela 6 - Twitter – Top Posts 2020

Data	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
11/11/2020	200	14 / 26	13	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1326630782933344257">https://twitter.com/assembleiasc/status/1326630782933344257</a>
24/10/2020	23	8 / 9	8	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1319879841966182401">https://twitter.com/assembleiasc/status/1319879841966182401</a>
15/09/2020	80	11 / 15	4	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1305895299160977409">https://twitter.com/assembleiasc/status/1305895299160977409</a>
22/07/2020	62	15 / 23	5	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1285998195684847616">https://twitter.com/assembleiasc/status/1285998195684847616</a>
19/06/2020	22	0 / 4	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1274018264029564935">https://twitter.com/assembleiasc/status/1274018264029564935</a>
15/04/2020	19	9 / 3	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1250553366788427779">https://twitter.com/assembleiasc/status/1250553366788427779</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter.

Figura 16 - Top Posts 2020 Twitter

2020



2020



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter.



### 4.1.3 Dados mídias digitais 2021

No ano de 2021, também marcado pela pandemia de Covid-19, a Assembleia Legislativa assumiu o protagonismo em vários temas, especialmente os ligados à saúde e à retomada da economia em Santa Catarina. Pautas que impactaram a vida dos catarinenses ganharam destaque nas principais plataformas de mídias digitais da Alesc. Presente no Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e WhatsApp, os perfis do Parlamento de SC somavam **234,8 mil seguidores**, no dia 10 de dezembro de 2021. Um **aumento de 10%** em relação ao ano anterior. Em números absolutos, a Alesc está entre as assembleias com maior número de seguidores. As postagens de “feed” alcançaram cerca de **13,5 milhões de visualizações**. O que confirma a relevância da presença do Legislativo estadual nesses canais de comunicação, segundo a DCS.

As restrições de presença de público na Alesc tornaram ainda mais o **canal do YouTube** um espaço de presença e debate da sociedade, que participou massivamente pelo chat da plataforma. O **número de inscritos aumentou** em cerca de 45%, alcançando 45,6 mil, em 10 de dezembro, sendo o canal da Alesc entre os que tinham maior número de inscritos entre as assembleias estaduais.

Ganharam destaque também os debates sobre os projetos de lei que tramitam na Alesc, publicados no **formato de enquetes**, tanto no feed, como nos stories do Instagram e do Facebook, já tradicionais nesses perfis. A inovação também esteve presente com o quadro **“E aí, sabia dessa?”**, produzido e editado pela equipe de mídias digitais da Casa. Em parceria com a TVAL, o quadro **“Conecta”** era transmitido ao vivo, diariamente, pelo Facebook, com chamadas no Twitter e mostrando os bastidores da produção nos Stories. Os programas **“Fala, Deputado”** e **“Na Estrada”** com linguagem mais dinâmica também tiveram espaço de destaque nas mídias digitais da Alesc.

#### Facebook

Com o maior número de seguidores, as postagens da plataforma alcançaram pouco mais de **7,5 milhões de visualizações**, até 10 de dezembro de 2021. Com **127,8 mil seguidores**, continuava sendo a página de Facebook mais seguida entre as assembleias estaduais. Foram **1057 publicações** de feed, entre cards, vídeos e transmissões ao vivo. **Um aumento de 148% na produção desse conteúdo.**

Foram 46,7 mil reações de curtidas, **mais de 13 mil comentários e 6,4 mil compartilhamentos das postagens**. Também marcamos presença nos “Stories” do Facebook, replicando o conteúdo publicado no Instagram.

Tabela 7 - Facebook Top Posts 2021

Data	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
18/01/2021	1,1 mil	97 / 182	88	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/3504626839604660/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/3504626839604660/</a>
04/01/2021	1 mil	152 / 190	139	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/3504573669609977/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/3504573669609977/</a>
26/03/2021	182	1 mil / n/a	924	<a href="https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/250835543434654/">https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/250835543434654/</a>
26/03/2021	238	716 / n/a	590	<a href="https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/771782083723121/">https://www.facebook.com/assembleiasc/videos/771782083723121/</a>
08/02/2021	734	218 / n/a	201	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/3715135918553750/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/3715135918553750/</a>
24/05/2021	374	319 / n/a	277	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/posts/4012851525448853/">https://www.facebook.com/203414269725950/posts/4012851525448853/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram

Figura 17 - Top Posts 2021 Facebook

2021



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook.

### Instagram

Até 10 de dezembro de 2021, o Instagram somava 34.197 seguidores. **Foram 605 posts de feed, 95% a mais do que no ano anterior**, que somaram mais de 1,73 milhão de visualizações e **12,4 mil comentários, com um crescimento de 117%**. Nos Stories, as publicações sobre os assuntos que repercutem no Parlamento, com a marcação dos deputados e entidades envolvidas, geraram grande fluxo de “*repost*” de conteúdos. **Foram 2.089 publicações, com 934,7 mil de visualizações nos Stories**

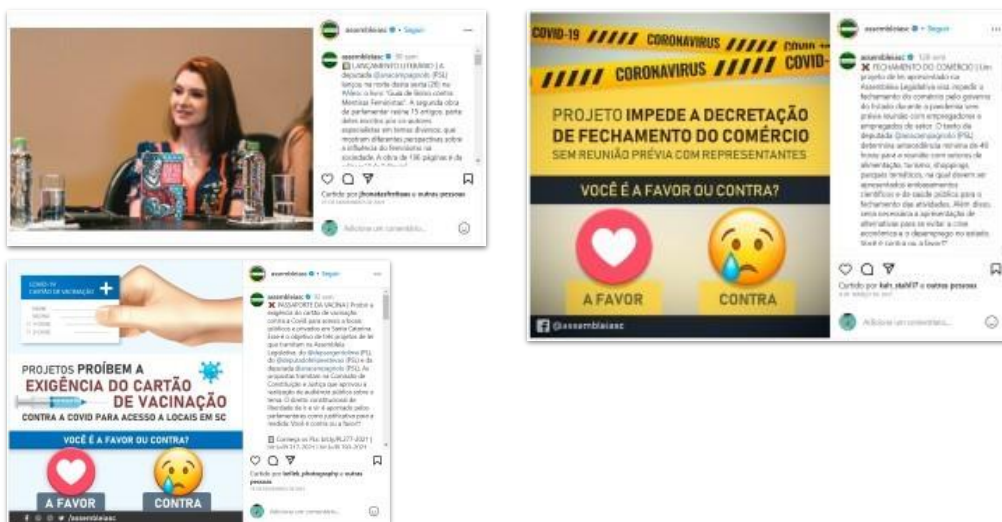
Tabela 8 - Instagram Top posts 2021

Data	Comentários	Comentários os coletados	Link
27/11/2021	2.705	1.283	<a href="https://www.instagram.com/p/CWxssbMMCGN/">https://www.instagram.com/p/CWxssbMMCGN/</a>
18/11/2021	751	583	<a href="https://www.instagram.com/p/CWbndOnsknF/">https://www.instagram.com/p/CWbndOnsknF/</a>
04/03/2021	445	364	<a href="https://www.instagram.com/p/CMA020TnV4c/">https://www.instagram.com/p/CMA020TnV4c/</a>
24/05/2021	390	299	<a href="https://www.instagram.com/p/CPRSTRGngcB/">https://www.instagram.com/p/CPRSTRGngcB/</a>
28/07/2021	55	48	<a href="https://www.instagram.com/p/CR4poxNDxFq/">https://www.instagram.com/p/CR4poxNDxFq/</a>
11/08/2021	88	73	<a href="https://www.instagram.com/p/CScocl-FjIw/">https://www.instagram.com/p/CScocl-FjIw/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram

Figura 18 - Top Posts 2021 Instagram

2021



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

## Twitter

O Twitter da Alesc, ainda que seja a mídia digital com menor número de seguidores, comparado as outras plataformas, vem ampliando e se firmando como ferramenta de comunicação, sendo fonte, principalmente, para veículos de imprensa e formadores de opinião. **Em 2021, a mídia tinha 21.197 seguidores**, com aumento de 12% em relação ao ano anterior. Foram publicados 2,1 mil tweets com 1,12 milhão de visualizações.

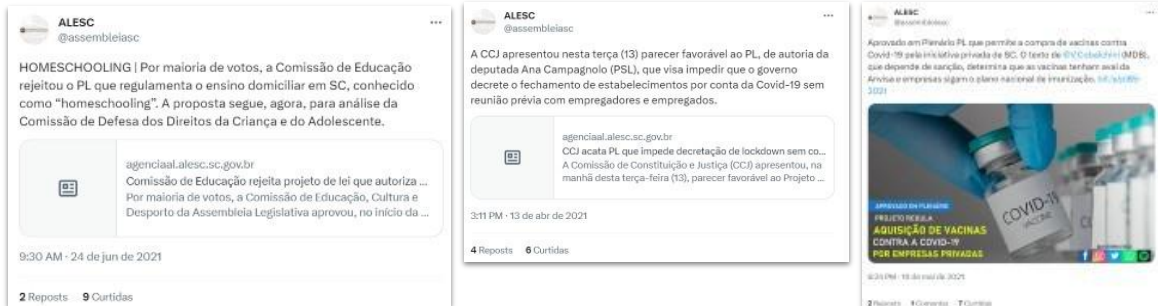
Tabela 9 – Twitter Top Posts 2021

Data	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
17/08/2021	22	0 / 5	0	<a href="https://twitter.com/376387713/status/1427701837470347268">https://twitter.com/376387713/status/1427701837470347268</a>
11/08/2021	18	2 / 1	2	<a href="https://twitter.com/376387713/status/1425553156424011784">https://twitter.com/376387713/status/1425553156424011784</a>
07/05/2021	14	2 / 1	2	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1390717694513664004">https://twitter.com/assembleiasc/status/1390717694513664004</a>
24/06/2021	9	1 / 2	1	<a href="https://twitter.com/376387713/status/1408039707976421377">https://twitter.com/376387713/status/1408039707976421377</a>
13/04/2021	6	0 / 4	0	<a href="https://twitter.com/376387713/status/1382033655346892801">https://twitter.com/376387713/status/1382033655346892801</a>
19/05/2021	7	2 / 2	2	<a href="https://twitter.com/376387713/status/1395128137768488962">https://twitter.com/376387713/status/1395128137768488962</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter.

Figura 19 - Top Posts 2021 Twitter

2021



Fonte: elaboração da autora a partir de dados da plataforma twitter.

Figura 20 - Top Posts 2021 Twitter

2021



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter.

#### 4.1.4. Dados mídias sociais 2022

Presente no Facebook, Instagram, Twitter, YouTube e WhatsApp, os perfis do Parlamento de Santa Catarina somavam mais de **251,4 mil seguidores**, no dia 10 de dezembro de 2022, um **aumento de 7,1%** com relação ao ano anterior. Em números absolutos, a Alesc está entre as assembleias com mais seguidores. As postagens alcançaram **8,9 milhões de visualizações**, o que confirma a relevância da presença do Legislativo estadual nesses canais de comunicação. **No Instagram, mais de 40 mil pessoas seguem o perfil, com aumento de 18% em relação ao ano anterior**, colocando a Alesc na quinta posição entre as Assembleias Legislativas no país. É no Instagram onde, atualmente, se percebe maior número de interações dos seguidores, segundo observação da DCS.

Junto com os demais veículos de comunicação da Alesc, **a Gerência de Redes Sociais fez a maior cobertura da história do Parlamento relativa ao processo eleitoral, no primeiro turno de 2022. Foram mais de 15 horas de cobertura em tempo real**, levando aos eleitores as principais informações, análises e os resultados das eleições - especialmente sobre a nova legislatura do Parlamento estadual, que tomou posse em 2023. Ao todo, foram produzidos 193 posts nos perfis das mídias sociais da Alesc, somando 527 mil visualizações. **O conteúdo das Eleições 2022 gerou mais de 3.570 compartilhamentos, com 16,6 mil curtidas e cerca de 6 mil comentários.**

#### Facebook

O Facebook continua, até o fechamento desta tese, sendo a mídia social com o maior número de seguidores e de maior alcance. As postagens da Alesc alcançaram **4,3 milhões de visualizações** até 10 de dezembro, com quase **128 mil seguidores**, mantendo o ranking de mais seguida entre as assembleias estaduais. Foram **481 publicações** de feed, entre cards, vídeos e transmissões ao vivo, com **16,8 mil reações de curtidas, mais de 4 mil comentários e 2,3 mil compartilhamentos das postagens**. Os “Stories” do Facebook replicam o conteúdo publicado no Instagram.

Tabela 10 Facebook Top Posts 2022

Data	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
21/05/2022	830	425 / 58	350	<a href="https://www.facebook.com/03414269725950/sts/5115256741874987/">https://www.facebook.com/03414269725950/sts/5115256741874987/</a>
22/06/2022	307	522 / 211	449	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5207973985936595/">https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5207973985936595/</a>
22/08/2022	248	62 / 162	47	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5375152215885437/">https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5375152215885437/</a>
03/03/2022	209	97 / 27	79	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/sts/4905569786177018/">https://www.facebook.com/203414269725950/sts/4905569786177018/</a>
19/07/2022	121	98 / 72	93	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5283683661698960/">https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5283683661698960/</a>
03/10/2022	181	28 / 81	19	<a href="https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5489456807788310/">https://www.facebook.com/203414269725950/sts/5489456807788310/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook

Figura 21 - Top Posts 2022 Facebook



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook.



Figura 22 - Top Posts 2022 Facebook



Fonte: elaboração da autora a partir de dados da plataforma Facebook.

## Instagram

O Instagram se mantém como a mídia social de maior interação, especialmente em debates sobre os projetos em tramitação ou que foram aprovados. Em 2022, a mídia ultrapassou o número de 40 mil seguidores. Foram produzidos 382 posts de feed, com 1,5 milhão de visualizações, 16,5 mil comentários, e um aumento de 33% em relação ao ano anterior. O conteúdo teve mais de 16 mil compartilhamentos. Nos Stories foram feitas 1.633 publicações, com 860 mil visualizações.

O conteúdo de “Reels” do Instagram ganhou protagonismo em 2022 com a abordagem de vários temas, especialmente com explicações acerca dos processos legislativos, com abordagens diretas e de fácil entendimento. Esse conteúdo também ganhou formatos de Carrossel, aumentando a interação dos seguidores.

Tabela 11 – Instagram Top posts 2022

Data	Comentários	Comentários coletados	Link
21/05/2022	1.667	959	<a href="https://www.instagram.com/p/Cd0SF0Yup9J/">https://www.instagram.com/p/Cd0SF0Yup9J/</a>
22/06/2022	3.603	2.167	<a href="https://www.instagram.com/p/CfH4JnP4Uu/?img_index=1">https://www.instagram.com/p/CfH4JnP4Uu/?img_index=1</a>
02/10/2022	1.377	1.358	<a href="https://www.instagram.com/p/CjPEf2Uh5_0/?img_index=1">https://www.instagram.com/p/CjPEf2Uh5_0/?img_index=1</a>
11/10/2022	753	423	<a href="https://www.instagram.com/p/CjlovgQuIP3/">https://www.instagram.com/p/CjlovgQuIP3/</a>
04/10/2022	907	751	<a href="https://www.instagram.com/p/CjTsFOOgPpX/">https://www.instagram.com/p/CjTsFOOgPpX/</a>
03/10/2022	138	103	<a href="https://www.instagram.com/p/CjPKs07MeI/">https://www.instagram.com/p/CjPKs07MeI/</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

Figura 23 – Top Posts 2022 Instagram

2022



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Instagram.

Figura 24 – Top Posts 2022 Instagram



2022



Fonte: elaboração da autora a partir de dados da plataforma instagram.

## Twitter

O Twitter é, fundamentalmente, usado para replicar as reportagens da Agência AL, Rádio AL e TVAL, além de chamadas ao vivo de reunião de comissões e eventos. Também é fonte para veículos de imprensa e formadores de opinião.  **Ao fim de 2022 a mídia apresentava o número de 22.930 seguidores**, com um aumento de 6% em relação ao ano anterior. Foram 1,78 mil tweets com 323 mil visualizações.

Tabela 12 - Twitter – Top Posts 2022

Data	Reações	Comentários/ Compartilhamentos	Comentários coletados	Link
06/04/2022	38	1 / 5	1	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1511818529783300105">https://twitter.com/assembleiasc/status/1511818529783300105</a>
11/01/2022	13	0 / 5	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1480932517322522627">https://twitter.com/assembleiasc/status/1480932517322522627</a>
03/11/2022	10	3 / 3	3	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1588199331189821440">https://twitter.com/assembleiasc/status/1588199331189821440</a>
21/12/2022	14	1 / 2	0	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1605661886921457665">https://twitter.com/assembleiasc/status/1605661886921457665</a>
23/11/2022	13	2 / 1	1	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1595497546423668740">https://twitter.com/assembleiasc/status/1595497546423668740</a>
25/02/2022	11	3 / 1	3	<a href="https://twitter.com/assembleiasc/status/1497209773611094018">https://twitter.com/assembleiasc/status/1497209773611094018</a>

Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter.

Figura 25 – Top Posts 2022 Twitter

2022



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter.

Figura 26 – Top Posts 2022 Twitter

2022



Fonte: Elaboração da autora a partir de dados da plataforma Twitter

#### 4.2. Análise textual do *corpus* de pesquisa

A partir dos comentários exportados pela ferramenta *Export Comments*, geramos um *corpus* de análise que foi agrupado em um único texto a fim de assegurar um olhar generalizado para as temáticas abordadas nas plataformas de mídias digitais da Alesc. Esse *corpus* foi submetido, no IRaMuTeQ, à dinâmica de análise textual, em três análises descritas a seguir.

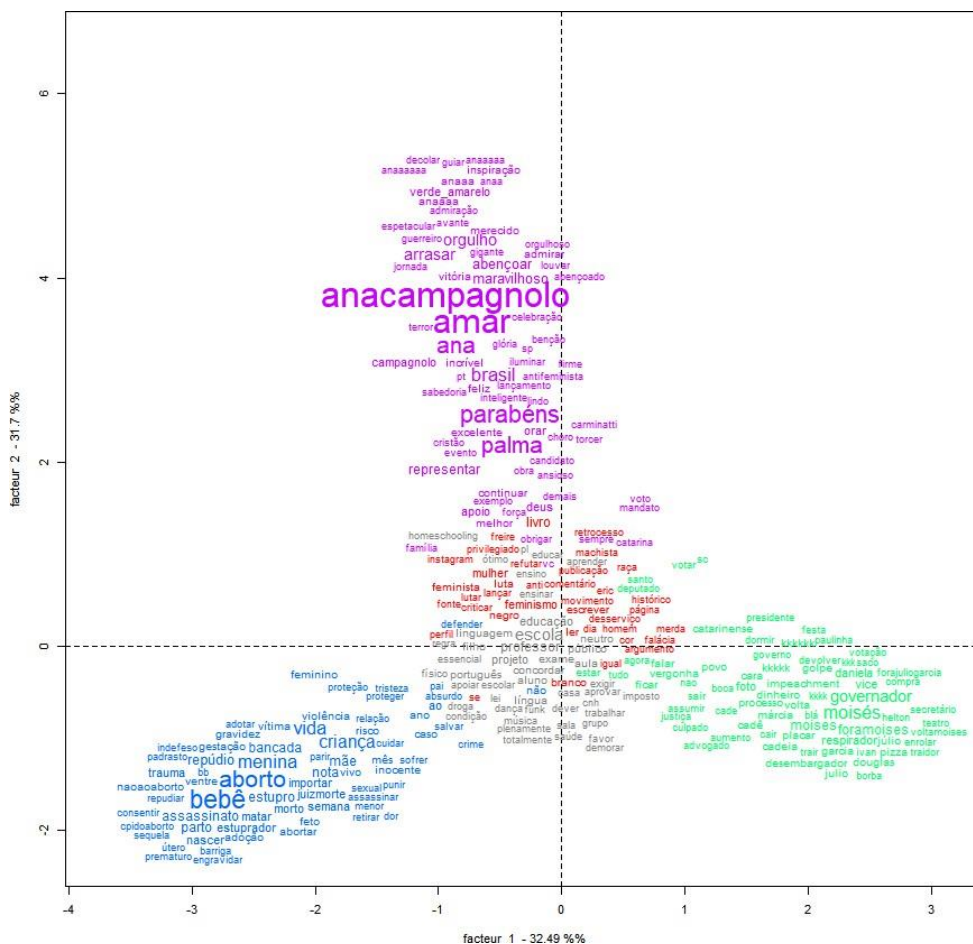
O primeiro passo da análise textual constituiu na realização da análise lexicográfica, que envolve a verificação da frequência e distribuição das palavras no *corpus* textual. Essa análise faz a quantificação das palavras classificadas como ativas (isto é, os termos e formas gramaticais que serão considerados como os principais para dar contexto às frases), suplementares (termos que complementam a contextualização das palavras ativas), bem como realiza o processo de lematização, que consiste em igualar a palavra por seu termo raiz (por exemplo: “adotei”, “adota”, “adotar” como termos iguais) (Camargo; Justo, 2013; Mendes *et al*, 2019). Traduzimos ainda os emojis em forma de texto.



A análise lexicográfica do corpus textual formada pela verificação dos textos de todas as plataformas produziu 374.950 ocorrências, destas 10.559 são palavras que aparecem uma única vez.

Por fim, realizamos a Análise Fatorial de Correspondência (AFC) que permite visualizar a distribuição das classes ou temas oriundos de uma etapa anterior e se constitui na classificação das palavras ativas em classes lexicais que, ao mesmo tempo, apresentam contextos e vocabulários semelhantes entre si e diferente das outras classes estabelecidas em um gráfico, facilitando a verificação das distâncias e separações dos termos e contextos analisados. A figura 27 representa os resultados dos temas obtidos a partir dos discursos circulantes no *corpus* desta pesquisa.

Figura 27 – Temas de maior repercussão



Fonte: Elaborado pela autora no IraMuTeQ

### 4.3. Os discursos circulantes nas plataformas de mídias digitais da ALESC

A partir das palavras em destaque na figura acima, percebemos quais foram os temas que mais repercutiram no conjunto do *corpus* de pesquisa ao longo do tempo delimitado.

Os temas que mais reverberaram estão, fundamentalmente, ligados às questões:

- de gênero/sexualidade e;
- bom uso do dinheiro público.

Em relação à temática de gênero, os discursos passam sempre pela questão dos valores morais e religiosos e das ideologias inscritas na sociedade, além de questões ligadas à identidade que, para o bem ou para o mal, são assuntos recorrentes nos espaços midiáticos nos últimos anos.

Um consumidor frequente de notícias pode lembrar sem muita dificuldade de algumas vezes em que o tema foi tratado pela mídia – seja quando noticiam ou divulgam números relativos à violência contra as mulheres, ainda persistentes em muitos países, dentre eles o Brasil, ou quando tratam de questões ligadas a grupos LGBTQIA+. Elas podem estar, ainda, imbricadas a outros aspectos, como religiosos, econômicos ou de saúde.

Desse modo, partimos do entendimento de que se estabelecem, possivelmente em diferentes graus e modalidades, trocas interdiscursivas entre os conteúdos das mídias digitais e a discursividade emergente, ligada a posições enunciativas em diferentes campos do universo discursivo, articuladas em torno de pautas, demandas e discussões identitárias, como as de gênero e sexualidade.

Na concepção de Maingueneau (2008), como vimos no terceiro capítulo, os temas e enquadramentos temáticos constituem uma das dimensões a partir das quais é possível definir especificidades dos sistemas de formação próprios de cada discurso. O plano temático é certamente um dos mais imediatamente apreensíveis, quando falamos sobre a complexidade dos enunciados midiáticos

Os posts que mais repercutiram o tema gênero/sexualidade foram os que divulgaram lançamentos de livros de uma parlamentar, com abordagem “antifeminista” – um deles lançado no dia 8 de março de 2019, quando é celebrado o Dia Internacional da Mulher, data que simboliza as conquistas e lutas promovidas por elas. Na mesma perspectiva, a instalação de uma CPI para investigar o caso da interrupção da gravidez de uma menina de 11 anos, vítima de estupro em uma cidade do interior de Santa Catarina, também causou comoção nas redes.

A instalação da CPI mobilizou alguns membros da bancada feminina da Alesc, que emitiram uma nota de repúdio, veiculada nas mídias digitais da Casa.

- Sobre o lançamento do livro:

O post do dia 08 de março de 2019, na página do Facebook da Alesc, tinha como título: **Deputada lança livro com temática antifeminista na Assembleia.** Em seguida, informava nome e partido da deputada, título do livro e lançamento “em evento na Assembleia Legislativa, nesta sexta-feira (08), Dia Internacional da Mulher”. Na continuidade do texto, informava: “na publicação, a parlamentar, que também é professora e historiadora, faz uma análise da trajetória do movimento feminista a partir de uma abordagem conservadora”, e cita uma frase da parlamentar: “O livro tenta demonstrar que as mulheres são o sexo privilegiado, histórica e socialmente, desmentindo várias falácias feministas”. O post é ilustrado com a fotografia da parlamentar segurando o livro.

Em uma primeira leitura do conjunto dos comentários, é possível identificar manifestações que não se limitam a debater o fato do lançamento do livro, mas problematizam o próprio posicionamento da sua autora em construir uma argumentação que, contrária ao discurso feminista de luta por equilíbrio entre os gêneros, atribui supostos privilégios sociais às mulheres ou colocam em questão o movimento em si, como nos comentários 1 e 2 abaixo:

*“Estou com vergonha alheia, se não fosse o feminismo nem cadeira na assembleia e nem livro poderia escrever. E bem desapontada com a Alesc em dar palco a este deboche no dia da mulher.”*

(Comentário 1)

*“O feminismo foi a ferramenta que permitiu que ela tivesse o direito de escrever isso... mas sinceramente, me dá preguiça*



*de ler!!”*

(Comentário 2)

Como nesses exemplos, muitos outros comentários remeteram à história das lutas e das conquistas do feminismo. Destacamos um comentário que chama a atenção para uma cultura que culmina com manifestações de violência direta contra mulheres:

*“Em meio a tantos feminicídios, estupros, assédios e violências de todo tipo contra as mulheres, por que a Alesc não promoveu no 8 de março um debate sobre isso? Ou sobre todos os direitos que serão perdidos com a reforma da previdência? Com certeza, as mulheres não precisam de mais uma agressão. Agora contra a história da luta por seus direitos. E tudo sendo patrocinado por dinheiro público.”*

(Comentário 3)

Entre os comentários com conteúdo favorável à parlamentar, se manifestam discursos contrários ao feminismo. *“Parabéns deputada, já tá na hora de dar um basta nesta ditadura do pensamento único”*.

É interessante observar que muitos remetem ao direito à liberdade de pensamento e de expressão para justificar seu posicionamento, ou constroem discursos com alegações conspiratórias sobre uma suposta hegemonia do pensamento feminista. Vejamos o exemplo (comentário 4):

*“Parabéns, deputada. Siga fazendo seu papel, pois nem todos gostam e nem são obrigados a gostar, para muitos que se manifestam, bonito mesmo é só o que eles gostam, o restante nem para conseguirem ler e desmontar com argumentos, a doutrinação planejada e implementada desde o início da década de 1960 não foi despropositada, mas o ódio dos contrários e contrariados é tão bonitinho. O tal ódio do bem.”*

Muitos comentários tiveram grande número de interações, seja por meio de reações ou de respostas. Abaixo, está transcrito um deles (5), com 1,1 mil reações e 53 respostas. Algumas, exemplificam o embate de posicionamento entre os usuários da mídia digital.

*“O próprio fato de uma mulher escrever, ser deputada, já é uma vitória do feminismo. Ou seja, ela critica o movimento que permitiu que ela tivesse voz e vez.”*

(comentário 5)

*“Entendi... mas não vi ela com peito de fora la... kkkk”*

(reposta ao comentário 5)

*“Esse argumento é uma falácia de mulheres que nunca estudaram e apenas repetem o que escutaram. Basta ler o livro para ver o quanto esse argumento é medíocre e falso.”*

(reposta ao comentário

5)

*“Ela não precisou de nenhum movimento feminista para poder se expressar por meio de um livro, tenha certeza!”*

(resposta ao comentário 5)

Muitos dos enunciados nos comentários são de homens que criticam o posicionamento da parlamentar e não apenas de mulheres que conhecem ou fazem parte do movimento feminista ou entendem esse movimento como forma de emancipação, de luta por igualdade de direitos e de participação social das mulheres. Pela materialidade da mídia digital percebemos como se dão os movimentos discursivos de produção de identidades. Nesse caso específico, a noção de identidade que parte do “eu” demonstra um entendimento totalmente diferente da noção de identidade que parte da alteridade, da consciência de si pela consciência da existência do outro.

Alguns comentários expressam o entendimento de que a própria parlamentar só ocupa esse espaço porque, para que isso fosse possível, movimentos anteriores de reivindicação de espaços para as mulheres aconteceram. Esse é um exemplo da importância de perceber como se apresentam os interdiscursos (modos de relacionar fatos e acontecimentos sócio-históricos) para entender a realidade do momento presente. A mídia digital usada por uma instituição parlamentar abre espaço para a expressão e é mais um canal de informação. Certamente o que chega a um número maior de pessoas e, por meio dos quais, pelos discursos circulantes nessas mídias, é possível apreender as fontes de referências pessoais. A produção de enunciados na comunicação pública parlamentar serve para entender o quanto os cidadãos se identificam ou não com esses parlamentares ou com determinados temas, e perceber o quanto se sentem representados ou não.

As condições de produção dos discursos nas mídias digitais pela equipe de comunicação da Alesc – que tem liberdade criativa, mas limitada liberdade editorial,

como em qualquer meio de comunicação, pois tudo o que é produzido tem relação com as atividades institucionais – permite aos seguidores dessas mídias produzirem formas simbólicas de representação com sua a realidade concreta.

A noção de espaço público nas mídias digitais remete aos processos de representação, compartilhamento e discussão da cidadania. As dinâmicas de encenação da informação, nesse espaço público, estão ligadas ao contrato de comunicação, de que fala Charaudeau (2010).

No contrato de comunicação, estão inscritos os processos pelos quais acontecimentos em “estado bruto” (mas já interpretados) passam ao estado de mundo midiático construído (ou seja, “a notícia”). Isso se dá, em face da imagem que a instância midiática possui da instância receptora – a qual, por sua vez, reinterpreta os conteúdos, textos e mensagens à sua maneira. É no próprio quadro do contrato de comunicação que se constrói uma “opinião pública”.

Conforme o autor, é por meio desses enunciados que os membros de uma comunidade se reconhecem, assim como podem ser atribuídos a eles diferentes funções, que incluem a instituição de poderes/contrapoderes, como o discurso do poder político institucionalizado. Mas, também, de discursos de contestação, como aqueles produzidos por movimentos sociais; a regulação do cotidiano social, no caso de discursos do senso comum que fixam limites para o normal/o anormal, a ordem/a desordem, o bem/o mal, e a dramatização presente em relatos, histórias, narrativas, entre outros.

Partindo desse entendimento, seguimos para a análise da instalação da chamada “CPI do aborto”, assunto dos mais polêmicos por envolver, também, questões ideológicas e de cunho ético, moral e religioso.

Para contextualizar, o então presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, comunicou ao Plenário, no dia 28 de junho de 2022, a apresentação de requerimento para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para investigar o procedimento de interrupção de gravidez, ao qual uma menina de 11 anos, vítima de abuso sexual, tinha sido submetida, na semana anterior.

O requerimento, assinado pela mesma parlamentar que escreveu o livro sobre “antifeminismo”, foi subscrito por outros 21 parlamentares. Conforme o

Regimento Interno da Alesc, são necessárias 14 assinaturas para a apresentação do pedido de instalação de uma CPI.

Segundo o ex-presidente da Alesc, o pedido foi encaminhado para análise da Procuradoria Jurídica da instituição. A procuradoria se manifestou positivamente em relação a abertura do processo de investigação pela Alesc e a presidência da Assembleia acatou o requerimento para a instalação da CPI.

O caso veio a público por meio de reportagem veiculada no mesmo mês pelo The Intercept Brasil<sup>65</sup> e pelo Portal Catarinas<sup>66</sup> que divulgaram trechos da audiência em que a juíza responsável pelo caso na esfera estadual faz uma série de perguntas à criança tentando induzi-la a não interromper a gravidez. A família teria procurado o Hospital Universitário de Florianópolis – cadastrado junto ao Ministério da Saúde como referência para interrupção legal da gestação – para realizar o procedimento de aborto, mas a equipe médica se recusou a fazer por alegar que a gestação, de 22 semanas, já não era mais permitida por lei. No vídeo, a juíza questiona se a menina poderia “suportar mais um pouquinho” para, assim, permitir que o feto pudesse ser retirado com vida. A Justiça estadual não autorizou a interrupção da gravidez e encaminhou a menina para um abrigo alegando que ela estaria protegida pela instituição. Após a divulgação do caso, movimentos ligados a direitos humanos e proteção a mulheres vítimas de abuso sexual, juristas, federações médicas e sociedade civil se manifestaram contrariamente à decisão da juíza estadual, o que impulsionou o conhecimento dos fatos pelo Ministério Público Federal (MPF), que recomendou a realização do procedimento, justificando que, em casos de gravidez que coloca em risco à vida da gestante e gravidez resultante de violência sexual, o aborto é permitido por lei, independentemente do tempo de gestação.

Sobre o caso, a comunicação da Alesc publicou em 22 de junho de 2022 uma nota de repúdio, emitida pela bancada feminina da Casa. A nota, publicada no Facebook e no Instagram (em formato carrossel, com diversas fotos contendo textos) dizia que “é com consternação e preocupação que acompanhamos o caso

---

<sup>65</sup> Disponível em: [Vídeo: juíza induz criança estuprada a desistir do aborto legal](https://www.intercept.com.br) (intercept.com.br)

<sup>66</sup> Disponível em: [Página 2 de 2 - Portal Catarinas](#)

da criança de 11 anos que, após sofrer violência sexual, teve negado o seu direito de interromper a gestação oriunda do estupro”. A nota enunciava, ainda, informações sobre a realização do aborto em hipóteses legais no Brasil e contextualizava que situações como essa acontecem, não só no estado, mas em todo o país, e chamava entidades “comprometidas com a defesa dos direitos das mulheres” para se unir e “resguardar e ampliar esse acesso [ao aborto], identificando os obstáculos para acessar o aborto legal e construindo protocolos de atendimento que facilitem esses encaminhamentos. É urgente que o sistema de saúde adote protocolos adequados à legislação e capacite suas servidoras e servidores para esse atendimento”.

A publicação no Instagram teve mais de 3.600 comentários, a maioria criticando o posicionamento das parlamentares que emitiram a nota de repúdio.

*“Não foi estupro bando de militante querem mesmo a legalização do aborto aqui não vão conseguir”*

*“É sério que a ALESC mantém esta mentira em seu website, mesmo confirmada toda a manipulação da imprensa neste caso?”*

*“Em que pé está essa história?  
O que acontece com os assassinos do bebê agora?  
Bateu uma curiosidade.  
Assassinar bandido, não pode  
(aparece logo um papo de que era “trabalhador”).  
Criança inocente, pode. Estranho, muito estranho.”*

*“Aborto JAMAIS! Precisamos de leis que cuidem e guardem nossas crianças, não interessa o em qual fase da vida ela se encontra, TODA VIDA IMPORTA, principalmente uma criança na fase INTRAUTERINA”*

*“NÃO AO ABORTO.  
NESSE CASO, REPÚDIO AO ASSASSINATO.”*

*“#CPIdoaborto #CPIdoabortoja”  
Essa bancada feminina não me representa!  
Digo não ao aborto!!!*

A opinião pública, nesse caso, emergiu por reação tanto em relação à imprensa (fazendo valer o primado do interdiscurso), que repercutiu o caso e fez

com que ele chegasse à esfera jurídica federal, quanto à manifestação da bancada feminina da Alesc, que entendeu se tratar de um caso que, após ter ganhado a esfera pública por meio dos espaços midiáticos, precisava prestar seu apoio à vítima.

Os discursos veiculados pela mídia operam um jogo no qual se constituem identidades baseadas na regulamentação dos saberes sobre o uso que as pessoas devem fazer do seu corpo, da sua alma, da sua vida, como já falou Piovezani (2023).

Para que uma opinião pública se manifeste, é necessário que surja no espaço social um acontecimento suscetível de tocar uma grande quantidade de indivíduos. Conforme Charaudeau (2020), isso só acontece sob certas condições, pois nem todos os acontecimentos têm a mesma importância aos olhos do público. “Sua natureza deve ser tal que chegue a tocar [...] alguma coisa de *vital* no inconsciente dos indivíduos, ou então ponha em alerta sua consciência *moral*”.

A partir daí surgirá talvez uma indignação que poderá “se transformar em acusação aos responsáveis, uma compaixão que poderá desencadear movimentos de solidariedade para com as vítimas, uma *cólera* que, não suportando a iniquidade de uma situação, assumirá diversas formas de reivindicação: manifestações, ocupação das mídias, ações associativas ou interpelação nos tribunais” (Charaudeau, 2020, p. 46).

O autor completa, ainda, refletindo ser necessário que o acontecimento seja aberto, que cause problema e que não esteja resolvido. “É seu caráter de incerteza que o torna apto a ser captado pela opinião” (Ibidem).

A nota nas mídias digitais da Alesc foi publicada antes da autorização da justiça federal para que o procedimento fosse realizado. A repercussão negativa causou, então, um movimento contrário. E, a relatora do processo de CPI, contou com esse movimento da opinião pública, desencadeado nas mídias digitais, para dar andamento à investigação do caso.

No documento, os parlamentares escrevem que as situações que envolvem o caso mereciam ser mais bem esclarecidas. “Dentre elas, além da riqueza de informações trazidas na reportagem de um processo judicial que tramita em segredo de justiça, também buscamos saber se o aborto foi realizado legalmente ou se houve cometimento de crime, se a conduta médica praticada foi tecnicamente

correta e legítima, se o procedimento foi realizado ilegalmente sob a falsa comunicação de crime, dentre outros”, conforme a relatora do processo.

Esse é um exemplo de eficácia da comunicação pública quando utiliza recursos para cumprir seu papel de informar e de possibilitar participação, ou compartilhamento no processo decisório. Contudo, tratar de um tema tão delicado e subjetivo requer cuidado. Pela própria lógica como operam as plataformas de mídias digitais e pelo modo como se constroem as formações discursivas nesse ambiente, não é possível afirmar que a comunicação pública se concretize num esquema eficaz, como o proposto por Haswani, por exemplo.

Percebe-se, na maioria dos comentários dos posts de maior repercussão, de maneira geral, em todos os perfis das mídias digitais da Alesc, a presença de discursos polarizados e do discurso de ódio. Também é possível constatar a troca linguística como um ato de troca psicológico e social. Tal troca se faria sempre em função de certo “jogo de expectativas” - de que trata Charaudeau, em seu artigo intitulado *Um modelo sócio-comunicacional do discurso: entre situação de comunicação e estratégias de individualização*<sup>67</sup> - vinculado ao significar.

Conforme Charaudeau, interpretamos sempre os atos de linguagem a partir de enunciados produzidos e em relação com um “jogo de expectativas” ou ao menos do “jogo de expectativas” que supomos ser o da troca, e que corresponde à questão: “o que ele quer me dizer?” Assim, percebemos o não-dito, ou seja, um sentido oculto, implícito, que não aparece na mera combinação das palavras do enunciado, mas que se constrói por *inferência*. “Ora, o que é uma inferência? Um processo mental pelo qual um sujeito coloca em relação o que é dito explicitamente com qualquer outra coisa que encontra em seu ambiente, como um alhures, um exterior da linguagem que é, contudo, pertinente para construir esse implícito”. (Charaudeau, 2010)

Daí vem a hipótese de que o sujeito falante, por sua vez, fabrica seu enunciado em função de certo “jogo de expectativas” ao distribuir nos atos de linguagem os sentidos explícitos e implícitos segundo as possibilidades inferenciais que atribui ao seu interlocutor.

---

<sup>67</sup> Um modelo sócio-comunicacional do discurso : entre situação de comunicação e estratégias de individualização in [www.patrick-charaudeau.com](http://www.patrick-charaudeau.com)

A perspectiva da sociedade em rede, ancorada na evolução dos suportes tecnológicos e no universo da comunicação e da linguagem, fez emergir e fortalecer uma das características basilares da linguagem humana: o dialogismo. A interação engendrada pelas mídias digitais marca uma nova possibilidade de relacionamentos, diminuindo as distâncias entre os interlocutores, potencializando cada ator e, conseqüentemente, contribuindo para um processo comunicacional mais horizontalizado. Gonçalves e Silva (2014) apontam para a noção de subjetividade, onde reside a capacidade de o locutor propor-se como sujeito do seu discurso, protagonista do processo enunciativo.

Não é simples dimensionar o quanto se é individual e o quanto se é social na formação da subjetividade; o fato é que a comunicação pelas redes sociais digitais demanda e cria novas formas de subjetivação: as pessoas encontram elos para relacionamentos entre si e com as organizações de modo geral a partir da forma como se veem e como constroem sua identidade. (Gonçalves; Silva, 2014, p.93).

As mídias digitais, com todo aporte tecnológico que utilizam, participam da construção da subjetividade do sujeito. Daí por que, conforme Sousa (2002), a relação entre subjetividade e mundo simbólico faz deste último uma ponte para outro ângulo da questão, ligado à própria construção do imaginário e de representações sociais.

- Impeachment do governador

Em 2020, o então governador do estado de Santa Catarina, sofreu dois processos de *impeachment*. Um deles envolveu a equiparação salarial dos procuradores do Estado. O outro, a compra superfaturada de respiradores para atender às vítimas de COVID-19.

Uma reportagem publicada em abril de 2020 no site The Intercept denunciou a compra de 200 respiradores artificiais pelo Governo do Estado, no início da pandemia, um investimento de R\$ 33 milhões, com pagamento antecipado à empresa Veigamed, de Niterói (RJ). Os equipamentos, porém, não foram entregues. A denúncia repercutiu na Alesc e resultou na criação de uma Comissão



Parlamentar de Inquérito (CPI), instalada em 5 de maio. Ainda em 2020, a Alesc admitiu dois processos de impeachment contra ex-governador Carlos Moisés e um deles contra a ex-vice-governadora Daniela Reinehr.

A partir dos movimentos, das condições de produção e da observação dos discursos circulantes na plataforma Instagram, no ano de 2020, quando o caso veio a tona e quando o perfil já se destacava como espaço de interlocução entre legislativo e sociedade, vamos aprofundar nossas análises sobre o tema, que foi um dos que mais repercutiu, nos anos de 2020 e 2021, nas plataformas de mídias digitais da Alesc.

Em relação ao movimento das plataformas, de forma geral, no ano de 2020, a Alesc teve postagens de forma consistente nas três principais redes, como demonstra a Tabela 13.

**TABELA 13** – Números das Redes Sociais da Alesc em 2020

	Facebook	Instagram	Twitter
Publicações	425	310	1.320
Interações	152.623	48.211	4.763
Reações	88.250	42.809	4.023
Comentários	38.326	5.402	157
Compartilhamento	21.567	-	740
Seguidores	127.545	29.648	14.149

Fonte: Elaboração da autora

O perfil das postagens do Instagram da Alesc, o @AssembleiaSC, utiliza linguagem e formato adequados ao meio, com vistas à transmissão de informações importantes na perspectiva da comunicação pública, bem como da aproximação com a sociedade. Uma das temáticas mais presentes é a saúde, ao lado dos direitos dos cidadãos, assim como dos eventos e sessões legislativas.

Os *posts* que alcançaram maior engajamento, a cada mês, versam majoritariamente sobre leis, de acordo com o relatório da gerência de redes sociais (GRS) da Alesc (Alesc, 2020), como demonstra a tabela 14.

Tabela 14 - Posts com maior alcance de público por mês em 2020

<b>Mês</b>	<b>Postagem</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Comentários</b>
Janeiro	Lei da altura mínima para ingresso nas carreiras militares	301	21
Fevereiro	Lei: multa para quem promover a farra do boi	786	21
Março	Avança a lei que exige Exame toxicológico para ingresso Nas universidades públicas estaduais	565	133
Abril	Aprovação de projeto de lei que permite prática de atividade física durante a “calamidade”	917	222
Maio	Aprovação de projeto de lei Que reconhece transporte coletivo como essencial durante a pandemia	611	65
Junho	Aprovação em plenário de projeto de lei Que onera o preso ao pagamento pelo uso da tornozeleira eletrônica	833	26
Julho	Lei – profissionais da saúde têm prioridade na destinação de EPIs e testagem da COVID-19	178	1
Agosto	Lei – farmácias estão autorizadas a receber comunicação de violência contra a mulher durante a pandemia	132	6
Setembro	Pergunta sobre opinião do público sobre projeto de lei que prevê multa para quem atropelar animal e não prestar socorro	633	122
Outubro	Lei – são proibidos testes em animais	314	12

para a indústria de cosméticos em SC

Novembro	Impeachment – Governador Moisés é absolvido no caso dos procuradores e deve voltar ao cargo	1.162	175
Dezembro	Aprovação em plenário de projeto de lei que torna as atividades escolares essenciais durante a pandemia em SC	465	347

Fonte: Elaboração da autora

Como demonstra a Tabela 14, as postagens mais significativas do ano versam todas sobre projetos de lei em aprovação, recém-aprovados ou leis vigentes que podem ser de interesse público. A única com conteúdo diverso é a postagem de 27 de novembro de 2020, que trata do insucesso da tentativa de impeachment do governador Carlos Moisés, como demonstra a Figura 28. Não coincidentemente, por se tratar de um assunto candente no estado, foi a publicação com o maior número de interações, com 1.162 curtidas, número alto em comparação à média das demais postagens.

Figura 28 - Post mais relevante de 2020 da Alesc no Instagram



Fonte: Instagram

Como demonstra a Figura 28, a Alesc enuncia a absolvição do governador na tentativa de *impeachment* em um caso que envolveu a equiparação salarial dos procuradores do Estado.

Muitos comentários faziam referências ao processo sobre os respiradores, que não era a questão discutida naquele momento. Em plena pandemia de Covid, os R\$ 33 milhões perdidos com os respiradores provocaram uma indignação maior do que a questão salarial dos procuradores. Os comentários sobre o destino do governador se dividiram entre “Fora Moisés” e “Volta Moisés”.

As postagens, em geral, têm conteúdo informativo, mas pouco dialógico no espaço público virtual. Somente uma entre aquelas com maior engajamento coloca uma pergunta para o cidadão. As demais, colocam-no a par de leis que já o regem como membro do povo ou em breve o regerão. Ainda que haja espaço para comentários e curtidas, não há intenção verdadeiramente dialógica. A efetivação das propostas da comunicação pública no sentido de fazer com que o cidadão participe do processo de decisão não se apresenta. Há um sentido unidirecional da comunicação dessa organização para a sociedade, ou nos termos das mídias digitais, dos seguidores que acompanham seu perfil.

### **CPI dos respiradores**

No dia 5 de maio de 2020 foi instalada uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) no Legislativo catarinense para averiguar as possíveis irregularidades na compra de duzentos respiradores artificiais, destinados ao tratamento da Covid-19 no estado de Santa Catarina, no mês de março. O pagamento de 33 milhões de reais referente à compra foi feito de forma antecipada pelo governo do estado. Dos duzentos, apenas cinquenta respiradores foram entregues e, segundo os órgãos públicos de controle, os aparelhos não atendiam às especificações técnicas definidas em contrato. A CPI culminou, posteriormente, na abertura de um processo de *impeachment* do governador, Carlos Moises (PSL), e de sua vice, Daniela Reinehr (sem partido).

Tabela 15 - Postagens relacionadas à CPI dos Respiradores em 2020

<b>Data</b>	<b>Postagem</b>	<b>Curtidas</b>	<b>Comentários</b>
29 de abril	Alesc vai instalar CPI para investigar compra de respiradores	410	19
12 de maio	Deputados protocolam pedidos de impeachment contra o governador	167	13
3 de junho	Deputados ouvem secretários da saúde e da casa civil	243	20
8 de junho	CPI dos respiradores <i>live</i>	155	4
10 de junho	Acareação foca no pagamento antecipado dos respiradores	87	1
11 de junho	Foto da semana: a servidora Marcia Pauli diz que não aguenta mais isso.	366	25
17 de junho	Nova rodada da CPI	79	4
23 de junho	Vídeo de convite para assistir ao vivo	969	1
7 de junho	Novo vídeo de convite para acompanhar ao vivo a CPI	720	4
29 de julho	Anúnciação da apresentação do relatório final da CPI	58	4
17 de agosto	Apresentação do relatório final da CPI	57	1
18 de agosto	Vídeo da leitura do relatório final	1.428	4
18 de agosto	Publicação sobre relatório final	237	13

Fonte: Elaboração da autora

O tema, que causou furor na política estadual, mereceu um total de treze postagens no ano. As postagens intercalam imagens e vídeos, e convidam o cidadão a assistir às sessões e votações da comissão e enunciam seus resultados, como demonstra a Tabela 3.

A postagem que mais recebeu curtidas foi a que enunciou a abertura da CPI para investigar a questão dos respiradores, com 410 curtidas e 19 comentários, como demonstra a Figura 2.

Figura 29 - Post sobre abertura da CPI



Fonte: Instagram

Já o vídeo com maior número de visualizações sobre a atuação da CPI foi o convite feito ao público para que acompanhasse, ao vivo, a sessão de leitura do relatório final da CPI, com 1.428 visualizações, como demonstra a Figura 3. Por se tratar de um momento de encerramento das ações da comissão, espera-se que o cidadão desperte para o interesse deste conteúdo, uma vez que ele desvela o suspense da apuração.



Figura 30 - Post sobre acompanhamento da leitura do relatório final da CPI ao vivo



Fonte: Instagram

Em uma breve análise dos *posts* supracitados, podemos inferir, de forma geral, que tratam da visada correspondente à lógica particular, segundo Charaudeau, “do fazer saber ou visada de informação propriamente dita, que tende a produzir um objeto de saber segundo uma lógica cívica: informar o cidadão” (Charaudeau, 2013, p. 86).

A visada da informação<sup>68</sup> consiste em fazer saber ao cidadão o que aconteceu ou o que está acontecendo no mundo da vida social e a instância midiática tenta realizar essa visada por meio de dois tipos de atividade languageira, conforme Charaudeau: a descrição narração, para reportar os fatos do mundo; e a explicação, para esclarecer o destinatário da informação sobre as causas e as consequências do surgimento desses fatos. Mas, segundo o analista do discurso,

<sup>68</sup> A visada da informação é uma das visadas do contrato de comunicação midiática, proposto por Charaudeau. A outra corresponde a visada de fazer sentir ou visada de captação, que tende a produzir um objeto de consumo segundo uma lógica comercial: captar as massas para viver em concorrência. (Charaudeau, 2013).

num e noutro caso, embora de maneiras diferentes, coloca-se um problema de relação com a verdade.

Tratar da verdade não é uma tarefa simples... O verdadeiro e o falso como noções remetendo a uma realidade ontológica não pertencem a uma problemática linguística. Entretanto, acham-se no domínio linguístico noções como as de *significar o verdadeiro* ou *significar o falso*, isto é, produzir um valor de verdadeiro ou de falso por meio do discurso” (Charaudeau, 2013, p. 88 – grifos do autor).

Nos comentários, também de forma geral, é possível perceber a presença do chamado “primado do interdiscurso” (Charaudeau; Maingueneau, 2012). Tal primado implica que uma Formação Discursiva (FD) produz o assujeitamento do sujeito na medida em que cada FD é dominada pelo interdiscurso e exclui que sejam colocadas em contraste FDs consideradas independentemente umas das outras.

As maneiras como a opinião pública se coloca por meio dos comentários, ora tomando como verdadeiros, ora como falsos os enunciados que objetivam informar, nos faz inferir que, alguns cidadãos os tomam como verdadeiros com base em informações levantadas por meio da análise de outros meios de comunicação (externos à Alesc) ou mesmo sobre os contornos de disputa política que envolvem os enunciados. A maioria, entretanto, desacredita na eficácia da proposta levantada pelo Legislativo de levar a investigação adiante. O fato de que o presidente da CPI faz parte do mesmo partido político do governador é um fator de destaque. Outros, ainda, deixam claras suas frustrações tanto relativas ao Executivo quanto ao Legislativo, num descrédito na esfera política como um todo.

A crise no sistema político, desde há muito, e as relações com outros fatos de igual relevância no estado podem ser potencializadores desse descrédito. Em 1997, por exemplo, Assembleia Legislativa de Santa Catarina instalou a CPI das Letras, que decidiu pedir o *impeachment* do então governador do Estado, Paulo Afonso Vieira (PMDB), acusado da prática de crime de responsabilidade (contra a Constituição), além de crimes comuns.

Já no ano de 2009, outra ameaça de cassação investigou o então governador Luiz Henrique (PMDB) e seu vice, Leonel Pavan (PMDB). A acusação recaiu sobre abuso de poder econômico e político, por propaganda, durante o



período eleitoral. O processo migrou da Assembleia Legislativa para a Justiça Eleitoral num reflexo da desmobilização da política local em torno da cassação do governador. Nos dois casos, os processos foram evitados e não houve nem *impeachment*, nem cassação.

Alguns comentários debatem, ainda, contornos do rompimento do ex-governador Carlos Moisés com o ex-Presidente da República, Jair Bolsonaro, sugerindo o prejuízo do governador diante dessa ação. Uma atitude que se abre para uma disputa política também em relação à vice-governadora, colega de partido e defensora do Presidente da República.

Alguns seguidores da mídia digital analisam, também, a situação do presidente da Alesc, com denúncias o envolvendo em casos de corrupção. Com o impeachment do governador e de sua vice, quem tomaria o posto de gestor do governo do estado seria o chefe do Legislativo, o que o livraria de uma possível condenação por ocupar um cargo que garantiria seu foro privilegiado.

Muitos desses comentários mais analíticos por parte dos seguidores, resgatam artigos e reportagens de veículos da imprensa externa à da Casa legislativa que já tinham tratado do tema ou que estavam tratando, no período dos comentários e do andamento da CPI.

O que fica evidente, tanto nos comentários que tomam como verdadeiros, quanto nos comentários que desacreditam nos enunciados que visam informar, é justamente a relevância do interdiscurso. O interdiscurso funciona como uma reconfiguração que permite redefinições, apagamentos, esquecimentos entre os elementos de saber de uma formação discursiva. Estando entrecruzado há vários e diferentes discursos em momentos históricos, sociais e políticos diferentes.

O *ethos*<sup>69</sup> político revelador de um conjunto de valores que orientam o agir dos governantes, sob a suposição de que esse agir trabalha para o bem-estar geral, é posto em dúvida pelos cidadãos, seja pela relação com fatos similares já acontecidos no contexto sócio-político, seja pelos próprios posicionamentos político partidários de cada cidadão.

---

<sup>69</sup> Ethos designa a imagem de si que o locutor constrói em seu discurso para exercer uma influência sobre seu alocutário (Charaudeau e Maingueneau, 2020).

A menção a outros veículos de comunicação e a chamada para uma interpretação mais cuidadosa, feitas em alguns comentários, apresenta a pluralidade de vozes e a constatação feita por Charaudeau de que a opinião pública está em constante construção e levanta, mais uma vez, a importância para o papel do interdiscurso nas FDs.

Diante de 310 *posts*, ao longo do ano de 2020, sobre diversas temáticas como, por exemplo, tudo o que está previsto em lei e que pode e deve ser observado pelos cidadãos, o que é discutido nas sessões parlamentares, além de *posts* temáticos sobre cultura, turismo da região e produções culturais locais veiculadas pelos canais da Alesc; se considerarmos o tema CPI dos respiradores, com 13 publicações dedicadas exclusivamente a ele, temos cerca de 4% do total das publicações debruçadas sobre o assunto no perfil do Instagram da Alesc. Um número expressivo, considerando a curta duração da CPI – entre abril e agosto de 2020.

Ainda que a população tenha tido a oportunidade de acompanhar o desenrolar da CPI por meio do perfil da Alesc nas mídias digitais, além dos outros canais em que a instituição está presente, esse não foi o fórum de diálogo mais amplo com a sociedade acerca da temática. Com isso, entendemos que esse pretendido espaço de diálogo na ágora pública, onde a comunicação pública poderia se dar, ainda está por se construir.

Nesse sentido, também podemos problematizar sobre o desenvolvimento de mecanismos e ferramentas de comunicação digitais mais eficazes para o compartilhamento de ações e diálogo com a sociedade, e em que medida a presença das mídias digitais legislativas realiza essa ideia de pluralismo, de participação social, de emergência de um novo tipo de participação cidadã.

Por fim, consideramos importante analisar como essa discussão sobre as mídias digitais e sua relação com o processo democrático tem influência ou não no exercício do mandato dos parlamentares da Alesc.

Sobre isso, trataremos a seguir.

#### 4.4. Os enunciadores e a mídia digital institucional

A relação dos parlamentares com suas mídias pessoais é bem próxima. O que nos despertava curiosidade era descobrir qual a sua aproximação com as mídias digitais institucionais. Para desvendar esse mistério e compreender a importância desse espaço institucional, que promove diariamente a divulgação de enunciados dos parlamentares, recebidos e respondidos por meio de um movimento de opinião pública, resolvemos, já ao fim da pesquisa, entrevistá-los.

As perguntas foram enviadas, por meio de questionário do Google Forms, para os assessores de comunicação dos 40 deputados da 20ª. Legislatura. Desses, 22 responderam ao questionário.

A pesquisadora do diálogo Cremilda Medina, em texto clássico da área do jornalismo – *Entrevista, o diálogo possível* (1986) –, afirma que “a entrevista, nas suas diferentes aplicações, é uma técnica de interação social, de interpenetração informativa, quebrando assim isolamentos grupais, individuais, sociais” (1986, p. 8). Sendo assim, a entrevista serve de forma ampla à comunicação humana, mas exige preparo e competências distintas em virtude da finalidade do proponente do diálogo.

Para Medina (1986), a entrevista aparece nas Ciências Sociais como enquete ou pesquisa de campo. No Jornalismo, a rigor, é feita junto a qualquer pessoa que tem alguma coisa de importante a dizer. Na Psicologia, na relação paciente-terapeuta, implica uma relação com um interlocutor confessional. Em todo o caso, é uma ferramenta de trabalho que pode ou não ser diálogo, composta de recursos democráticos ou autoritários, que elucida determinada autocompreensão ou compreensão de um fenômeno.

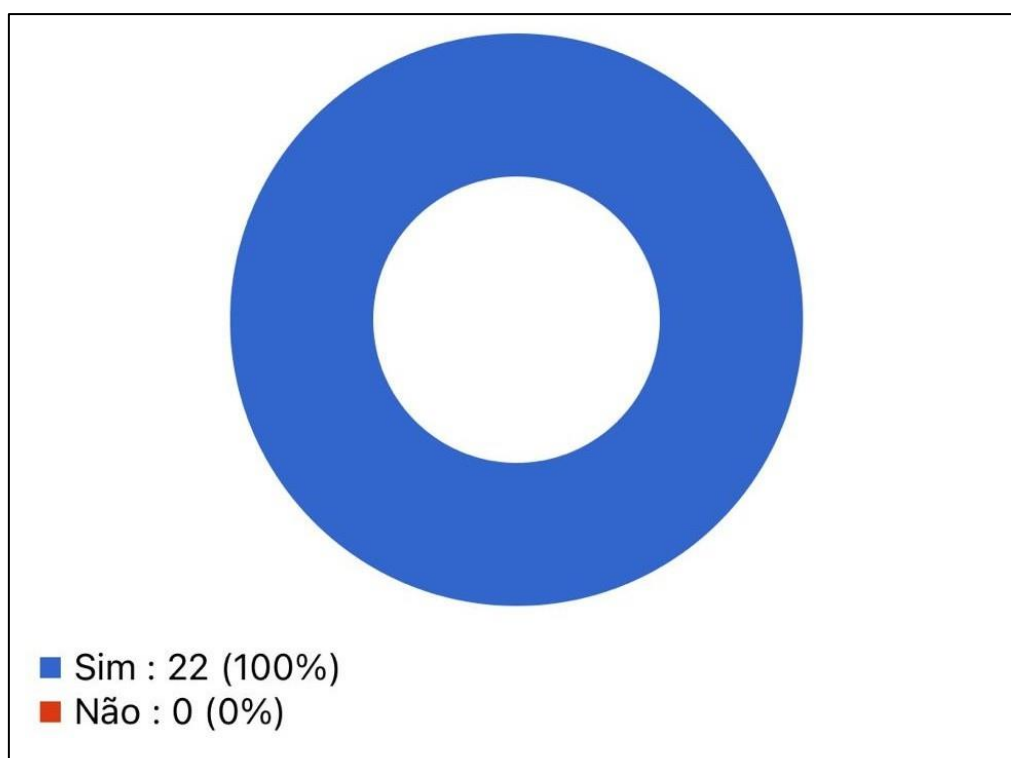
Apresentamos, então, o resultado desse diálogo democrático:

O quadro 2 (no epílogo) apresenta a compilação das respostas ao questionário fechado sobre as mídias digitais legislativas. Já o quadro 3 (também no epílogo) representa o questionário aberto sobre as considerações dos deputados em relação às mídias digitais legislativas.

A seguir, nas figuras numeradas de 31 a 36, apresenta-se o recorte por pergunta e resposta para efeitos de análise e interpretação de dados.

Como podemos conferir na figura 31, a totalidade dos respondentes aceitou participar por livre e espontânea vontade, sem nenhum retorno financeiro ou de qualquer natureza material a esta pesquisa. Este item é altamente relevante no âmbito da comunicação pública, uma vez que os respondentes são agentes do poder público que trabalham diante da avaliação contínua dos cidadãos e sob as regras da casa legislativa estadual. Como a pesquisa trata do envolvimento dos parlamentares com as mídias digitais da Alesc, o ato de aceitar responder irrestritamente o questionário também denota a abertura dos respondentes em relação às tecnologias e meios de interação social adotados pela instituição.

Figura 31 – Aceitação de colaboração com a pesquisa



Fonte: elaborado pela autora no Google Forms

Esse resultado pode se dever ao fato de que, conforme apresenta o quadro 2 (em epílogo), os deputados consideram que as mídias digitais proporcionam um espaço de diálogo e troca entre o legislativo e a sociedade. De acordo com o deputado 1, esse é “mais um canal a disposição da população”, somando-se ao deputado 3, que afirma ser “uma porta democrática para a sociedade”, assim como o deputado 9, que afirma: “Sem dúvida [é importante], já que muitas vezes o

cidadão não consegue chegar aos gestores públicos. Com as mídias sociais, a comunidade chega mais perto e em muitos casos é atendida”.

O deputado 13 coloca a perspectiva da comunicação pública no contexto da esfera pública. “Sim, nós fomos eleitos pelo povo e o principal meio de comunicação em massa com nossos eleitores, são as redes sociais”. Já o deputado 10 amplia essa preocupação com uma reflexão voltada à democracia, à abertura de barreiras de distâncias físicas. *“Com certeza, sim! [é importante]. Cada vez mais, as pessoas estão aderindo às múltiplas plataformas sociais, que encurtam distâncias e agilizam muito o processo de comunicação entre nós, gestores públicos, e os cidadãos. Instantaneamente, um catarinense que vive do outro lado do estado, em Dionísio Cerqueira, por exemplo, consegue manter contato conosco pela palma da mão, e isso democratiza e legitima muito mais a representação política, uma vez que temos a oportunidade de manter diálogo permanente com moradores de todas as regiões de Santa Catarina.”*

Por sua vez, o deputado 2 avalia com ressalva o uso das mídias digitais. “se bem utilizado [as mídias digitais], sim. O grande problema é que hoje em dia, principalmente a renovação política (não inovação), usa muito para a autopromoção”. Já o deputado 15 postula: “Sim, se estimuladas de maneira correta, permitem compartilhar ideias e boas experiências”.

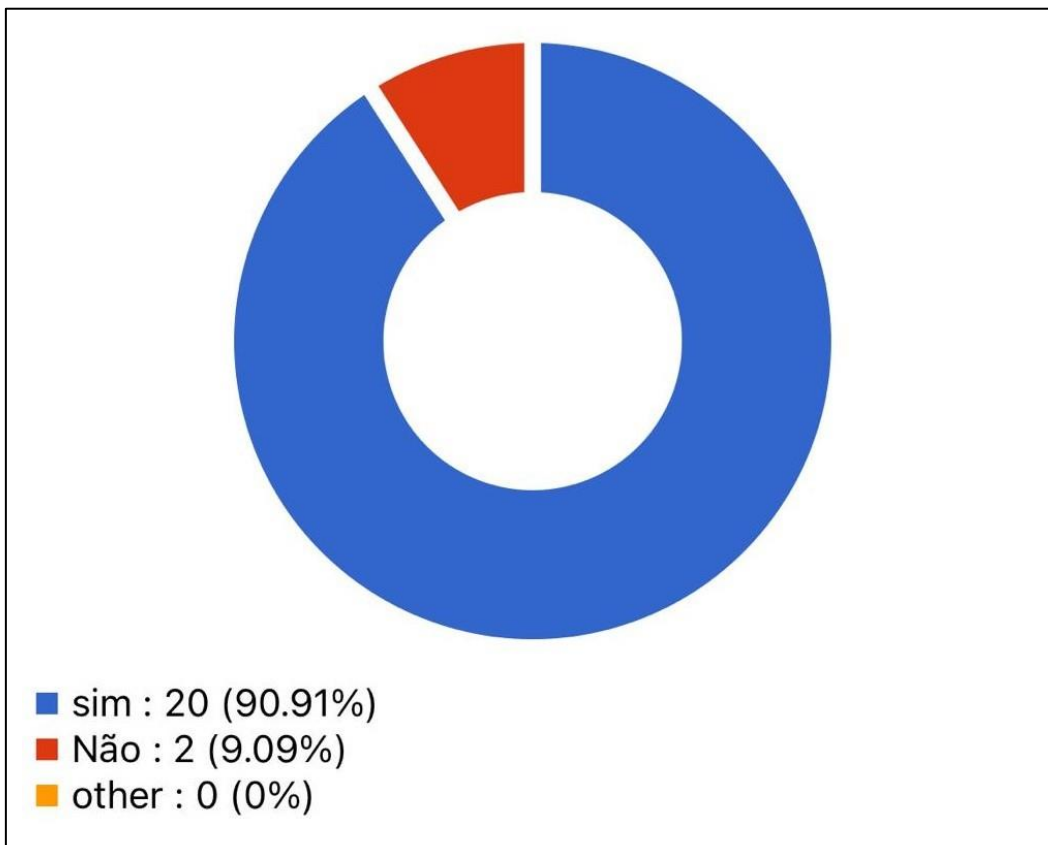
O deputado 19, minoria no tom da fala, apresenta uma postura mais avessa à interação nas redes, como demonstra em sua declaração:

*Na minha humilde opinião as redes sociais viraram um campo de guerra, onde as pessoas utilizam o espaço para extravasarem suas frustrações. Infelizmente diálogo é o que menos existe nas redes sociais, principalmente onde se discute política e tomada de decisões.*

Em relação à pergunta “Costuma acompanhar as mídias digitais da Alesc?”, representada pela figura 32, 20 respondentes (90,91% do total) afirmaram estar em relação contínua com os perfis da instituição, o que coloca a maioria da amostra nesse espaço online e possível engajamento com a Alesc por meios digitais. Apenas 2 respondentes, representando 9,09%, afirmaram não acompanhar as mídias digitais da instituição em que trabalham. Embora baixo, esse percentual

demonstra que uma fração da amostra não está conectada com os eleitores por meio das postagens da Assembleia Legislativa, fugindo à dialogia proposta pela comunicação pública e diante da opinião pública.

Figura 32 – Costuma acompanhar as mídias digitais da ALESC



Fonte: elaborado pela autora no Google Forms

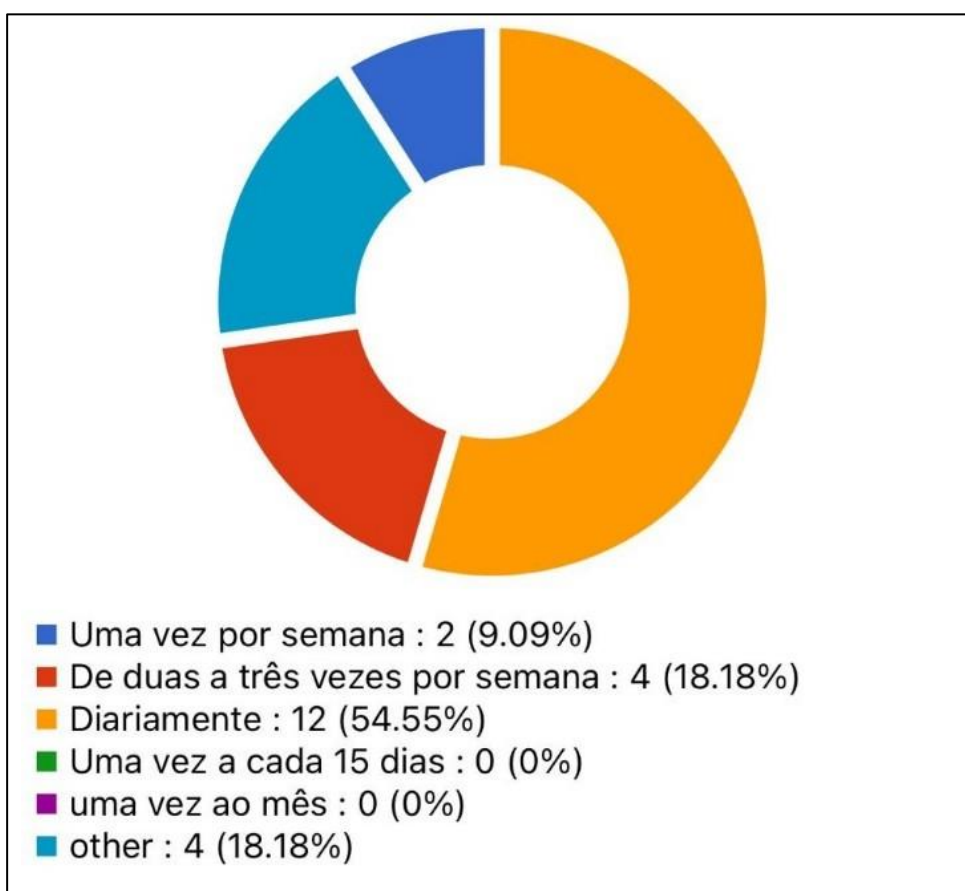
Na figura 33, observamos a frequência com que os parlamentares acompanham as mídias digitais da Alesc. Nela, 12 respondentes, o equivalente a 54,55% daqueles que afirmaram acompanhar as mídias digitais da instituição, as visualizam diariamente. O que demonstra um bom engajamento dos parlamentares com o dia a dia das postagens da instituição.

Em segundo lugar, empatados com quatro respondentes cada (18,18%), ficaram as opções de duas as três vezes por semana. A opção “de duas a três vezes por semana” apresenta um engajamento mediano, porém ainda semanal, com as mídias, enquanto a opção “outros” inclui periodicidades diferentes, inclusive

irregulares de acesso, demonstrando menos comprometimento dessa parcela de parlamentares com o acesso às mídias digitais da instituição.

Em terceiro lugar, ficou a opção de acesso uma vez por mês, com dois respondentes (9,09%), enquanto a opção de acesso quinzenal e mensal não tiveram adesão. Ao analisarmos as respostas a essa questão, observamos que a maioria dos parlamentares tem uma frequência regular de acesso, demonstrando seu nível de interação com os cidadãos a partir dessas plataformas.

Figura 33 – Frequência de visitas às mídias digitais da Alesc



Fonte: elaborado pela autora no Google Forms

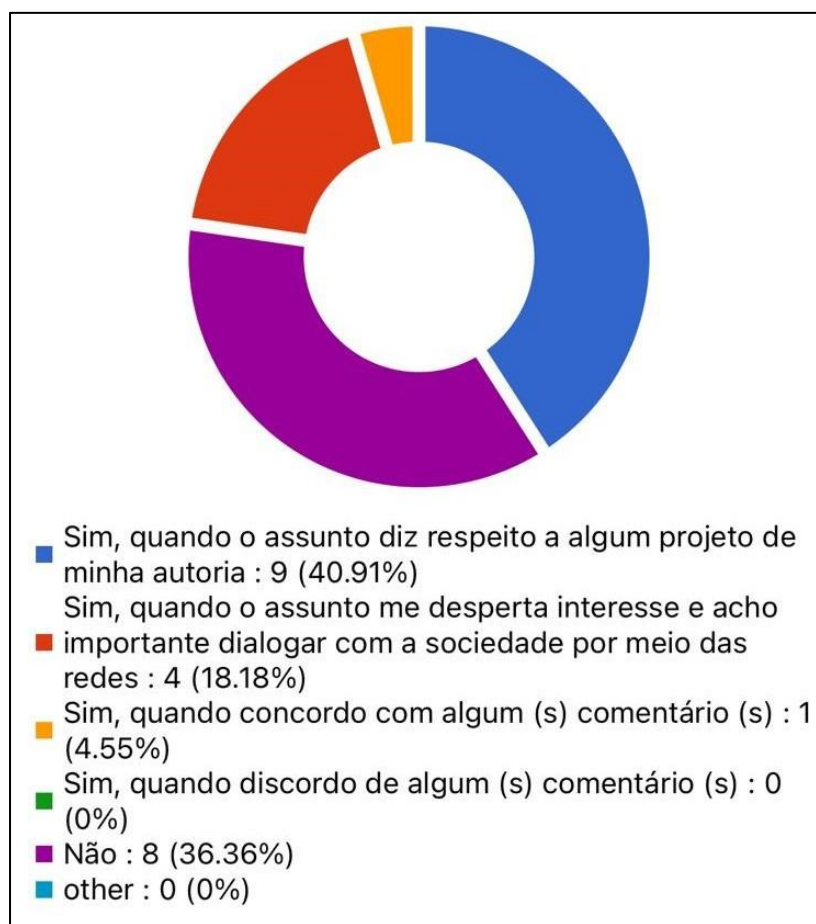
Na sequência dos dados apresentados pelas figuras 32 e 33, a figura 34 trata da resposta dada pelos parlamentares aos comentários de usuários/seguidores e/ou posts da instituição, nos casos em que acessam as plataformas.

A maioria dos respondentes, 9 (40,91%), afirmou responder ou comentar apenas quando o assunto diz respeito a algum projeto de sua autoria, o que demonstra envolvimento com a população de um ponto de vista bem pessoal. Pois

somente se pronunciavam sobre temas relativos a projetos defendidos ou propostos por seus gabinetes, mas não por temáticas que tangem potencialmente a todos.

Em segundo lugar, 8 respondentes (36,36%) afirmaram simplesmente não comentar, o que pode ser avaliado como uma possível inabilidade de lidar com o ambiente digital ou por não considerarem que este seja um espaço interessante de debate. Em terceiro lugar, aparecem quatro (18,18%) respondentes afirmando comentar quando o assunto os desperta o interesse, e que acreditam na importância de dialogar com a sociedade por meio das mídias digitais. Essa resposta conecta-se a uma proposta de participação e compartilhamento, próprios da comunicação pública, de acordo com a literatura apresentada anteriormente.

Figura 34 – Respostas a comentários em posts da Alesc



Fonte: elaborado pela autora no Google Forms



Apenas um respondente (4,55%) afirmou dialogar apenas quando concorda com algum comentário. Pode-se interpretar essa informação como uma preservação do parlamentar por sua imagem, agindo de maneira considerada segura por ele ou ela. Nenhum respondente optou pelo item “outros”.

Na figura 35, são apresentadas as respostas à pergunta “Já pensou em propor algum Projeto de Lei, Audiência Pública ou Fórum Parlamentar a partir de ideias ou resultados do engajamento provocado nas redes sociais (comentários, curtidas, críticas, sugestões)?”. A maioria dos respondentes, um total de 14 (63,64%), afirmou que sim, enquanto 7 (31,82%) apontaram que não. Apenas um respondente selecionou a opção “outros”. O compromisso de engajamento de mais de dois terços da amostra com o ato de pensar em levar ao parlamento assuntos ou debates surgidos nas mídias digitais, que emergem do diálogo direto com o cidadão, denota que os parlamentares estão atentos e tendem a entender a importância dessa comunicação direta, embora anteriormente tenham demonstrado certo receio de interagir por meio dessas mídias com a população.

Em relação a esse tema, o deputado 4, conforme demonstra o quadro 2, afirma que:

*A CPI do Aborto foi uma resposta ao grande engajamento da população cobrando uma ação do Poder Legislativo quanto ao caso analisado. Muitas de nossas iniciativas começaram nessa comunicação com os cidadãos através das redes sociais, mas esse é o episódio mais notório. Graças à participação direta dos cidadãos através das redes, que reuniram mais de 120 mil manifestações em uma petição pública, conseguimos a abertura do processo em menos de 24 horas.*

O deputado 8 comenta que já apresentou “propostas de leis e frentes em defesa do autismo”, enquanto o deputado 9 afirma que foi realizada “a instalação de faixas exclusivas para motocicletas em rodovias estaduais, por meio de Projeto de Lei”, tudo isso a partir do diálogo com a sociedade, por meio das mídias digitais. Nesse sentido, o deputado 17 também afirma que:

*Muitas ações do nosso mandato já foram desencadeadas por causa de mensagens que chegam pelas redes sociais. Às vezes, recebemos*

*mais de uma pessoa falando do mesmo tema e vemos o tamanho da relevância. Às vezes, são pessoas diferentes falando de temas correlatos, daí fazemos as conexões e visualizamos a questão.*

O deputado 18 observa que “a participação dos cidadãos, em qualquer plataforma, é valiosa e deve ser considerada desta forma. Isso vale para proposições, críticas, sugestões e elogios.” Já o deputado 20 reflete:

*As redes sociais são formadas pelas opiniões de parte da nossa sociedade. Portanto, uma mobilização nas redes sociais deve ser notada e analisada, assim como uma mobilização nas ruas ou na Assembleia Legislativa. A partir desses movimentos, conseguimos entender alguns anseios da sociedade que podem ser importantes para a criação de novos projetos de lei, por exemplo.*

Os depoimentos denotam uma (possível) potência da interação nas mídias digitais e seus efeitos, inclusive sobre temas que repercutem em debates propostos em plenário, audiências públicas, reuniões de comissão, etc.

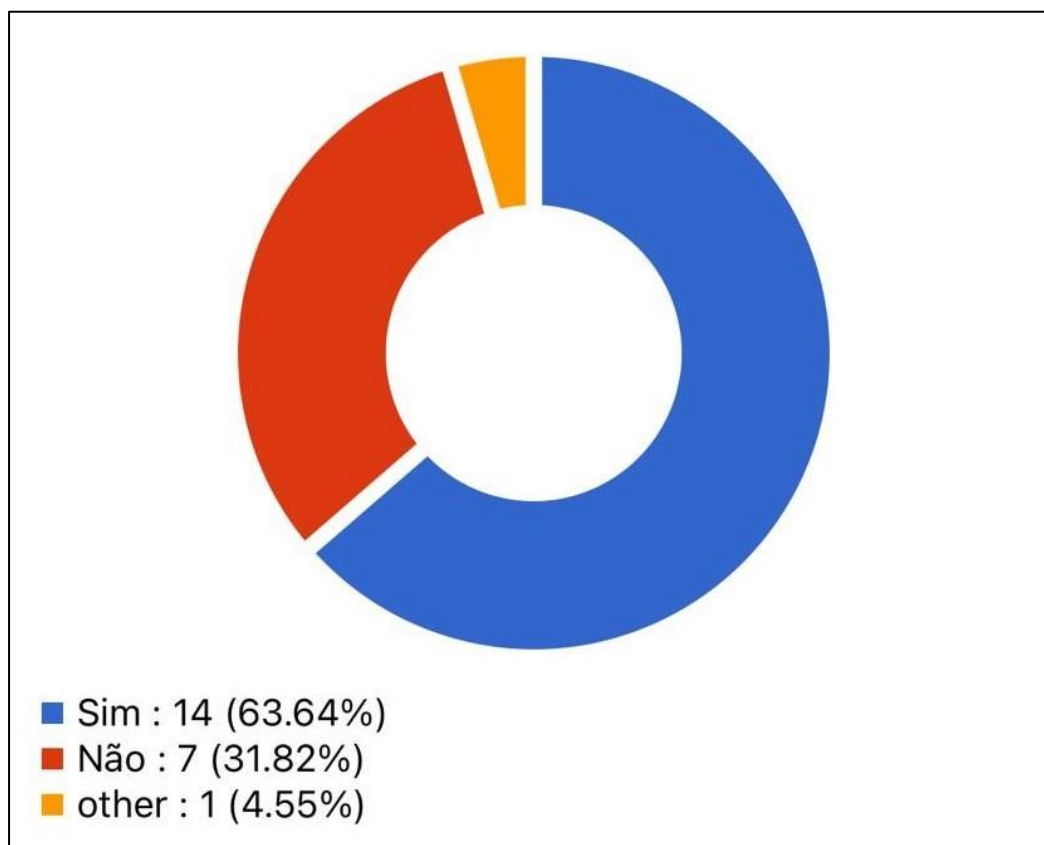
Ainda ao observarmos as respostas contidas na figura 35, é possível costurar algumas proposições enviadas pelos deputados em questionário aberto que constam do quadro 2, com a questão “O que pode ser feito para que as plataformas de redes sociais, como espaços de comunicação, favoreçam o debate público e a participação política da sociedade?”.

A educação como base para uma participação eficaz por meio das mídias digitais e a conscientização sobre seus usos são destacados na fala do deputado 2: “Tudo será utopia, se não tivermos uma população com uma efetiva educação. Hoje as análises são rasas e os virais são efêmeros. Haja vista que em 2023 ainda somos o país do Big brother, lacração e baixarias nas redes”.

O deputado 7, acredita na importância de treinamento e aproximação dos parlamentares e seus gabinetes com as mídias digitais institucionais. “Deve-se fazer um trabalho de conscientização aos parlamentares, seus gabinetes e seus assessores para que utilizem essas plataformas como uma das principais ferramentas de comunicação e interação com as pessoas”.

Outros deputados apontam para a importância da regulação das plataformas, o monitoramento e a transparência para o diálogo com a população, como o deputado 13. “Acredito que possa adotar algumas medidas, como transparência nas políticas de moderação, combate à desinformação e promoção de diálogos construtivos”. O deputado 15 aponta para a utilização de “mecanismos de controle para evitar disseminação de fake News”, e o deputado 17 declara que “a regulação das redes sociais precisa ser feita no Brasil, de forma que evite abusos, sem comprometer a liberdade de expressão”. Já o deputado 20 postula a necessidade de “ter um bom monitoramento de comentários e de publicações, evitando que se tornem espaços que favoreçam discursos de ódio e mensagens falsas”; ao passo que o deputado 19 acredita que o pressuposto seria “mediar, pois sem moderação não haverá diálogo”.

Figura 35 – Proposição a partir de comentários nas mídias digitais da Alesc



Fonte: elaborado pela autora no Google Forms

A figura 36 apresenta as respostas à questão “Já retirou algum projeto de pauta ou de tramitação, ou deixou de apresentar um projeto por conta de engajamento negativo?”.

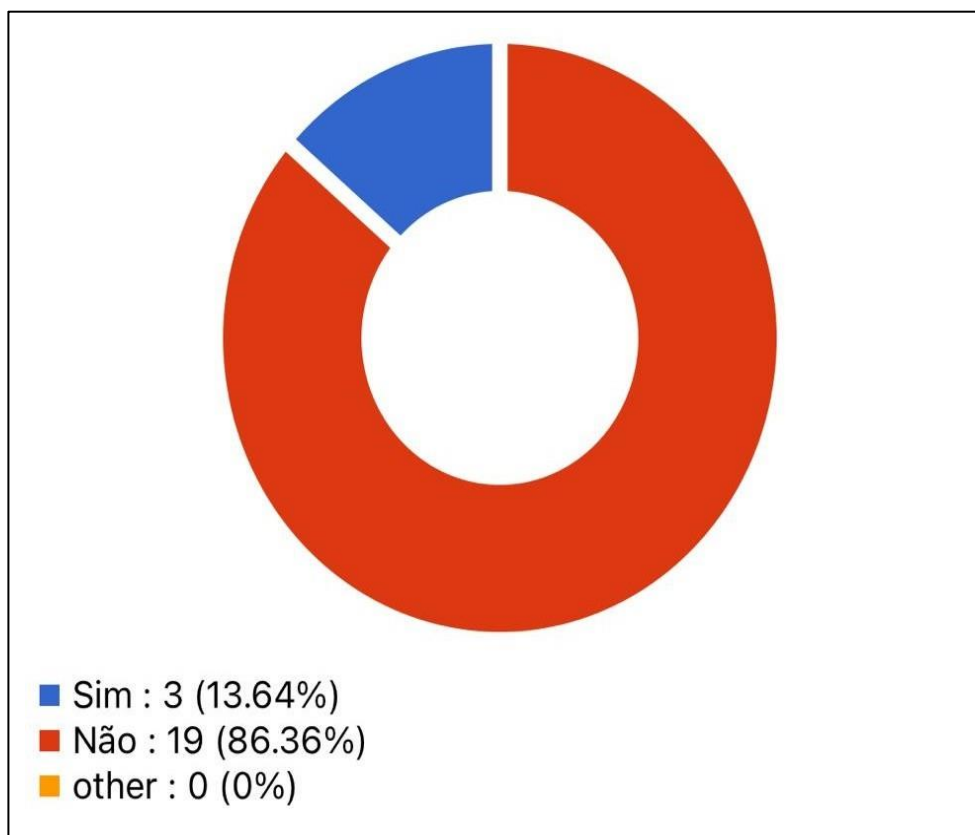
A maioria dos respondentes, 19 (86,36%), afirmou não o ter feito, enquanto 3 (13,64%) afirmaram que sim. A maioria das respostas mostra que, embora os parlamentares tendam a acompanhar as mídias digitais da Alesc e a interagir, de maneira comedida – embora alguns tenham feito proposições a partir das mídias digitais – o contrário não se observa. As mídias digitais, nesse contexto, não pautam a retirada de assuntos discutidos na Casa ou mesmo a não apresentação.

Ainda assim, uma pequena parcela afirma já o ter feito, levando a entender que essa voz da população, por meio das mídias digitais ecoa, ainda que de forma incipiente. Embora estejam envolvidos com as temáticas e práticas das plataformas, ainda não se observa a representatividade dessas interações no âmbito público, diante da opinião pública, quando da não apresentação ou retirada de projetos da pauta em função dos posicionamentos dos cidadãos nas mídias digitais da instituição.

O deputado 22, (no quadro 2 do epílogo), coloca esse olhar de maneira sucinta. “Quando a pressão é muito negativa, não vale a pena manter a tramitação. Já protocolei projetos de Leis a pedido das redes.” Já o deputado 6, apresenta um posicionamento contrário, com seu depoimento:

*As redes sociais são canais de conexão com a comunidade, e fonte de informação. Por isso, essas informações são relevantes e devem ser consideradas. Mas não tivemos experiência do âmbito de tirar uma posição, já que temos uma linha e base forte de princípios a seguir.*

Figura 36 - retirada ou não apresentação de projetos por conta da opinião pública nas mídias digitais da Alesc



Fonte: elaborado pela autora no Google Forms

O quadro 3 propõe (epílogo), ainda, a reflexão sobre a existência de outras possíveis formas mais eficazes de comunicação entre legislativo e sociedade. Alguns deputados apontam as mídias tradicionais, como rádio e televisão. O deputado 5, por exemplo, entende que “o rádio está no mesmo patamar da rede social em eficácia”. O deputado 7 acredita que “a comunicação via rádio FM e AM, (não mais disponível) possa somar, não melhorar”. Já o deputado 19, acha que as mídias digitais, com sua formação de bolhas, não são a melhor forma de comunicação. “A mídia tradicional, (para) fugir um pouco da bolha, pois parece que a vida é só isso hoje em dia”.

O deputado 10 acredita na eficácia dos meios tradicionais, em conjunto com as mídias digitais.

*Os meios mais tradicionais de comunicação, como a televisão e o rádio, também são importantes e devem dispor de estratégias para alcançar mais cidadãos. A TVAL faz uma cobertura bem completa*

*das atividades desenvolvidas no Parlamento. As inserções nas rádios são estratégicas, sobretudo, para levar as informações para o interior de Santa Catarina. Cada meio de comunicação, com sua peculiaridade e potencial, é fundamental para fazer essa interlocução da Assembleia Legislativa com a sociedade catarinense.*

Alguns parlamentares apontam para a importância do uso de vários meios de comunicação, de maneira concomitante, incluindo as interações na internet, como o deputado 6. Segundo ele, é importante usar todos os canais de forma estratégica. Também para o deputado 16, “a comunicação tem que ser feita ao todo. Internet, meios de comunicação impressos, rádio e TV. Somente dessa forma, atingimos todas as pessoas”. E o deputado 18, quando reflete que “todos os canais de comunicação são válidos e importantes, cada qual com sua especificidade. São complementares e devem ser utilizados desta forma, adaptando conteúdo e formato conforme o público receptor e a plataforma de envio.”

Há ainda os que apontam a interação direta com os cidadãos, como o deputado 1, como a melhor forma de comunicação. “Acredito que a conversa de forma direta ainda é um meio de comunicação bastante eficaz para a troca de ideias e demandas de cada município ou região”.

O deputado 11 compartilha da mesma opinião. “O perfil do meu eleitor, na minha região do Alto Vale, o corpo a corpo funciona melhor”.

Alguns parlamentares entendem que não há melhor forma de diálogo com os cidadãos do que pelas mídias digitais, como afirma o deputado 9. “Hoje, o caminho mais curto é esse. Por meio das mídias digitais é que o cidadão tem a sensação de estar mais perto do ‘poder’”. Também favorável ao diálogo pelas mídias digitais, o deputado 15 afirma que “a internet é excelente para isso”.

O deputado 21 reflete que “o on-line cresceu muito, o meio digital favorece essa participação da população. Talvez campanhas mais efetivas que influenciem e deixem o cidadão mais integrado sobre os assuntos que possam o favorecer (deveriam ser feitas)”.

Na mesma linha, o deputado 22 também entende que “hoje as redes (mídias digitais) são fortes, pois estão na palma da mão e em todos os lugares onde as pessoas estão”.

Há, por fim, menções a outros meios de interação, por parte da Alesc para interlocução com a população, como o deputado 13, que menciona “o projeto ‘Gabinete Itinerante’, onde vamos as ruas ouvir as pessoas e prestar ajuda, seja jurídica, social etc.”. Uma forma não tecnológica de contato efetivo, como já mencionaram outros parlamentares sobre a interação presencial.

Com base na análise das respostas dos 22 deputados presentes nos quadros e nas figuras apresentados, entendemos existir uma inclinação para a observância dos fenômenos que se dão nas mídias digitais da Alesc, sobretudo às reações da sociedade aos temas mais sensíveis em debate. Mas também é possível observar que muitos dos parlamentares ainda têm uma postura conservadora em relação aos meios digitais para diálogo com a população. Alguns adotando uma postura, que se apresenta como reativa ou de interesse pessoal em relação à interação – somente quando suas propostas ou eles próprios são mencionados há uma interação, por exemplo.

Diante do que foi apresentado, podemos inferir, de forma geral, que existe uma atenção dos parlamentares para a troca, o diálogo e a construção de vínculos com a sociedade, por meio das mídias digitais. Alguns demonstram preocupação com o fenômeno da polarização, típica das bolhas formadas pela atuação dos algoritmos, nas plataformas de mídias digitais. O que enfraquece o debate e impede reflexões mais aprofundadas sobre assuntos de interesse geral.

Há, em sua maioria, no entanto, a crença na potencialidade de utilização das mídias digitais para o avanço do espaço democrático, e como contribuição para seus posicionamentos e aperfeiçoamento de projetos discutidos nas comissões e no plenário.

## **Algumas considerações finais**

As incessantes e intensas mudanças culturais nos obrigam a repensar constantemente a relação entre a democracia digital e o exercício pleno da cidadania. As mídias digitais tendem a ocupar, com o passar do tempo, um papel ainda mais relevante do que o apresentado atualmente. Ainda que se vislumbrem mudanças, as atualizações são constantes e rápidas. As tecnologias e as novas linguagens advindas delas surgem em ritmo frenético. As especulações sobre usos, prejuízos e ganhos advindos das tecnologias de comunicação e informação, e as pesquisas sobre o tema têm um percurso longo e sem volta a percorrer. Diante desse universo de possibilidades, no entanto, um ingrediente não pode faltar: a necessidade de inclusão daqueles que ainda não estão presentes nessa ágora digital.

A comunicação digital da Alesc, embora tenha tido algum avanço nos últimos anos – no que se refere à transparência, à facilidade de acesso às informações de interesse público, ao acompanhamento dos processos decisórios – ainda tem, também, um longo e incerto caminho a ser pensado e percorrido. O diálogo entre a sociedade catarinense e o seu parlamento já deu seus primeiros passos. Alguns projetos de lei surgiram para estreitar, ainda que timidamente, a troca entre representados e seus representantes.

Contudo, provavelmente as plataformas digitais construídas pelas Big Techs, baseadas em critérios de vigilância e de consumo, ao serem incorporadas por instituições legislativas, não atendam às necessidades de construção de uma sociedade e de um Estado verdadeiramente democráticos. É preciso pensar coletivamente em alternativas. A parcela da população que participa nas mídias digitais da Alesc ainda é reduzida, salvo em temas extremamente polêmicos, remontando ao longínquo modelo de participação política da Grécia Antiga.

Atender às particularidades da comunicação pública no contexto da comunicação digital demanda formas complexas de análise, de entendimento de tudo o que envolve o corpo social, relativo às suas crenças, valores, ideologias, identificações, representações. Além dos esforços envolvidos numa comunicação que busca envolver o cidadão nas decisões que afetam diretamente no seu cotidiano, colocá-lo como protagonista da história e dessas decisões é um desafio



que ultrapassa as estratégias da comunicação mercadológica. Na comunicação pública não se vende apenas um produto ou serviço. A comunicação pública visa ao bem comum, à construção de uma sociedade mais participativa e consciente do seu papel na manutenção da democracia.

Pensar sobre as estratégias envolvidas nesse tipo de comunicação, sobre as necessidades individuais e coletivas dos cidadãos é ter como foco a responsabilidade não apenas de informar, mas de colocar as demandas da população em evidência. Como acolher essas demandas num ambiente digital é o desafio. Um ambiente que proporciona interação, mas que aponta o tanto de desconhecimento sobre como operar nele mesmo. Onde os usuários ainda não têm um completo domínio sobre o seu funcionamento, sua linguagem, suas formas de funcionar e suas potencialidades.

Percebemos que a comunicação, em seu sentido mais amplo, não pode ser unidirecional para funcionar de forma eficaz e responsável. A comunicação pública tem um papel ainda mais fundamental em relação ao diálogo com a sociedade. Apresentar a missão, o funcionamento, as atribuições e as características mais específicas do trabalho legislativo, tem como demanda maior envolver a sociedade em seu contexto.

Levar entendimento sobre as ações do parlamento e mostrar o quanto essas ações afetam diretamente a vida das pessoas, ultrapassa o informar e a prestação de contas. O dialogismo que se espera nas trocas comunicativas de uma instituição pública, encontra-se na porosidade da linguagem e não se reduz à dinâmica de comentários por parte do público nas plataformas de mídias digitais. É um “entre”, pois pressupõe troca comunicativa, construção de vínculos, acolhimento do que vem de fora dos muros institucionais.

A autoridade da informação nas mídias digitais se perde na própria dinâmica de funcionamento das plataformas. A comunicação aqui se dá entre iguais. De um lado a instituição, do outro o cidadão. Diante dessa configuração, o grande desafio é refletir sobre a linguagem e seus usos em torno dessa comunicação. A apropriação de *trends*, por exemplo, seria uma forma adequada de comunicação pública?

É preciso refletir sobre a repetição e incorporação de modelos mercadológicos, que servem ao propósito da venda e não à criação de vínculos de

qualidade com a população. A comunicação pública parlamentar não serve para vender um produto ou serviço. Ela serve, literalmente, à sociedade, ao que de mais necessário as pessoas precisam para sobreviver e para viver de forma sustentável.

Educar para um letramento político, um letramento digital e um letramento cidadão deve ser, no nosso entendimento, a partir dessa pesquisa, o objetivo maior de uma comunicação pública cidadã e democrática. O planejamento e a elaboração de estratégias de linguagem precisa ser feito de forma a contextualizar a informação para que a participação não aconteça apenas por meio de comentários e enquetes fechadas que, nas dinâmicas das plataformas digitais, potencializam ainda mais os discursos polarizados. De acordo com Martina Chapman (2017), a educação digital, deve ser o começo do enfrentamento que os desafios tecnológicos impõem a todos nós.

As pessoas formam opiniões e crenças por razões complexas e melhor equipar os cidadãos com habilidades cognitivas para analisar os conteúdos e contextos não significa que eles o farão em todos os momentos ou que razões cognitivas podem vencer valores morais e sócio-emocionais. Portanto, auxiliar as pessoas a desenvolver uma formação crítica para as mídias não deve ser uma panaceia contra todas as doenças digitais, mas deve ser a primeira defesa (Chapman, 2017, apud Santaella, 2019, p. 26).

É crucial acreditarmos na possibilidade de que a resolução dos conflitos, presentes em qualquer sociedade democrática, possam acontecer pacificamente, que os discursos de ódio percam o vigor e que situações dialógicas passem a prevalecer.

Os conteúdos advindos de pautas polêmicas surgidas no parlamento são os que mais repercutem e engajam nas mídias digitais afirmando a vocação dessas mídias para a polarização. Pensar em comunicação pública nos obriga a refletir sobre a criação de outros modos de operar nesses meios digitais. Incentivar a participação do público por meio de enquetes, pesquisas ou solicitação de comentários em projetos de lei são possibilidades de troca (links dos projetos de lei precisam estar disponibilizados nas publicações). A linguagem deve convidar à interação e ao diálogo construtivo.

Colocar a população em diálogo precisa extrapolar perguntas sobre ser a favor ou contra determinada proposição. O dialógico estaria em acionar que essa pergunta não está no público, não está nos parlamentares, não está na Casa, mas em como construir uma polifonia que é existente dentro da própria construção de postagem. Ser polifônico é não se manter neutro na construção, assumir vozes que juntas nos posicionam no interior do discurso primeiro, que é o da postagem principal em nome do “meio”, as redes sociais da Alesc. Isso só pode ser construído com contextualização.

Como as postagens se conformam nas pautas identitárias, se apresentando não como instância doadora para outros comentários que, no fim, também não são comentários, mas instâncias doadoras em eco, em repetição estéril é uma das maiores reflexões que se coloca ao final desta pesquisa. Mais do que qualquer proposição que impacte diretamente a vida do cidadão, como saúde, meio ambiente, direito ao espaço urbano, educação, entre tantas outras imprescindíveis para a qualidade de vida, as pautas identitárias ecoam discursos ideológicos e crenças. Elaborar conteúdos e linguagens que diminuam esses ecos e possam efetivamente informar, ou mesmo educar a população é, talvez, o maior desafio da comunicação pública digital.

Pensar em outros canais, como aplicativos e formatos participativos digitais que acolham, de formas mais eficazes, os anseios e as necessidades da sociedade e resultem em propostas concretas são também reflexões que deixamos. A eficácia da comunicação pública, de acordo com as referências pesquisadas, se dá por meio de um percurso complexo, que inicia com os dados (registro da realidade), passa pela informação, pela comunicação e pela participação, resultando em compartilhamento, criação de vínculos dialógicos, de trocas efetivas. Esse é nosso desejo. Uma comunicação de via dupla. Que ultrapasse o dialogismo proposto pelo teórico da linguagem Mikhail Bahktin, quando coloca que em toda comunicação há diálogo, mas que exista um dialogismo para além da autoria algorítmica das plataformas, que extrapole o regime de lucros endereçados as big techs.

Como pensar protesto e tensão política num ambiente em que esses comentários e interações são registrados individualmente e não coletivizados como

ação de grupo? Pensar em dispositivos coletivos, na proposição da criação de perfis coletivos de participação nas plataformas da Alesc é, também, uma reflexão que deixamos aqui.

A pró-atividade estatal na disseminação de informações de interesse geral ou na instauração de processos de comunicação deve constituir parte ou a totalidade das garantias de direitos no quadro institucional de Estado democrático.

Em nenhuma democracia a liberdade de expressão foi absoluta. Na atualidade, quando a informação flui com muito mais volume e intensidade do que em qualquer outra época, é premente elaborar novas estratégias e regulações sobre como será a navegação nesse mar tormentoso caracterizado pelo excesso de desinformação, que vem testando de forma cada vez mais agressiva os limites da governança democrática. É imprescindível o uso de alguns instrumentos que permitam uma navegação mais segura.

Esta pesquisa reflete sobre os novos rumos da comunicação pública no contexto digital e buscou compreender por meio das marcas deixadas nos textos – tanto os veiculados nas mídias digitais da Alesc, quanto os dos comentários de usuários dessas redes –, dos discursos que circulam nessas plataformas, a importância de operar com responsabilidade e de acolher a resposta dos cidadãos, de construir uma comunicação solidária.

As inquietações, curiosidades e investigações sobre o tema não terminam aqui. Muito ainda há de ser feito e pesquisado. A comunicação por si só é dinâmica, fluida, aberta, interagente com e dependente dos meios e técnicas apresentados em cada época e lugar. Nosso intuito é o de deixar reflexões para desenvolvimentos futuros, para pensar na importância da comunicação pública em contexto digital como forma de busca e aperfeiçoamento de conexões mais sólidas com a sociedade.

## REFERÊNCIAS

ACAERT. **Com divulgação em redes sociais, Assembleia inova na comunicação e se aproxima dos catarinenses.** 19 de abril de 2016. Disponível em: <https://acaert.com.br/noticia/28526/com-divulgacao-em-redes-sociais-assembleia-inova-na-comunicacao-e-se-aproxima-dos-catarinenses>. Acesso em: 15 jul. 2022.

ACCOTO, C. **O mundo dado:** cinco breves lições de filosofia digital; prefácio de Alex Petland; tradução Eliete da Silva Pereira. São Paulo: Paulus, 2020.

AGÊNCIA AL. **2a fase da consolidação das leis estaduais deve ser votada até o fim do ano.** 24 de agosto de 2016. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/segunda-fase-da-consolidacao-das-leis-estaduais-deve-ser-votada-ate-o-fim](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/segunda-fase-da-consolidacao-das-leis-estaduais-deve-ser-votada-ate-o-fim). Acesso em: 23 set. 2022.

AGÊNCIA AL. **Agência AL está no ar: agenciaal.alesc.sc.gov.br. 1ª de novembro de 2012.** Disponível em: [http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/agenciaal-esta-no-ar-agenciaal.alesc.sc.gov.br1](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/agenciaal-esta-no-ar-agenciaal.alesc.sc.gov.br1) Acesso em: 14 nov. 2022.

AGÊNCIA AL. **Alesc muda regimento para assegurar participação social na elaboração de leis.** 18 de dezembro de 2015. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/alesc-muda-regimento-para-assegurar-participacao-social-na-elaboracao-de](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/alesc-muda-regimento-para-assegurar-participacao-social-na-elaboracao-de). Acesso em: 12 fev. 2022.

AGÊNCIA AL. **Associação prioriza sinal aberto para as emissoras de TV legislativas.** 23 de maio de 2013. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/associacao-prioriza-sinal-aberto-para-as-emissoras-de-tv-legislativas](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/associacao-prioriza-sinal-aberto-para-as-emissoras-de-tv-legislativas). Acesso em: 2 mar. 2022.

AGÊNCIA AL. **Guerra do Contestado é o destaque do mês na Revista AL.** 11 out. 2012. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/guerra-do-contestado-e-o-destaque-do-mes-na-revista-al#:~:text=A%20edição%20de%20outubro%20da,no%20pa%C3%ADs%20no%20s%C3%A9culo%20XX](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/guerra-do-contestado-e-o-destaque-do-mes-na-revista-al#:~:text=A%20edição%20de%20outubro%20da,no%20pa%C3%ADs%20no%20s%C3%A9culo%20XX). Acesso em: 9 set. 2022.

AGÊNCIA AL. **Mídias sociais atraem Geração Z para a política.** In G1 SC. Informe Publicitário. 29 de abril de 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/sc/santa-catarina/especial-publicitario/assembleia-legislativa-de-santa-catarina/noticia/2016/04/midias-sociais-atraem-geracao-z-para-politica.html>. Acesso em: 15 mar. 2022.

AGÊNCIA AL. **Novo regimento prevê inversão do trâmite dos projetos e a abertura da tribuna. 9 de setembro de 2015.** Disponível em:

[http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/alesc-muda-regimento-paraassegurar-participacao-social-na-elaboracao-de](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/alesc-muda-regimento-paraassegurar-participacao-social-na-elaboracao-de). Acesso em: 9 out. 2022.

AGÊNCIA AL. **Parceria prevê divulgação das atividades parlamentares em emissoras de rádio de SC**. 6 de outubro de 2015. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/parceria-preve-divulgacao-das-atividades-parlamentares-em-emissoras-de-rad](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/parceria-preve-divulgacao-das-atividades-parlamentares-em-emissoras-de-rad). Acesso em: 7 fev. 2022.

AGÊNCIA AL. **Sinal da Rádio AL será transmitido via FM na Grande Florianópolis**. 8 de março de 2016. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/sala\\_imprensa\\_single/sinal-da-radio-al-sera-transmitido-via-fm-na-grande-florianopolis](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/sala_imprensa_single/sinal-da-radio-al-sera-transmitido-via-fm-na-grande-florianopolis). Acesso em: 7 fev. 2022.

AGÊNCIA AL. **TVAL completa 16 anos de olho na ampliação do jornalismo**. 23 de outubro de 2015. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/tval-completa-16-anos-de-olho-na-ampliacao-do-jornalismo](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/tval-completa-16-anos-de-olho-na-ampliacao-do-jornalismo). Acesso em: 2 fev. 2021.

AGÊNCIA AL. **TVAL inicia transmissão em sinal aberto; Assembleia terá rádio FM em 2014**. 11 de novembro de 2013. Disponível em: [https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia\\_single/tval-inicia-transmissao-em-sinal-aberto-assembleia-tera-radio-fm-em-2014](https://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/noticia_single/tval-inicia-transmissao-em-sinal-aberto-assembleia-tera-radio-fm-em-2014). Acesso em: 11 out. 2022.

ALESC. **Portal da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**. 2016. Disponível em: [http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/sobre](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sobre). Acesso em: 5 jun. 2022.

ALESC. **Regimento Interno**. Florianópolis, 2016. Disponível em: [http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/sites/default/files/Regimento\\_15\\_02\\_2016\\_0.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/Regimento_15_02_2016_0.pdf). Acesso em: 23 set. 2022.

ALESC. **Relatório Anual da Mesa Diretora 2000**. ALESC: Santa Catarina, 2000.

ALESC. **Relatório Anual do Poder Legislativo**. ALESC: Santa Catarina, 2003.

ALESC. **Relatório da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa**. ALESC: Santa Catarina, 1997.

ALESC. **Relatório redes sociais Alesc**. Portal transparência, 2020. Disponível em: <https://transparencia.alesc.sc.gov.br/administrativo.php>. Acesso: 10 ago. 2021.

ALESC. **Resolução nº 001, de 2016. ALESC: Santa Catarina, 2006**. Disponível em: [http://leis.alesc.sc.gov.br/html/Resolucao/2006/RES\\_001\\_2006.pdf](http://leis.alesc.sc.gov.br/html/Resolucao/2006/RES_001_2006.pdf). Acesso em: 12 jul. 2022.

AMARAL, R. A. D. Considerações sobre a violência pela ótica de Johan Galtung: alguns aspectos do terrorismo e o advento da intolerância. *In: Cadernos de*

**Campo**. Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras. Vol. 1, n.1. Araraquara: Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, 1994.

ARENDDT, Hannah. **O que é política?** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.

ARENDDT, Hannah. Verdade e Política. *In: Entre o passado e o futuro*. 2. ed. São Paulo: Perspectiva, 1979.

AVRITZER, Leonardo. Teoria democrática, esfera pública e participação local. *In: Sociologias*. Ano 1, n. 2, jul./dez. de 1999. p 18-43. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/6925/4198> Acesso: 12 jun. 2023.

BAKHTIN, Mikhail. **Estética da criação verbal**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. 5. ed. Tradução direta do russo, notas e prefácio: Paulo Bezerra. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

BAKHTIN, Mikhail. **Problemas da poética de Dostoiévski**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1981.

BARBOSA, M. C. “**Comunicação: a ciência do século XXI**”. *In: Matrizes*, v. 9, n. 1. São Paulo, ECA/USP, p. 267-271, 2015. Disponível em:

BARENDDT, Eric. *Freedom of speech*. Oxford: Oxford University, 2009.

BARGER, Christopher. **O estrategista em mídias sociais**. São Paulo: DVS Editora, 2013.

BARREDO, Daniel. **Medios digitales, participación y opinión pública**. Tirant Lo Blanch, 2021

BARROS, Antonio Teixeira de Barros; MENEGUIN, Ana Marusia Pinheiro Lima; BARROS, Antônio Teixeira de; BERNARDES, Cristiane Brum. Comunicação pública e liberdade de informação: condições básicas para as mídias legislativas. *In: Anais do IV Encontro da Compolítica – Associação Brasileira de Pesquisadores em Comunicação e Política*. Rio de Janeiro: Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2011.

BEIGUELMAN, G. **Políticas da imagem: Vigilância e resistência na dadosfera**. São Paulo: Ubu Editora, 2021.

BERNARDES, Cristiane Brum. Engajamento público e o uso institucional do Facebook nas Assembleias Legislativas da Região Sudeste. *In: Revista de Sociologia e Política*, v. 28, n. 76, e003, 2020. DOI10.1590/1678-987320287603. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/81804> Acesso em: 11 jun. 2023.

BERNARDES, Cristiane Brum. LESTON-BANDEIRA, C. Information vs Engagement in parliamentary websites – a case study of Brazil and the UK. *In: Revista de Sociologia e Política*, 2016. DOI 10.1590/1678-987316245905

BERNARDES, Cristiane Brum; MARTINS, Lúcio Meireles; RODRIGUES, Malena Rehbein. Interatividade, visibilidade e transparência: estratégias da Câmara dos Deputados para aperfeiçoamento da democracia. **Câmara dos Deputados - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento** - Programa de Pós-Graduação. Brasília-DF, 2012.

BEZERRA, Heloisa Dias; JORGE, Vladimir Lombardo. Boa governança via web: o Brasil caminha a passos lentos. *In: ROTHBERG, Danilo (Org). Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo*. 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

BOBBIO, Norberto. **Direito e Estado no pensamento de Kant**. Brasília: UNB, 1984.

BOBBIO, Norberto. **O futuro da democracia**. Tradução de Marco Aurélio Nogueira. 7. ed. rev. ampl. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

BOBBIO, Norberto; BOVERO, M. **Sociedade e estado na filosofia política moderna**. 4ª. Edição, 1ª. reimpressão. São Paulo: Brasiliense, 1996.

BORGES, Alice Gonzalez. Interesse público: um conceito a determinar. **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro: 205: 109-116, jul./set. 1996. p. 114. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rda/article/view/46803/46180>. Acesso em: 15 dez. 2022.

BOURDIEU, Pierre. **Sobre a televisão**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

BOURDIEU, Pierre. **A distinção: crítica social do julgamento**. São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O senso prático**. Petrópolis: Vozes, 2009.

BRANDÃO, E. P. Conceito de comunicação pública, in DUARTE, Jorge (Org). *In: Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRANDÃO, Elizabeth Pazito. Conceito de comunicação pública. *In: DUARTE, Jorge (Org). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

BRANDÃO, Helena Nagamine. Enunciação e construção do sentido. *In: FÍGARO, Roseli (Org.). Comunicação e Análise do discurso*. São Paulo: Editora Contexto, 2012.



BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. **Decreto no 592, de 6 de julho de 1992**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/1990-1994/d0592.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm). Acesso em: 7 jan. 2023.

BRASIL. **Lei no 12.323, de 29 de abril de 2010**. Brasília. Disponível em: [http://planalto.gov.br/Ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12232.htm](http://planalto.gov.br/Ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12232.htm). Acesso em: 19 jan. 2022.

BRASIL. **Lei no 12.527, de 18 de novembro de 2011**. Brasília. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm). Acesso em: 21 fev. 2022.

BRESSIANI, Nathalie. “**Redistribuição e reconhecimento – Nancy Fraser entre Jürgen Habermas e Axel Honneth**”. Caderno CRH, Salvador, v. 24, n. 62, pp. 331-352, mai./ago. 2011. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ccrh/v24n62/a07v24n62.pdf>. Acesso em: 28 fev. 2019.

BUCCI, Eugênio. Ciências da Comunicação contra a desinformação. *In: Comunicação & Educação*, v. 27, n. 2, p. 5-19, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/issn.2316-9125.v27i2p5-19>. Acesso em: 17 maio. 2023.

BUCCI, Eugênio. **Existe democracia sem verdade factual?** Barueri: Estação das Letras e Cores, 2019.

BUENO, Wilson da Costa. **Estratégias de comunicação nas mídias sociais**. Barueri: Manole, 2015. BRASIL. Constituição Federal. Brasília, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Constituicao/Constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm). Acesso em: 3 de maio de 2021.

BURKE, Edmund. Discurso aos eleitores de Bristol. *In: Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: v. 20, n. 44, p. 97-101, nov. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/f5xD9YLk868GdBBQj83L64q/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 6 set. 2022.

CALHOUN, Craig. “Introduction: Habermas and the public sphere”. *In: (Ed.) Habermas and the public sphere*. Cambridge; London: MIT Press, 1992, p.1-49.

CAMARGO, B.V.; JUSTO, A.M. **Tutorial para uso do software de análise textual IRAMUTEQ**. Universidade Federal de Santa Catarina [Internet]. 2013. Disponível em: <http://www.iramuteq.org/documentation/fichiers/tutoriel-en-portugais>. Acesso em 25 ago. 2022.

CAMARGO, Mônica Ovinski de. **A conquista da liberdade: aspectos históricos do surgimento do habeas corpus na Inglaterra**. Novos Estudos Jurídicos, Itajaí, v. 9, n. 3, p.595-616, set./dez. 2004.

CAMPOS, Anna Maria. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro: 24(2): 30-50 fev./abr. 1990. p. 31. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/9049/8182>. Acesso em: 11 jan. 2023.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: o longo caminho**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

CARVALHO, Luciana Menezes; RUBLESCKI, Anelise; DA ROCHA BARICHELO, Eugenia Mariano. **Contrato de informação nas mídias sociais digitais: dados externos em postagens de jornais brasileiros no Facebook**. Disponível em: [https://www.academia.edu/29968901/CONTRATO\\_DE\\_INFORMAÇÃO\\_NAS\\_MÍDIAS\\_SOCIAIS\\_DIGITAIS\\_DADOS\\_EXTERNOS\\_EM\\_POSTAGENS\\_DE\\_JORNAIS\\_BRASILEIROS\\_NO\\_FACEBOOK\\_MEDIA\\_INFORMATION\\_CONTRACT\\_ON\\_DIGITAL\\_SOCIAL\\_MEDIA\\_EXTERNAL\\_DATA\\_IN\\_BRAZILIAN\\_NEWSPAPERS\\_POSTS\\_ON\\_FACEBOOK](https://www.academia.edu/29968901/CONTRATO_DE_INFORMAÇÃO_NAS_MÍDIAS_SOCIAIS_DIGITAIS_DADOS_EXTERNOS_EM_POSTAGENS_DE_JORNAIS_BRASILEIROS_NO_FACEBOOK_MEDIA_INFORMATION_CONTRACT_ON_DIGITAL_SOCIAL_MEDIA_EXTERNAL_DATA_IN_BRAZILIAN_NEWSPAPERS_POSTS_ON_FACEBOOK). Acesso em: 7 jun. 2023.

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, negócios e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

CASTELLS, M.; CARDOSO, G (Orgs). **A sociedade em rede do Conhecimento à ação política**. Imprensa Nacional: Casa da Moeda 2005.

CASTILHO, Alceu Luís. **Os oito princípios da comunicação pública, segundo Gushiken**. Sinprorp, 2015. Disponível em: <http://www.sinprorp.org.br/clipping/2005/145.htm>. Acessado em 13 de novembro de 2021.

CESARINO, L. **O mundo do avesso – verdade e política na era digital**. São Paulo: Ubu, 2022.

CHAIMOVICH, Mariana. A regulamentação do *lobby* e a transparência da democracia na América Latina: tendências, desafios e um modelo para a região. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4950794/mod\\_resource/content/1/A%20regulamentação%20do%20lobby%20e%20a%20transparência.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4950794/mod_resource/content/1/A%20regulamentação%20do%20lobby%20e%20a%20transparência.pdf). Acesso em: 14 fev. 2022.

CHAPARRO, Manuel Carlos. **Sotaques d'aquém e d'além mar: percursos e gêneros do jornalismo português e brasileiro**. São Paulo: Summus, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso Político**. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, Patrick. **Linguagem e discurso: modos de organização**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**. São Paulo: Contexto, 2010.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso político**. São Paulo: Contexto, 2011.

CHARAUDEAU, Patrick. **Discurso das mídias**; tradução Angela M.S. Corrêa. 2.ed., 2ª. Reimpressão. São Paulo: Contexto, 2013.

CHARAUDEAU, Patrick. **A conquista da opinião pública**: como o discurso manipula as escolhas políticas; tradução Angela Corrêa. São Paulo: Contexto, 2020.

CHARAUDEAU, Patrick. **Um modelo sócio-comunicacional do discurso**: entre situação de comunicação e estratégias de individualização. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Um-modelo-socio-comunicacional-do.html>. Acesso em: 23 jun. 2023.

CHARAUDEAU, Patrick; MAINGUENEAU, Dominique. **Dicionário de Análise do Discurso**. São Paulo: Contexto, 2008.

CHAUÍ, Marilena. Considerações sobre a democracia e alguns dos obstáculos à sua concretização. **Instituto Pólis**, São Paulo. Disponível em: [http://www.polis.org.br/seminario/para\\_coloquio\\_polis.htm](http://www.polis.org.br/seminario/para_coloquio_polis.htm). Acesso em: 11 abr. 2022.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à Filosofia**. 13. ed. São Paulo: Ática, 2005.

CHAUÍ, Marilena. **O que é democracia?**. 2016. Disponível em: <[http://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula\\_magn\\_a\\_de\\_marilena\\_chau%C3%ADo\\_que\\_%C3%A9\\_democracia.pdf](http://clnicasdotestemunhosc.weebly.com/uploads/6/0/0/8/60089183/aula_magn_a_de_marilena_chau%C3%ADo_que_%C3%A9_democracia.pdf)>. Acessado em 8 de setembro de 2016, às 18h47.

CHOMSKY, Noam. Consentimento sem consentimento: a teoria e a prática da democracia. **Estudos Avançados**, 11 (29), 1997a.

CHOMSKY, Noam. **Segredos, mentiras e democracia**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1997b.

CINNANTI, Cristina Jacobson Jâcomo. A (des)confiança do cidadão no Poder Legislativo e a qualidade da Democracia no Brasil. In **E-Legis**, no 6, p 84 – 95. Biblioteca Digital Câmara, Brasília: 2011. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/6204>. Acesso em: 11 fev. 2022.

CITELLI, A. Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos. In: **Matrizes**, ano 2, n. 1. São Paulo, ECA/USP, p. 13-30, 2008.

CITELLI, A. Comunicação e linguagem: diálogos, trânsitos e interditos. In: **Matrizes**, ano 2, n.1. São Paulo, ECA/USP, p. 13-30, 2008.

COETZEE, J. M. **Contra la censura: ensayos sobre la pasión por silenciar**. Barcelona: DEBOLSILLO, 2008.

COGGIOLA, Osvaldo. Os inícios das organizações dos trabalhadores. *In: Aurora – Revista do Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da Unesp – Marília*, ano IV, n. 6, ago. 2010, p. 17. Disponível em: <https://doi.org/10.36311/1982-8004.2010.v3n2.1227>. Acesso em: 2 ago. 2022.

COLNAGO, Camila Khroling. Mídias e redes sociais digitais: conceitos e práticas. *In: BUENO, Wilson da Costa. Estratégias de comunicação nas mídias sociais*. Barueri: Manole, 2015. p. 3-22.

COSTA, Cristina. Opinião Pública, comunicação, liberdade de expressão e censura. *In: COSTA, Cristina (Org.). Comunicação, Mídias e Liberdade de Expressão*. São Paulo: Intercom, 2013.

COULDRY, Nick; HEPP, Andreas. **A construção mediada da realidade**. Tradução: Luzia Araújo. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2020.

COURTINE, J-J. **Corpo e discurso**: Uma história de práticas de linguagem. Apresentação e coordenação da tradução Carlos Piovezani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

DECKERT, C. T. A utilidade das mídias sociais digitais pela comunicação pública como forma de engajamento do seu público de interesse. *In: Comunicação&Mercado /UNIGRAN*. Dourados, vol. 03, n. 08, p. 4-15. Jul / dez de 2014.

DI FANTI, M. G. Dialogismo. *In: FLORES, V; BARBISAN, L; FINATTO, M. J; TEIXEIRA, M. (Orgs.). Dicionário de linguística da enunciação*. São Paulo: Contexto, 2009.

DI FELICE, M. **A cidadania digital**: a crise da ideia ocidental de democracia e a participação nas redes digitais. São Paulo: Paulus, 2020.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 23. ed. atual. até a EC n. 62/09. São Paulo: Atlas, 2010.

DIAS, Michelle & IKEDA, Flávia, S.M. Mídias digitais legislativas: tensionamentos no espaço para o exercício da cidadania e para a livre expressão de opiniões e ideias. *In: Intercom*, 2020.

DUARTE, Jorge (Org). **Método e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo/SP, 2010.

DUARTE, Jorge. Entrevista em profundidade. *In: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. Método e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo/SP, 2010a.

DUARTE, Jorge. Instrumentos de comunicação pública. *In: DUARTE, Jorge (Org). Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público*, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012a. p. 59-71.

DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012b.

EL PAÍS. **Twitter perde usuários em 2015**. El País, 11 de fevereiro de 2016. Disponível em: [http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/10/tecnologia/1455141165\\_468656.html](http://brasil.elpais.com/brasil/2016/02/10/tecnologia/1455141165_468656.html). Acesso em: 1º fev. 2022.

ESPEZIN, Rossana Maria Borges. **A Construção da Democracia - Os fatos que marcaram os 175 anos do Parlamento Catarinense, 1834 - 2009**. Santa Catarina, Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 2008.

ESPINDULA, Brenda de Fraga; et al. (Coord.). **Relatório de recomendações para o enfrentamento ao discurso de ódio e ao extremismo no Brasil**. 1. ed. Brasília: Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania, 2003. p.35. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1u9gU06ZWbZaOfqbzcqatqo8yDwWTC1et/view?pli=1>. Acesso em: 10 jul. 2023.

FAIRCLOUGH, Norman. “**Political correctness**’: **The politics of culture and language**”. *Discourse & Society* (v. 14, n. 1). London, Thousand Oaks, CA and New Delhi: SAGE Publications, 2003, pp. 17-28.

FELICE, M; PEREIRA, E; ROZA, E (orgs.). **Net-ativismo**: Redes digitais e novas práticas de participação. Campinas: Papirus, 2017.

FERES JÚNIOR, João; POGREBINSCHI, Thamy. **Teoria política contemporânea**: uma introdução. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

FERRARI, P. **A força da mídia social**: interface e linguagem jornalística no ambiente digital. 2. Ed. São Paulo: Estação das Letras e Cores, 2015.

FILGUEIRAS, Fernando (org.). **Democracia digital: publicidade, instituições e confronto político**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2016. p. 27-54.

FINLEY, Moses I. **Democracia antiga e moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

FINLEY, Moses. I. **Os gregos antigos**. Lisboa (Port.): Edições 70, 1988.

FIORIN, José L. **Linguagem e ideologia**. São Paulo: Ática, 1988.

FONSECA JÚNIOR, Wilson Corrêa. Análise de conteúdo. *In*: BARROS, Antonio; DUARTE, Jorge. **Método e Técnicas de Pesquisa em Comunicação**. São Paulo: Atlas, 2010.

FONSECA, Aline. **Mídias sociais, comunicação pública e cidadania**. Disponível em <http://www.wegov.net.br/midias-sociais-comunicacao-publica-e-cidadania/>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FOUCAULT, Michel. **Arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense – Universitária, 1986.

FRANCISQUINI, Renato. Hannah Arendt e a guerra pela verdade. **Outras Mídias**, São Paulo, 3 jun. 2019. Disponível em: <https://outraspalavras.net/outrasmidias/hanna-arendt-e-a-guerra-pela-verdade/>  
Acesso em: 18 jul. 2023.

FRASER, NANCY; HONNETH, AXEL. **¿Redistribución o reconocimiento?**. Madrid: Morata, 2006.

FRONTEIRAS DO PENSAMENTO. **A web de ontem, a web de amanhã**. 5 de abril de 2016. Disponível em: <http://www.fronteiras.com/artigos/a-web-de-ontem-a-web-de-amanha>. Acesso em: 6 jun, 2021.

G1 SC. **Através da internet, Alesc tenta aproximar a população da política do estado**. Abril de 2016. Disponível em: <http://g1.globo.com/sc/santa-catarina/rbsnoticias/videos/t/edicoes/v/atraves-da-internet-ale-sc-tenta-aproximar-a-populacao-dapolitica-do-estado/4896630/>. Acesso em: 14 out. 2022.

G1. **Internet chega pela 1ª vez a mais de 50% das casas do Brasil, mostra IBGE**. G1, 6 de abril de 2016. Disponível em em: <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/04/internet-chega-pela-1-vez-mais-de-50-das-casas-no-brasil-mostra-ibge.html>. Acesso em: 12 mai. 2023.

GADET, François. Prefácio. *In*: GADET, François; HAK, Tony (Org). **Por uma análise automática do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

GALINDO, Daniel Santos. As organizações e a nova visibilidade público-privada. *In*: BUENO, Wilson da Costa (Org.). **Estratégia de comunicação nas mídias sociais**. Barueri: Manole, 2015.

GALTUNG, J. **Violência cultural**. Gernika-Lumo: Gernika Gogoratz, 2003.

GIBSON, James. The theory of affordance. *In*: SHAW, Robert; BRANSFORD, John. (Eds.) **Perceiving, acting, and knowing: toward an Ecological psychology**. New Jersey: Lawrence Erlbaum Associates, 1977, p. 67-82.

GIBSON, James J. The theory of affordances. **Hilldale, USA**, v. 1, n. 2, p. 67-82, 1977.

GIDDENS, Anthony; SUTTON, Philip W. **Conceitos essenciais da sociologia**. 1. ed. São Paulo: Unesp Digital, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores** sociais. Petrópolis: Vozes, 2013.

GOMES, Mayra Rodrigues. **Poder no jornalismo**: discorrer, disciplinar, controlar. São Paulo: Hacker/Edusp, 2003.

GOMES, Mayara. Interdiscurso nas produções seriadas televisivas: um exercício demonstrativo, p. 57-76, in **Revista Matrizes**, V.15 - Nº 1, jan./abr. 2021, ECA/USP, São Paulo, Brasil. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/matrizes/article/view/172520/172231>. Acesso em: 8 jun. 2022.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo: Paulus, 2004.

GOMES, Wilson. **A democracia digital e o problema da participação civil na decisão política**. Fronteiras – estudos midiáticos, VIII (3): p. 214-222. Unisinos, 2005.

GOMES, Wilson. Participação Política *online*: Questões e hipóteses de trabalho. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; GOMES, Wilson (Org.). **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre, RS: GONÇALVES, Elizabeth Sulina, 2011.

GOMES, Wilson. 20 anos de política, Estado e democracia digital – uma “cartografia” do campo. In: SILVA, Sivaldo Pereira da; BRAGATTO, Rachel Callai; SAMPAIO, Rafael Cardoso (Org.). **Democracia digital, comunicação política e redes – Teoria e prática**. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

GOMES, Wilson. **A democracia no mundo digital**: história, problemas e temas (digital). São Paulo: Edições Sesc, 2018.

GOMES, Wilson. **Democracia digital**: que democracia? Disponível em: [https://www.researchgate.net/publication/253584902\\_DEMOCRACIA\\_DIGITAL\\_QUE\\_DEMOCRACIA/citation/download](https://www.researchgate.net/publication/253584902_DEMOCRACIA_DIGITAL_QUE_DEMOCRACIA/citation/download). Acesso em: 5 jun. 2022.

GOVERNO FEDERAL. **Acesso à informação**. Disponível em: <https://www.gov.br/acessoainformacao/pt-br/assuntos/pedidos/excecoes>. Acesso em: 6 jun. 2022.

GREGOLIN, Maria do Rosário. **Foucault e Pêcheux na análise do discurso: diálogos & duelos**. São Carlos: Editora Claraluz, 2006.

GREGOLIN, Maria do Rosário. Análise do discurso e mídia: a (re)produção de identidades. **Revista Comunicação, mídia e consumo**. v. 4, n. 11, 2007.

GUSMAN, Larissa Tristão; TESSAROLO, Felipe Maciel. **O Facebook como ferramenta de branding**. Intercom, 2015. Disponível em: <https://faesadigital.files.wordpress.com/2018/03/o-facebook-como-ferramenta-de-branding.pdf>. Acesso em:

HABERMAS, Jürgen. **Direito e Democracia**: entre facticidade e validade. Volume 1. Trad. Flávio Beno Siebeneichler. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997. 354 p.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da esfera pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa**. São Paulo: UNESP, 2014.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

HALL, Stuart. **Cultura e representação**. Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio: Apicuri, 2014.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e crise da democracia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2022

HASWANI, Mariângela. **A comunicação estatal como garantia de direitos: foco no Brasil, na Colômbia e na Venezuela**. Tese de doutorado. ECA/USP. São Paulo: 2010.

HASWANI, Mariângela. O discurso obscuro das leis. In: MATOS, Heloiza (org.). *Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas*. São Paulo: ECA/USP, 2013.

HENRY, Paul. **Os fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969)**, in: GADET, F. & HAK, T. (Org). Por uma análise automática do discurso. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

**História. Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <https://www.alesc.sc.gov.br/sobre>. Acesso em: 15 nov. 2022.

HOBSBAWM, Eric J. **A era das revoluções: 1789-1848**. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

HOBSBAWM, Eric. **A Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2020). Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – **Acesso à Internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2018**. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: [https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101705_informativo.pdf). Acesso em: 11 fev. 2013.

IBOPE Inteligência. **Metade dos eleitores brasileiros receberam informações sobre política pelo Facebook, Twitter ou WhatsApp**. 21 de junho de 2016. Disponível em 20 set. 2019.

IBOPE INTELIGÊNCIA. **Quando o assunto é política, brasileiros são os mais ativos na web nas Américas**. 23 de junho de 2016. Disponível em:



<http://www.ibopeinteligencia.com/noticias-e-pesquisas/quando-o-assunto-e-politica-brasileiros-sao-os-mais-ativos-na-web-nas-americas/>. Acesso em: 20 set. 2019.

ISAACSON, Walter. **Os inovadores: uma biografia da revolução digital**. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2014.

JENKINS, Henry. **Cultura da convergência**. 2. ed. [ampl. e atual.]. São Paulo: Aleph, 2009.

JENKINS, Henry; GREEN, Joshua; FORD, Sam. **Cultura da conexão: criando valor e significado por meio da mídia propagável**. São Paulo: Aleph, 2014.

KEYSSAR, Alexander. **O direito de voto**: a controversa história da democracia nos Estados Unidos. Trad. Márcia Epstein. São Paulo: Unesp, 2014.

KING, Perry Scott. **Péricles**. São Paulo: Nova Cultural, 1988.

KOÇOUSKI, Marina. Comunicação pública: construindo um conceito. In:

KUCINSKI, Bernardo. Apresentação. In: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012a.

KUNSCH, Margarida M. Krohling. Comunicação pública: direitos de cidadania, fundamentos e práticas. In: MATOS, Heloiza (Org). **Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas**. São Paulo: ECA/USP, 2012.

LESTON-BANDEIRA, C. **The Impact of the Internet on Parliaments: A Legislative Studies Framework**. Parliamentary Affairs, 60(4), pp.655-674. DOI: 10.1093/pa/gsm040. 2007

LESTON-BANDEIRA, C.. Parliamentary Functions Portrayed on European Parliaments' Websites. **Revista de Sociologia e Política**, 17(34), pp.13-27. DOI: 10.1590/s0104-44782009000300003. 2009

LESTON-BANDEIRA, Cristina; Bender, D. How deeply are parliaments engaging on social media? In: **Information Polity**, n.18, p.281-297, 2013.

LESTON-BANDEIRA, C.. **Parliaments' Endless Pursuit of Trust**: Re-focusing on Symbolic Representation. The Journal of Legislative Studies, 18(3-4), pp.514-526. DOI: 10.1080/13572334.2012.706059, 2014.

LESTON-BANDEIRA C.. **The Pursuit of Legitimacy as a Key Driver for Public Engagement**: The Case of the European Parliament. Parliamentary Affairs, 67(2), pp.437-457. DOI: 10.1093/pa/gss050. 2014

LEVITSKY, S. ZIBLATT, D. **Como as democracias morrem**; tradução Renato Aguiar; prefácio Jairo Nicolau. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

LÉVY, Pierre. **A inteligência coletiva: por uma antropologia do ciberespaço**. São Paulo: Edições Loyola, 1998.

LÉVY, Pierre. A esfera pública do século XXI; *In*: DI FELICE, M; PEREIRA, E; ROZA, E. **Net-ativismo**: Redes digitais e novas práticas de participação. Campinas, SP: Papirus, 2017a.

LÉVY, Pierre. Net-ativismo e ecologia da ação em contextos reticulares. In Felice, Massimo; Pereira, Eliete; Roza, Erick (orgs). **Net-ativismo**: Redes digitais e novas formas de participação. Campinas, SP: Papirus, 2017b.

LÉVY, P; LEMOS, A. **O futuro da internet**: em direção a uma ciberdemocracia. São Paulo: Paulus, 2010.

LÉVY, Pierre. A esfera pública do século XXI. Disponível em: [https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes\\_artigo-pierre-levy1.pdf](https://techyredes.files.wordpress.com/2011/08/techyredes_artigo-pierre-levy1.pdf). Acesso em: 22 jun. 2023.

LIMA, Isabelle Moreira. Eugênio Bucci: Sem verdade factual não há política, só fanatismo. **Gama**, São Paulo, 12 set. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/podcast/podcast-da-semana/eugenio-bucci-qual-e-a-verdade/> Acesso em: 18 abr. 2023.

LOPES, Maria Immacolata Vassallo de. **Pesquisa em comunicação**. São Paulo: Edições Loyola, 2010.

LOPEZ, Debora Cristina; QUADROS, Mirian Redin de. **Esfera pública em rede: considerações sobre as redes sociais a partir de Habermas**. In **ALCEU**, v. 15, no 30, p 92-103. jan./jun 2015. Disponível em: [http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8083/1/ARTIGO\\_EsferaPúblicaRede.pdf](http://www.repositorio.ufop.br/bitstream/123456789/8083/1/ARTIGO_EsferaPúblicaRede.pdf). Acesso em: 6 abr. 2023.

LUPETTI, Marcélia. **Gestão estratégica da comunicação mercadológica**. São Paulo: Thomson, 2007.

MACHADO, Arlindo. **Máquina e imaginário**: o desafio das poéticas tecnológicas. São Paulo: EDUSP, 1993.

MACIEL, David. Democracia e autocracia hoje. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 42, n. 90, 2022, p. 36. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1590/1806-93472022v42n90-04>. Acesso em: 13 fev. 2023.

MADEIRA, Carolina Gaspar; GALLUCCI, Laura. **Mídias Sociais, Redes Sociais e sua importância para empresas no início do século XXI**. Curitiba: Intercom, 2009. Disponível em: <http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2009/resumos/R4-11631.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2023.

MAFFRE, Jean-Jacques. **O século de Péricles**. Portugal: Publicações Europa-América, 1993.

MAIA, Rousiley Celi Moreira. Internet e a esfera civil: limites e alcances da participação política. In: MAIA, Rousiley Celi Moreira; MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida; GOMES, Wilson (Org.). In: **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2011. (Cibercultura).

MAINGUENEAU, Dominique. **Novas tendências em análise do discurso**. Campinas, SP: Pontes: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2ª. Edição, 1993.

MAINGUENEAU, Dominique. **Gênese dos Discursos**. Curitiba: Criar Edições, 2008.

MAINGUENEAU, Dominique. **Análise de Textos de Comunicação**. Cortez Editora. São Paulo. 2011.

MAINGUENEAU, Dominique. **Discurso e análise do discurso**; tradução Sírio Possenti. 1 ed. São Paulo: Parábola Editorial, 2015.

MAINIERI, Tiago; ROSA, Elisa Costa Ferreira. Comunicação pública, cidadania e democracia: algumas reflexões. In: **Revista Comunicação Midiática**, v.7, n.1, p.192-206, jan./abr. 2012.

MAINIERI, Tiago; RIBEIRO, Eva Márcia. Comunicação pública e mídias sociais: possibilidades e limitações. In: **Estudos em Comunicação, Sociedade e Cultura**. n. 6, 2013.

MAINIERI, Tiago; FRANCO, Cristina Rosa. Comunicação pública, cidadania e Ministério Público: desafios na era da sociedade em rede. In: **Comunicação & Informação**. Goiânia, v. 17, n. jul./dez. de 2014. p. 202-215.

MAINIERI, Tiago. Um peso, duas medidas: desvelando comunicação pública na sociedade midiaticizada. In: Coleção Rupturas Metodológicas para uma Leitura Crítica da Mídia, v. 6. Goiânia: Gráfica UFG, 2016.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O Príncipe**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2011.

MARQUES, A. MATOS, H. Comunicação política: capital social, reconhecimento e deliberação política. São Paulo: Summus, 2011.

MARQUES, Francisco Paulo Jamil Almeida. Participação, instituições políticas e internet: um exame dos canais participativos presentes nos Portais da Câmara e da Presidência do Brasil. In: **Intercom – revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 33, n. I, p. 53-79, jan./jun. 2010. Disponível em: <https://revistas.intercom.org.br/index.php/revistaintercom/article/view/147/140>  
Acesso em: 12 mar. 2021.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Teoria das mídias digitais: linguagens, ambientes, redes**. 2a ed. Petrópolis: Vozes, 2015.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Hedra, 2010.

MATOS, Heloiza (Org). Comunicação pública: interlocuções, interlocutores e perspectivas. São Paulo: ECA/USP, 2012.

MATOS, Heloiza. Comunicação pública, esfera pública e capital social. *In*: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública: estado, mercado, sociedade e interesse público**, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012. p. 47-58.

MAYER, Arno J. **A força da tradição: a persistência do Antigo Regime, 1848 a 1914**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

MCCRACKEN, Grant. **Chief Culture Officer**. São Paulo: Aleph, 2011.

MELLO, Celso Antonio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 29. ed. rev. e atual. São Paulo: Malheiros, 2012.

MENDEL, Toby. **Liberdade de informação: um estudo de direito comparado**, 2. ed. Brasília: UNESCO, 2009.

MENDES, A.M.; TONIN, F.S.; BUZZI, M.F., PONTAROLO, R.; FERNANDEZ-LLIMOS F. Mapping pharmacy journals: a lexicographic analysis. *In*: **Res Social Adm Pharm.**, v.15, n.2, p. 1464-71, 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1016/j.sapharm.2019.01.011>. Acesso em 25 ago. 2020.

MERGEL, Ines. A framework for interpreting social media interactions in the public sector. *In*: **Government Information Quarterly**, v. 30, n.4, p.327-334, 2013.

MESA DA ALESC. **Projeto de Lei Complementar no 10.9/2015, de 31 de março de 2015**. Disponível em: <http://www.alesc.sc.gov.br/proclegis/individual.php?id=PLC/0010.9/2015>. Acesso: 5 out. 2022.

MIOLA, Edna. Iniciativas institucionais de deliberação *online*: um estudo do fórum de discussões do portal da Câmara dos Deputados. *In*: MAIA, Rousiley Celi Moreira; GOMES, Wilson; MARQUES, Paulo Jamil Almeida. **Internet e participação política no Brasil**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

MIRZOEFF, Nicholas. **How to see the world: An introduction to images, from self-portraits to selfies, maps to movies, and more**. London: Pelican, 2015.

MITOZO. Isabele B. **E-participacao nos parlamentos: Desenvolvimento e uso de iniciativas pela Camara dos Deputados brasileira e pela House of Commons britânica**. Tese (Doutorado em Ciência Política) - Universidade Federal da Bahia, 2008.

MOBILE GAMER. **Pokémon GO: PokéStops, CP, PokéCoins?? Saiba o que isso significa e como funcionam.** 19 de julho de 2016. Disponível em: <https://www.mobilegamer.com.br/2016/07/tutorial-pokemon-go-pokestops-cp-pokecoins-saiba-o-que-significa-e-como-funcionam.html>. Acesso em: 11 abr. 2022,

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional.** 28. ed. rev. e atual. São Paulo: Atlas, 2012.

MORIN, Edgar. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MOUFFE, Chantal. Democracia, cidadania e a questão do pluralismo. **Política & Sociedade**, Florianópolis, n. 3, out. 2003. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/politica/article/view/2015/1763>. Acesso em: 15 nov. 2022.

MUGNAINI, Andrea Brazil. **O design de interfaces para TV interativa.** Dissertação (Mestrado). Escola de Comunicações e Artes - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

NASCIMENTO, Milton Meira do. Fora da lei. **Folha de S. Paulo**, Jornal de Resenhas, São Paulo, 9 nov. 2002.

NOBRE, M. **Limites da democracia: De junho de 2013 ao governo Bolsonaro.** São Paulo: Todavia, 2022.

O'REILLY, Tim. **What Is Web 2.0 - Design Patterns and Business Models for the Next Generation of Software.** O'Reilly Publishing, 2005.

OLIVEIRA, Dennis de. BLOTTA, Vitor. **O caso Klara Castanho, um exemplo da decadência do esclarecimento em tempos de mídias sociais e crenças obtusas.** Disponibilidade em: <https://jornal.usp.br/artigos/o-caso-klara-castanho-um-exemplo-da-decadenciado-esclarecimento-em-tempos-de-midias-sociais-e-crencas-obtusas/>. Acesso em: 10 out. 2022.

ONU. **Mais da metade da população mundial ainda não tem acesso à internet.** 15 de setembro de 2016. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2016/09/1562841>. Acesso em: 15 mar. 2022.

OPERAMUNDI. **Redes sociais foram o combustível para as revoluções no mundo árabe.** Disponível em: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/18943/redes-sociais-foram-o-combustivel-para-as-revolucoes-no-mundo-arabe>. Acesso em: 23 jun. 2021.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e texto: formulação e circulação de sentidos.** Campinas: Pontes, 2001.

ORLANDI, Eni P. **Discurso e leitura.** 9. Ed. São Paulo: Cortez, 2012.

PAVEAU, M, **Análise do discurso digital**: dicionário das formas e das práticas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2021.

PÊCHEUX, Michel. **Semântica e discurso. Uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas, SP: Unicamp, 2009.

PERLATTO, Fernando. Habermas, a esfera pública e o Brasil. *In*: **Revista Estudos Políticos**, v. 3, n. 5, p. 78-94, 2012.

PERUZZO, Cicilia M. Krohling. Comunicação e terceiro setor. *In*: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público, 3. Ed. São Paulo: Atlas, 2012.

PINHO, José Antonio Gomes; SACRAMENTO, Ana Rita Silva. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? *In*: **Revista de Administração Pública (RAP)**. Rio de Janeiro: 43(6):1343-1368, nov./dez. 2009. p. 1348. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/rap/article/view/6898/5471>. Acesso em: 11 jan. 2023.

PIOVEZANI, C. Apresentação. *In*: COURTINE, J-J. Corpo e discurso: Uma história de práticas de linguagem. Apresentação e coordenação da tradução Carlos Piovezani. Petrópolis, RJ: Vozes, 2023.

PIRES, Vera Lúcia. Dialogismo e alteridade ou a teoria da enunciação em Bakhtin. p. 39. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1144068/mod\\_resource/content/1/Dialogismo%20em%20Bakhtin.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/1144068/mod_resource/content/1/Dialogismo%20em%20Bakhtin.pdf). Acesso em: 12 dez. 2022.

PODCAST da Semana. Sem verdade factual não há política, só fanatismo. [Locução de]: Isabelle Moreira Lima. [Entrevistado]: Eugênio Bucci. Gama, São Paulo, 12 set. 2021. Disponível em: <https://gamarevista.uol.com.br/podcast/podcast-da-semana/eugenio-bucci-qual-e-a-verdade/> Acesso em: 18 abr. 2023.

PRIMO, Alex. **Interações mediadas e remediadas**: controvérsias entre as utopias da cibercultura e a grande indústria midiática. Disponível em: [https://www.academia.edu/12731813/Interações\\_mediadas\\_e\\_remediadas\\_controvérsias\\_entre\\_as\\_utopias\\_da\\_cibercultura\\_e\\_a\\_grande\\_indústria\\_midiática](https://www.academia.edu/12731813/Interações_mediadas_e_remediadas_controvérsias_entre_as_utopias_da_cibercultura_e_a_grande_indústria_midiática). Acesso em: 25 jun. 2022.

PRIMO, Alex. **Interações em rede** (org.). Porto Alegre, Sulina, 2013.

PRIMO, Alex. O aspecto relacional das interações na Web 2.0. **E-Compós**, [S. l.], v. 9, 2007. DOI: 10.30962/ec.153. Disponível em: <https://e-compos.org.br/e-compos/article/view/153>. Acesso em: 9 jul. 2023.

RÁDIO AL. **Portal da Rádio AL**. Agência AL, 2016. Disponível em: [http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/servicos\\_radioal](http://agenciaal.alesc.sc.gov.br/index.php/radioal/servicos_radioal). Acesso em: 3 abr. 2020.

RADIOATIVIDADE. **Assembleia Legislativa de Santa Catarina faz “pokeclip”**.  
YouTube, 11 de agosto de 2016. Disponível em:  
<https://www.youtube.com/watch?v=Ox2M OAk5hE>. Acesso em: 15 mai. 2021.

RECUERO, R. Redes Sociais na Internet, Difusão de Informação e Jornalismo: Elementos para discussão. *In*: SOSTER, D. A.; FIRMINO, F. (Org.). **Metamorfoses jornalísticas 2: a reconfiguração da forma**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2009.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Avatares – viajantes entre mundos**. 2000. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/avatares.htm>. Acesso em: 5 nov. 2022.

RECUERO, Raquel; BASTOS, Marco; ZAGO, Gabriela. **Análises de Redes Para Mídia Social**. Porto Alegre, RS: Sulina, 2015.

REIS, Maria Dulce. Democracia grega: a antiga Atenas (séc. V a.C.). **Sapere aude**. Belo Horizonte, v. 9, n. 17, p. 45-66, jan./jun. 2018.

Rock Content. **Social Media Trends 2019**: panorama das empresas e dos usuários nas redes sociais. Disponível em: <https://materiais.rockcontent.com/social-media-trends>. Acesso em: 10 ago. 2021.

ROLANDO, Stefano. A dinâmica evolutiva da comunicação pública. *In*: KUNSCH, M. (Org.). **Comunicação pública, sociedade e cidadania**. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

ROSETTO, Graça Penha Nascimento. Fazendo política no Twitter: como os efeitos estimados das mensagens influenciam as ações e os usos da plataforma. **Revista Compólitica**, v. 8, n.1, p. 97-122, 2018.

ROTHBERG, Danilo; LIBERATO, Fabíola. Cidadania, Comunicação Pública e Portais Eletrônicos de Governo. *In*: ROTHBERG, Danilo (Org). **Políticas e gestão da comunicação no Brasil contemporâneo**. 1. ed. – São Paulo: Cultura Acadêmica, 2011.

ROTHBERG, Danilo; VALENÇA, Amanda da Silva. Comunicação pública para a cidadania no avanço das redes sociais oficiais. *In*: **Revista Interamericana de Comunicação Midiática**. Volume 13, número 26, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unesp.br/handle/11449/135537>. Acesso em: 3 abr. 2022.

ROTHENBURG, W. C.; STROPPIA, T. Liberdade de expressão e discurso do ódio: o conflito discursivo nas redes sociais. *In*: **3º Congresso Internacional de Direito e Contemporaneidade**: mídias e direitos da sociedade em rede. Universidade Federal de Santa Maria. Anais. Santa Maria: 2015. Disponível em: <http://www.ufsm.br/congressodireito/anais>. Acesso em: 5 set.2020.

SAAD Elizabeth C. Comunicação Digital nas organizações: tendências e transformações. *In*: Comunicação Organizacional e Relações Públicas: pesquisa, reprodução, aplicação v. 6, n. 10/11, **Revista Organicom**, 2009.

SANTA CATARINA. **Lei Complementar no 652, de 13 de julho de 2013**. Disponível em:



[http://leis.alesc.sc.gov.br/alesc/docs/2015/652\\_2015\\_lei\\_complementar.doc](http://leis.alesc.sc.gov.br/alesc/docs/2015/652_2015_lei_complementar.doc). Acesso em: 29 out. 2022.

SANTA CATARINA. **Constituição do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina, 1989 [2016]. Disponível em: [http://www.alesc.sc.gov.br/portal\\_alesc/sites/default/files/CESC\\_2016\\_69\\_71\\_em\\_ds.pdf](http://www.alesc.sc.gov.br/portal_alesc/sites/default/files/CESC_2016_69_71_em_ds.pdf). Acesso em: 29 out. 2022.

SANTAELLA, L.; LEMOS, R. **Redes sociais digitais: a cognição conectiva do Twitter**. São Paulo: Paulus, 2010.

SANTAELLA, L. **A Pós verdade é verdadeira ou falsa?**. Barueri, SP: Estação das Letras e Cores, 2019.

SANTAELLA, L. **Temas e dilemas do pós-digital: a voz da política**. São Paulo: Paulus, 2016.

SCHÄFER, G.; LEIVAS, P. G. C.; SANTOS, R. H. dos. Discurso de ódio: Da abordagem conceitual ao discurso parlamentar. *In: Revista de informação legislativa*, v. 52, n. 207, p. 143- 158, jul./set. 2015 Brasília a. 52 n. 207 jul./set. 2015 p. 143-1.

SCHWAB, Klaus. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre autoritarismo brasileiro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SECOM. **Pesquisa Brasileira de Mídia – PBM 2015**. Comunicação Social Presidência da República, 2014. Disponível em: <http://www.secom.gov.br/atuacao/pesquisa/lista-depesquisas-quantitativas-e-qualitativas-de-contratos-atuais/pesquisa-brasileira-de-midiapbm-2015.pdf/view>. Acesso em: 29 fev. 2022.

SHIRKY, Clay. **A cultura da participação: criatividade e generosidade no mundo conectado**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

SHIRKY, Clay. **Lá vem todo mundo: o poder de organizar sem organizações**. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

SILVA NETO, Manoel Jorge e. **Curso de direito constitucional**. 4. ed. Rio de Janeiro: LumenJuris, 2009.

SILVA, José Afonso da. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. *In: Revista de Informação Legislativa*. Ano 47, no 187. Brasília: Senado, jul./set. 2010, p. 137-154. Disponível em: [https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/47/187/ril\\_v47\\_n187\\_p137.pdf](https://www12.senado.leg.br/ril/edicoes/47/187/ril_v47_n187_p137.pdf). Acesso em: 28 nov. 2022.

SILVA, José Afonso da. Estrutura e funcionamento do Poder Legislativo. *In*: **Revista de Informação Legislativa**. Ano 47, nº 187. Brasília: Senado, jul./set. 2010, p. 137-154. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/198698/000897822.pdf?sequence=1>. Acesso em: 5 out. 2021.

SILVA, Juremir Machado. **Pierre Lévy: a revolução digital só está no começo**. Disponível em: <https://www.fronteiras.com/leia/exibir/pierre-levy-a-revolucao-digital-so-esta-no-comeco#:~:text=Avançamos%20rapidamente%20para%2050%25%20e,a%20maioria%20esteja%20permanentemente%20conectada>. Acesso em: 29 dez. 2022.

SILVA, Luiz Martins. Publicidade do poder, poder da publicidade. *In*: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

SILVA, Sivaldo Pereira da. **Estado, democracia e internet**: requisitos democráticos e dimensões analíticas para a interface digital do Estado. Tese (Doutorado) apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia, como requisito parcial para obtenção do título de Doutor em Comunicação e Cultura Contemporâneas. 2009.

SIMANTOB, Fábio Tofic; VAINZOF, Rony. Liberdade de expressão versus regulação? Lei é o melhor remédio já criado contra a desordem social e o arbítrio estatal. *In*: **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 jun. 2023. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/autores/rony-vainzof.shtml>. Acesso em: 10 jun. 2023.

SINGER, André; ARAUJO, Cícero; BELINELLI, Leonardo. **Estado e democracia**: uma introdução ao estudo da política. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

SOUSA, Mauro Wilton (Org.). **Sujeito, o lado oculto do receptor**. São Paulo: Brasiliense, 2002.

SOUZA, Diego Vieira. **Entrevista via whatsApp concedida à Michelle Dias**, no dia 30 de novembro de 2019.

STUDART, Adriana. Cidadania ativa e liberdade de informação. *In*: DUARTE, Jorge (Org). **Comunicação pública**: estado, mercado, sociedade e interesse público, 3. ed. São Paulo: Atlas, 2012.

TAMASHIRO, Ricardo de Melo; GANAKA, Cristiane, CARDOSO, André. A Quarta Revolução Industrial / Klaus Schwab. **Revista Ciências do Trabalho (DIEESE)**, n.9, 2017.

TECMUNDO. **Estaria o Instagram Stories ‘matando lentamente’ o Snapchat?**. 20 de outubro de 2016. Disponível em: <http://www.tecmundo.com.br/redes->

sociais/110789instagram-stories-matando-lentamente-o-snapchat.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

THIBES, Fabíola Raphaela. **A produção jornalística em webrádios públicas catarinenses: os casos da rádio AL e da Rádio Ponto**. 2014. 238 p. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós-Graduação em Jornalismo, Florianópolis, 2014.

TOURAINÉ, A. **O que é a democracia?**. tradução Guilherme João de Freitas Teixeira. Petrópolis: Vozes, 1996.

TRE-SC. **Eleições majoritárias e proporcionais**. 2006. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-majoritarias-e-proporcionais/index.html>. Acesso em: 3 de abr. 2022.

TRE-SC. Eleições majoritárias e proporcionais. 2006. Disponível em: <http://www.tre-sc.jus.br/site/eleicoes/eleicoes-majoritarias-e-proporcionais/index.html>. Acesso em: 18 out. 2022.

TRECHSEL, Alexandre H. et al. **Evaluation of the use of new technologies in order to facilitate democracy in Europe**. Aarau, Switzerland: C2D-Research and Documentation Centre on Direct Democracy, 2003.

TSE. **Estatísticas do eleitorado** – Consulta por região/UF/município. 2016. Disponível em: <http://www.tse.jus.br/eleitor/estatisticas-de-eleitorado/consulta-quantitativo/>. Acesso em: 3 abr. 2022.

UAI. **Pokémon Go tem mais de 50 milhões de usuários no Brasil em menos de 24 horas**. 4 de agosto de 2016. Disponível em: <http://www.uai.com.br/app/noticia/games/2016/08/04/noticias-games,182774/pokemongo-tem-mais-de-50-milhoes-de-usuarios-no-pais-em-menos-de-24h.shtml>. Acesso em: 21 set. 2021.

VALLADARES, Eduardo Montechi. O Período Regencial (1831-1840) *In*: GUARITA, Sonia (Org.). **O Brasil como Império**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 2009.

VAZ, Paulo. Cronologia da internet. **Lugar Comum**, Rio de Janeiro, n.13-14. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/214140/mod\\_resource/content/1/paulo%20vaz.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/214140/mod_resource/content/1/paulo%20vaz.pdf). Acesso em: 18 mar. 2022.

VERNANT, Jean Pierre Vernant. **As origens do pensamento grego**. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1994.

WOLTON, D. É preciso salvar a comunicação. São Paulo: Paulus, 2006.  
ZÉMOR, Pierre. Como anda a comunicação pública? *In*: **Revista do Serviço Público**. Brasília. abr./jun. 2009. 189-195 p. Disponível em:

<https://revista.enap.gov.br/index.php/RSP/article/view/21/18>. Acesso em: 15 mar. 2021.

ZÉMOR, Pierre. **La Communication Publique**. PUF, Col. Que sais-je? Paris, 1995. Disponível em:  
<https://comunicacaopublicaufes.files.wordpress.com/2011/12/comunicacaopublica-pierrezemor-traducao.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2021.

## **EPÍLOGO**

Quadro 2 - Questionário fechado sobre as redes sociais digitais legislativas

<b>CÓDIGO do respondente/ Deputado(a)</b>	<b>O (a) senhor (a) costuma acompanhar as redes sociais digitais da Alesc?</b>	<b>Se sim, com que frequência?</b>	<b>Nesses acessos, costuma responder a comentários dos usuários das redes ou mesmo comentar em algum post?</b>	<b>Já pensou em propor algum Projeto de Lei, Audiência Pública ou Fórum Parlamentar a partir de ideias ou resultados do engajamento provocado nas redes sociais (comentários, curtidas, críticas, sugestões)?</b>	<b>Já retirou algum projeto de pauta ou de tramitação, ou deixou de apresentar um projeto por conta de engajamento negativo?</b>
1	Não		Não	Não	Não
2	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Não	Não
3	Sim	Diariamente	Não	Não	Não
4	Sim	Quando alguma publicação tem relação com as pautas do mandato.	Sim, quando o assunto me desperta interesse e acho importante dialogar com a sociedade por meio das redes	Sim	Não
5	Sim	De duas a três vezes por semana	Não	Não	Não
6	Sim	De duas a três vezes por semana	Sim, quando o assunto me desperta interesse e acho importante dialogar com a sociedade por meio das redes	Sim	Não

7	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Não
8	Sim	Uma vez por semana	Sim, quando concordo com algum (s) comentário (s)	Sim	Não
9	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto me desperta interesse e acho importante dialogar com a sociedade por meio das redes	Sim	Não
10	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Não
11	Sim	Conforme aparece no feed	Não	Sim	Não
12	Sim	De duas a três vezes por semana	Não	Não	Não
13	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Sim
14	Sim	Diariamente	Não	Sim	Sim
15	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Não
16	Sim	De duas a três vezes por semana	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Fiz com base em reuniões com a comunidade.	Não

17	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto me desperta interesse e acho importante dialogar com a sociedade por meio das redes	Sim	Não
18	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Não
19	Sim	Uma vez por semana	Não	Não	Não
20	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Não
21	Não		Não	Não	Não
22	Sim	Diariamente	Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria	Sim	Sim

Fonte: elaborado pela autora.



Quadro 3 - Questionário aberto sobre as redes sociais digitais legislativas

CÓDIGO do respondente /Deputado(a)	Caso tenha respondido sim em uma ou nas duas perguntas anteriores, pode falar rapidamente sobre essas decisões?	Na sua avaliação, as redes sociais digitais proporcionam um espaço de diálogo/troca entre legislativo e sociedade? Por que?	O que pode ser feito para que as plataformas de redes sociais, como espaços de comunicação, favoreçam o debate público e a participação política da sociedade?	Acredita que existam outras formas mais eficazes de comunicação entre legislativo e sociedade? Quais?
1		Sim, pois é mais um canal a disposição da população.		Acredito que a conversa de forma direta ainda é um meio de comunicação bastante eficaz para troca de ideias e demandas de cada município ou região.
2		Se bem utilizado sim, o grande problema é que hoje em dia, principalmente a renovação política (não inovação). Usa muito para auto promoção.	Tudo será utopia, se não tivermos uma população com uma efetiva educação. Hoje as análises são rasas e os virais são efêmeros. Haja vista que em 2023 ainda somos o país do Big brother, lacração e baixarias nas redes.	Não existe, o que temos que trabalhar é para que aos poucos e sem demagogia ou utopia, aumentar a compreensão da sociedade. Aí absorverão em qualquer veículo comunicativo. E terão um pensamento crítico e criterioso.

3		Sim, é uma porta democrática para a sociedade	estar em todas as redes possíveis, alcançando todos os públicos de todas as idades	Atualmente não
4	A CPI do Aborto foi uma resposta ao grande engajamento da população cobrando uma ação do Poder Legislativo quanto ao caso analisado. Muitas de nossas iniciativas começaram nessa comunicação com os cidadãos através das redes sociais, mas esse é o episódio mais notório. Graças à participação direta dos cidadãos através das redes, que reuniram mais de 120 mil manifestações em uma petição pública, conseguimos a abertura do processo em menos de 24 horas.	Sim. É um canal direto para o parlamentar transmitir suas ideias e identificar a aceitação de suas propostas junto à sociedade.	Estar atento às tendências tecnológicas, produzir conteúdo que estimule esse envolvimento, adotar uma linguagem adequada para cada plataforma e humanizar a relação com o público.	Acredito que hoje as redes sociais são a melhor ferramenta para fortalecer essa aproximação.
5		Sim e poderia ser melhor.	Melhora com mais engajamento dos deputados nas redes, e também é preciso mais interação da coordenação da rede social com os gabinetes	Mais não é o termo, mas o rádio está no mesmo patamar da rede social em eficácia.

			parlamentares. Os deputados precisam ser provocados.	
6	As redes sociais são canais de conexão com a comunidade, e fonte de informação. Por isso, essas informações são relevantes e devem ser consideradas. Mas não tivemos experiência do âmbito de tirar uma posição, já que temos uma linha e base forte de princípios a seguir.	Sim, não apenas por meio de mensagens e comentários, mas usamos também da ferramenta "caixa de perguntas" para receber interações de forma mais restrita e sobre assuntos específicos.	Abrir mais espaço para enquetes e utilizar das ferramentas que permitam interação.	Acredito que o omnichannel seja a melhor alternativa, usar de forma estratégica todos os canais disponíveis.
7	Provocamos a respeito da necessidade de dar andamento aos projetos de mitigação de cheias no Alto vale do Itajaí. A repercussão foi muito expressiva, então propôs audiência pública do dia 22 de junho a qual foi divulgada pelas redes sociais e está sendo entendida como uma das maiores audiências públicas da ALESC dos últimos anos.	Sim. Porque da condição de diálogo aberto e amplo, entre o parlamentar e cidadão, sem intermediários que possam fazer interpretações diversas da opinião do parlamentar ou da intenção de saber do cidadão, trata-se de um contato mais franco que cria uma identificação mais verdadeira a respeito do posicionamento do parlamentar a	Deve-se fazer um trabalho de conscientização aos parlamentares seus gabinetes e seus assessores para que utilizem essas plataformas como uma das principais ferramentas de comunicação e interação com as pessoas.	Também acredito que a comunicação via radio FM e AM, (não mais disponível) possam somar, não melhor.

		respeito de uma pauta.		
8	Propostas de leis e frentes em defesa sobre o autismo	Sim. Aproxima e possibilita que o cidadão dialogue com parlamentares através deste meio. Caso contrário, sem este meio, muitos não teriam acesso.	Facilitar cada vez mais o acesso nas redes ao cidadão.	Não sei
9	A instalação de faixas exclusivas para motocicletas em rodovias estaduais, por meio de Projeto de Lei.	Sem dúvida, já que muitas vezes o cidadão não consegue chegar aos gestores públicos. Com as mídias sociais, a comunidade chega mais perto e em muitos casos é atendida.	Acredito que cada vez mais estaremos vinculados as mídias sociais e por isso, o Poder Público deve avançar nos campos de respostas aos usuários. Ter equipes ágeis e que possam receber demandas e encaminhar para setores como forma de desburocratizar e agilizar o atendimento de quem está lá na ponta.	Hoje, o caminho mais curto é esse. Por meio das mídias é que o cidadão tem a sensação de estar mais perto do "poder".

<p>10</p>	<p>O contato com o cidadão, seja pelas redes sociais ou de forma pessoal, é essencial para a atividade parlamentar. Trata-se de um importante termômetro para balizar o nosso trabalho enquanto representantes e estabelecer prioridades de acordo com o interesse público. Sempre procuro ponderar toda sugestão ou crítica construtiva que recebo, pois isso traz mais legitimidade na construção de projetos para o nosso estado. Um exemplo que posso citar neste sentido são os projetos que tratam do Programa Universidade Gratuita. Os 40 deputados têm recebido inúmeros apontamentos que favorecem o amadurecimento do debate e aprimoramento desta relevante proposta.</p>	<p>Com certeza, sim! Cada vez mais, as pessoas estão aderindo às múltiplas plataformas sociais, que encurtam distâncias e agilizam muito o processo de comunicação entre nós, gestores públicos, e os cidadãos. Instantaneamente, um catarinense que vive do outro lado do estado, em Dionísio Cerqueira, por exemplo, consegue manter contato conosco pela palma da mão, e isso democratiza e legitima muito mais a representação política, uma vez que temos a oportunidade de manter diálogo permanente com moradores de todas as regiões de Santa Catarina.</p>	<p>De modo geral, a sociedade tem se mantido distante dos espaços públicos de participação, fiscalização e formulação de políticas públicas. Penso que é preciso estimular mais a população a ocupar esses espaços e participar mais ativamente do processo decisório na gestão pública, pois isso impacta diretamente na vida de cada um de nós. Neste sentido, vejo que as redes sociais devem ser tratadas como instrumentos estratégicos para sensibilizar as pessoas sobre a importância do exercício da cidadania e da participação cidadã, por meio de campanhas de conscientização, disseminação de informações de</p>	<p>Os meios mais tradicionais de comunicação, como a televisão e o rádio, também são importantes e devem dispor de estratégias para alcançar mais cidadãos. A TVAL faz uma cobertura bem completa das atividades desenvolvidas no Parlamento. As inserções nas rádios são estratégicas, sobretudo, para levar as informações para o interior de Santa Catarina. Cada meio de comunicação, com sua peculiaridade e potencial, é fundamental para fazer essa interlocução da Assembleia Legislativa com a sociedade catarinense.</p>
-----------	---	---	--	--

			<p>interesse público, combate às fake news e utilização dos mecanismos de interação (enquetes, caixas de perguntas, questionamentos sobre temas de interesse público). O grande desafio é transpor a tradicional linguagem formal e técnica utilizada na comunicação política para uma linguagem mais didática e popular, que seja inteligível para a sociedade como um todo.</p>	
11	<p>Programa Faculdade Gratuita - Apresentei emenda a lei proposta com base nos pedidos dos estudantes de universidades privadas.</p>	<p>Sim, aproxima o eleitor do político, através das redes sociais temos contato direto com as pessoas</p>	<p>O bom debate. Vivemos numa democracia e é importante ouvir as opiniões diversas. E mais importante que isso é focar no que nos une.</p>	<p>Acredito que todas são válidas. O perfil do meu eleitor, na minha região do Alto Vale o corpo a corpo funciona melhor.</p>

12		<p>Acredito que sim. As redes nos ajudam muito a ter uma leitura do cenário e saber também se estamos no caminho certo, desde que saibamos o que representa aquele extrato na população em geral: se é jovem, de qual região, profissão e outras questões.</p>	<p>Tudo, não somente nas redes, é uma questão de educação e formação política. É preciso, cada vez mais, trazer as pessoas para a política. Não estou falando que a pessoa tem que participar de uma eleição. Falo do debate do dia a dia, pois tudo passa pela política. As plataformas precisam investir em formação política, na formação cidadã, na disseminação de conteúdos que ajudem neste sentido, em informação, e evitar conteúdos contrários a esse pensamento, conteúdos falsos.</p>	<p>Já existem ferramentas muitas boas.</p>
	<p>Propusemos um projeto sobre segurança nas escolas devido ao ocorrido em Suzano, em 2019, baseado na voz da população pela rede social, assim como o projeto de vacinação</p>	<p>Sim, nós fomos eleitos pelo povo e o principal meio de comunicação em massa com nossos eleitores, são as redes sociais.</p>	<p>Acredito que possa adotar algumas medidas, como transparência nas políticas de moderação, combate à desinformação e</p>	<p>Sim, como por exemplo o projeto “Gabinete Itinerante”, onde vamos as ruas ouvir as pessoas e prestar ajuda, seja jurídica, social, etc.</p>

	domiciliar. Negativamente, também já retiramos propostas.		promoção de diálogos construtivos.	
14	As redes sociais são a forma mais eficaz de comunicação entre representante é representado, por isso um grande número de manifestações negativas, sobre um determinado tema, devem ser levadas em consideração.	sim. As redes sociais permitem que as pessoas acompanhem o mandato e interajam, cabendo ao político avaliar as reações, e sugestões. Se forem bem geridas, as redes permitem que haja um bom diálogo.		
15	A internet é um amplo espaço de participação popular e bem utilizada é uma excelente ferramenta de comunicação social.	Sim, se estimuladas de maneira correta, permite compartilhar ideias e boas experiências.	Mecanismos de controle para evitar disseminação de fake News.	A internet é excelente pra isso.
16		Sim. Através delas conseguimos falar com as pessoas de regiões mais distantes, assim como, com aqueles da nossa região e cidade que não encontramos constantemente. A rede consegue	Precisamos levar mais informações para que as pessoas conheçam bem o funcionamento do Legislativo e ouvi-las, replicarmos as indagações, questionamentos e demandas da sociedade para	Acredito que a comunicação tem que ser feita ao todo. Internet, meios de comunicação impresso, rádio e TV, somente dessa forma atingimos todas as pessoas.



		<p>aproximar mais e trazer novas ideias, já que grande parte dos catarinenses tem acesso a ela e podem expor suas ideias.</p>	<p>criarmos uma proximidade. Como também, fazemos mais questionamentos e instigar as pessoas, para sentirem-se mais próximas e desta forma, interajam mais com o Legislativo.</p>	
17	<p>Muitas ações do nosso mandato já foram desencadeadas por causa de mensagens que chegam pelas redes sociais. Às vezes, recebemos mais de uma pessoa falando do mesmo tema e vemos o tamanho da relevância. Às vezes, são pessoas diferentes falando de temas correlatos, daí fazemos as conexões e visualizamos a questão.</p>	<p>Sim. É onde uma boa parte da população encontra-se hoje. É por onde muitas pessoas comunicam-se com mais facilidade e rapidez. É uma canal de comunicação direto entre o cidadão e o parlamentar.</p>	<p>A regulação das redes sociais precisa ser feita no Brasil, de forma que evite abusos, sem comprometer a liberdade de expressão.</p>	<p>Cada forma de comunicação funciona à sua maneira e tem um impacto diferente. A imprensa é um lugar de muita importância. A rua, com a relação pessoal e direta, também. A presença da população nas casas legislativas é muito enriquecedora.</p>

18	A participação dos cidadãos, em qualquer plataforma, é valiosa e deve ser considerada desta forma. Isso vale para proposições , críticas, sugestões e elogios.	Sim, proporcionam, embora ainda não sejam utilizadas desta forma por uma parte significativa dos detentores de mandatos. Elas facilitam o acesso dos cidadãos a seus representantes eleitos.	Penso que há a necessidade de um melhor aproveitamento desta oportunidade de comunicação e diálogo com o cidadão. E isso passa, em grande parte, pela construção permanente de um ambiente seguro e democrático para a troca de informações e debates entre representantes e representados. As mídias sociais , em essência, são canais de mão dupla, que exigem interação autêntica permanente. E não apenas serem utilizadas como canais de disparo de informações quando isso é conveniente para o emissor da informação.	Todos os canais de comunicação são válidos e importante, cada qual com sua especificidade. São complementares e devem ser utilizados desta forma, adaptando conteúdo e formato conforme o público receptor e a plataforma de envio.
----	--	--	--	---

19		<p>Na minha humilde opinião as redes sociais viraram um campo de guerra, onde as pessoas utilizam o espaço para extravasarem suas frustrações. Infelizmente diálogo é o que menos existe nas redes sociais, principalmente onde se discute política e tomada de decisões.</p>	<p>Acredito que mediar, pois sem moderação não haverá dialogo.</p>	<p>A mídia tradicional, fugir um pouco da bolha, pois parece que a vida é só isso hoje em dia.</p>
20	<p>As redes sociais são formadas pelas opiniões de parte da nossa sociedade. Portanto, uma mobilização nas redes sociais deve ser notada e analisada, assim como uma mobilização nas ruas ou na Assembleia Legislativa. A partir desses movimentos, conseguimos entender alguns anseios da sociedade que podem ser importantes para a criação de novos projetos de lei, por exemplo.</p>	<p>As redes sociais facilitam o acesso da sociedade à informação. A partir desses canais, podemos criar diálogos sobre diferentes assuntos, incluindo as pautas legislativas. Nesse momento de tanta polarização, o diálogo é cada vez mais importante, incluindo nas redes sociais.</p>	<p>Ter um bom monitoramento de comentários e de publicações, evitando que se tornem espaços que favoreçam discursos de ódio e mensagens falsas.</p>	<p>As redes sociais são muito importantes, mas não podem ser o único canal de contato com a sociedade. As mídias tradicionais, como TV e rádio, ainda têm um grande alcance e são muito importantes. Assim como o contato direto com a população, seja por audiências públicas ou eventos locais, pois nenhuma comunicação é mais eficiente do que olhar nos olhos da pessoa e construir o diálogo.</p>

21		Com certeza. Usado de fora democrática e respeitosa contribuem muito para o desenvolvimento de uma sociedade melhor.	Maior incentivo a participação e materiais atrativos podem contribuir de forma significativa para isso.	Acredito que o on-line cresceu muito, o meio digital favorece essa participação da população. Talvez campanhas mais efetivas que influenciem e deixem o cidadão mais integrado dos assuntos possam favorecer.
22	quando a pressão é muito negativa, não vale a pena manter a tramitação. Já protocolei projetos de Leis a pedido das redes.	sim, pois estamos com as redes mais próximos das pessoas e é uma forma de constructo.	divulgar que é possível as pessoas acessarem as redes e interagiram, agora tem pessoas que desqualificam demais o trabalho dos deputados, creio que necessite um filtro. Pois tem gente que só critica, afugentando quem quer contribuir.	hoje as redes são fortes, pois esta na palma da mão e estão em todos os lugares onde as pessoas estão

Fonte: elaborado pela autora.

# Pesquisa Redes Sociais Digitais Legislativas

O (a) senhor (a) foi convidado (a) a participar da pesquisa de Doutorado que está sendo realizada no Programa de Pós-graduação em Ciências da Comunicação da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). A pesquisadora é funcionária efetiva, jornalista, lotada na Diretoria de Comunicação da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e teve o apoio da Casa para dedicação a esta pesquisa.

Esta pesquisa tem como objetivo verificar se é possível construir um diálogo entre Legislativo e sociedade por meio das redes sociais digitais.

Para tanto, foram selecionados os posts que tiveram maior repercussão, entre 2019 e 2022, nas plataformas Facebook, Instagram e Twitter, por serem as mais acessadas da Assembleia Legislativa de Santa Catarina, para fins de recorte da pesquisa (corpus de análise).

Em uma perspectiva discursiva que leva em consideração estudos a respeito de Democracia, Democracia Digital, Comunicação Pública, Comunicação Digital, Redes Sociais Digitais e Esfera Pública, o projeto investiga a emergência de uma nova forma de participação política e cidadã feita por meio de plataformas digitais de comunicação, realizada nos perfis das redes sociais digitais da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc).

O foco do trabalho é identificar os sentidos em circulação nessas plataformas, observando que tipo de vínculo é construído com a sociedade pelo discurso desse agente público. Esses discursos contemplam a comunicação pública e as apostas da comunicação digital no que se refere à colaboração, à participação, ao exercício da cidadania e da democracia?

Esse arquivo será baixado e salvo em local seguro e de fácil acesso para uso, exclusivamente, acadêmico.

Por favor, leia com atenção e calma, buscando entender completamente a proposta da pesquisa. Se tiver dúvidas sobre qualquer ponto da pesquisa ou sobre sua participação, antes ou mesmo depois de concordar em participar dessa entrevista, o senhor, a senhora, poderá esclarecê-las com a pesquisadora e jornalista Michelle Dias, pelo e-mail [diasmiche@gmail.com](mailto:diasmiche@gmail.com)

Sua participação é de extrema importância para a conclusão da pesquisa de doutorado, assim como para um retorno ao Legislativo Estadual, com sugestões e propostas eficazes para a Comunicação do Parlamento catarinense.



[meira.karla@gmail.com](mailto:meira.karla@gmail.com) [Alternar conta](#)



\* Indica uma pergunta obrigatória

E-mail \*

Seu e-mail

O (a) senhor (a) aceita colaborar com a pesquisa, por livre e espontânea vontade, sem nenhum retorno financeiro ou de qualquer natureza material?

Sim

Não

Digite seu nome

Sua resposta

O (a) senhor (a) costuma acompanhar as redes sociais digitais da Alesc?

sim

Não

Outro:



Se sim, com que frequência?

- Uma vez por semana
- De duas a três vezes por semana
- Diariamente
- Uma vez a cada 15 dias
- uma vez ao mês
- Outro:

Nesses acessos, costuma responder a comentários dos usuários das redes ou mesmo comentar em algum post?

- Sim, quando o assunto diz respeito a algum projeto de minha autoria
- Sim, quando o assunto me desperta interesse e acho importante dialogar com a sociedade por meio das redes
- Sim, quando concordo com algum (s) comentário (s)
- Sim, quando discordo de algum (s) comentário (s)
- Não
- Outro:

Já pensou em propor algum Projeto de Lei, Audiência Pública ou Fórum Parlamentar a partir de ideias ou resultados do engajamento provocado nas redes sociais (comentários, curtidas, críticas, sugestões)?

- Sim
- Não
- Outro:



Já retirou algum projeto de pauta ou de tramitação, ou deixou de apresentar um projeto por conta de engajamento negativo?

- Sim
- Não
- Outro:

Caso tenha respondido sim em uma ou nas duas perguntas anteriores, pode falar rapidamente sobre essas decisões?

Sua resposta

Na sua avaliação, as redes sociais digitais proporcionam um espaço de diálogo/troca entre legislativo e sociedade? Por que?

Sua resposta

O que pode ser feito para que as plataformas de redes sociais, como espaços de comunicação, favoreçam o debate público e a participação política da sociedade?

Sua resposta

Acredita que existam outras formas mais eficazes de comunicação entre legislativo e sociedade? Quais?

Sua resposta





Data da resposta

DD MM AAAA

/ /

**Enviar**

**Limpar formulário**

Nunca envie senhas pelo Formulários Google.

Este conteúdo não foi criado nem aprovado pelo Google. [Denunciar abuso](#) - [Termos de Serviço](#) - [Política de Privacidade](#)

**Google** Formulários



## ANEXOS

Primeira postagem publicada na página oficial da ALESC no Facebook.



Fonte: Facebook.

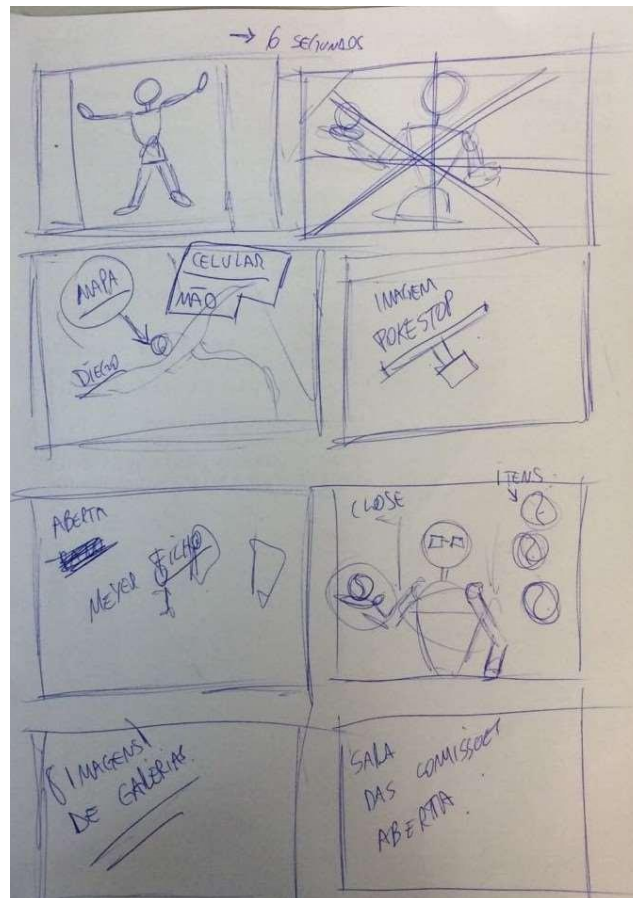
Disponível em: <<https://goo.gl/CJkogv>>.

Primeira postagem feita no Instagram da ALESC. Disponível em: <<https://goo.gl/lihioa>>

Storyboard do vídeo *Pokémon Go* produzido pela



GRS epublicado no Facebook da ALESC.




Fonte: GRS.

Métricas do vídeo *Pokémon Go*. Fonte: Facebook.

**Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc**  
 Publicado por Diego Vieira · 6 de agosto às 18:16 · Florianópolis ·

🔍 **PROCURANDO POKÉMONS RAROS? VISITE A ASSEMBLEIA LEGISLATIVA!** 🌿

📍 Somos o PokéStop mais bem localizado da cidade! 📺 E você pode aproveitar para acompanhar o processo de elaboração de leis e outras atrações do Parlamento Catarinense. 📺 **ASSISTA AO VÍDEO** para saber mais!



Obtenha mais curtidas, comentários e compartilhamentos  
 Impulsione esta publicação por R\$ 65 para alcançar até 14.000 pessoas.

	Orgânico	Pagos
269.012 pessoas	126.935	142.077

[Impulsionar publicação](#)

👍👎🗨️ 1,4 mil      235 comentários  
 468 compartilhamentos

👉 [Mais](#)    [Comentar](#)    [Compartilhar](#)

---

**269.012** Pessoas alcançadas

---

**102.617** Visualizações do vídeo

---

**4.108** Reações, comentários e compartilhamentos

<b>2.636</b> 👍 Curtir	<b>1.230</b> Na publicação	<b>1.406</b> Em compartilhamentos
<b>131</b> 👍 Amei	<b>67</b> Na publicação	<b>64</b> Em compartilhamentos
<b>239</b> 😂 Haha	<b>112</b> Na publicação	<b>127</b> Em compartilhamentos
<b>25</b> 🤩 Uau	<b>10</b> Na publicação	<b>15</b> Em compartilhamentos
<b>1</b> 😞 Triste	<b>0</b> Na publicação	<b>1</b> Em compartilhamentos
<b>7</b> 😡 Grr	<b>3</b> Na publicação	<b>4</b> Em compartilhamentos
<b>574</b> Comentários	<b>319</b> Em uma publicação	<b>255</b> Em compartilhamentos
<b>497</b> Compartilhamentos	<b>468</b> De uma publicação	<b>29</b> Em compartilhamentos

---

**17.176** Cliques em publicações

<b>4.622</b> Cliques para reproduzir 🎵	<b>17</b> Cliques no link	<b>12.537</b> Outros cliques 🎯
---	------------------------------	-----------------------------------

---

**FEEDBACK NEGATIVO**

<b>7</b> Ocultar publicação	<b>2</b> Ocultar todas as publicações
<b>0</b> Denunciar como spam	<b>0</b> Descurtir Página

Publicação feita no Facebook da ALESC em 2012, com o uso dos recursos foto e *link*.



Disponível em: <https://goo.gl/20CxHf>

Publicação feita no Facebook da ALESC em 2012, com interação com outros usuários da rede através do compartilhamento de conteúdo.



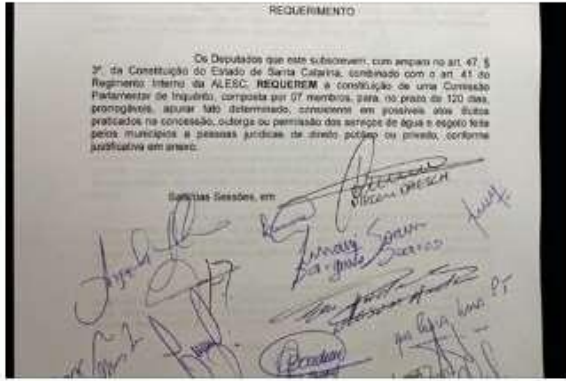
Disponível em: <https://goo.gl/FDFJGa>  
Publicação feita no Facebook da ALESC em 2013,

com o uso de recursos foto e *link*.

**Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc**  
August 7, 2013 · 🌐

O requerimento para criação da Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) das Águas já foi assinado por 14 deputados, número mínimo exigido. Até o fim da tarde desta quarta, haviam assinado o documento os deputados Ana Paula Lima (PT), Luciane Carminatti (PT), Edson Andrino (PMDB), Ismael dos Santos (PSD), Kennedy Nunes (PSD), Neodi Saretta (PT), Padre Pedro Baldissera (PT), Renato Hinnig (PMDB), Volnei Morastoni (PT), Maurício Eskudlark (PSD), Jorge Teixeira (PSD), Sargento Amauri Soares (PDT), Dirceu Dresch (PT), além da requerente Angela Albino (PCdoB).

Leia mais: <http://goo.gl/QwNeub>



Like Comment Share

Monique Margô Serafim, Diego Vieira and 24 others

28 shares 1 Comment

Zenaide Müller Oliveira rápido, valentes representantes, acreditamos no melhor para Santa Catarina...  
August 8, 2013 at 1:18am · Like

Publicação feita no Facebook da ALESC em 2013, com a presença de *link* expandido para o YouTube.

**Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc**  
August 6, 2013 · Florianópolis · 🌐

A trajetória do político catarinense Esperidião Amin é tema da última edição do programa Fragmentos da História, uma produção da TVAL. Assista:



Fragmentos da História - Esperidião Amin - 29/07/13  
YOUTUBE.COM

Like Comment Share

Maria Helena Saris and 2 others

7 shares

Disponível em: <https://goo.gl/4b7e0y>



Publicação feita no Facebook da ALESC, em 2014, com o uso de *cards*.

Assembleia Legislativa de Santa Catarina - Alesc  
August 5, 2014 · 🌐

A Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público da Assembleia Legislativa aprovou, em reunião realizada na manhã desta terça-feira (5), o Projeto de Lei 211/2012, referente ao sistema de bilhetagem eletrônica no serviço público de transporte coletivo de passageiros. A proposta, que segue agora para votação em Plenário, estabelece que as concessionárias que utilizam o sistema devem creditar no cartão o valor correspondente ao número de passagens, proibindo o crédito em valor monetário.

Leia mais: <http://bit.ly/1qVwKur>  
Imagem original: Carolina Portella (Flickr | <http://bit.ly/1tTa3r3>)

**BILHETAGEM ELETRÔNICA**  
**Alesc discute proposta que proíbe créditos em valor monetário**

[/assembleiasc](https://www.facebook.com/assembleiasc) ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

👍 Like    💬 Comment    ➦ Share

👤 Jéssica Camargo, Suelen Costa and 2 others.

1 share

Disponível em: <<https://goo.gl/UIPNcR>>.

Publicação feita no Facebook da ALESC em 2014, com o uso de *cards*. Disponível em: <<https://goo.gl/UIPNcR>>.